



PPA

2016 - 2019

TRANSFORMA

M A T O G R O S S O

SEPLAN
SECRETARIA DE
ESTADO DE
PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

**GOVERNO DO ESTADO
DE MATO GROSSO**

**SECRETARIA DE ESTADO
DE PLANEJAMENTO**

**PLANO
PLURIANUAL
2016-2019**

**LEI Nº 10.340
NOVEMBRO/2015**





GOVERNO DE
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

Marco Aurélio Marrafon

Secretário de Estado de Planejamento

Airton Benedito de Siqueira Júnior

Secretário-Chefe da Casa Militar

Marcio Frederico De Oliveira Dorileo

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Ciro Rodolpho P. De A. Siqueira Gonçalves

Secretário Controlador-Geral do Estado

Seneri Kernbeis Paludo

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico

Permínio Pinto Filho

Secretário de Estado de Educação

Marco Aurélio Bertulio Das Neves

Secretário de Estado de Saúde

Patryck De Araújo Ayala

Procurador Geral do Estado

Luzia Helena Trovo Marques De Souza

Secretária de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Eduardo Alves De Moura

Secretário de Estado do Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional

Adriana Lúcia Vandoni Curvo

Secretária de Estado do Gabinete de Transparência e de Combate à Corrupção

José Arlindo De Oliveira Silva

Secretário de Estado do Gabinete de Governo

Paulo Cesar Zamar Taques

Secretário-Chefe da Casa Civil

José Pedro Gonçalves Taques

Governador do Estado de Mato Grosso

Carlos Henrique Baqueta Fávaro

Vice-Governador do Estado de Mato Grosso

Mauro Zaque De Jesus

Secretário de Estado de Segurança Pública

Paulo Ricardo Brustolin Da Silva

Secretário de Estado de Fazenda

Suelme Evangelista Fernandes

Secretário de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários

Valdiney Antônio De Arruda

Secretário de Estado de Trabalho e Assistência Social

Marcelo Duarte Monteiro

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

Júlio Cezar Modesto Dos Santos

Secretário de Estado de Gestão

Jean Marcel Da Silva Campos

Secretário de Estado do Gabinete de Comunicação

Ana Luiza Avila Peterlini De Souza

Secretária de Estado de Meio Ambiente

Leandro Faleiros Rodrigues Carvalho

Secretário de Estado de Cultura, Esportes e Lazer

Eduardo Cairo Chiletto

Secretário de Estado das Cidades

Gustavo Pinto Coelho De Oliveira

Secretário de Estado do Gabinete de Assuntos Estratégicos

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

SEPLAN
SECRETARIA DE
ESTADO DE
PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

Marco Aurélio Marrafon

Secretário de Estado de Planejamento

José Bussiki Figueiredo

*Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão de
Políticas Públicas / Coordenador Geral do PPA*

Roberta Maria Amaral de Castro Pinto Penna

*Superintendente de Formulação, Monitoramento e
Avaliação / Coordenadora Técnica do PPA*

Coordenadores de Grupos Temáticos

Andreia Auxiliadora Paula Caldas
Carolina Angélica Karlinski
Daniela Sampaio Steinle
Janaína Loeffler de Almeida
Paulo Henrique Leite de Oliveira

Equipe Técnica

Equipe de Elaboração

Alexandre Cândido de Oliveira Campos
Andreia Auxiliadora Paula Caldas
Carlos Correa Ribeiro Neto
Carolina Angélica Karlinski
Cícero Eduardo Rodrigues Garcia
Claudenil Pereira de Pinho Costa
Cristiane Souza Silva
Daniela Sampaio Steinle
Darluce Barcelos Franco
Débora Pinheiro da Silva
Edmar Augusto Vieira
Edmar Roberto Prandini
Eliete Conceição da Rosa
Elizabeth Hernandez dos S. Bonamigo
Emanuelle Aguiar Palmeira
Janaína Loeffler de Almeida
Jocilene Oliveira Silva Palma
Keila Coimbra Sanches
Luciana Machado Guim
Lucienne Machado Fitipaldi
Pâmela de Carvalho Vieira
Paulo Henrique Leite de Oliveira
Paulo Mário Moura Pereira da Silva
Regiane Medinas Q. das Neves
Samantha Léa Dignart Silva
Sylvania Evanuce da Silva
Simone Câmera Lopes
Susan Dignart Ferronato
Telma Monteiro Lima Rassi

Uira Escobar Alioti

William Cesar Sampaio

William de Almeida

Wilton Leal Marinho dos Santos

Vínia Paula Rodrigues Stocco

Equipes Setoriais de Elaboração

Superintendentes, Coordenadores, Assessores e
Técnicos de Planejamento dos Órgãos e Entidades
do Poder Executivo, Poderes Legislativo e
Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas

Equipe de Orientações Estratégicas

Fátima Gonçalves
Janaína Loeffler de Almeida
Lourival Malhado Carvalho
Luceni Grassi de Oliveira
Nilson Antonio Batista
Pamela de Carvalho Vieira
Regiane Medinas Q. das Neves
Samantha Léa Dignart Silva
Simone Câmera Lopes

Equipe de Indicadores

Adriano Serafini Garcez - Coordenador
Anacleia Soares Pereira Dias
Elizangela Regina Santos Xavier
Geonir Paulo Schnorr
Gleice Fernandes da Silva
Guillermo Hel Azanky Barrios Beserra
Junior José Amorim
Vallência Maira Gomes

Equipe do Cenário Fiscal

Josiane Fátima de Andrade
Ricardo Roberto de Almeida Capistrano
Rogério de Oliveira e Sá

Equipe de Tecnologia da Informação

Graciely Ribeiro Correa
Kesler Diego Frantz de Lima
Lúcio Flávio dos Santos
Marcel Kuniochi - Coordenador

Equipe de Apoio

Carmem Cristina Fuchs
Pedro Salomé da Silva
Rafael Antonio Ribeiro Bortholacci

MENSAGEM Nº / 2015

**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimas Senhora e Senhores Parlamentares,**

Em obediência ao estabelecido no artigo 165, inciso I, da Constituição Federal e no artigo 164, parágrafo 6º, da Constituição Estadual, apresentamos, para apreciação dessa Casa de Leis, o Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

Em conformidade com as disposições constitucionais supra, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA é, pois, o instrumento normativo que materializa o planejamento por meio de programas e ações. É com base neste PPA que se definirão as metas e prioridades que, constando da Lei de Diretrizes Orçamentárias a cada exercício, nortearão a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Excepcionalmente, para o exercício de 2016, as metas e prioridades da Administração Pública Estadual são encaminhadas como anexo do Projeto de Lei em pauta, conforme disposto no artigo 164, parágrafo 9º, da Constituição Estadual.

O PPA 2016-2019 envolveu a alocação de recursos na ordem de R\$ 76.233.463.519 (setenta e seis bilhões, duzentos e trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta e três mil quinhentos e dezenove reais) para atingir os objetivos de 76 programas, sendo 43 programas finalísticos e 33 de gestão, manutenção e serviços ao Estado.

Fruto do esforço coletivo dos diversos setores do Governo, o PPA 2016-2019, elaborado desde o início deste ano, tem o papel de expressar os grandes desafios que temos pela frente e, na sua orientação estratégica, nos seus programas e ações, apresentar os compromissos deste Governo organizados em torno de cinco eixos fundamentais:

1. Viver bem;
2. Educar para transformar e emancipar o cidadão;
3. Cidades para viver bem: municípios sustentáveis;
4. Estado parceiro e empreendedor;
5. Gestão eficiente, transparente e integrada.

Esses são os eixos que nortearão a agenda deste Governo para os próximos quatro anos, objetivando a promoção da eficiência e competitividade de Mato Grosso para o desenvolvimento humano e social de nossa população.

Para tanto, apresentamos as propostas de setores como educação, segurança e saúde, que expressam o nosso respeito para com as pessoas que ajudam a construir Mato Grosso. Propomos, ainda, investimentos em infraestrutura, como a recuperação, reconstrução e ampliação da nossa malha rodoviária, no sentido de melhorar a logística de escoamento da produção de nosso estado, bem como pautamos a busca da eficiência e da modernidade na máquina pública, o uso racional e responsável dos recursos públicos.

É importante ressaltar que as estratégias a serem implementadas no próximo quadriênio são condizentes com a realidade das finanças públicas. Por isso, foram elaborados cenários macroeconômicos e fiscais consistentes, de modo a não comprometer a capacidade de implementação das políticas, tampouco o equilíbrio das contas públicas.

Sinto-me, como Governador do Estado, comprometido a realizar as entregas, a nossa população, dos bens e serviços consolidados neste PPA, que será a base da transformação positiva pela qual vai passar a sociedade de Mato Grosso.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos demais parlamentares dessa Casa Legislativa, os protestos de minha elevada consideração.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá-MT, 28 de agosto de 2015

PEDRO TAQUES

Governador do Estado

LEI Nº 10.340 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, apresentando as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, em cumprimento às disposições contidas no Art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, e no Art. 162, § 1º, da Constituição Estadual de 1989.

Parágrafo único Integram o Plano Plurianual 2016-2019:

I – mensagem do Governo contendo:

a) as orientações estratégicas de Governo, que nortearão a Administração Pública para o período de vigência do Plano;

b) a apresentação do processo de formulação e revisão do PPA 2016-2019;

c) a descrição do cenário econômico, social, ambiental e fiscal;

d) a descrição dos riscos fiscais e da capacidade de financiamento.

II – anexos demonstrativos contendo:

a) Anexo I – PPA em números;

b) Anexo II – Programas finalísticos e de gestão, manutenção e serviços ao Estado para o quadriênio de 2016-2019;

c) Anexo III – Programas e ações padronizados;

d) Anexo IV – Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2016, em atendimento ao disposto no § 9º do Art. 164, da Constituição Estadual de 1989;

e) Anexo V – Mapa das Regiões de Planejamento que foram adotadas para a especificação da localização geográfica das metas físicas das ações.

Art. 2º O Plano Plurianual 2016-2019 organiza a atuação governamental em programas e ações, orientados para o alcance das orientações estratégicas de Governo, definidas para o período de sua vigência, as quais se encontram expressas na dimensão estratégica do Plano.

Art. 3º O PPA 2016-2019 terá como eixos fundamentais:

I – viver bem;

II – educar para transformar e emancipar o cidadão;

III – cidades para viver bem: municípios sustentáveis;

IV – estado parceiro e empreendedor;

V – gestão eficiente, transparente e integrada.

Art. 4º A dimensão estratégica do Plano Plurianual 2016-2019 compreende os seguintes elementos:

I – eixo estratégico: elemento agregador das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado que tem como função nortear a organização e priorização de programas e ações governamentais, em razão de resultados estratégicos comuns;

II – diretriz: representa os objetivos constantes da orientação estratégica de Governo, expressando os resultados estratégicos perseguidos em cada eixo e orientando a elaboração dos programas;

III – resultado estratégico: expressa as diretrizes em termos numéricos, mensurando, por intermédio de indicadores, os resultados a serem alcançados pelo Governo nos diversos eixos de atuação;

IV – órgãos participantes do resultado: identifica as unidades cuja atuação reflete no alcance dos resultados estratégicos definidos em cada eixo, diante da responsabilidade sobre os programas;

V – programa: organiza as ações de Governo, articulando-as com a finalidade de concretizar os objetivos pretendidos, mediante o enfrentamento de problemas ou o aproveitamento de oportunidades.

§1º Os eixos estratégicos, diretrizes, resultados estratégicos, órgãos participantes do resultado,

LEI Nº 10.340 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

programas e ações encontram-se organizados e detalhados no Anexo

II – Programas finalísticos e de gestão, manutenção e serviços ao Estado para o quadriênio de 2016-2019, desta Lei.

§2º As despesas relativas à manutenção administrativa dos órgãos e às operações especiais, justamente por possuírem caráter continuado e serem comuns aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, serão apresentadas no Anexo III – Programas e ações padronizados, desta Lei.

§3º Para efeito desta Lei, os programas são classificados quanto ao beneficiário da entrega de bens e serviços, e quanto à contribuição para o alcance das orientações estratégicas de Governo, da seguinte maneira:

I – quanto ao beneficiário da entrega de bens e serviços, o programa pode ser:

a) programa finalístico: aquele que resulta em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade;

b) programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado: aquele em que o beneficiário é o próprio Estado, concentrando ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como àquelas não tratadas nos programas finalísticos.

II – quanto à contribuição para o alcance das orientações estratégicas de Governo, o programa pode ser:

a) programa estruturador: possui alto impacto, pois se encontra diretamente ligado às diretrizes estratégicas de Governo, representando sua base prioritária;

b) programa associado: auxilia os programas estruturadores no alcance dos objetivos estratégicos, constituindo-se nos demais programas desenvolvidos na programação do Estado;

c) programa especial: é aquele que não possui identificação direta com a área estratégica, mas que é essencial para o funcionamento da administração estadual.

§4º Os programas constituem o elo entre a dimensão estratégica e tática do Plano.

Art.5º A dimensão tática do Plano Plurianual 2016-2019 compreende as ações governamentais, que compõem o programa e se articulam para o alcance do seu objetivo, apresentando os produtos e serviços que serão entregues à sociedade e ao próprio Estado.

§1º As ações podem ser:

a) projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de Governo;

b) atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo;

c) operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§2º No Plano Plurianual 2016-2019 poderão constar ações de natureza orçamentária ou não-orçamentária:

I – as ações orçamentárias demandam a alocação direta de recursos orçamentários para sua execução, devendo ser observadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, nas Leis Orçamentárias Anuais e nas leis que as modifiquem.

II – as ações não orçamentárias não demandam a alocação direta de recursos orçamentários, apresentando apenas custos indiretos (recursos gerenciais, tecnológicos, humanos, materiais e outros), devendo ser observadas apenas nos instrumentos gerenciais de planejamento.

Art.6º Os programas do Plano Plurianual 2016-2019

LEI Nº 10.340 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

apresentarão os valores globais para sua implementação, especificados para o primeiro ano do plano (2016), e agregados nos demais exercícios (2017-2019).

§1º As ações que compõem o programa apresentarão os produtos e respectivas metas físicas, especificadas para o primeiro ano do plano (2016), e agregadas nos demais exercícios (2017-2019).

§2º As metas financeiras das ações serão detalhadas apenas no nível gerencial do Plano Plurianual 2016-2019, em sistema informatizado adotado pelo Governo do Estado para essa finalidade.

§3º As ações orçamentárias que compõem os programas padronizados serão apresentadas no Plano Plurianual 2016-2019 de forma agregada e com valores globais, sem detalhamento específico da programação.

Art. 7º Os valores financeiros dos programas e as metas físicas das ações são estabelecidos no Plano Plurianual 2016-2019 como referenciais, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais e em seus créditos adicionais.

CAPÍTULO II DA GESTÃO DO PLANO

Seção I Aspectos Gerais

Art. 8º A gestão do Plano Plurianual observará os princípios de eficiência e eficácia, compreendendo implementação, monitoramento, avaliação e revisão de programas e ações.

Art. 9º O Poder Executivo manterá sistemas informatizados de planejamento e monitoramento para apoio à gestão do Plano Plurianual 2016-2019.

Art. 10 À Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN cabe estabelecer normas e procedimentos, orientar e coordenar a gestão do Plano Plurianual 2016-2019.

Seção II Das Revisões e Alterações do Plano

Art. 11 Serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração

da Lei do Plano Plurianual:

I – a exclusão ou a alteração de eixos, diretrizes, programas e ações, constantes desta Lei; e/ou

II – a inclusão de novos eixos, diretrizes, programas e ações.

§1º Os projetos de lei de revisão, quando necessários, serão encaminhados à Assembleia Legislativa até 30 de setembro.

§2º Os projetos de lei de revisão ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual conterão, no mínimo:

I – na hipótese de inclusão de eixo, diretriz, programa ou ação:

a) a exposição fundamentada das razões que motivam a proposta;

b) a indicação dos recursos que financiarão a demanda, quando houver custo direto para sua implementação.

II – na hipótese de alteração ou exclusão de eixo, diretriz, programa ou ação, a exposição fundamentada das razões que motivam a proposta.

Art. 12 Consideram-se como alteração dos elementos que compõem o Plano Plurianual 2016-2019, constantes desta Lei, as modificações referentes aos seus respectivos atributos, que se classificam em:

I – estruturantes: são aqueles que se referem às raízes de concepção do plano, implicando diretamente nos aspectos de elaboração dos programas e ações;

II – não estruturantes: são aqueles que apresentam os aspectos gerenciais do plano, que devem ser constantemente atualizados e aprimorados.

§1º São atributos estruturantes:

I – a denominação do eixo estratégico;

II – a denominação da diretriz;

III – objetivo e o público alvo dos programas; e

LEI Nº 10.340 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

IV – o objetivo específico da ação.

§2º São atributos não estruturantes:

I – a denominação e meta do resultado estratégico;

II – a denominação dos órgãos participantes do resultado;

III – a denominação do programa;

IV – os resultados pactuados;

V – o horizonte temporal;

VI – a unidade responsável pelo programa;

VII – a denominação da ação;

VIII – o produto da ação, com suas respectivas meta e unidade de medida;

IX – a unidade responsável pela ação; e

X – as regiões atendidas.

Art.13 A alteração dos atributos estruturantes deve ser realizada, obrigatoriamente, por projeto de lei de revisão ou específico de alteração d a Lei do PPA.

Parágrafo único Fica o Poder Executivo autorizado a promover, apenas pela via administrativa e diretamente nos sistemas informatizados, sem necessidade de envio de projeto de lei à Assembleia Legislativa:

I – a alteração dos atributos não estruturantes; e

II – a inclusão ou exclusão de resultados estratégicos e órgãos participantes do resultado.

Art.14 A inclusão de novas ações, ou alteração das ações constantes do Plano Plurianual 2016-2019, poderá ocorrer diretamente por intermédio da Lei Orçamentária ou de seus créditos adicionais.

Parágrafo único A inclusão e alteração promovidas na forma estabelecida no caput deste artigo devem respeitar a metodologia definida pela Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN e, no caso de alteração da ação, deverá ser mantida sua codificação e finalidade.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.15 O Poder Executivo divulgará, pela internet, anualmente, em função de alterações ocorridas:

I – a legislação que venha alterar a Lei do Plano Plurianual;

II – o descritivo das modificações realizadas pelo Poder Executivo, em razão do disposto no Art. 13, parágrafo único, desta Lei;

III – o comparativo entre a programação constante da Lei do Plano Plurianual e das Leis Orçamentárias Anuais, do quadriênio 2016 a 2019, em razão do disposto no Art. 14 desta Lei.

Art.16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá-MT, 16 de novembro de 2015

PEDRO TAQUES

Governador do Estado

SUMÁRIO

1 ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO	12
2 APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE FORMULAÇÃO E REVISÃO DO PPA	15
3 CENÁRIO ECONÔMICO	16
3.1 Cenário Macroeconômico Internacional, Brasileiro e Estadual	16
3.1.1 Cenário Internacional	16
3.1.2 Cenário Nacional	18
3.1.3 Cenário Estadual	20
3.1.3.1 Dinâmica do Comércio Exterior	25
3.1.3.2 Produção Primária	26
3.1.3.3 Produção da Agricultura Familiar	28
3.1.3.4 Produção Industrial	29
3.1.3.5 Serviços	29
3.1.3.6 Comércio	30
3.1.7 Infraestrutura Logística	31
3.1.3.7.1 Concessões Rodoviárias	32
3.1.3.7.2 Investimentos em Logística de Transportes	32
4 CENÁRIO SOCIAL	37
4.1 Educação	37
4.2 Segurança	44
4.3 Saúde	49
4.4 Combate à Pobreza	51
5 CENÁRIO AMBIENTAL	56
6 CENÁRIO FISCAL	61
6.1 Evolução das Receitas	61
6.2 Evolução das Despesas	65
7 RISCOS FISCAIS	69
7.1 Riscos Relativos às Variações da Receita	69
7.2 Riscos Relativos às Variações da Despesa	70
7.3 Riscos da Dívida Pública	71
8 CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO	72
9 REFERÊNCIAS	73
ANEXOS	
Anexo I - PPA 2016-2019 em Números	75
Anexo II - Programas finalísticos e de gestão, manutenção e serviços ao Estado para o quadriênio de 2016-2019	95
Anexo III - Programas e ações padronizados	157
Anexo IV - Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2016	163
Anexo V - Mapa das Regiões de Planejamento	171



1.

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO

O planejamento governamental é um processo ordenado e sistemático de tomada de decisão acerca do caminho a ser seguido e, por conseguinte, das ações a serem executadas para a construção de um futuro desejado.

Ocorre que, de acordo com as disposições constitucionais, as ações governamentais devem ser formalizadas e materializadas nos instrumentos de planejamento.

Para subsidiar a elaboração do Plano Plurianual (PPA), constituído como o instrumento central do planejamento governamental, observou-se a necessidade de estabelecer uma agenda estratégica que expressasse os resultados almejados pelo Governo e orientasse a formulação dos programas e ações.

Nesse novo modelo de concepção do plano, utilizou-se como premissa o entendimento de que a estratégia deve preceder a ação, razão pela qual a proposição dos programas e ações partiu da orientação estratégica, visando promover o alinhamento entre as dimensões estratégica, tática e operacional do planejamento governamental, no sentido de cima para baixo.

Assim, buscou-se inverter a lógica de planejamento, até então vigente, que se baseava principalmente na construção da agenda de Governo a partir dos planejamentos setoriais (no sentido de baixo para cima). Essa sistemática ensejava no desalinhamento estratégico da máquina pública, na medida em que as estratégias de atuação construídas por cada órgão ou entidade baseavam-se em análise de suas demandas particulares e segmentadas, tornando-se, muitas vezes, sobrepostas, divergentes e até

mesmo conflitantes.

Logo, para a definição da estratégia a ser adotada pelo Governo para o quadriênio 2016-2019 foram utilizados como insumo o Plano de Longo Prazo do Estado de Mato Grosso (PLP) e o Programa de Governo “Pra Mudar Mato Grosso”, pois ambos materializam em seu bojo decisões estratégicas.

Nesse sentido, observa-se que o PLP apresenta um corpo coerente e integrado de ações, que representam de forma sistematizada as grandes decisões e escolhas de Governo, a fim de construir o futuro desejado pela sociedade e promover o desenvolvimento sustentável do estado, ao longo de vinte anos.

Por outro lado, o Programa de Governo apresenta os compromissos para o mandato do governante eleito (quatro anos), pactuados com a sociedade por intermédio do voto nas eleições.

Nota-se, no entanto, que a exequibilidade tanto do PLP, quanto do Programa de Governo, condiciona-se à incorporação de suas decisões estratégicas pelo PPA, ensejando na necessidade de alinhamento entre esses três instrumentos de planejamento.

Diante das diferenças entre seus escopos, perspectivas e horizontes temporais, foram definidos os atributos conceituais que estabeleceriam as conexões entre PLP e Programa de Governo, desdobrando-se na Orientação Estratégica de Governo, cujos elementos seriam a base para a concepção do PPA.

Nessa perspectiva, foram definidos

como elementos da Orientação Estratégica de Governo:

I – Eixo: elemento agregador das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, apresentando os grandes blocos de programas e ações governamentais, agrupados em razão de resultados estratégicos comuns;

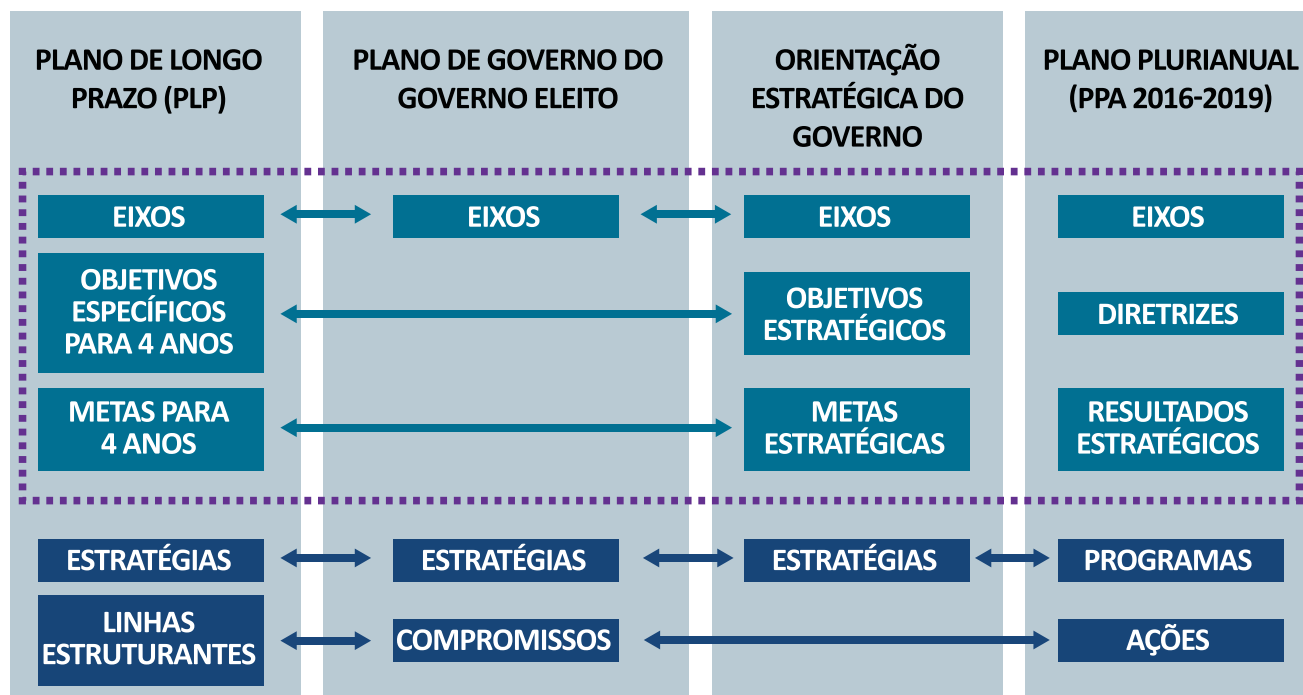
II – Objetivo Estratégico: define o resultado estratégico que o Governo deseja alcançar (deriva do desdobramento do Programa de Governo e do PLP), constituindo-se nas diretrizes para a elaboração de programas;

III – Meta estratégica: sinaliza quantitativamente, por intermédio de indicador(es), o desempenho do Governo para cada um dos objetivos estratégicos;

IV – Estratégia: conjunto de ações propostas para o alcance dos objetivos estratégicos, que dão origem aos programas.

Para a formação desses elementos foram selecionados, como atributos de alinhamento, os eixos, os objetivos específicos e suas metas prioritárias, as estratégias e as linhas estruturantes, oriundos do PLP; e os eixos, as estratégias e os compromissos, oriundos do Programa de Governo, conforme se observa na Figura 1 a seguir:

Figura 1.
Alinhamento Estratégico entre PLP,
Programa de Governo, Orientação Estratégica de Governo e PPA



Fonte: SEPLAN

A definição da Orientação Estratégica de Governo, a partir do desdobramento do PLP e do Plano de Governo “Pra Mudar Mato Grosso”, ocorreu em três fases.

Na primeira, foi efetuado o desdobramento dos objetivos específicos, das metas e estratégias de longo prazo (20 anos) para o horizonte de médio prazo (4 anos). Nessa fase, as decisões estratégicas, estabelecidas no Plano de Governo, orientaram os recortes dos atributos de longo prazo do PLP para o horizonte de médio prazo do PPA.

A segunda fase foi a de priorização dos objetivos específicos e das metas, ambos definidos na etapa anterior, utilizando-se a ferramenta Gravidade, Urgência e Tendência (GUT).

Na terceira fase ocorreu o alinhamento estratégico, em que foram estabelecidos os vínculos entre curto, médio e longo prazo, visando ao aprendizado e ao crescimento organizacional. Nesse momento, para o desdobramento das estratégias a serem implementadas, foi utilizado

como principal ferramenta o Mapa da Estratégia, oriundo do Balanced Scorecard (BSC).

Nesse sentido, observa-se que o Mapa da Estratégia demonstra a representação gráfica da agenda estratégica de governo, favorecendo a visualização da relação de causa e efeito entre os objetivos selecionados, formando um conjunto integrado que descreve, consistentemente, a estratégia alinhada à visão de futuro do Estado.

Sendo assim, apresenta-se a seguir os eixos e seus respectivos objetivos estratégicos, que compõem o Mapa da Estratégia, Figura 2, materializando a Orientação Estratégica de Governo, a partir da qual foram definidos os programas e ações do PPA 2016-2019.

VIVER BEM

- Garantir proteção social para promover dignidade e assegurar direitos;
- Melhorar o acesso equitativo e a resolutividade dos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS;
- Reduzir a morbimortalidade no Es-

tado;

- Aumentar a segurança dos cidadãos, contribuindo para que o Estado se torne um lugar mais seguro para viver;
- Promover as artes, a cultura, o esporte e o lazer de forma democrática e descentralizada.

EDUCAR PARA TRANSFORMAR E EMANCIPAR O CIDADÃO

- Universalizar o atendimento e melhorar a qualidade da educação básica;
- Reduzir o analfabetismo;
- Elevar a capacidade científica, técnica, tecnológica e de inovação do Estado.

CIDADES PARA VIVER BEM: MUNICÍPIOS SUSTENTÁVEIS

- Promover ações de desenvolvimento urbano;
- Melhorar a efetividade das ações para conservação ambiental, contribuindo para a qualidade de vida da população.

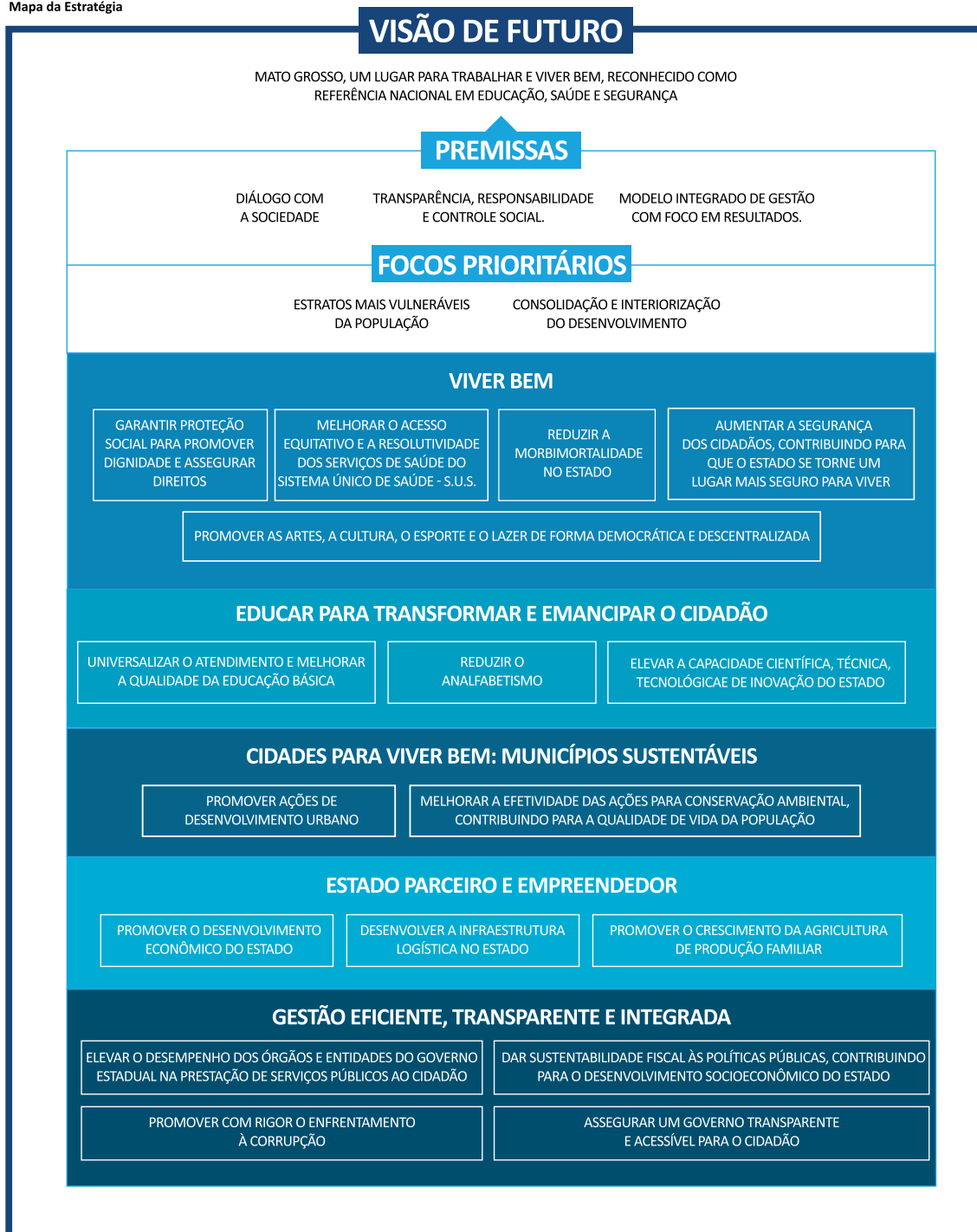
ESTADO PARCEIRO E EMPREENDEDOR

- Promover o desenvolvimento econômico do Estado;
- Desenvolver a infraestrutura logística no Estado;
- Promover o crescimento da agricultura de produção familiar.

GESTÃO EFICIENTE, TRANSPARENTE E INTEGRADA

- Elevar o desempenho dos órgãos e entidades do governo estadual na prestação de serviços públicos ao cidadão;
- Dar sustentabilidade fiscal às políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado;
- Promover com rigor o enfrentamento à corrupção;
- Assegurar um governo transparente e acessível para o cidadão.

Figura 2.
Mapa da Estratégia



Fonte: SEPLAN, 2015

2.

APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE FORMULAÇÃO E REVISÃO DO PPA

Com o intuito de possibilitar o aprendizado, diante da experiência construída pelas equipes técnicas, bem como de verificar oportunidades de melhoria, apresenta-se, resumidamente, as etapas que ensejaram na formulação da proposta do PPA 2016-2019, bem como a premissa para revisão deste instrumento de planejamento.

O processo formal de elaboração do PPA 2016-2019 teve início com a publicação do Decreto n. 29, de 26 de fevereiro de 2015, que estabeleceu a agenda inicial para os trabalhos e determinou a observância da Orientação Estratégica de Governo como pressuposto para a concepção de programas e ações.

Em seguida, foram definidas as equipes do órgão central e das unidades setoriais que coordenariam a elaboração do plano, por intermédio da formação dos Grupos Temáticos, conforme a Portaria SEPLAN n. 09, 26 de fevereiro de 2015.

No início de março de 2015, a Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN) realizou a capacitação das equipes setoriais, a fim de disseminar os conceitos, a metodologia, a descrição das etapas de elaboração e as instruções para formulação dos programas, definidos no Manual de Orientações para Elaboração do PPA 2016-2019 e no Guia Prático das Oficinas, compreendendo um total de 134 (cento e trinta e quatro) servidores capacitados.

Partindo, então, do mapa da estratégia, foram realizadas as oficinas de planejamento para a concepção dos programas e ações, que envolveram os servidores dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual,

durante um período de dois meses. Nas oficinas de planejamento, os objetivos estratégicos e as estratégias foram a base para a identificação dos problemas e demandas a serem tratados pela atuação estatal, promovendo o alinhamento da programação à Orientação Estratégica de Governo, e a identificação das inter-setorialidades que exigiam a cooperação das unidades setoriais.

Utilizando, então, ferramentas como Metaplan, Árvore de Problemas e Marco Lógico, entre outras, foram definidos os programas e ações governamentais, bem como os atributos que os compõem, constituindo a etapa qualitativa de elaboração do plano.

No final de abril de 2015, com a definição dos limites orçamentários e financeiros para os programas e ações, deu-se início à etapa quantitativa de elaboração do plano, compreendendo o desdobramento das ações e a definição das metas físicas e financeiras, que perdurou por aproximadamente três meses.

Ressalta-se que essa fase também envolveu um conjunto de novas agendas junto às unidades setoriais, num processo de ajuste fino da programação, visando garantir o alinhamento estratégico no desdobramento de programas e ações.

Assim, obedecendo às disposições constitucionais, este documento apresenta a consolidação da proposta para o PPA 2016-2019, que é o resultado do trabalho desenvolvido pelo nível estratégico de Governo e pelas equipes técnicas, a fim de materializar a estratégia e as ações de Governo para os próximos quatro anos.

Entretanto, como o processo de planejamento é dinâmico, houve a preocupação de definir, desde a concepção do plano, as orientações para o processo de sua revisão, com o intuito de finalizar e retroalimentar o ciclo de gestão das políticas públicas.

Dessa forma, o projeto de lei do Plano Plurianual 2016-2019 estabelece também os critérios para a revisão e constante atualização deste instrumento de planejamento, principalmente de seus atributos gerenciais, a fim de constituir-lo como uma ferramenta de gestão da Administração Pública Estadual.

3.

CENÁRIO ECONÔMICO

3.1 Cenário Macroeconômico Internacional, Brasileiro e Estadual

3.1.1 Cenário Internacional

A despeito de medidas necessárias à manutenção de desafios e alguns fatores de riscos destacados nos relatórios produzidos pelo International Monetary Fund (IMF), o panorama da economia internacional para os próximos anos é de cenário consolidado, com perspectiva de crescimento em ritmo moderado e com divergências entre as principais regiões, principalmente, nos países emergentes.

O quadro conjuntural apresentado nos principais relatórios publicados por instituições financeiras no mundo mostra uma sensível melhora no desempenho das principais economias, entretanto, isso ainda não foi suficiente para uma plena recuperação da crise iniciada em 2008, que teve recrudescimento na Europa entre 2010 e 2012.

Quando se analisa a situação das principais economias avançadas, observa-se que persiste um cenário com ociosidade dos fatores de produção (capital e trabalho), além da necessidade de ajustes fiscais em diversas economias desenvolvidas e, mais recentemente, em países em desenvolvimento, o que indica uma demanda em evolução contida (Tendências Consultoria Integrada, 2014).

Por outro lado, os países emergentes não demonstram a mesma capacidade de anos atrás para absorver os excessos de produção dos países avançados, em meio à perspectiva

de continuidade da desaceleração na China, além do menor dinamismo esperado para outras grandes economias emergentes como Brasil e Rússia.

Nesse sentido, existem fatores de incertezas globais para os próximos anos que não podem ser desprezados. Dentre os fatores e incertezas globais para os próximos anos pode-se destacar:

- Normalização da política monetária nos EUA e elevação dos juros;
- Ritmo de desaceleração da Economia da China;
- Recuperação econômica da Zona do Euro.

O relatório do International Monetary Fund (IMF), publicado em abril/2015, denominado Global Financial Stability Report (GFSR) traz um panorama sobre os desafios da política monetária mundial e o gerenciamento dessas incertezas. O estudo aponta que choques macroeconômicos colocam novos desafios para os mercados mundiais. Nessa linha, uma ampla gama de efeitos macroeconômicos e financeiros positivos e negativos ocorreram nos últimos seis meses e podem comprometer a estabilidade financeira mundial.

Do lado positivo, como apresentado no relatório World Economic Outlook, publicado pelo International Monetary Fund (IMF) em abril de 2015, o crescimento econômico mundial em 2015 deve ser um pouco maior em relação ao ano de 2014, sendo que a melhora no desempenho das economias avançadas deve ser o suficiente para compensar o crescimento mais lento nos mercados emergentes e em

economias em desenvolvimento.

Outrossim, os preços acentuadamente mais baixos do petróleo e das matérias-primas, juntamente com menores taxas de juros originárias de acomodação monetária ampliada são esperados para apoiar o crescimento por meio de ações de política monetária em 2016.

Medidas mais ousadas foram tomadas tanto na área do euro como no Japão para conter e reverter as pressões desinflacionárias. A flexibilização quantitativa adotada fornece uma forte estrutura para lidar com os riscos de deflação, e alguns dos canais principais de transmissão de deflação já estão sendo estancados. Ao mesmo tempo, o dólar se valorizou substancialmente, refletindo divergentes políticas monetárias adotadas em vários países, principalmente nos emergentes. O dólar se valorizou ante as principais moedas durante os últimos nove meses, comparados a qualquer período similar desde 1981.

Nesse contexto, os movimentos resultantes de taxas de câmbio reais têm refletido em mudanças nas perspectivas de crescimento e exposições para baixar os preços do petróleo, o que deve apoiar a recuperação global. No entanto, riscos associados à estabilidade financeira em torno dessa linha de base, pode representar uma barreira à recuperação econômica.

Embora os benefícios da linha de base permitam aos países ampliar a distribuição e acumular, ao longo do tempo, o impacto negativo de choques recentes está concentrado e já está afetando setores e economias com vulnerabilidades pré-existen-

tes. Enquanto isso, a consequência de riscos financeiros e de mudanças estruturais nos mercados de crédito estão mudando o locus de riscos da estabilidade financeira de economias avançadas para mercados emergentes, dos bancos para os bancos sombrios, e de solvabilidade aos riscos de liquidez do mercado.

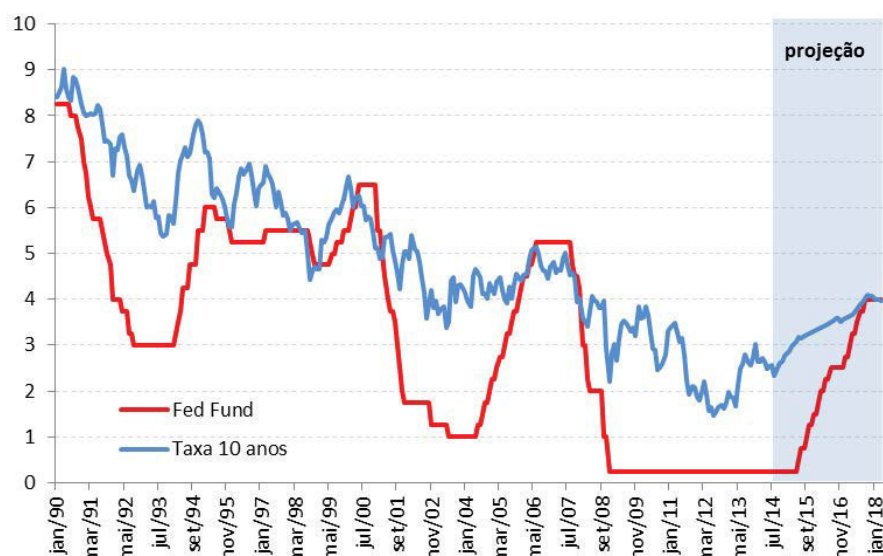
O relatório World Economic Outlook (2015) aponta, ainda, que os desafios impostos pelas economias avançadas devem acrescentar-se a essas pressões de riscos e volatilidade, deixando a estabilidade global com o risco mais elevado e acentuado nos países emergentes.

Os Estados Unidos surgem como destaque nas perspectivas para os próximos anos, embora seja preciso manter o rigor fiscal e a normalização monetária se apresente como fator limitante no melhor desempenho econômico. Em relação ao ajuste fiscal, houve relativo progresso, reduzindo o déficit federal de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009 para 3,3% do PIB em 2013. Em linhas gerais, a trajetória recessiva deve ser reduzida nos próximos anos, com a contribuição do consumo do Governo, embora o endividamento elevado do setor público seja um fator limitante (Tendências Consultoria Integrada, 2014).

Em relação aos ajustes monetários, a expectativa considerada em um cenário denominado básico pela Tendências Consultoria Integrada (2014, p.5) contempla a primeira elevação dos juros básicos em junho de 2015. Seguindo uma trajetória de 1,5% ao final de 2015, 2,5% para o final de 2016 e 4,0% ao final de 2017.

Gráfico 1 .

Taxa dos Fed Funds e Yield do Treasury de 10 anos



Fonte: Federal Reserve (projeções Tendências Consultoria Integrada)

Outro fato preocupante é a situação dos países produtores de petróleo e exportadores de commodities, que foram severamente afetados pela queda de avaliações de ativos e pelo aumento dos riscos de crédito. De igual modo, os setores de energia e de matérias-primas provenientes de empresas em mercados emergentes, que representam mais de um terço das obrigações de empresas não financeiras que emitiram título em moeda forte desde 2007, têm sido particularmente atingidos.

O declínio na capacidade de endividamento e reembolso do setor de petróleo e gás tornaram-se mais evidentes para as empresas na Argentina, Brasil, Nigéria e África do Sul, por causa dos preços baixos do petróleo, bem como para os países soberanos dependentes das receitas do petróleo, como a Nigéria e a Venezuela.

A volatilidade nas principais taxas de câmbio aumentou mais do que durante qualquer outro período, desde

a crise financeira global evidenciada em 2008. Também contribui para isso a reduzida liquidez nos mercados tanto do câmbio quanto o de renda fixa, bem como a alteração na composição das bases investidoras nesses mercados. As tensões resultantes nos mercados financeiros globais têm aumentado os riscos de mercado e de liquidez, uma vez que episódios súbitos de volatilidade poderiam tornar-se mais comuns e mais frequentes daqui para frente.

Por outro lado, os mercados emergentes devem procurar amortecer o impacto das turbulências globais e salvaguardar a capacidade de resistência dos seus sistemas financeiros, através do reforço da vigilância de setores vulneráveis.

Diante desse contexto, o cenário básico para a economia mundial projetado pela Tendências Consultoria Integrada para os próximos 10 anos (2014-2024) contempla um crescimento mundial médio de 3,6% ao ano, inferior à média

registrada nos 10 anos que antecederam à crise financeira de 2008 (4,0%), porém, superior à taxa observada no período entre 2008 e 2013 (3,1%).

Em linhas gerais, nesse cenário é possível avaliar o desempenho com decréscimo moderado da economia chinesa, a média para o período ficaria em torno de 6,1% ao ano, muito inferior ao observado nos 10 anos encerrados em 2013 (10,2% a.a.). Espera-se crescimento moderado nos Estados Unidos, que atingiria a média de 2,3% e desempenho fraco e instável na Europa. Para o cenário básico, o crescimento médio é de apenas 1,4% na Zona do Euro¹.

Convém ressaltar que o estado de Mato Grosso tem como principal país de destinação dos seus produtos a China. Ao todo foram exportados em 2014, o equivalente a US\$ 4,620 bilhões de dólares, somente em Soja, o que resultou num saldo na balança comercial de US\$ 13,029 bilhões. Por isso, é preciso que esse cenário seja acompanhado e avaliado constantemente, para que medidas internas possam corroborar com a melhoria do ambiente de negócios local.

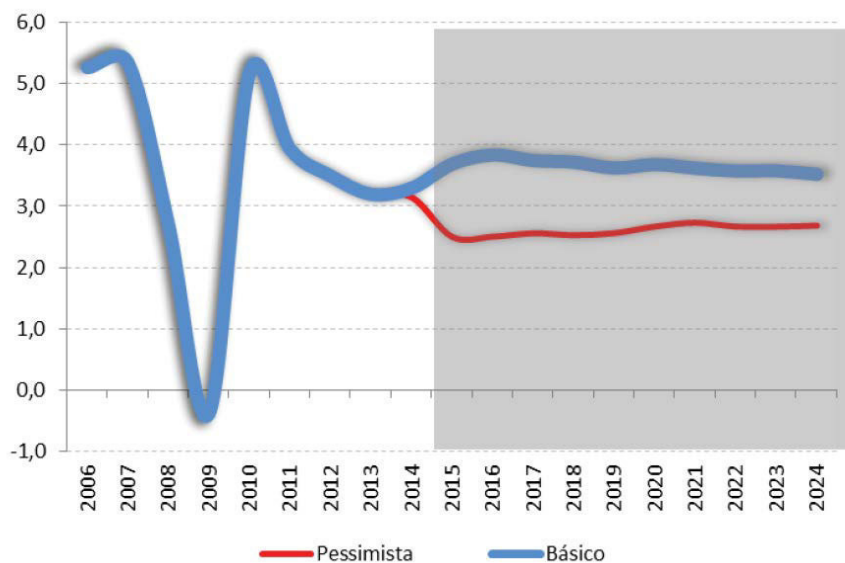
Nesse sentido, o monitoramento do cenário internacional é fundamental para a economia estadual, na medida em que a volatilidade do câmbio e das economias avançadas têm forte influência na economia nacional e local.

3.1.2 Cenário Nacional

A instabilidade político-social presenciada no Brasil nos últimos anos é um quadro relativamente comum aos países que experimentaram processo de crescimento e mudança social, sem o devido fortalecimento do desenho institucional. Um cenário econômico de crescimento de longo prazo só pode ser construído a partir do fortalecimento das regras do jogo político, permitindo a construção de um processo decisório capaz de gerar políticas governamentais eficientes. Esse desafio é ainda mais relevante em países em transição para o bloco de economias medianas e avançadas.

A classe política precisa traduzir demandas sociais em políticas responsáveis, que gerem estabilidade temporal

Gráfico 2 .
Crescimento Mundial (cenário básico e pessimista)



Fonte: FMI, Tendências Consultoria Integrada (Produto 1, 2014, p.3)

e restabeleçam as regras do jogo. Os poderes da República, a burocracia estatal e os partidos políticos são a chave para a estabilidade econômica. Em boa medida, essa descrição se aplica ao atual contexto brasileiro. Os protestos de 2013 expressaram um mal-estar com a classe política brasileira. Naturalmente, esses descontentamentos devem refletir no modo como os Governos devem pautar as suas decisões futuras.

O Brasil convive e conviverá com juros mais elevados para conter a escalada inflacionária e a frouxidão fiscal dos últimos anos e os efeitos decorrentes do risco político percebido pelos agentes. Assim, em 2015 a Selic final de período subirá para 13,75% ao ano, enquanto que a média de juros no período 2015-2019 deve ficar em torno de 10,55%, tabela 1. A escalada dos juros se traduz em menos investimentos no setor produtivo, sendo uma das preocupações dos agentes econômicos no país.

A taxa de câmbio estimada, segundo o Itaú BBA, em 2015 deve ficar em média em R\$ 3,10, em 2019 o câmbio final de período deve chegar a R\$ 3,65. Enquanto que a dívida pública deve chegar a 34,3% em 2015 e subir para 35,6% em 2019.

Em relação ao centro da meta inflacionária, o Banco Central deve manter o objetivo de atingimento central. O horizonte de convergência para o centro da meta é que seria prolongado, em função dos efeitos inflacionários decorrentes do câmbio mais depreciado e de medidas pouco eficazes de contenção da taxa de inflação.

A inflação média esperada nos próximos anos, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deve ser de 5,82%, mas em trajetória descendente com início a partir de 2019, momento em que a inflação ficaria próximo ao centro (4,8%a.a.). A taxa de inflação média medida pelo índice de preço ao consumidor deve ficar em torno de 5,86% ao ano, para o período de 2015-2019.

O cenário básico utilizado neste PPA tomou como base para as projeções das receitas e despesas os estudos produzidos pela SEPLAN/SEFAZ em fevereiro de 2015. A expectativa nesse cenário é de que o Produto Interno Bruto nacional reduza em -0,42%, compatível com as projeções de mercado publicadas pelo Boletim Focus do Banco Central. Vale ressaltar que o cenário atual do Itaú BBA já apresenta tendência de queda de -1,5% (maio de 2015), as expectativas de mercado divulgadas pelo Boletim Focus do Banco Central sinalizaram em 29/05/2015, queda de -1,27%.

Tabela 1.

Brasil, Cenário de Médio Prazo das Principais Variáveis Econômicas, 2010-2019

Brasil	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Setor Externo e Taxa de Câmbio								
BRL / USD Nominal – final de período Balança comercial – USD Bil.	1,66 20	1,87 30	2,05 19	2,36 2	2,66 (6)	3,10 4	3,40 8	3,52 16
Exportações – USD Bil. Importações – USD Bil. Conta Corrente – % PIB	202 182 -2,1%	256 226 -2,0%	243 223 -2,2%	242 240 -3,4%	225 231 -4,4%	193 189 -4,1%	192 184 -3,6%	198 182 -3,3%
Atividade Econômica								
PIB Nominal – BRL Bil. PIB Nominal – USD Bil. Crescimento real do PIB	3.887 2.208 7,6%	4.375 2.611 3,9%	4.713 2.411 1,8%	5.158 2.388 2,7%	5.521 2.345 0,1%	5.900 1.954 -1,5%	6.286 1.928 0,7%	6.712 1.936 1,8%
Inflação								
IPCA INPC	5,9% 6,5%	6,5% 6,1%	5,8% 6,2%	5,9% 5,6%	6,4% 6,2%	8,5% 8,7%	5,5% 5,5%	5,3% 5,3%
Taxa de Juros								
Selic – final de período Taxa real de juros (SELIC/IPCA) – final de período TJLP – % Dez	10,75% 3,86% 6,00%	11,00% 4,89% 6,00%	7,25% 2,48% 5,50%	10,00% 2,39% 5,00%	11,75% 4,34% 5,00%	13,75% 4,45% 7,00%	12,00% 6,44% 8,00%	10,00% 5,36% 8,25%
Finanças Públicas								
Superávit Primário – % do PIB Superávit Nominal – % do PIB Dívida Líquida – % do PIB	2,6% -2,4% 39,1%	2,9% -2,5% 34,5%	2,2% -2,3% 32,9%	1,8% -3,1% 31,5%	-0,6% -6,2% 34,1%	0,8% -5,6% 34,3%	1,5% -4,1% 34,4%	2,0% -3,2% 34,6%

Fonte: Itaú BBA, maio, 2015

No cenário básico, espera-se que o PIB cresça em média (2016-2019) à taxa de 1,8% ao ano. A inflação medida pelo IPCA prevista para 2015 é de 7,27% e deve chegar próxima do centro da meta de inflação em 2019, com 4,8%. O índice de preço ao consumidor (INPC), principal indicador para correção salarial, está previsto em 7,36% a.a., para o período de 2016-2019 a média deve ser de 5,15% ao ano, com expectativa de chegar a 4,8% a.a. em 2019.

Tabela 2 .

Brasil, Cenário Básico Adotado -de Médio Prazo - com as Principais Variáveis Econômicas, 2014-2019

Variável	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PIB Nacional (crescimento real % a.a.)	0,14	-0,42	1,5	1,9	2,0	2,1
IGP-DI (% anual)	3,78	5,59	5,27	5,3	5,0	4,8
IPCA (% anual)	6,4	7,27	5,62	5,3	5,0	4,8
INPC (% anual)	6,22	7,36	5,50	5,3	5,0	4,8
Salário Mínimo (R\$ - anual)	724,00	788,00	854,19	913,99	979,79	1.047,40
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - fim de período)	2,65	2,82	2,93	3,08	3,16	3,15

Fonte: Simulador da Tendências Consultoria Integrada, SEFAZ, SEPLAN, fevereiro de 2015

¹ Na estimativa realizada pelo Itaú BBA para o período de 2015-2019, a taxa de crescimento médio Mundial ficaria em 3,6%, enquanto que na Zona do Euro ficaria em 1,7% ao ano. A expectativa média de crescimento anual da China é de 6,2% no mesmo período.

A taxa de câmbio média prevista para 2015 foi de R\$ 2,82 com tendência de crescimento, com possibilidade de chegar a R\$ 3,15 em 2019. A volatilidade do câmbio traz impactos positivos e negativos para a economia local, favorece positivamente a competitividade das exportações de commodities e negativamente afeta as finanças públicas do Estado de Mato Grosso, em função de que parte da dívida estadual está dolarizada².

Caso se mantenha a fórmula de correção do salário mínimo, que leva em consideração o crescimento do PIB e a inflação, o salário mínimo nacional passaria de R\$ 854,19 em 2016 para R\$ 1.047,40 em 2019. A expectativa de revisão do cálculo do fator previdenciário, conjuntamente com a expectativa de rediscussão do salário mínimo, deve impactar nas contas do Governo Federal, aumentando o déficit previdenciário com impacto nas finanças locais.

O quadro fiscal atravessa um período conturbado, no entanto, o Governo Federal adota medidas estruturantes para retomar a confiança dos agentes, que poderá culminar com a melhora significativa da transparência dos gastos públicos e esforço fiscal de média magnitude. O resultado primário médio estimado para o período de 2016-2019 será de 1,8% do PIB. Esse é o patamar de equilíbrio, resultado da escolha política que combina atenção aos programas sociais com certo equilíbrio macroeconômico.

Em certa medida, esses indicadores e variáveis econômicas devem ser monitorados pelo Governo do Estado de Mato Grosso, pois a alteração do cenário apresentado pode repercutir positivamente ou negativamente nas finanças estaduais.

3.1.3 Cenário Estadual

A economia de Mato Grosso teve nos últimos anos (após 1990) um desempenho significativo, considerando os demais entes da federação e a economia brasileira de forma global. O resultado desse destaque se deve em grande parte às condições favoráveis ao comércio exterior e à viabilização de investimentos internos em logística e inovações tecnológicas, à produção de

alimentos e ao desenvolvimento do setor de serviços.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam acentuada variação do PIB estadual frente às demais unidades da federação. O melhor resultado de Mato Grosso foi alcançado em 2007, com crescimento de 11,3%, sendo que o pior foi em 2009, ano em que obteve apenas 2,4%.

Quando comparado a estados como o Pará, por exemplo, os resultados são melhores. No entanto, observa-se que a partir de 2007 as variações do PIB têm sido de quedas sistemáticas em Mato Grosso, ao passo que no estado do Pará subiu de 2,2% em 2007 para 8,0% em 2010. Essa queda do PIB estadual, seguramente, inibe a trajetória de crescimento econômico, por consequência, reflete na disposição dos setores da economia na ampliação de seus investimentos, tabela 3.

Tabela 3.
PIB Estadual, Variação a Preços Constantes, 2000 a 2010 (em %)

UF	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
AC	4,1	3,8	4,4	3,9	7,6	7,4	5,4	6,5	6,9	1,2	10,9
AL	1,9	1,8	0,2	0,6	4,5	4,8	4,4	4,1	4,1	2,1	6,8
AM	7,8	2,8	5,9	4,6	10,3	10,4	2,6	4,5	4,5	2,0	10,0
AP	5,2	6,2	6,9	7,9	8,0	6,3	5,8	5,1	2,9	4,0	8,0
BA	4,1	0,4	1,5	2,2	9,6	4,8	2,7	5,3	5,2	0,6	6,6
CE	4,5	1,4	3,6	1,5	5,2	2,8	8,0	3,3	8,5	0,0	8,0
DF	3,3	3,3	4,1	1,5	4,9	5,2	5,4	5,9	3,8	4,0	4,3
ES	9,0	0,3	7,1	1,4	5,6	4,2	7,7	7,8	7,8	6,7	13,8
GO	5,0	3,3	5,3	4,2	5,2	4,2	3,1	5,5	8,0	0,9	8,8
MA	4,4	1,8	2,8	4,4	9,0	7,3	5,0	9,1	4,4	1,7	8,7
MG	5,1	0,1	3,7	1,4	5,9	4,0	3,9	5,6	5,2	4,0	8,9
MS	2,4	6,3	2,9	7,6	1,3	3,3	5,2	7,0	6,4	0,4	11,0
MT	7,6	6,7	9,4	4,2	16,1	5,2	4,6	11,3	8,6	2,4	3,6
PA	4,7	3,5	3,6	6,4	7,2	4,2	7,1	2,2	4,9	3,2	8,0
PB	4,4	0,8	4,8	5,3	2,8	4,0	6,7	2,2	5,5	1,6	10,3
PE	4,3	1,6	4,1	0,6	4,1	4,2	5,1	5,4	5,3	2,8	7,7
PI	3,2	2,1	1,7	5,4	6,3	4,5	6,0	2,0	8,8	6,2	4,2
PR	5,4	3,8	2,0	4,5	5,0	0,0	2,0	6,7	4,3	1,3	10,0
RJ	2,6	0,9	3,8	1,1	3,2	3,0	4,0	3,6	4,1	2,0	4,5
RN	4,6	1,9	4,9	1,5	3,5	4,0	4,8	2,6	4,5	1,5	5,1
RO	3,5	4,4	8,1	5,6	9,5	4,5	3,6	5,2	3,2	7,3	12,6
RR	4,0	7,3	8,1	3,4	5,5	4,4	6,3	2,6	7,6	4,6	9,6
RS	4,3	2,0	1,7	1,6	3,3	2,8	4,7	6,5	2,7	0,4	6,7
SC	4,2	3,2	2,0	1,0	7,5	1,6	2,6	6,0	3,0	0,1	5,4
SE	3,5	0,8	4,0	2,7	6,6	5,7	4,1	6,2	2,6	4,4	5,3
SP	4,3	0,4	1,2	0,4	6,1	3,5	4,0	7,4	5,9	0,8	7,9
TO	2,9	0,8	3,0	10,5	8,2	7,4	3,1	4,7	6,1	3,8	14,2

Fonte: Ipeadata, dados básicos de 2013. Nota: Dados trabalhados pelos autores

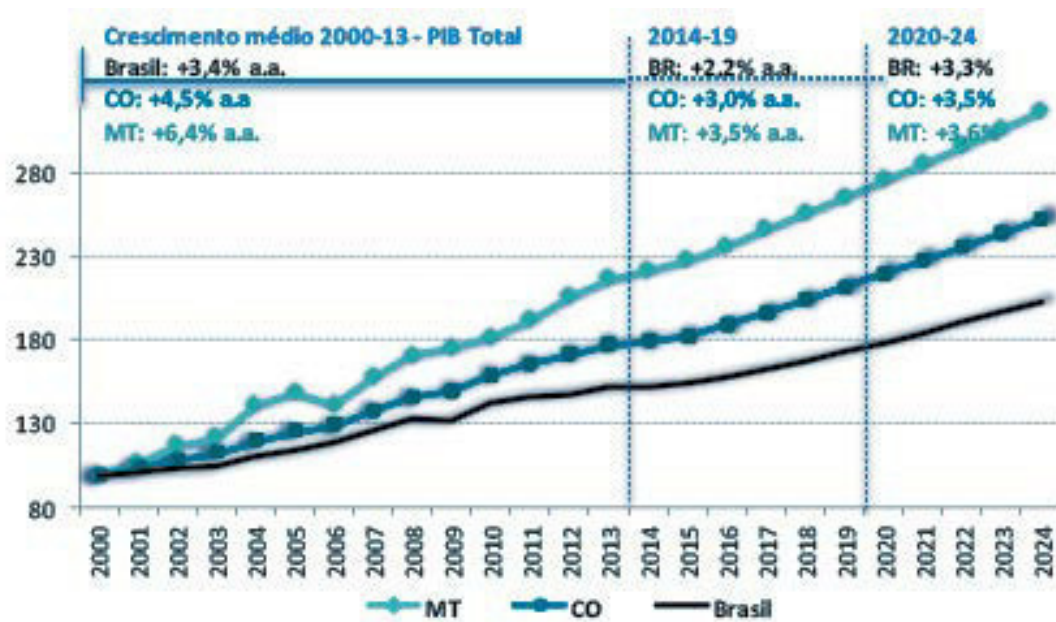
Considerando os estados que compõem a região Centro-Oeste, verifica-se que Mato Grosso do Sul obteve desempenho bem próximo ao observado em Mato Grosso, no fim do período.

Na média, Mato Grosso do Sul (4,56%) obteve resultado aquém em comparação ao de Mato Grosso (7,28%). Essas variações mostram o dinamismo econômico desses estados. Em 2010, os estados que apresentaram os maiores crescimentos foram TO, ES, RO, com respectivamente, 14,2%, 13,8% e 12,6%.

A perspectiva de crescimento do PIB de Mato Grosso é superior à do Brasil e da região Centro-Oeste. No período 2000-2013, o desempenho expressivo do PIB total de Mato Grosso foi de 6,4% a.a. em média. No gráfico 3 observa-se que a média do estado está bem acima da média do Centro-Oeste e também do Brasil.

Consolidando essa tendência, espera-se que Mato Grosso deva seguir com crescimentos expressivos, principalmente por conta da agropecuária. Investimentos importantes na infraestrutura devem impulsionar a economia do estado. A taxa média do PIB estadual entre 2014-2019 deve chegar a 3,5% ao ano, do Centro-Oeste 3,0% e a média do Brasil 2,2%.

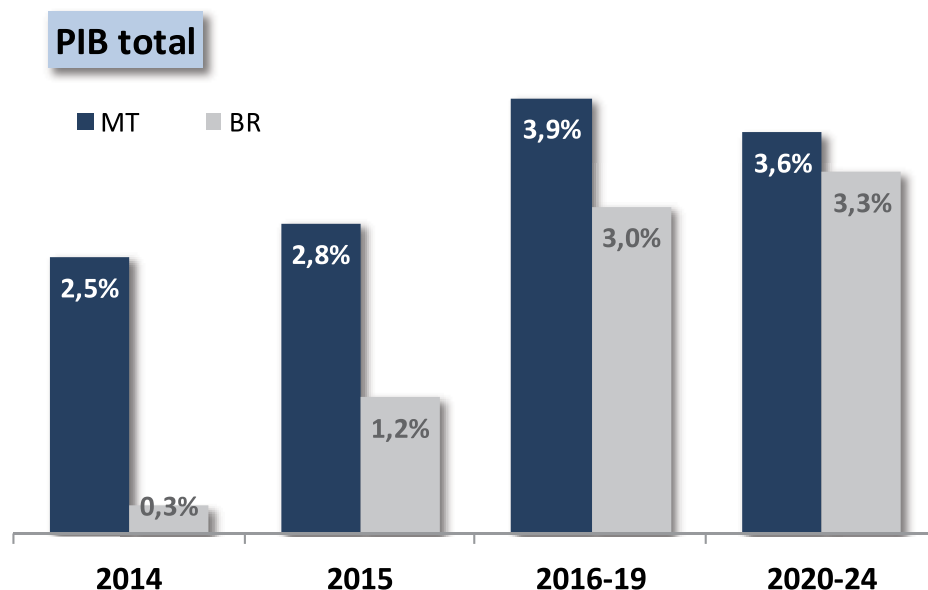
² O Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 29/05/2015 a expectativa da taxa de câmbio para 2015 deve chegar a R\$3,23.

Gráfico 3 .**Crescimento do PIB Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil, 2000 a 2024**

Fonte: IBGE, Tendências Consultoria Integrada, 2014

Com esse cenário básico, e mantendo essa expectativa de tendência de crescimento, espera-se que o PIB de Mato Grosso cresça em média 3,6% ao ano entre 2020 e 2024.

Para o período 2016-2019, o cenário projetado pela Tendências Consultoria Integrada (2014) prevê crescimento médio do PIB estadual em 3,9% ao ano, do Brasil ficaria em torno de 3,0%. A expectativa de crescimento no cenário da Tendências para o Brasil em 2015 foi de 1,2% positivo, pelo cenário básico adotado como parâmetro para as projeções da receita e das despesas o PIB seria negativo em -0,42%.

Gráfico 4 .**Crescimento do PIB Mato Grosso e Brasil, 2014 a 2024**

Fonte: IBGE, Tendências Consultoria Integrada, 2014

O cenário básico adotado pela SEPLAN/SEFAZ nas projeções do PPA 2016-2019 estima que o Estado de Mato Grosso deve crescer em média 3,7% ao ano. A perspectiva para 2015 é de crescimento do PIB em torno de 2,8% a.a., enquanto que o crescimento médio do PIB nacional deve ser de 1,9%. Ainda que o cenário Brasil não seja melhor, inclusive com queda do PIB prevista para este ano, a tendência é de recuperação no médio prazo.

Tabela 4 .**Brasil, Cenário Básico Adotado -de Médio Prazo - com as Principais Variáveis Econômicas, 2014-2019**

Variável	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PIB Nacional (crescimento real % a.a.)	0,14	-0,42	1,5	1,9	2,0	2,1
PIB Mato Grosso (crescimento real % a.a.)	2,5	2,8	2,9*	3,9	3,9	3,9

Fonte: Simulador da Tendências Consultoria Integrada, SEFAZ, SEPLAN, fevereiro de 2015

Apesar de o cenário básico acenar para uma situação preocupante no curto prazo, com queda do PIB e aumento do déficit público, medidas já adotadas de contenção do gasto e de ajuste nas contas públicas, conjuntamente com a melhoria do ambiente de negócios, deve induzir uma nova trajetória de crescimento econômico, fato que se pode observar nos indicadores e variáveis econômicas no médio prazo.

Outro aspecto relevante na análise econômica é saber como o estado está evoluindo na formação da riqueza frente a outros entes da federação.

O indicador de participação relativa mostra que Mato Grosso contribuía com 1,3% na formação do PIB nacional em 2000, passou a ter em 2012 participação ampliada para 1,8%, isso equivale a um aumento em torno de 0,5 pontos percentuais em 12 anos. A evo-

lução dos dados evidencia que pouco alterou a participação de Mato Grosso na formação da riqueza. Historicamente, os estados que compõem a região sudeste contribuíram de forma expressiva para formação do PIB, tabela 5.

Tabela 5 .**Participação Relativa do PIB a Preços de Mercado das Unidades da Federação, 2000 a 2012**

UF	2000	2001	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
AC	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
AL	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7
AM	1,4	1,4	1,5	1,6	1,6	1,7	1,6	1,5	1,5	1,6	1,6	1,5
AP	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
BA	3,9	3,9	4	4,1	4,2	4,1	4,1	4	4,2	4,1	3,9	3,8
CE	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	2	1,9	2	2	2,1	2,1	2,1
DF	3,9	4	3,7	3,6	3,8	3,8	3,8	3,9	4,1	4	4,0	3,9
ES	2	1,9	1,8	2,1	2,2	2,2	2,3	2,3	2,1	2,2	2,4	2,4
GO	2,2	2,3	2,5	2,5	2,4	2,4	2,5	2,5	2,6	2,6	2,7	2,8
MA	1	1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2	1,2	1,3	1,3
MG	8,5	8,5	8,8	9,1	9	9,1	9,1	9,3	8,9	9,3	9,3	9,2
MS	1	1	1,1	1,1	1	1	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2
MT	1,3	1,3	1,6	1,9	1,7	1,5	1,6	1,8	1,8	1,6	1,7	1,8
PA	1,6	1,7	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9	1,8	2,1	2,1	2,1
PB	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	0,9	0,9
PE	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,4	2,5	2,5	2,7
PI	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
PR	5,9	5,9	6,4	6,3	5,9	5,8	6,1	5,9	5,9	5,8	5,8	5,8
RJ	11,8	11,7	11,1	11,5	11,5	11,6	11,2	11,3	10,9	10,8	11,2	11,5
RN	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9
RO	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7
RR	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
RS	6,9	7,1	7,3	7,1	6,7	6,6	6,6	6,6	6,7	6,7	6,4	6,3
SC	3,7	3,7	3,9	4	4	3,9	3,9	4,1	4	4	4,1	4,0
SE	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
SP	36	35,6	34,1	33,1	33,9	33,9	33,9	33,1	33,5	33,1	32,6	32,1
TO	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

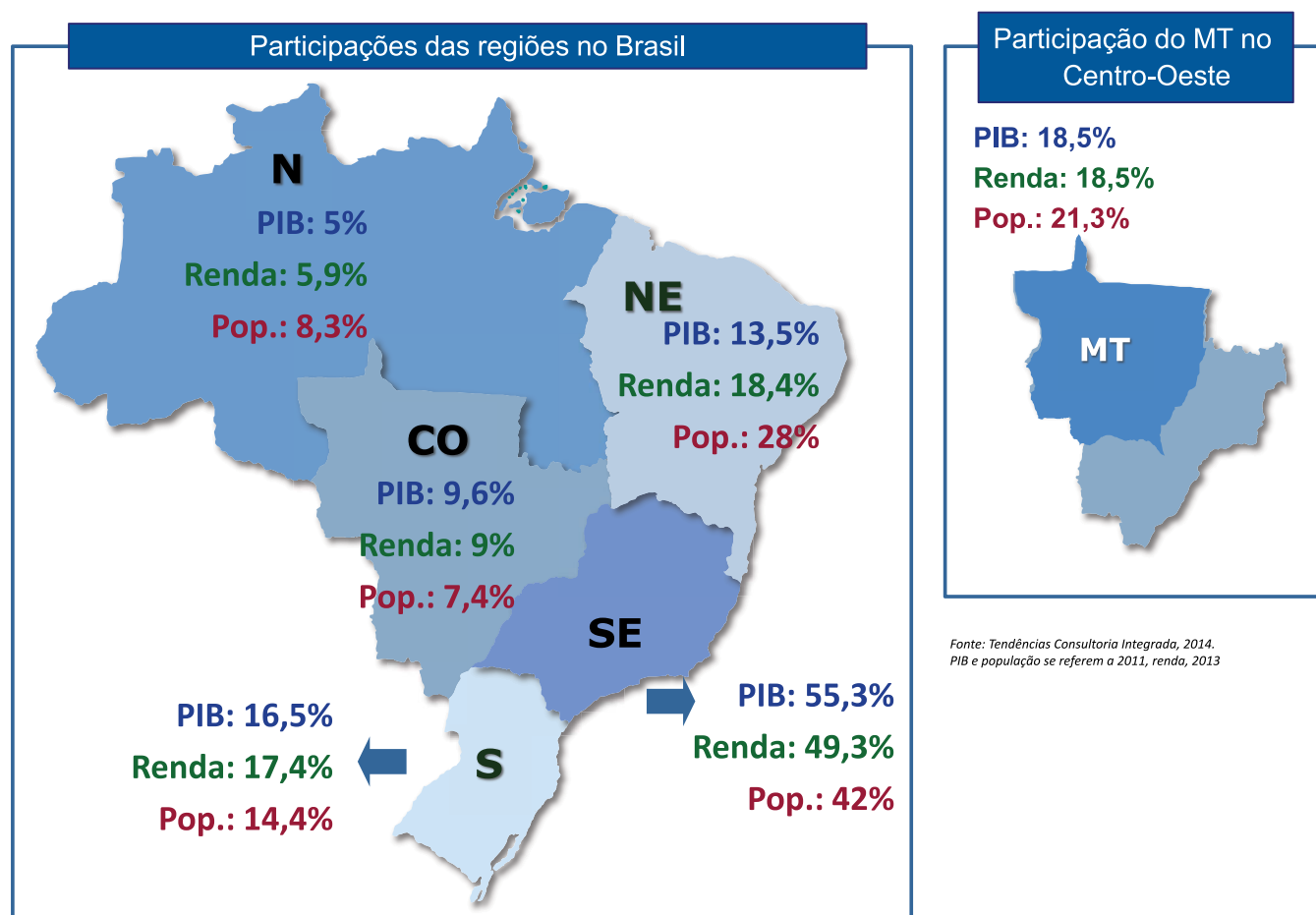
Fonte: IBGE, 2015. Dados trabalhados (Em %)

Mesmo com o crescimento de boa parte das economias estaduais, a concentração da riqueza reforça os aspectos da desigualdade no Brasil. Em termos gerais, inserem-se os mecanismos de partilha que têm o papel de amenizar as desigualdades, redistribuindo parte da arrecadação tributária do governo nacional para os estados de economia periférica.

Essa dinâmica impõe aos estados com menor peso na formação do PIB nacional uma dependência maior dos recursos do Governo Federal. No caso de Mato Grosso, em função do dinamismo econômico voltado para o mercado exterior, a dependência é ainda maior em função dos recursos do Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações (FEX), provenientes da isenção concedida pela Lei Kandir.

Os mapas a seguir apresentam o percentual de participação do PIB, renda e população das regiões brasileiras e a participação de Mato Grosso na Região Centro-Oeste (CO). Essa visão geográfica da riqueza e da população permite demonstrar a situação da região CO no contexto atual das regiões brasileiras.

Figura 3 .
Participação das Regiões, PIB, Renda e População, 2011 e 2013



O que se pode observar na distribuição da renda, PIB e população nas regiões brasileiras é que existe uma grande concentração do PIB e renda nas regiões Sul e Sudeste do país e essa concentração da riqueza inibe o processo de desenvolvimento.

Na sequência, é possível verificar a participação no valor adicionado brasileiro. O Estado de Mato Grosso apresentou aumento no valor adicionado bruto de 3,6% no ano de 2010, em média, no período 2000-2010 a taxa de crescimento do adicionado

foi de 6,4%, apresentando queda apenas no ano de 2006 (-4,6%), tabela 6.

Tabela 6 .

Variação do Valor Adicionado Bruto a Preços Constantes das Unidades da Federação, 2000 a 2010 (Em %)

UF	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
AC	4,1	3,8	4,4	3,9	7,6	7,4	5,4	6,5	6,9	1,2	10,9
AL	1,9	1,8	0,2	-0,6	4,5	4,8	4,4	4,1	4,1	2,1	6,8
AM	7,8	2,8	5,9	4,6	10,3	10,4	2,6	4,5	4,5	-2,0	10,0
AP	5,2	6,2	6,9	7,9	8,0	6,3	5,8	5,1	2,9	4,0	8,0
BA	4,1	0,4	1,5	2,2	9,6	4,8	2,7	5,3	5,2	-0,6	6,6
CE	4,5	-1,4	3,6	1,5	5,2	2,8	8,0	3,3	8,5	0,0	8,0
DF	3,3	3,3	4,1	1,5	4,9	5,2	5,4	5,9	3,8	4,0	4,3
ES	9,0	0,3	7,1	1,4	5,6	4,2	7,7	7,8	7,8	-6,7	13,8
GO	5,0	3,3	5,3	4,2	5,2	4,2	3,1	5,5	8,0	0,9	8,8
MA	4,4	1,8	2,8	4,4	9,0	7,3	5,0	9,1	4,4	-1,7	8,7
MG	5,1	-0,1	3,7	1,4	5,9	4,0	3,9	5,6	5,2	-4,0	8,9
MS	2,4	6,3	2,9	7,6	-1,3	3,3	5,2	7,0	6,4	0,4	11,0
MT	7,6	6,7	9,4	4,2	16,1	5,2	-4,6	11,3	8,6	2,4	3,6
PA	4,7	3,5	3,6	6,4	7,2	4,2	7,1	2,2	4,9	-3,2	8,0
PB	4,4	0,8	4,8	5,3	2,8	4,0	6,7	2,2	5,5	1,6	10,3
PE	4,3	1,6	4,1	-0,6	4,1	4,2	5,1	5,4	5,3	2,8	7,7
PI	3,2	2,1	1,7	5,4	6,3	4,5	6,0	2,0	8,8	6,2	4,2
PR	5,4	3,8	2,0	4,5	5,0	0,0	2,0	6,7	4,3	-1,3	10,0
RJ	2,6	0,9	3,8	-1,1	3,2	3,0	4,0	3,6	4,1	2,0	4,5
RN	4,6	1,9	4,9	1,5	3,5	4,0	4,8	2,6	4,5	1,5	5,1
RO	3,5	4,4	8,1	5,6	9,5	4,5	3,6	5,2	3,2	7,3	12,6
RR	4,0	7,3	8,1	3,4	5,5	4,4	6,3	2,6	7,6	4,6	9,6
RS	4,3	2,0	1,7	1,6	3,3	-2,8	4,7	6,5	2,7	-0,4	6,7
SC	4,2	3,2	2,0	1,0	7,5	1,6	2,6	6,0	3,0	-0,1	5,4
SE	3,5	0,8	4,0	2,7	6,6	5,7	4,1	6,2	2,6	4,4	5,3
SP	4,3	0,4	1,2	-0,4	6,1	3,5	4,0	7,4	5,9	-0,8	7,9
TO	2,9	0,8	3,0	10,5	8,2	7,4	3,1	4,7	6,1	3,8	14,2

Fonte: Ipeadata, dados básicos de 2013. Nota: Dados trabalhado pelos autores

Os estados com a maior taxa de variação do valor adicionado no último ano foram: Tocantins (14,2%), Espírito Santo (13,8%), Rondônia (12,6%) e Mato Grosso do Sul com 11,0%.

No levantamento realizado pela Tendências Consultoria Integrada, relativo aos investimentos nos estados brasileiros para os próximos anos, constata-se um grande volume de investimentos. A estimativa é de que sejam investidos R\$ 856 bilhões até 2022.

Do total previsto, 62,6% está no Sudeste; 21,1% no Nordeste; 7,3% no Norte; 6,0% no Centro-Oeste; e apenas 2,9% no Sul. Nessa perspectiva, nos próximos cinco anos apresentarão os melhores desempenhos a região Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O cenário básico apresentado para Mato Grosso mostra uma trajetória de estabilização na taxa de crescimento da economia a partir de 2017. Essa tendência dá sinais claros de que é preciso rever o modelo de desenvolvimento adotado, com a criação de instrumentos que viabilizem a alavancagem de novos investimentos, sobretudo, em infraestrutura, logística, capital humano e tecnologia.

3.1.3.1 Dinâmica do Comércio Exterior

Em função da característica intrínseca da economia estadual, o fluxo de comércio exterior tem um papel de destaque na economia nacional, principalmente pelas exportações de produtos ligados à produção de alimentos.

No período de 2000 a 2014, os dados das exportações e importações evidenciam o quanto o estado tem contribuído de forma significativa para os resultados positivos obtidos no sal-

do da balança comercial brasileira. A maior variação positiva observada nas exportações estaduais foi em 2008, com 52,26%, enquanto que a maior queda observada foi no ano de 2014, com -6,44%. Neste mesmo ano, as exportações brasileiras tiveram 7,00% de queda.

Nota-se também que ao longo do período, os saldos da balança comercial mato-grossense sempre foram positivos, enquanto a balança comercial brasileira apresentou saldos negativos nos

anos de 2000 e 2014, respectivamente, -US\$ 732 milhões e -US\$ 4,042 bilhões, tabela 7.

As exportações brasileiras cresceram em média 10,99% a.a. de 2000 a 2014, e seu crescimento absoluto foi de 308,39%, saindo de US\$ 55 bilhões em 2000 para US\$ 225 bilhões em 2014. Enquanto que a economia estadual cresceu em média 20,55% a.a., e seu crescimento absoluto foi de 1.331,92%, passando de US\$ 1 bilhão para US\$ 14,7 bilhões em 2014.

Tabela 7 .
Balança Comercial de Mato Grosso e do Brasil, 2000 a 2014
(Em bilhões a preços US\$ FOB)

ANO	MATO GROSSO					BRASIL				
	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO
	US\$ FOB (A)	Var%	US\$ FOB (B)	Var%	US\$ FOB (A)-(B)	US\$ FOB (A)	Var%	US\$ FOB (B)	Var%	US\$ FOB (A)-(B)
2000	1,033	0,00	0,091	0,00	0,943	55,119	0,00	55,851	0,00	-0,732
2001	1,396	35,07	0,137	50,62	1,259	58,287	5,75	55,602	-0,45	2,685
2002	1,796	28,66	0,209	53,11	1,587	60,439	3,69	47,243	-15,03	13,196
2003	2,186	21,73	0,277	32,36	1,909	73,203	21,12	48,326	2,29	24,878
2004	3,102	41,89	0,418	50,96	2,684	96,677	32,07	62,836	30,03	33,842
2005	4,152	33,84	0,410	-1,79	3,741	118,529	22,60	73,143	17,13	45,387
2006	4,333	4,38	0,407	-0,90	3,927	137,807	16,26	90,710	24,12	47,097
2007	5,131	18,40	0,753	85,30	4,378	160,649	16,58	119,684	32,04	40,965
2008	7,812	52,26	1,277	69,55	6,535	197,942	23,21	171,676	43,42	26,266
2009	8,427	7,87	0,792	-37,96	7,634	152,995	-22,71	126,612	-26,17	26,383
2010	8,451	0,42	0,989	24,81	7,462	201,915	31,98	181,768	42,32	20,147
2011	11,100	31,17	1,578	59,61	9,521	256,040	26,81	226,247	24,47	29,793
2012	13,865	24,91	1,578	0,00	12,286	242,578	-5,26	223,183	-1,35	19,395
2013	15,816	14,07	1,705	8,02	14,111	242,034	-0,22	239,748	7,42	2,286
2014	14,797	-6,44	1,768	3,70	13,029	225,101	-7,00	229,143	-4,42	-4,042

Fonte: MDIC, 2015. Dados trabalhados

Esses resultados obtidos pela economia estadual têm seus reflexos positivos internamente, na medida em que promovem o fluxo de comércio pela comercialização de combustíveis, sementes e demais produtos associados à produção do agronegócio. No entanto, sob o ponto de vista da arrecadação, os produtos destinados à exportação são isentos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), sendo apenas compensados pelo FEX.

No que se refere à composição da pauta de exportação, em 2000 exportávamos o equivalente a US\$ 1,033 bilhão, em 2014 esse valor passou a ser de US\$ 14,797 bilhões, o que equivale a taxa de crescimento superior a 1.300%. Outro fato que chama a atenção é que estamos exportando cada vez mais produtos básicos.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) demonstram que a participação relativa dos produtos in-

dustrializados exportados pelo estado caiu de 15,57% no ano de 2000 para 4,81% no ano de 2014, sendo que grande parte dos produtos exportados são de menor valor agregado. Neste último ano exportamos US\$ 586 milhões de semimanufaturados e pouco mais de US\$ 126 milhões de manufaturados, tabela 8.

Em termos de contribuição nas exportações, o produto “soja, mesmo triturado, exceto para sementeira” (descrição da classificação da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM), considerado de baixo valor agregado representou 60,18% do total dos produtos exportados por Mato Grosso entre janeiro e abril de 2014, o que equivale em termos de valores a US\$ 3,20 bilhões de dólares ao preço FOB.

Tabela 8.

Exportação por Fator Agregado e Taxa de Participação dos Produtos Industrializados, Mato Grosso, 2000 a 2014
(Em bilhões a preços US\$ FOB)

Ano	TOTAL US\$ FOB	Básicos US\$ FOB	Semimanufaturados US\$ FOB (A)	Manufaturados US\$ FOB (B)	Industrializados US\$ FOB (A) + (B)	Operações Especiais US\$ FOB	Industrializados %
2000	1,033	0,871	0,094	0,067	0,161	1,4	15,57
2001	1,396	1,223	0,095	0,077	0,173	0,2	12,37
2002	1,796	1,536	0,171	0,088	0,260	0,5	14,46
2003	2,186	1,817	0,265	0,104	0,369	0	16,87
2004	3,102	2,562	0,382	0,158	0,540	-	17,42
2005	4,152	3,478	0,495	0,179	0,674	-	16,23
2006	4,333	3,710	0,367	0,256	0,623	0	14,38
2007	5,131	4,382	0,427	0,322	0,749	0	14,59
2008	7,812	6,893	0,644	0,276	0,920	-	11,77
2009	8,427	7,712	0,573	0,142	0,715	-	8,49
2010	8,462	7,716	0,608	0,139	0,746	0	8,82
2011	11,100	10,240	0,694	0,166	0,859	-	7,74
2012	13,865	12,872	0,791	0,202	0,993	-	7,16
2013	15,816	14,904	0,755	0,157	0,912	-	5,77
2014	14,797	14,084	0,586	0,126	0,712	0,1	4,81

Fonte: MDIC, 2015

Como se observa nos dados por fator agregado, apesar de ter aumentado de forma expressiva as exportações dos produtos produzidos internamente, os produtos em geral são de pouco valor agregado, o que de fato indica que tal dinamismo econômico tem baixo impacto na geração de renda internamente, principalmente pela geração de emprego e pelos impostos que o Estado deixa de arrecadar.

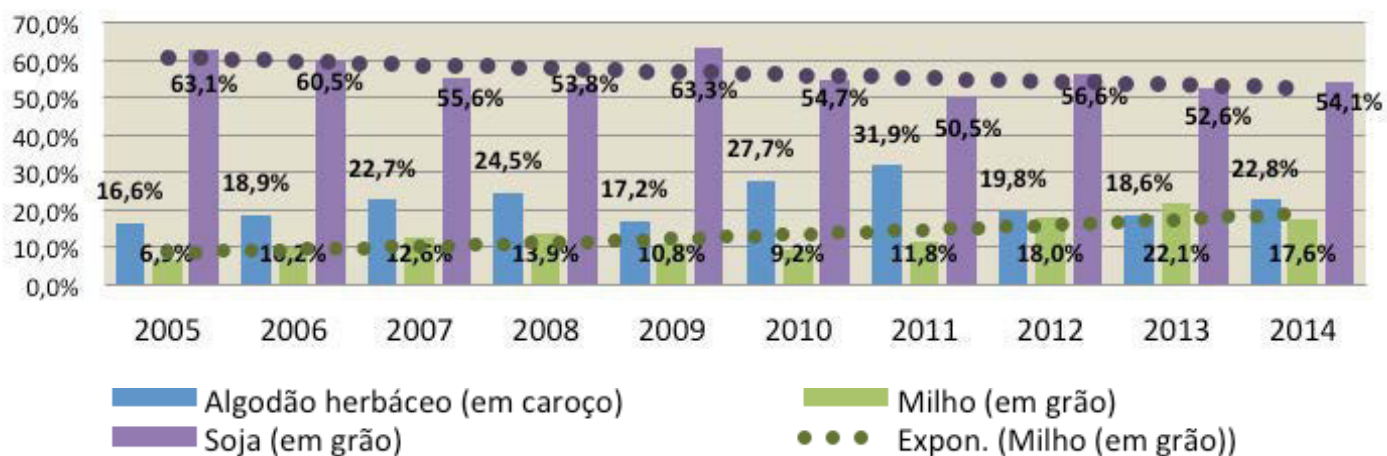
3.1.3.2 Produção Primária

Segundo informações obtidas no Ministério da Agricultura, o Valor Bruto da Produção (VBP) do setor agrícola de Mato Grosso obtido nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 foram de R\$ 34,12, R\$ 43,66, R\$ 42,61, e R\$ 45,67 bilhões de reais, respectivamente. O produto soja apresentou expressiva participação na produção agrícola ao longo do período 2005-2014, com 63,1% e 54,1% no início e final do período, respectivamente.

A produção de algodão foi o segundo produto agrícola mais importante, obtendo taxas de 16,6% a 22,8% no mesmo período, o que equivale a um acréscimo de 6,2 pontos percentuais, a maior taxa evidenciada foi no ano de 2011 com patamar de 31,9%.

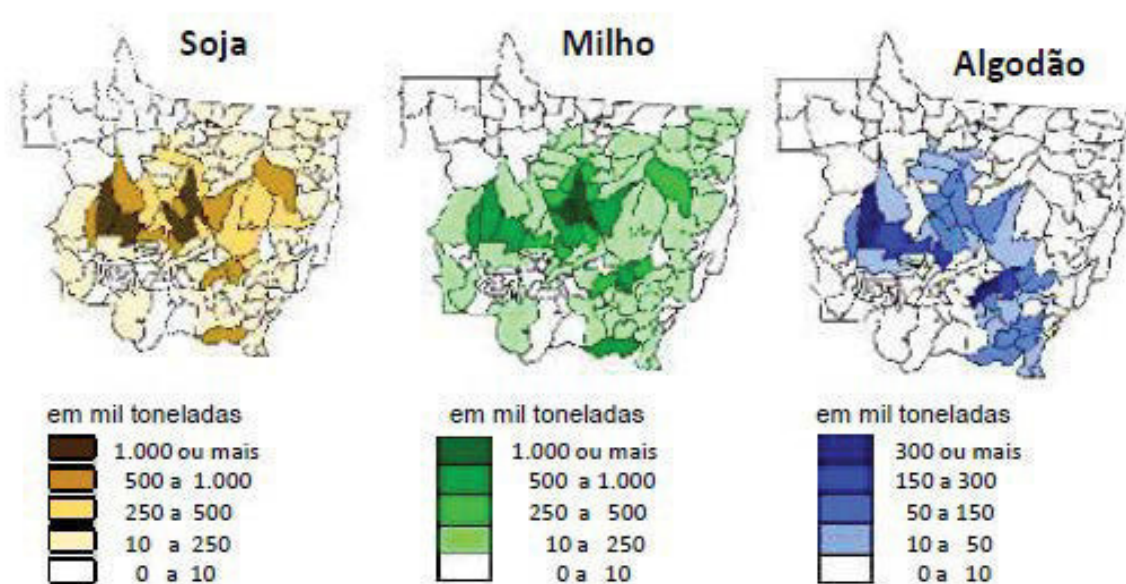
A produção do milho foi o terceiro produto agrícola que teve a maior representatividade em Mato Grosso no valor da produção bruta, em função de sua significativa evolução nos últimos dez anos. Em 2005 apresentou participação de 6,9%, no exercício de 2014 a participação subiu para 17,6%, o que corresponde a um incremento de 10,7 pontos percentuais.

A produção de soja, apesar de representar a maior parte do valor da produção estadual desde o ano de 2005, apresentou quedas acentuadas no período. Comparado ao início da série, o ano de 2014 apresentou decréscimo de 9 pontos percentuais, essa queda pode ser explicada pelo aumento da participação das outras culturas, como algodão e milho, sendo que esses três produtos juntos representam 94,5% na participação total do VBP.

Gráfico 5 .**Valor Bruto da Produção das Principais Lavouras, 2005 a 2014**

Fonte: Ministério de agricultura, dezembro 2014

Os mapas a seguir trazem a distribuição da produção das principais lavouras do estado no ano de 2012.

Figura 4 .**Distribuição Espacial da Produção de Soja, Milho e Algodão, Mato Grosso, 2012**

Fonte: Itaú BBA, 2015, pág. 13

A plantação de soja está presente em 70% dos municípios do estado, com maior peso na região Norte, responsável por cerca de 65% da quantidade produzida.

Em relação ao valor da produção da pecuária, nos últimos quatro anos (2011-2014) o estado gerou mais de R\$ 45,505 bilhões de reais, o que equivale anualmente nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 aos valores de R\$ 11,16, R\$ 11,31, R\$ 12,22 e R\$ 10,79 bilhões de reais, respectivamente.

Os produtos apresentados são os que têm maior representatividade no Valor Acrescentado Bruto (VAB) do estado e, em certa medida, são aqueles que contribuem com grande parte dos superávits do saldo da balança comercial estadual e brasileira. Em função disso, precisam ser destacados nas análises da dinâmica econômica mato-grossense, juntamente com os produtos que abastecem o mercado interno, como é o caso dos produtos produzidos pela agricultura familiar.

3.1.3.3 Produção da Agricultura Familiar

A produção da agricultura familiar destina-se principalmente ao abastecimento do mercado interno de Mato Grosso. No rol de produtos produzidos pela agricultura familiar destacam-se: abacaxi, banana, batata doce, borracha (látex coagulado), cacau, castanha do caju, castanha do Pará, laranja, leite, mamão, manga, maracujá, melancia e melão, pequi, pimenta do reino, tangerina, tomate e uva.

Tabela 9 .

Valor Bruto da Produção dos Principais Produtos Relacionados à Agricultura Familiar, 2009 a 2013.
(Em milhões de Reais.)

Produto	2010	2011	2012	2013	Participação %	2010/2013 %
Castanha-do-Pará	1,78	4,25	3,49	3,89	0,41	119,20
Pequi (amêndoa)	0,27	0,23	0,28	0,47	0,05	74,35
Abacaxi	60,51	54,08	63,53	68,81	7,23	13,72
Banana (cacho)	70,38	100,45	85,24	131,62	13,83	87,00
Batata-doce	1,04	4,35	8,06	11,73	1,23	1032,24
Borracha (látex coagulado)	42,35	75,92	77,37	75,49	7,93	78,24
Cacau (em amêndoa)	2,83	3,35	2,26	1,95	0,20	-31,14
Castanha de caju	0,38	0,41	0,78	0,42	0,04	11,17
Laranja	3,64	3,32	4,12	4,31	0,45	18,36
Leite	451,62	526,95	548,85	578,97	60,85	28,20
Mamão	3,67	4,03	2,74	3,28	0,34	-10,65
Manga	0,77	0,68	1,46	1,86	0,20	140,05
Maracujá	15,87	18,90	35,31	16,82	1,77	5,99
Melancia	10,07	13,82	14,62	32,20	3,38	219,90
Melão	0,34	0,61	1,46	3,88	0,41	1045,43
Pimenta-do-reino	0,22	0,13	0,14	0,12	0,01	-43,64
Tangerina	0,32	0,37	0,45	0,53	0,06	65,41
Tomate	7,00	6,63	9,06	10,33	1,09	47,66
Uva	5,42	4,41	4,19	4,76	0,50	-12,18
Total geral	678,45	822,88	863,39	951,43	100,00	40,24

Fonte: IBGE, dados trabalhados

3.1.3.4 Produção Industrial

O Estado de Mato Grosso possui PIB industrial de R\$ 11,4 bilhões, equivalente a 1,2% da indústria nacional. A indústria mato-grossense responde por 15,8% da economia do Estado e emprega 167 mil trabalhadores, sendo responsável por 21,1% do emprego formal do estado³.

A participação da indústria de transformação mato-grossense representa 8,3%, conforme dados do IBGE de 2012, o que equivale a 1,8% na participação do PIB nacional.

A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, do mês de fevereiro de 2015, mostra queda na produção industrial de -1,5% em Mato Grosso, comparado ao mesmo mês do ano anterior. Isso se deve à queda na produção do setor de madeira de -34,5%, principalmente pela menor fabricação de madeira serrada, apilada ou polida.

Outros setores também apresentaram variações negativas, dentre esses destacam-se: os produtos químicos tiveram queda de -38,3%, bebidas -11,8% e por fim, produtos de minerais não metálicos que apontam variação negativa de -17,3%. Em contrapartida, as atividades relacionadas aos produtos alimentícios apresentaram variação positiva de 5,0%.

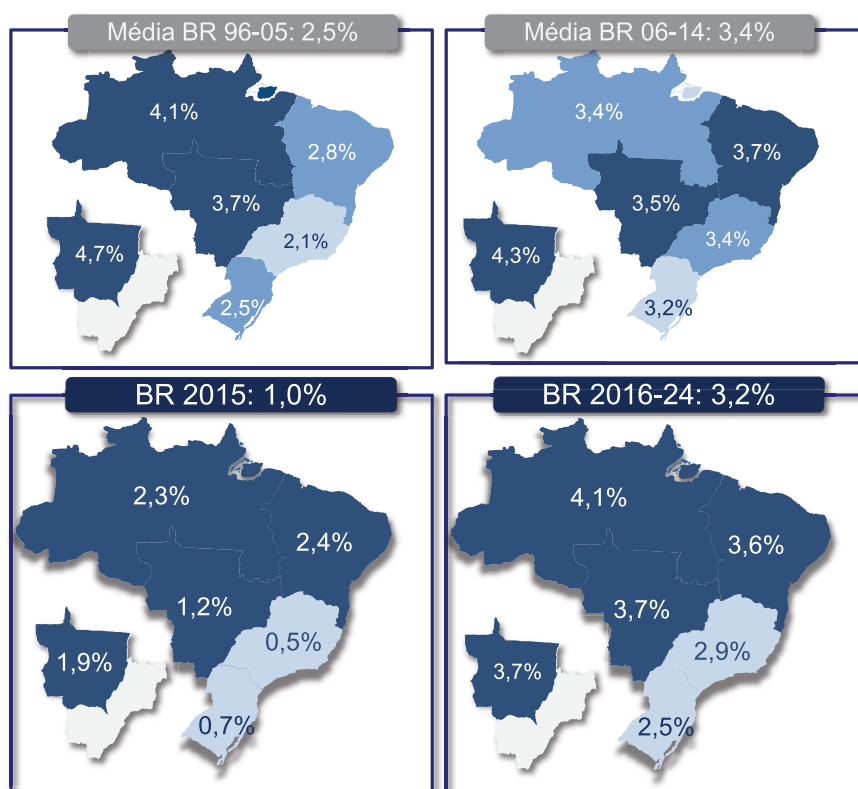
3.1.3.5 Serviços

A base do estudo do cenário tomou como referência a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) realizada pelo IBGE, que tem o propósito de acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no país, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 10 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação.

No Brasil, o setor de serviços registrou crescimento nominal de 0,8% em fevereiro de 2015, se comparado ao mesmo mês do ano anterior. Em Mato Grosso, a taxa de variação da receita nominal do setor de serviços apresentou queda de -17,1%. Esse resultado demonstra a pior variação em relação às unidades federativas que também obtiveram variações negativas no mês de fevereiro de 2015.

A expectativa do PIB do setor de serviços, que no período 1996-2005 foi de 4,7%, sendo superior ao nacional em 2,2 pontos percentuais, é que se mantenha em 4,3% entre 2006-2014.

Figura 5 .
Variação do PIB de Serviços, Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil, 1996 a 2024



Fonte: IBGE. *Projeção: Tendências Consultoria Integrada, 2014

³ CNI – Perfil da Indústria nos Estados, 2014.

No ano de 2015, espera-se que o PIB do setor de serviço cresça em 1,9%. Entre 2016-2024 a taxa média de crescimento deve chegar a 3,7% para Mato Grosso, comparativamente, a região Centro-Oeste deve ficar no mesmo patamar, enquanto que a taxa brasileira deve ficar em 3,2%.

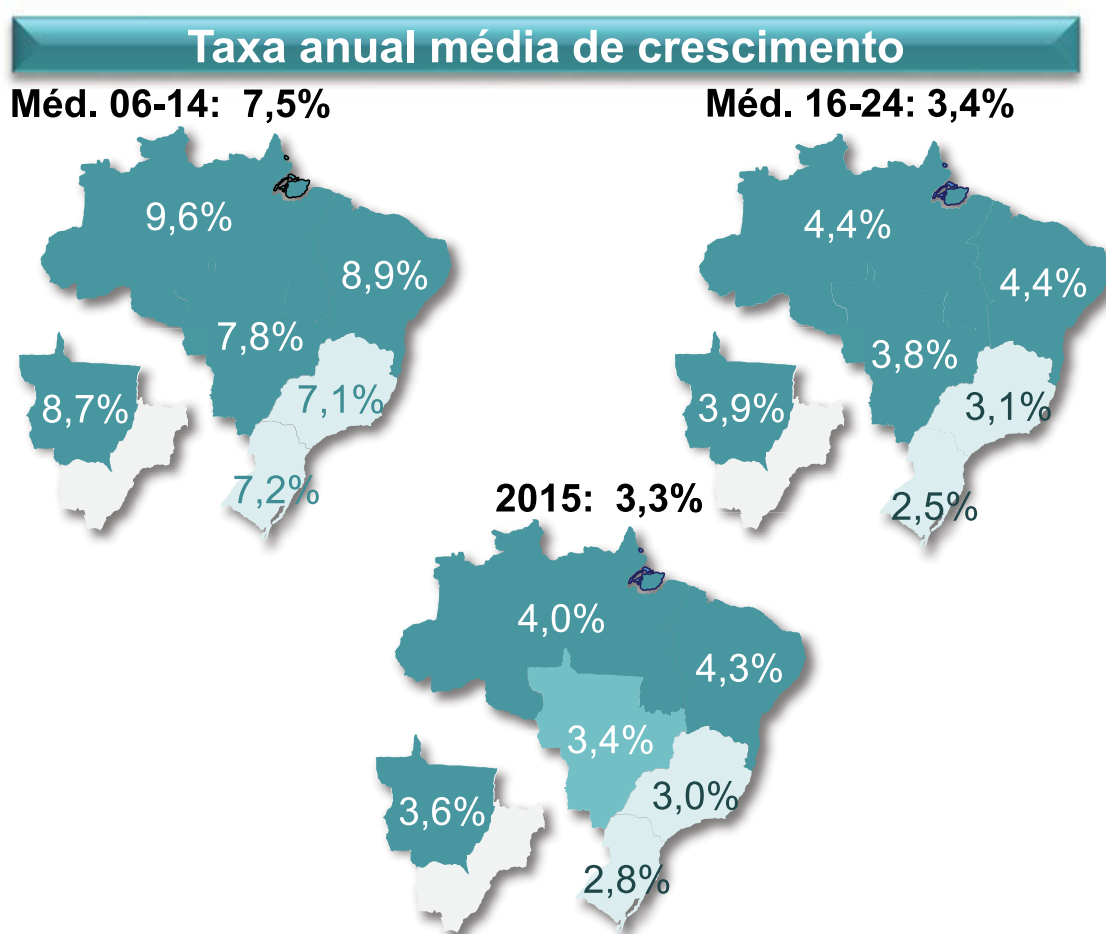
Esse dinamismo do setor de serviços se deve, primordialmente, pela baixa inadimplência de pessoa física em Mato Grosso observada em fevereiro de 2014, inferior à do Brasil, e a menor da região Centro-Oeste. Enquanto que a inadimplência de pessoa jurídica se mantém em linha com a taxa nacional.

3.1.3.6 Comércio

As vendas do comércio em Mato Grosso devem mostrar alguma recuperação frente ao fraco desempenho de 2014 (taxa de crescimento de 1,7% a.a. frente a expectativa de 3,6% a.a. para 2015).

Como se observa nos dados da figura 6, o cenário básico de Mato Grosso (3,6%) indica que o desempenho deve ser ligeiramente acima da média regional (3,4%) e nacional (3,3%). Espera-se bom desempenho do comércio no período de 2016-2019 em MT (+3,9%), com indicativo de cenário positivo para os anos de 2016-2024, com crescimento médio de 3,9% frente a 3,4% na média Brasil. No entanto, o maior grau de endividamento das famílias deve limitar o desempenho do segmento.

Figura 6 .
Taxa Média de Crescimento do PIB do Comércio, Mato Grosso,
Centro-Oeste e Brasil, 2006 a 2024



Fonte: Tendências Consultoria Integrada, 2014

3.1.3.7 Infraestrutura Logística⁴

O Estado de Mato Grosso é um dos principais produtores agropecuários do Brasil e utiliza o modelo de transporte predominante no país, que é o rodoviário. Todavia, a deficiência da infraestrutura econômica e logística é considerada um dos grandes gargalos para aumentar a competitividade da economia mato-grossense.

Além de reduzida, a má qualidade de grande parte do sistema de transporte rodoviário eleva os custos dos fretes e o tempo despendido com o deslocamento das pessoas e das mercadorias, reduzindo as vantagens competitivas existentes na produção local quando comparada com seus concorrentes internacionais.

Com dimensões continentais, Mato Grosso possui uma extensão territorial de 903.357,1 km², grande parte do seu território está sendo ocupado e ainda não possui uma infraestrutura de transporte e logística implantada, capaz de atender eficientemente o setor produtivo, o que potencializaria a competitividade do Estado.

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), as rodovias planejadas⁵ no Estado de Mato Grosso possuem 6.251,1 km de extensão, ou seja, 15,3% de toda malha rodoviária do Estado. As rodovias não pavimentadas possuem 27.061,7 km de extensão e representam 66,2% da malha estadual. Por último, as rodovias pavimentadas fecharam o ano de 2013 com 7.586,9 km de extensão, equivalente a 18,6%. Em relação à malha nacional total, equivale a 0,93%.

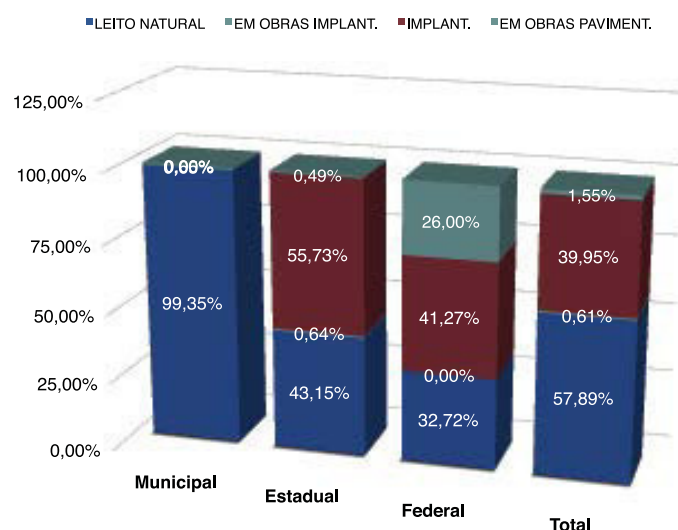
Tabela 10 .
Rede do Sistema Viário Nacional, Mato Grosso, 2013 (em Km)

Jurisdição	Planejada	Rede não pavimentada	Rede pavimentada	Total
Municipal	0	7.335,30	0	7.335,30
Estadual	5.461,80	18.461,90	3.645,50	27.569,20
Federal	1.389,80	1.264,50	3.941,40	6.595,70
Coincidente	0	242	358,5	600,5
Total	6.251,10	27.061,70	7.586,90	40.899,70
Participação %	15,3	66,16	18,55	100,00

Fonte: DNIT, 2013

Em Mato Grosso, 99,35% das rodovias não pavimentadas municipais ainda são de leito natural, o que equivale a 26,93% de toda a malha rodoviária do Estado. Isso equivale, em extensão, a 7.287,3 km, enquanto apenas 0,65% estão em obras de implantação, o que corresponde a 48 km de rodovias. Segundo dados do DNIT, a jurisdição municipal não possui rodovias não pavimentadas, implantadas ou em obras de pavimentação.

Gráfico 6 .
Participação dos Tipos de Superfície na Rede Rodoviária Estadual por Jurisdição, 2012



⁴ A análise deste tópico foi baseada nos estudos desenvolvidos pela equipe da UGE/SEPLAN para o Plano de Longo Prazo de Mato Grosso, setembro/2014

⁵ Rede do SNV - Estadual coincidente com a Federal Planejada.

Fonte: DNIT, 2013

As rodovias estaduais, por sua vez, são predominantemente de leito natural e implantadas, respondendo por 43,15% e 55,73%, respectivamente. Em termos absolutos, a malha em leito natural estadual é um pouco maior que a municipal (7.287,30 Km frente a 7.965,80 Km).

3.1.3.7.1 Concessões Rodoviárias

A gestão dos modais de transportes é outro aspecto importante para a melhoria do sistema de logística de transportes no Estado. O Governo de Mato Grosso, junto com o setor produtivo privado, busca diminuir entraves do sistema logístico e aumentar os investimentos privados por meio de concessões das rodovias estaduais.

Atualmente, são administrados pelas concessionárias APASI, Administradora de Pedágios da Mudança, INTERVIAS, SPS e Concessionária Morro da Mesa, trechos das rodovias MT-242/MT-491 entre Sorriso a Ipiranga do Norte, MT-449/MT338 no trecho entre Lucas do Rio verde e Tapurah, MT-242/MT-140/MT493 trecho entre Sorriso e Nova

Ubiratã, MT-235 no trecho entre Nova Mutum e Santa Rita do Trivelato e na MT-130 no entroncamento com a BR-364, trecho entre Primavera do Leste e Rondonópolis. Esses trechos totalizam 593,4 quilômetros de rodovias geridas por meio de concessão.

O Governo Federal também tem procurado aumentar a participação privada na gestão e manutenção rodoviária através das concessões. O Programa de Concessões Rodoviárias Federais possui mais de 11 mil quilômetros de rodovias realizadas pelo Ministério dos Transportes e por Governos Estaduais, com base na Lei nº. 9.277/96 e assim como pela ANTT⁶.

Em Mato Grosso, o programa prevê a concessão da rodovia BR-163 entre a divisa com Mato Grosso do Sul e a MT-220 próximo a Porto dos Gaúchos. Segundo dados do Ministério dos Transportes, está prevista a concessão de 822 km dos quais 14 km já foram duplicados, ainda restam 374 km a serem duplicados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 e 434 km pela Concessionária⁷.

3.1.3.7.2 Investimentos em Logística de Transportes

A análise foi realizada com dados a partir de 2010 dos investimentos previstos pelo PAC 2, que iniciou em 2011, pelo Plano Nacional de Logística de Transporte (PNLT) e pelo Plano de Investimento em Logística (PIL).

O Governo Federal previu que entre 2011 e 2014 iria realizar, exclusivamente em Mato Grosso, um montante de investimento de R\$ 3.859,44 bilhões, sendo que desse valor, vários projetos já foram concluídos. Também está previsto que, após esse período, irá investir mais R\$ 2.071,55 bilhões, totalizando R\$ 5.930,99 bilhões.

Tabela 11 .

Investimentos em Transporte pelo Governo Federal em Mato Grosso, PAC 2, 2013 (Em milhões de Reais)

TIPO	MATO GROSSO			REGIONAL		
	2011 a 2014	Pós 2014	Total	2011 a 2014	Pós 2014	Total
Rodovias	3.146,24	2.071,55	5.217,79			
Ferrovias	502,25		502,25	584,00	3.504,00	4.088
Hidrovias	3,00		3,00	21,00	18,31	39,31
Aeroportos	101,21		101,21	64,60		64,60
Equipamentos para Estradas Vicinais	106,75		106,75			
Total	3.859,44	2.071,55	5.930,99	669,60	3.522,31	4.191,91

Fonte: Portal Transparência do Governo Federal, 2014

⁶ Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

⁷ Dados apresentados na apresentação do Ministro César Borges "As rodovias brasileiras e o salto necessário para o primeiro Mundo" em Belo Horizonte no dia 7 de junho de 2013 no Fórum de Infraestrutura e Logística.

Nos investimentos regionais realizados pelo PAC 2, Mato Grosso tinha a previsão de ser contemplado ainda, com cerca de R\$ 669,6 milhões para serem investidos entre 2011 e 2014 e outros R\$ 3.522,31 bilhões após 2014, totalizando uma previsão de investimentos de R\$ 4.191,91 bilhões.

O volume de recursos dos programas do Governo Federal no Estado tem como destino a manutenção e implantação de rodovias, que é o principal modal adotado no Brasil.

Entre 2011 e 2014 deveriam ser investidos, em rodovias, R\$ 3.146,24 bilhões e mais R\$ 2.071,55 bilhões após 2014, totalizando R\$ 5.217.790,00 bilhões em investimentos, o que representa cerca de 88% dos investimentos no eixo transporte do PAC 2 em Mato Grosso. Esses investimentos previstos para Mato Grosso são detalhados na tabela 12.

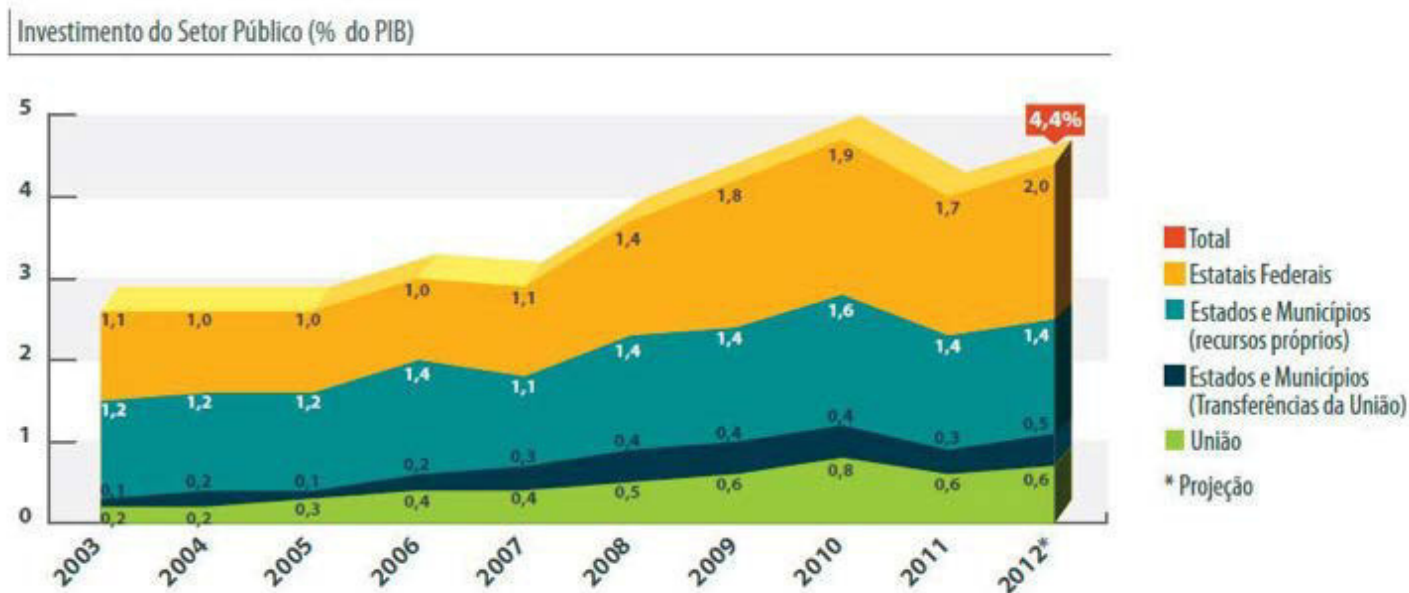
Tabela 12 .
Empreendimentos Rodoviários em Mato Grosso, PAC 2
(Em milhões de Reais)

Tipo	Subtipo	Empreendimento	Investimento 2011 a 2014	Investimento após 2014	Estágio
Estradas Vicinais	Motoniveladoras	Equipamentos para recuperação de estradas vicinais	25,08	-	Concluído
Estradas Vicinais	Retroescavadeiras	Motoniveladoras - MT - Concluído	22,67	-	Concluído
Estradas Vicinais	Caminhões- Caçamba	Equipamentos para recuperação de estradas vicinais Retroescavadeiras - MT - Concluído	33,00	-	Em execução
Estradas Vicinais	Motoniveladoras	Equipamentos para recuperação de estradas vicinais Caminhões- caçamba - MT - Em execução	26,00	-	Em execução
Rodovias	Construção - Rodovias	Equipamentos para recuperação de estradas vicinais Motoniveladoras - MT - Em execução	*****	*****	Ação preparatória
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-080/MT - Construção e Pavimentação – Div GO/MT Entr BR-158, incluindo Ponte Sobre o Rio das Mortes	*****	*****	Ação preparatória
Rodovias	Estudos e Projetos Contínuos - Rodovias	BR-158/MT - Subtrecho Área indígena km 201 - Alô Brasil (km 330): Estudos e projetos a executar	*****	*****	Ação preparatória
Rodovias	Manutenção e Operação Rodoviária	Manutenção e operação rodoviária a executar	*****	*****	Ação preparatória
Rodovias	Adequação - Rodovias	BR-163/MT - Adequação Travessia de Sorriso	31,26	-	Concluído
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-158/MT - Subtrecho Alô Brasil Ribeirão Cascalheira - Lote 10	8,00	-	Concluído
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-158/MT - Subtrecho Alô Brasil Ribeirão Cascalheira - Lote 8	4,00	-	Concluído
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-158/MT - Subtrecho Alô Brasil Ribeirão Cascalheira - Lote 9	8,00	-	Concluído
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-158/MT - Subtrecho km 135 km 201 - Lote 03	23,00	-	Concluído
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-158/MT - Subtrecho km 69 km 135 - Lote 02	31,00	-	Concluído
Rodovias	Estudos e Projetos Contínuos - Rodovias	Estudos e projetos concluídos	51,46	-	Concluído
Rodovias	Manutenção e Operação Rodoviária	Manutenção, sinalização e controle de velocidade concluídos	700,17	-	Concluído
Rodovias	Pavimentação	BR-163/PA/MT - Trecho 3 - Pavimentação Div MT/PA Garantã do Norte/MT	20,00	-	Concluído
Rodovias	Pavimentação	BR-163/PA/MT - Trecho 3 Trav Urbana de Garantã	14,47	-	Concluído
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-364/MT - Construção Contorno Norte de Cuiabá	67,06	232,94	Em execução
Rodovias	Estudos e Projetos Contínuos - Rodovias	Estudos e projetos em execução	41,71	-	Em execução
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-174/MT - Construção Castanheira Colniza	*****	*****	Em licitação de obra
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-158/MT - Subtrecho Divisa PA/MT km 69 - Lote 01	13,17	26,99	Em obras
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-242/MT - Construção Subtrecho Querência - Sorriso	253,09	104,70	Em obras
Rodovias	Duplicação	BR-163-364/MT Duplicação Rondonópolis Cuiabá - Posto Gil	1300,53	381,81	Em obras
Rodovias	Manutenção e Operação Rodoviária	Manutenção e operação rodoviária em execução	395,73	39,31	Em obras

Fonte: www.pac.gov.br, acessado em 02/06/2014

No gráfico 7 pode-se visualizar a predominância do capital federal nos investimentos em infraestrutura em relação ao percentual do PIB investido para os diferentes entes da federação.

Gráfico 7 .
Investimento do Setor Público em Relação ao PIB, 2003-2012



Fonte: DNIT, 201

Podemos verificar que a projeção para investimentos públicos seria de 4,4%, dos quais 0,6% executados diretamente pela União, 0,5% executados por Estados e Municípios com recursos transferidos pela União, 1,4% pelos Estados e Municípios com recursos próprios e 2% pelas estatais federais.

Desse modo, temos que dos 4,4%, 3% são com recursos federais e 1,4% com recursos dos Estados e Municípios. Ou seja, cerca de 30% dos recursos são provenientes dos Estados e Municípios enquanto cerca de 70% são da União.

O segundo tipo de transporte com maior volume de investimentos do Governo Federal é o ferroviário, com R\$ 502,25 milhões, ou seja, 8,5% do total investido exclusivamente em Mato Grosso. Esses investimentos fazem parte da construção do trecho entre Alto Araguaia e Rondonópolis, conforme mostra a tabela 13.

Tabela 13 .
Empreendimentos Ferroviários Exclusivos em Mato Grosso, PAC 2
(Em milhões de Reais)

Tipo	Subtipo	Empreendimento	Investimento 2011 a 2014	Investimento após 2014	Estágio
Ferrovia	Estudos e Projetos - Ferrovias	Extensão da Ferronorte - Rondonópolis Cuiabá (Estudos e Projetos)	15	*****	Ação preparatória
Ferrovia	Construção - Ferrovias	Ferronorte - Trecho Alto Araguaia Rondonópolis	487,25	-	Concluído
TOTAL			R\$ 502,25	R\$ 0,00	R\$ 795,75

Fonte: www.pac.gov.br, acessado em 02/06/2014

Esse é um dos mais importantes investimentos em logística realizados em Mato Grosso. Para o período compreendido entre 2011 e 2014, foi concluída a construção da Ferronorte com investimento de R\$ 487,25 milhões. Estão previstos mais R\$ 15 milhões para a realização de estudos e projetos para o prolongamento da ferrovia até Cuiabá.

Ao todo, a construção da Ferronorte já realizou um investimento de cerca de R\$ 800 milhões na construção de 260 km de linhas férreas no trecho entre Alto Araguaia e Rondonópolis.

Além disso, ainda está previsto para ser investido em ferrovias em Mato Grosso, um total de R\$ 6.620,5 bilhões, conforme dados do Ministério dos Transportes, através do PNLT e do PAC.

Tabela 14 .

Principais Investimentos Previstos no Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT) e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para Mato Grosso, Segundo o Modal de Transporte Ferroviário (Em milhões de Reais)

Modo de transporte	Município	Descrição do trecho	Extensão (km)	Tipo de intervenção	Situação	Valor
Ferroviário	Água Boa	Água Boa a Lucas do Rio Verde	518	Construção de ferrovia	Em preparação Processo Licitatório	R\$ 2.350.000
Ferroviário	Lucas do Rio Verde	Lucas do Rio Verde (MT) a Vilhena (RO)	729	Construção de ferrovia	Planejado	R\$ 3.280.500
Ferroviário	Cuiabá	Rondonópolis a Cuiabá	220	Construção de ferrovia	Planejado	R\$ 990.000
Total						R\$ 6.620.500

Fonte: Ministério dos Transportes, 2013

Os dois primeiros projetos se referem à construção da Ferrovia de Integração do Centro Oeste (FICO), ligando Água Boa a Lucas do Rio Verde, estimado em R\$ 2,35 bilhões para a construção de 518 km de linhas férreas, e o segundo interligando Lucas do Rio Verde a Vilhena no Estado de Rondônia, estimado em R\$ 3,2805 bilhões para construção de 729 km de linhas férreas.

Além do trecho Rondonópolis - Cuiabá, também há previsão de construção da Ferrovia Cuiabá-Santarém, com cerca de 2.000 km de extensão ligando a capital de Mato Grosso a Santarém no Pará, com previsão de escoamento entre 15 a 20 milhões de toneladas de grãos por ano. Esse projeto está na fase de estudos com previsão inicial estimada em R\$ 10 bilhões.

Os investimentos previstos pelo Governo Federal no PAC 2 em Mato Grosso, em aeroporto e hidrovias, podem ser visualizados na tabela 15.

Tabela 15 .

Principais Investimentos Previstos no Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT) e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para Mato Grosso, Segundo os Modais de Transporte Aeroviário e Hidroviário (Em milhões de Reais)

TIPO	SUBTIPO	EMPREENHIMENTO	INVESTIMENTO 2011 A 2014	INVESTIMENTO APÓS 2014	ESTÁGIO
Aeroporto	Terminal de Passageiros Estrutura Modular	Aeroporto Cuiabá Implantação de Módulo Operacional	2,53	-	Concluído
Aeroporto	Terminal de Passageiros	Aeroporto Cuiabá Reforma e ampliação do Terminal de Passageiros, adequação do sistema viário e construção de estacionamento	98,68	-	Em obras
Hidrovias	Dragagem, Derrocamento e Sinalização	Corredor do Rio Paraguai Dragagem de manutenção Cáceres até barra norte da ilha do Taimã	3	*****	Ação preparatória
TOTAL			R\$104,21		

Fonte: Ministério dos Transportes, 2013

O maior investimento previsto constante na tabela refere-se à reforma e ampliação do aeroporto internacional de Várzea Grande⁸. Esse investimento fez parte das obras ligadas à realização da Copa do Mundo, visando ampliar a capacidade de embarque e desembarque em Várzea Grande.

O outro investimento se refere à obra de dragagem de manutenção no corredor do rio Paraguai, entre o município de Cáceres até a barra norte da ilha do Taimã, estimado em R\$ 3 bilhões. Esse dado nos mostra que os investimentos do Governo Federal em hidrovias no estado está muito aquém do necessário, quando comparado aos investimentos em rodovias, previstos em R\$ 5,2 bilhões.

O lançamento do PIL 2015, no início do mês de junho, traz um alento para os estados, principalmente para Mato Grosso que precisa de investimentos na área de logística.

O Governo Federal projetou investimentos na ordem de R\$ 198,4 bilhões para o PIL 2015-2018. Desse valor, aproximadamente R\$ 69,2 bilhões deverão ser executados até 2018, e os demais R\$ 129,2 bilhões a partir de 2019.

O programa prevê investimentos de R\$ 66,1 bi em rodovias, cerca de R\$ 86,4 bi em ferrovias, R\$ 37,4 bi em portos e R\$ 8,5 bi em aeroportos.

O foco do setor de infraestrutura do Estado, no PPA quadriênio 2016-2019, estará voltado para desenvolver e ampliar as condições de trafegabilidade da malha rodoviária, pavimentando novos trechos e melhorando as condições das rodovias, assim como para a estruturação dos modais ferroviário, aeroportuário e hidroviário do Estado, com vistas a promover a integração entre os diferentes modais.

Os programas governamentais “Mato Grosso Pró-Estradas” e “Operação do Sistema de Transporte de Mato Grosso” irão implementar, entre outras, as seguintes ações:

- Aquisição de patrulhas mecanizadas;
- Construção e reforma de pontes de

madeira e concreto;

- Pavimentação de rodovias;
- Elaboração de projetos de infraestrutura de transporte rodoviário;
- Manutenção de rodovias não pavimentadas;
- Conservação de rodovias pavimentadas;
- Pavimentação de ligações e vias de acessos rodoviários municipais;
- Ampliação da infraestrutura aeroportuária do estado;
- Implementação de concessões e parcerias.

O aporte de recursos a ser efetuado pelos dois programas chega a R\$ 3,40 bilhões no próximo quadriênio, os quais contribuirão para o aumento da integração regional, a diminuição de desigualdades, o fortalecimento da agroindústria, a geração de tecnologia, renda e emprego e, ainda, para a resolução de um problema histórico do Estado.

⁸ O aeroporto em questão localiza-se no município de Várzea Grande e não em Cuiabá como consta na tabela 7.

4. CENÁRIO SOCIAL

Nesta seção, considera-se o panorama recente das condições sociais do estado de Mato Grosso. Realiza-se análise dos principais indicadores dessas áreas, mostrando o comportamento recente da dinâmica populacional, das condições de educação, segurança, saúde e combate à pobreza. As informações são provenientes de diversas instituições nacionais de pesquisa, outras são produzidas pelos próprios órgãos e entidades do Estado de Mato Grosso.

Estimativa, do ano de 2014, do IBGE aponta que o estado de Mato Grosso possui atualmente uma população de 3.224.357 habitantes, o que corresponde a quase 1,6% da população brasileira atual.

Conforme dados do último Censo Demográfico, realizado em 2010 pelo IBGE, Mato Grosso tem o segundo

maior contingente populacional do Centro-Oeste e o 19º do Brasil.

Com extensão de 903.378.292 quilômetros quadrados, Mato Grosso apresenta grandes vazios demográficos, em especial na porção norte. Esse fato influencia diretamente a densidade demográfica (população relativa) estadual, que é de apenas 3,3 habitantes por quilômetro quadrado. Já a taxa de crescimento demográfico foi de 1,9% ao ano, no período de 2000 a 2010.

Cerca de 82% dos mato-grossenses residem em áreas urbanas e 18% em áreas rurais. Com relação ao sexo, a maioria da população, 51%, é formada por pessoas do sexo masculino e 49% são do sexo feminino.

Mato Grosso possui 141 municípios, sendo que a maior parte deles apre-

senta população inferior a 20 mil habitantes. Cuiabá é a cidade mais populosa, com 542.861 habitantes (2010).

4.1 Educação

A educação oferta serviços continuados a um enorme contingente de pessoas. Segundo o Censo Escolar de 2014, o conjunto das redes de ensino (pública e privada) atende 865,9 mil alunos na educação básica de Mato Grosso, o que equivale a 26,8% de toda a população estadual (estimada em 3,23 milhões de habitantes). Cerca de 47,8% desse contingente de alunos (413,8 mil) é atendida pela rede estadual; a rede municipal responde por 39,4% (341,11 mil matrículas); enquanto as redes privada e federal respondem por 12,8% (104,65 mil) e 0,7% (6,3 mil), respectivamente.

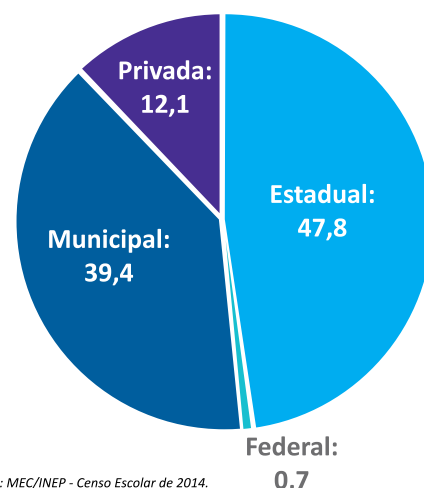
Tabela 16 .
Matrículas da Educação Básica em Mato Grosso, 2014

Modalidade de ensino/Rede	Estadual	Federal	Municipal	Privada	Total
Ensino Regular creche	246	-	41.236	7.619	49.101
Ensino Regular pré-escola	387	-	73.170	13.714	87.271
Ensino Regular nível fundamental	190.505	-	213.494	50.474	454.473
Ensino Regular nível médio	141.136	4.144	116	13.038	158.434
Educação profissional nível técnico	1.226	2.012	116	10.775	14.129
Educação de Jovens e adultos	73.678	144	7.282	4.721	85.825
Educação Especial	6.676	11	5.700	4.318	16.705
Total	413.854	6.311	341.114	104.659	865.938

Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar 2014

Gráfico 8 .
Distribuição das Matrículas por Rede de Ensino em Mato Grosso, 2014

Distribuição das matrículas por rede de ensino: Mato Grosso, 2014 (%)



Fonte: MEC/INEP - Censo Escolar de 2014.

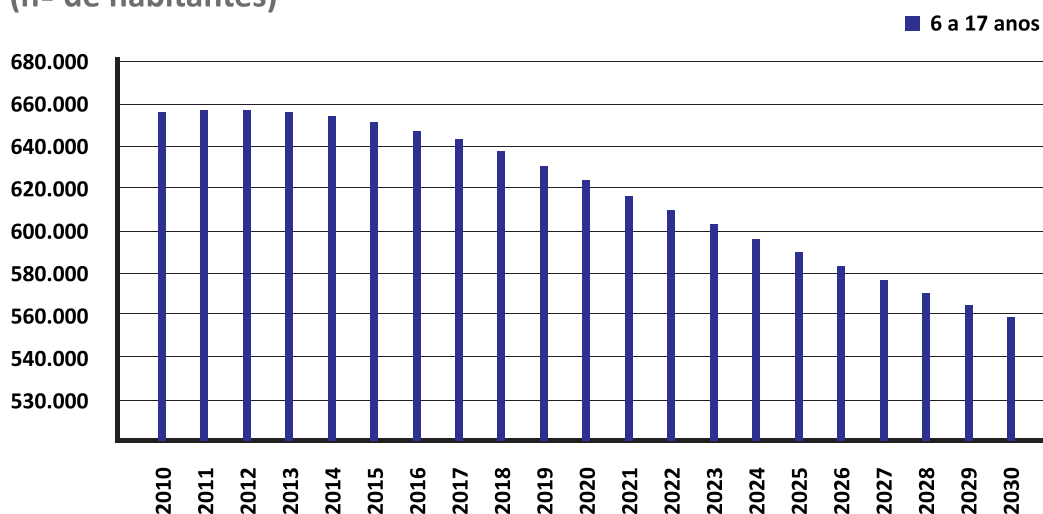
Para atender à demanda total de matrículas em Mato Grosso, o conjunto das redes de ensino mobiliza cerca de 2,68 mil estabelecimentos de ensino e 39,78 mil professores (média de 20,9 alunos por docente). Na rede estadual a oferta de matrículas conta com uma infraestrutura que abrange 741 escolas e 18,58 mil professores, com média de 25,2 alunos por docente (tabulações especiais de microdados do censo escolar de 2012).

Não há pressão quantitativa de demanda sobre os sistemas de ensino em Mato Grosso. Pelo contrário, há clara tendência de redução de matrículas nos próximos anos, pelos seguintes fatores:

a) Estabilidade e declínio do número de pessoas em idade escolar. Nos próximos anos haverá declínio do grupo populacional de 6 a 17 anos, conforme gráfico 9.

Gráfico 9 .
Projeção Demográfica, Pessoas de 6 a 17 Anos em MT, 2010-2030

Projeção demográfica, 2010-2030: Mato Grosso, pessoas de 6 a 17 anos (nº de habitantes)



Fonte: Elaborado por SEPLAN/SP/CAV

b) Regularização do fluxo escolar. Há um número significativo de alunos matriculados na educação básica (regular ou na educação de jovens e adultos -EJA) que já possuem idade superior a 18 anos. Na rede estadual de ensino, cerca de 23% das matrículas (108,18 mil) eram de alunos com 19 anos ou mais, segundo o censo escolar de 2012 (tabulações especiais de microdados). Espera-se que, com a redução da defasagem escolar e aumento da terminalidade (na idade certa) na educação básica, a tendência seja de redução da pressão de demanda, seja no ensino regular, seja na educação de jovens e adultos⁹.

c) Maior rigor na fiscalização das matrículas informadas pelas escolas através do censo escolar. Diligências conduzidas pelo MEC e pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) tem revisado para baixo o número real de matrículas nas redes de ensino em Mato Grosso.

Um dos desafios da política educacional em Mato Grosso consiste em elevar a participação dos professores efetivos na contratação total de carga horária. Segundo dados de julho de 2015, a contratação total na rede estadual chegou a 411,5 mil horas, das quais 218,5 mil (53,10%) são providas por professores temporários. Outro desafio é reduzir a contratação de horas-aula ofertadas por professores não habilitados, que ainda alcança 96,8 mil horas (ou 23,5% do total de horas contratadas). Ambos os desafios deverão ser enfrentados mediante concursos públicos mais criteriosos e políticas de valorização do magistério (salários, condições de trabalho e formação continuada). Ressalte-se que a Lei Complementar Estadual nº 535/2014 reduziu a precariedade dos contratos temporários, ao determinar que, até 2016, o Estado deverá assegurar a esses contratos o pagamento integral da hora-atividade, tal como garantido aos contratos efetivos.

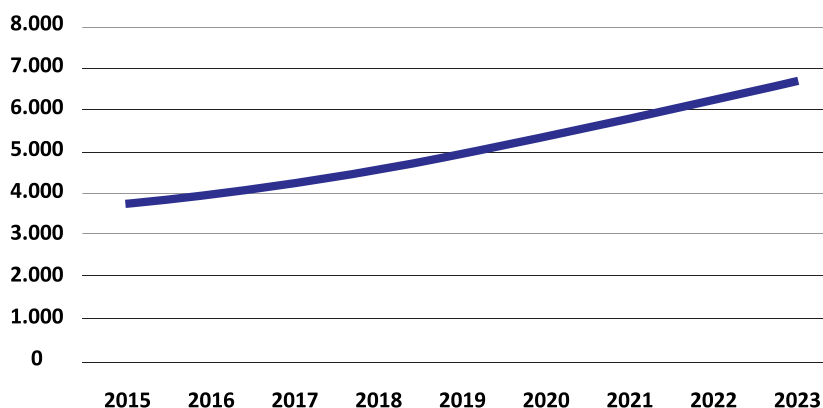
A questão salarial é uma das mais complexas na área da educação. Por um lado, há um reconhecimento de que os níveis salariais do magistério estão aquém do desejado face à importância social e econômica da profissão. É uma situação que, além de desmotivadora para a geração atual de professores, reduz a atratividade para futuras gerações, sendo inclusive uma das causas do esvaziamento dos cursos de licenciatura das instituições superiores. Por outro lado, o equacionamento adequado desse problema esbarra em limitações orçamentária e financeira. Apesar das dificuldades, esforços tem sido empreendidos nos últimos anos, como o piso nacional do magis-

⁹ Baixos índices de conclusão (ou elevada evasão) no ensino regular (especialmente no ensino médio) alimentam a demanda de EJA futura. O público da EJA está se tornando menos adulto e mais jovem, fenômeno conhecido como "juvenização". A média de idade dos alunos da EJA da rede estadual é 28,8 anos, sendo que 47% deles têm menos de 25 anos de idade. E apenas 27% têm mais de 34 anos.

tério e o estabelecimento de uma meta no Plano Nacional de Educação (PNE), que determina a equiparação salarial entre professores e profissionais do mercado de trabalho em situações análogas de escolaridade (meta nº 17). Em nível local, cabe destacar, além do já mencionado pagamento da hora-atividade ao professor temporário, a determinação legal (Lei Complementar nº 510/2013) de reajustes salariais que deverão elevar a remuneração do piso docente para cerca de R\$ 5.080,00 em 2019, patamar muito próximo do valor implicitamente estipulado pela meta 17 do PNE¹⁰.

Gráfico 10 .
Projeção do Salário Inicial do Professor Classe B em Mato Grosso, 2015-2023

Salário inicial do professor Classe B - trajetória 2015-2023, conforme determinação da LC nº 510/13 (Valores em R\$ de junho de 2015, normalizados para 40 horas semanais)



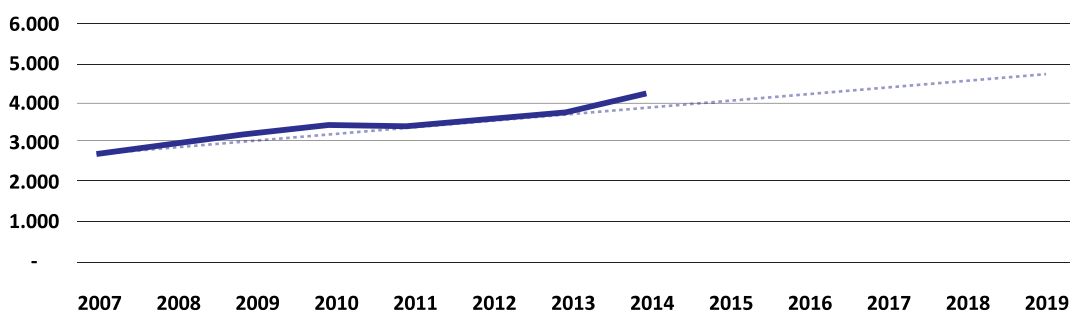
Fonte: SEPLAN, 2015

Os ganhos salariais determinados para a próxima década partem de uma situação que, se não exatamente confortável, pelo menos não está ruim em termos de comparabilidade nacional. De fato, segundo dados publicados na imprensa nacional, o salário-hora do professor (inicial classe B) em Mato Grosso passou de R\$18,5 em março de 2010 para 23,8 em julho de 2015, um ganho real de 28,41% (dados corrigidos pelo INPC-IBGE). Com isso, a rede estadual saltou da décima primeira para a terceira posição no rank nacional em remuneração inicial do professor¹¹. Portanto, nos próximos anos, a rede estadual de Mato Grosso seguramente figurará entre as que melhor remunera o seu quadro docente no Brasil.

Quanto ao financiamento da educação, entre 2007 e 2014, a despesa total executada pela SEDUC (função educação) passou de R\$ 1,12 bilhões para R\$ 1,69 bilhões, um crescimento médio anual de 6% em termos reais. A evolução da despesa total por aluno é ainda mais significativa, passando de 2,57 mil para R\$ 4,1 mil, um crescimento médio de 7% ao ano. Nessa tendência, a disponibilidade de recursos na rede estadual pode chegar a R\$ 5.000,00 por aluno-ano em 2019, gráfico 11, salvo alguma situação econômica adversa que comprometa seriamente a arrecadação do Estado. Por outro lado, deve-se reconhecer que há fortes pressões sobre o orçamento da educação no curto e médio prazos, destacando-se a progressão salarial determinada em lei para todos os profissionais da educação¹², o pagamento da hora-atividade a temporários, a necessidade de substituir os contratos temporários por efetivos e déficit de investimentos na infraestrutura escolar.

Gráfico 11 .
Despesas por Aluno/Ano em Mato Grosso, 2007-2014

Despesas por aluno/ano (SEDUC - Função Educação), 2007 a 2014
R\$ de 2014 (valores corrigidos - Inpc/Ibge)



Fontes: FIPLAN (despesas liquidadas SEDUC/função educação; MEC/INEP (dados de matrículas de 2007 a 2014)

¹⁰ Nos termos da LC Estadual nº 510/2013 o salário real dos profissionais da educação (inclui técnico-administrativos) deverá dobrar num prazo de 10 anos, até 2023. Isso requer aumentos reais (acima da inflação) de 7,17% ao ano (em média), o que poderá levar Mato Grosso a cumprir a meta 17 do PNE ao fim do próximo PPA, ou cerca de quatro a cinco anos de antecedência em relação ao prazo previsto no Plano Nacional (2024).

¹¹ Ver: Folha de São Paulo, 1º de abril de 2010; Site de notícias G1, 25/06/2015.

¹² A folha de pagamento da educação deverá crescer entre 7,5% e 8,5% ao ano na próxima década, um ritmo bem acima do crescimento das receitas à disposição do setor nos últimos anos.

Com um orçamento em grande medida comprometido com folha de pagamento, a educação acumulou um déficit significativo de investimentos na infraestrutura escolar. Em que pese a estagnação e declínio do número de matrículas, ainda há demanda por construção de novas escolas em áreas desatendidas, ou para substituir prédios próprios, cedidos ou alugados que estão sem condições de uso. A demanda por reformas abrange grande parte das escolas estaduais, muitas das quais requerendo elevados níveis de investimentos.

Os dados do Censo Escolar de 2013 apontam alguns gargalos na infraestrutura escolar, embora não sejam suficientes para se chegar à estimativa do volume de investimentos requerido. Na área de serviços, 25% das escolas não têm acesso à água por rede geral, e a coleta de esgotos por via pública chega apenas a 23% delas. Algumas estruturas de uso pedagógico ainda estão ausentes. Bibliotecas e salas de leitura ainda não chegaram a 24% e 92% das escolas estaduais, respectivamente. Não há salas de professor em 15% das escolas. Quadras esportivas estão presentes em 66% das escolas, mas quase metade não é coberta. Laboratórios de ciências estão entre os itens mais ausentes, pois chegam a apenas 15% das escolas.

Quanto aos equipamentos e às tecnologias, destacam-se o déficit de antenas parabólicas (disponível em 54% das escolas) e de internet banda larga (que tem cobertura de 77%).

Tabela 17.

Infraestrutura das Escolas da Rede Estadual em MT, 2013

Serviços	Item presente em
Água via rede pública	75% (558 escolas)
Energia via rede pública	96% (719 escolas)
Esgoto via rede pública	23% (175 escolas)
Coleta de lixo periódica	83% (623 escolas)
Dependências	
Biblioteca	76% (567 escolas)
Cozinha	95% (712 escolas)
Laboratório de informática	91% (677 escolas)
Laboratório de ciências	15% (113 escolas)
Quadra de esportes	66% (492 escolas)
Sala para leitura	8% (58 escolas)
Sala para a diretoria	68% (510 escolas)
Sala para os professores	85% (639 escolas)
Sala para atendimento especial	32% (240 escolas)
Sanitário dentro do prédio da escola	94% (705 escolas)
Sanitário fora do prédio da escola	19% (140 escolas)
Equipamentos	
Aparelho de DVD	92% (689 escolas)
Impressora	96% (720 escolas)
Antena parabólica	54% (407 escolas)
Máquina copiadora	64% (477 escolas)
Retroprojektor	69% (513 escolas)
Televisão	95% (710 escolas)
Tecnologia	
Internet	96% (720 escolas)
Banda larga	77% (578 escolas)
Computadores uso dos alunos	15.343 equipamentos
Computadores uso administrativo	4.413 equipamentos
Acessibilidade	
Escolas com dependências acessíveis aos portadores de deficiência	44% (326 escolas)
Escolas com sanitários acessíveis aos portadores de deficiência	65% (489 escolas)

Fonte: QEDu (dados do Censo Escolar/2013)

No quesito aumento da qualidade, a educação se depara com o desafio de obter ganhos significativos de qualidade num contexto de desempenho marcado pela rigidez, especialmente no ensino médio. Ainda persiste um déficit de desempenho significativo a separar escolas públicas de escolas privadas. A mobilidade social pela educação fica seriamente limitada quando o desempenho do sistema parece depender mais da condição socioeconômica do aluno, do que da capacidade das escolas em prover ensino satisfatório. Sem negar o forte impacto dessa condição na qualidade da educação, mas, ao mesmo tempo, tendo a clareza de que esse não se constitui em fator

determinante e intransponível, é possível com determinação política, boa gestão, ampliação dos investimentos e políticas públicas integradas (educação, saúde, segurança, assistência, emprego e renda) superar as condições socioeconômicas adversas e melhorar a qualidade da educação pública. Não por acaso, as metas de longo prazo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) estipulam não apenas a melhoria da educação como um todo, mas também a progressiva redução do hiato entre escolas pública e privada, visando assegurar maior isonomia na oferta de educação para os diferentes estratos sociais.

O desempenho do ensino não tem sido uniforme para as diferentes etapas da escolarização. No ensino fundamental tem havido progressos significativos, mas o ensino médio apresenta uma estagnação de desempenho realmente preocupante.

A tabela 18 mostra que a qualidade do ensino fundamental, medida pelo IDEB, tem melhorando de forma significativa e generalizada nos últimos anos. Nos anos iniciais das redes estaduais, o índice melhorou 42% em Mato Grosso e 38% no Centro-Oeste e 38% no Brasil, entre 2005 e 2013; nos anos finais, o avanço foi de 45% em Mato Grosso, contra 35% no Centro-Oeste e 21% no Brasil, tabela 19.

Tabela 18 .
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):
Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil, 2005-2013 (Anos iniciais do ensino fundamental)

	Rede/Ano	2005	2007	2009	2011	2013	Var 2005/13
MATO GROSSO	Total	3,6	4,4	4,9	5,1	5,3	47%
	Pública	3,5	4,3	4,8	4,9	5,2	49%
	Privada	5,5	5,9	6,2	6,3	6,7	22%
	Estadual	3,6	4,4	4,9	5,1	5,1	42%
CENTRO OESTE	Total	4,0	4,4	4,9	5,3	5,5	38%
	Pública	3,8	4,2	4,8	5,1	5,3	39%
	Privada	5,9	5,9	6,4	6,7	6,8	15%
	Estadual	3,9	4,5	5,0	5,2	5,4	38%
BRASIL	Total	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	37%
	Estadual	3,9	4,3	4,9	5,1	5,4	38%
	Municipal	3,4	4,0	4,4	4,7	4,9	44%
	Pública	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	36%
	Privada	5,9	6,0	6,4	6,5	6,7	14%

Fonte: MEC/INEP

A lacuna entre redes pública e privada também diminuiu para essa etapa de escolarização. Em Mato Grosso, por exemplo, a rede estadual reduziu sua distância em relação ao ensino privado de 35% para 24%, nos anos iniciais, e de 44,2% para 28,8%, nos anos finais do ensino fundamental.

Um aspecto a ser ressaltado em relação ao ensino fundamental é que não há mais espaço para ganhos de qualidade associados ao rendimento escolar, pois as taxas de aprovação já estão muito próximas da universalização. Assim, nos próximos anos, a melhoria da qualidade no ensino fundamental dependerá quase que exclusivamente de ganhos em proficiência, o que será ainda mais desafiador para as políticas educacionais.

Tabela 19 .
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):
Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil, 2005- 2013 (Anos finais do ensino fundamental)

	Rede/Ano	2005	2007	2009	2011	2013	Var 2005/13
MATO GROSSO	Total	3,1	3,8	4,3	4,5	4,4	42%
	Pública	3,0	3,7	4,2	4,3	4,2	40%
	Privada	5,2	5,6	5,8	5,9	5,9	13%
	Estadual	2,9	3,6	4,2	4,3	4,2	45%
CENTRO OESTE	Total	3,4	3,8	4,1	4,3	4,5	32%
	Pública	3,2	3,6	3,9	4,0	4,2	31%
	Privada	5,5	5,7	5,8	5,9	5,9	7%
	Estadual	3,1	3,5	3,8	3,9	4,2	35%
BRASIL	Total	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	20%
	Estadual	3,3	3,6	3,8	3,9	4,0	21%
	Municipal	3,1	3,4	3,6	3,8	3,8	23%
	Pública	3,2	3,5	3,7	3,9	4,0	25%
	Privada	5,8	5,8	5,9	6,0	5,9	2%

Fonte: MEC/INEP

O panorama do ensino médio é bem mais preocupante. O IDEB do ensino médio está praticamente nos mesmos níveis de oito anos atrás, um fenômeno generalizado no País. Na rede estadual de Mato Grosso, o índice obtido em 2013 está um pouco acima do verificado em 2005, mas abaixo do valor observado nos anos 2007, 2009 e 2011. Em relação ao setor privado, a rede estadual ainda mantém um déficit de 50% de desempenho, algo praticamente inalterado desde 2005. Mas, diversamente do ensino fundamental, o ensino médio público tem significativo espaço para avançar tanto em rendimento como em proficiência. Em que pese o senso comum de atribuir ao ensino público a prática das “aprovações automáticas”, o que se observa é que os níveis de aprovação são bem mais elevados na rede particular.

Em Mato Grosso, por exemplo, a rede estadual alcançou taxas de aprovação de apenas 68% em 2013, no Ensino Médio, contra 96% da rede privada; e o Estado tem uma das maiores taxas de reprovação e abandono do País, mas nem por isso apresenta melhores resultados em proficiência. Não restam dúvidas de que melhorar a qualidade do ensino médio, etapa de ensino pela qual a rede estadual responde por 89% das matrículas, é um dos principais desafios da educação nos próximos anos.

Tabela 20 .
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):
Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil, 2005- 2013 (Ensino Médio)

	Rede/Ano	2005	2007	2009	2011	2013	Var 2005/13
MATO GROSSO	Total	3,1	3,2	3,2	3,3	3,0	-3,2%
	Privada Estadual	5,3 2,6	5,3 3,0	5,8 2,9	5,7 3,1	5,3 2,7	0,0% 3,8%
CENTRO OESTE	Total	3,3	3,4	3,5	3,6	3,6	9,1%
	Privada Estadual	5,7 2,9	5,5 3,0	5,8 3,2	5,6 3,3	5,6 3,3	-1,8% 13,8%
BRASIL	Total	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	8,8%
	Estadual	3,0	3,2	3,4	3,4	3,4	13,3%
	Pública	3,1	3,2	3,4	3,4	3,4	9,7%
	Privada	5,6	5,6	5,6	5,7	5,4	-3,6%

Fonte: MEC/INEP

Tabela 21 .
Indicador de Rendimento no Ensino Médio, Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso,
2005-2013 (taxas de aprovação)

	Rede/Ano	2005	2007	2009	2011	2013	Var 2005/13
MATO GROSSO	Total	0,73	0,77	0,74	0,75	0,71	-3,8%
	Privada Estadual	0,94 0,65	0,95 0,75	0,96 0,72	0,95 0,73	0,96 0,68	2,3% 5,0%
CENTRO OESTE	Total	0,75	0,76	0,77	0,77	0,80	6,5%
	Privada Estadual	0,94 0,70	0,93 0,73	0,94 0,74	0,95 0,75	0,96 0,77	1,6% 10,3%
BRASIL	Total	0,77	0,78	0,80	0,80	0,82	6,7%
	Estadual	0,75	0,76	0,78	0,78	0,81	7,8%
	Pública	0,75	0,76	0,78	0,78	0,81	7,6%
	Privada	0,93	0,94	0,93	0,94	0,93	-0,5%

Fonte: MEC/INEP

Na elaboração do PPA 2016-2019, foram definidos dois objetivos estratégicos para a educação básica: 1) universalizar e melhorar a qualidade da educação básica; 2) reduzir o analfabetismo.

Nas oficinas do PPA, com a participação de técnicos e líderes de equipe da SEDUC e das unidades desconcentradas, foram identificadas as principais causas dos problemas de baixa qualidade da educação básica e do analfabetismo.

A rede pública estadual de educação básica conta com 753 unidades escolares. Dessas, um número considerável de unidades não dispõe de condições para o desenvolvimento de atividades pedagógicas. A busca pela qualidade da educação passa por garantir escolas

com infraestrutura adequada e com espaços físicos suficientes ao bom desempenho das práticas pedagógicas. O desafio não se resume em atender às necessidades atuais, mas de planejar a infraestrutura da rede visando ao atendimento da meta 06 do Plano Nacional de Educação (PNE) e da meta 16 do Plano Estadual de Educação (PEE).

Os planos nacional e estadual estabelecem metas e estratégias para a ampliação do tempo escolar objetivando a construção da educação em tempo integral. No entanto, a ampliação do tempo escolar requer a construção de um novo currículo que contemple atividades: cultural, artística, esportiva, de apoio pedagógico, lúdica, de iniciação científica, etc. Para isso, é preciso garantir unidades escolares com padrão

arquitetônico capaz de atender às novas necessidades. No PPA 2016-2019, estão previstos grandes investimentos na infraestrutura das unidades escolares, por meio da implementação das seguintes ações:

- Reforma geral das unidades escolares;
- Ampliação (construção de novos ambientes: bibliotecas, refeitórios, laboratórios, salas de professores, etc.);
- Construção de novas unidades para ampliar o atendimento;
- Execução de pequenos reparos;
- Realização de atendimentos emergenciais para aquelas que precisam ser

atendidas com urgência, para que não ocorram maiores prejuízos com temporal, chuva intensa, por exemplo.

Outra questão é a da formação continuada, um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizada após a formação inicial para os professores, que objetiva, fundamentalmente, a melhoria da prática pedagógica e, por conseguinte, assegurar um ensino de melhor qualidade. A formação continuada ocorre em três dimensões: 1) Formação continuada acadêmica (pós-graduação); 2) Cursos de pequena duração, encontros formativos, seminários, etc., ofertados pela SEDUC e pelos Centros de Formação (CEFAPROS); 3) Formação continuada que acontece no local de trabalho, para os profissionais da educação, na escola. Na rede pública estadual da educação básica em Mato Grosso, esse processo se dá com a implantação do “projeto sala do educador”.

Os estudos realizados na elaboração do PPA, revelaram que a formação continuada praticada na rede pública estadual de educação básica é frágil e pouco tem contribuído para melhorar a prática pedagógica dos professores. Visando garantir uma formação continuada que consiga ressignificar a prática pedagógica dos professores da rede estadual, a SEDUC adotará as seguintes ações:

- Realização de concurso público para ampliação significativa do quadro de professores efetivos, reduzindo a rotatividade de professores nas escolas, que atuam de forma temporária (53% do total da carga horária atribuída – dados de 2014 – Sistema SIGEDUCA);
- Implementação de Curso específico para coordenadores pedagógicos, possibilitando aquisição de conhecimentos e habilidades necessários à condução do processo de formação continuada nas escolas;
- Execução de encontros formativos anuais para coordenadores pedagógicos, com foco na gestão pedagógica e troca de experiências;
- Realização de parcerias com institui-

ções de ensino superior, objetivando a ampliação de oferta de vagas nas pós-graduações.

A sociedade, paulatinamente, vai descobrindo a importância das avaliações externas como uma forma de acompanhar a evolução das políticas públicas. Isso faz com que as avaliações passem a ganhar espaço nas agendas políticas. No entanto, se há uma maior consciência da importância da Avaliação realizada em larga escala na educação básica, por outro lado, existe grande dificuldade de sua utilização para subsidiar as gestões educacionais das redes e sistemas, bem como para identificar fragilidades, contribuindo para a elaboração e execução de intervenções pedagógicas nas unidades escolares.

A SEDUC irá adotar um conjunto de ações para melhorar a compreensão e utilização das avaliações de larga escala:

- Capacitar a equipe do órgão central na compreensão e interpretação das avaliações em larga escala;
- Capacitar os formadores dos CEFAPROS na compreensão e utilização das avaliações para o assessoramento pedagógico às equipes gestoras das escolas (diretores e coordenadores pedagógicos).

Embora se reconheça a importância da avaliação externa, que aponta avanços ou fragilidades no processo ensino-aprendizagem, servindo de parâmetro para a escola e o sistema, possibilitando que se compare consigo mesmo e acompanhe seu percurso, ela não garante todas as informações necessárias para qualificar a prática pedagógica. É preciso integrá-la à avaliação interna das unidades escolares, realizada pelo professor, no contexto da sala de aula, e à avaliação institucional realizada pelo coletivo da escola, no contexto da elaboração e/ou revisão do seu Plano Político Pedagógico (PPP). A avaliação interna da escola permite o diagnóstico e a intervenção no processo de aprendizagem, permitindo que a escola assegure a todos os alunos a progressão.

A partir dessa compreensão a SEDUC fará:

- A capacitação dos formadores dos CEFAPROS em avaliação do processo ensino – aprendizagem, para que esses melhorem o assessoramento às unidades escolares;

- A capacitação, por município, às equipes gestoras das unidades escolares (diretores e coordenadores pedagógicos) em avaliação da aprendizagem, em utilização das avaliações para identificação das fragilidades do processo ensino-aprendizagem, em elaboração de medidas de apoio pedagógico e capacitação de professores, bem como em subsídio à elaboração do PPP da escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), no seu artigo 15, concedeu às unidades escolares progressivo grau de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. No mesmo sentido, a lei nº 7.040/98, que instituiu a gestão democrática na rede pública estadual da educação básica de Mato Grosso, garante autonomia às unidades escolares. Autonomia, nesse caso, é a construção de um espaço de liberdade e de responsabilidade, dentro de sua competência, para planejar suas atividades, definindo seus objetivos, metas e ações de modo a atender às demandas da comunidade escolar.

O Plano Político Pedagógico é um instrumento de planejamento construído coletivamente, que deve expressar a identidade da escola, seus sonhos e objetivos. É um diagnóstico que deve definir a distância da situação atual para a situação desejada e um plano de ação onde se estabeleçam as ações, atitudes e rotinas que se desejam executar em determinado período de tempo.

No entanto, o PPP das escolas públicas da rede estadual de Mato Grosso, em regra, não retrata a realidade e não orienta as ações das escolas. A SEDUC irá resgatar a importância do PPP das escolas, com a adoção das seguintes ações:

- Capacitação da equipe do órgão central na elaboração, execução, avaliação e revisão do PPP;
- Capacitação dos coordenadores pedagógicos e diretores;

- Assessoramento e orientação às unidades escolares na elaboração, execução, avaliação e revisão do PPP.

A capacidade da equipe gestora das unidades escolares impacta fortemente na qualidade da educação. Uma equipe gestora competente (conhecimentos, habilidades e atitudes) consegue organizar o ambiente escolar, reorganizar, redefinir e racionalizar os processos, melhorar o clima organizacional, mobilizar os profissionais em busca de concretização de objetivos e metas, organizar o planejamento coletivo da unidade escolar, melhorar a participação dos pais e responsáveis na vida escolar dos alunos, organizar e planejar o horário de trabalho pedagógico coletivo, monitorar a frequência escolar, acompanhar o desempenho dos alunos, monitorar os relatórios de avaliação dos alunos, auxiliar os professores na elaboração de plano de apoio pedagógico e, por fim, melhorar a qualidade da educação na unidade escolar.

No entanto, o aumento da complexidade da gestão escolar, bem como a intensificação do processo de descentralização administrativa, financeira e pedagógica, na conquista paulatina e gradativa de uma autonomia relativa das unidades escolares, tornou a gestão escolar mais complexa. Nesse sentido, novas competências são necessá-

rias para que a equipe gestora tenha melhor desempenho.

É oportuno ainda, um olhar crítico para identificar os principais problemas que afetam o desempenho das equipes gestoras das escolas. Assim, a SEDUC adotará as seguintes ações visando melhorar o desempenho das unidades escolares:

- Formação específica para coordenadores pedagógicos;
 - Formação específica para diretores escolares;
 - Revisão dos critérios de seleção dos coordenadores pedagógicos e diretores escolares e período de atuação;
 - Melhoria do processo de orientação, assessoramento e monitoramento das unidades escolares.
- A Secretaria de Estado de Educação deverá receber R\$10,46 bilhões nos próximos quatro anos, é o maior orçamento por secretaria no período.

4.2 Segurança

Nos últimos anos, a segurança pública passou a ser considerada o principal desafio ao Estado de direito no Brasil. Essa temática alcançou grande repercussão pública e jamais esteve tão pre-

sente nos debates, tanto de especialistas como do público em geral.

Os problemas relacionados com o aumento das taxas de criminalidade, o aumento da sensação de insegurança, sobretudo nos grandes centros urbanos, a degradação do espaço público, a violência policial, a ineficiência preventiva de algumas de nossas instituições, a superpopulação nos presídios, rebeliões, fugas, degradação das condições de internação de jovens em conflito com a lei, corrupção, aumento dos custos operacionais do sistema, problemas relacionados à eficiência da investigação criminal e das perícias policiais e morosidade judicial que, dentre tantos outros, representam desafios para o sucesso na implementação de políticas de segurança pública no Brasil.

No âmbito de Mato Grosso, o principal indicador de violência, o homicídio doloso, alcançou uma taxa de 28,7 por 100 mil habitantes, em 2010. Já em 2013, a taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes elevou-se para 31,3.

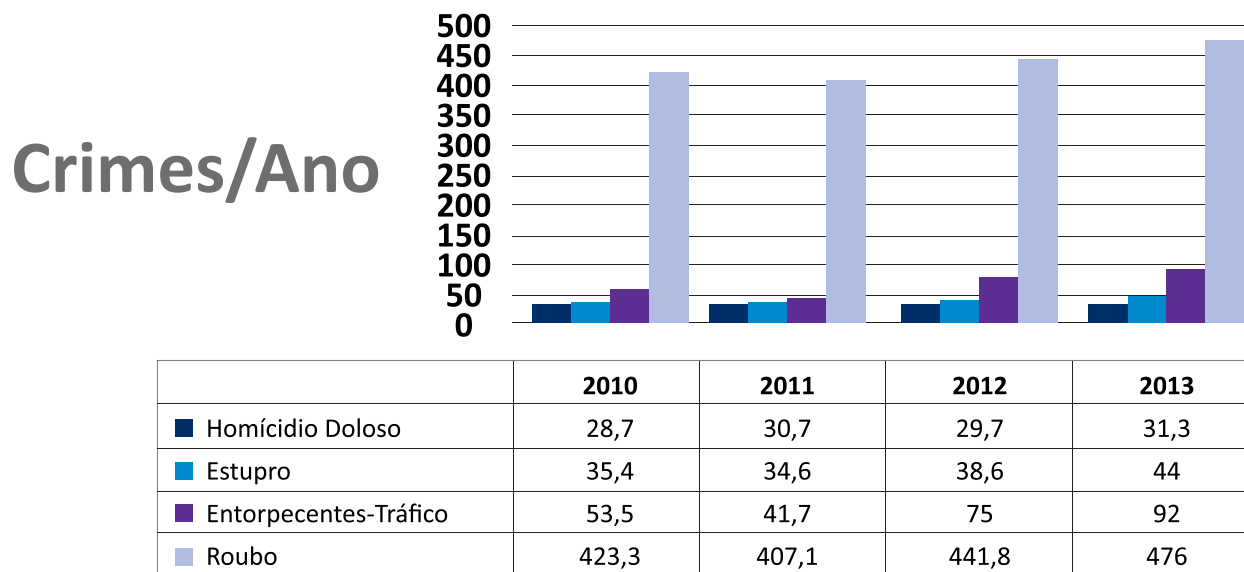
A tendência de crescimento também se apresentou, quando analisamos as taxas de roubo, estupro e tráfico de entorpecentes, no período 2010-2013:

Tabela 22 .
Evolução de Indicadores de Violência em MT, 2010-2013
(Taxas - Por 100 mil Habitantes)

Crimes/Ano	2010	2011	2012	2013
Homicídio Doloso	28,7	30,7	29,9	31,3
Roubo	423,3	407,1	441,8	476
Estupro	35,4	34,6	38,6	44
Entorpecentes-tráfico	53,5	41,7	75	92

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 6ª, 7ª e 8ª Edições

Gráfico 12 .
Evolução de Indicadores de Violência em MT, 2010-2013
 (Taxas - Por 100 mil Habitantes)



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 6ª, 7ª e 8ª Edições

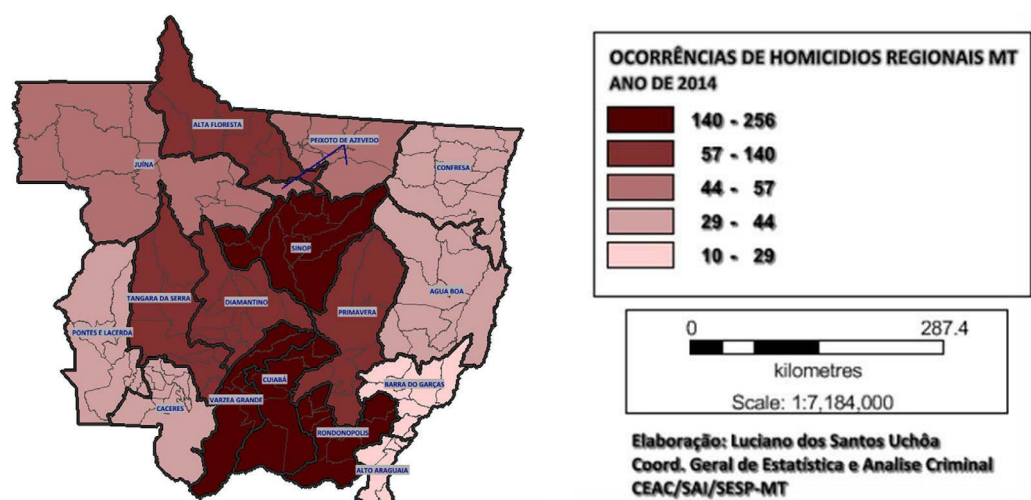
Dados do fechamento do ano de 2014, disponibilizados no site pela Secretaria de Segurança Pública (SESP), revelam uma propensão de aumento em todos esses indicadores. Exemplificando, a taxa de homicídios subiu 28% em relação ao ano de 2013, já a de roubos elevou-se em 34% em relação ao mesmo período.

O cenário atual dificulta o alcance das metas projetadas no Plano de Longo Prazo de Mato Grosso visando reduzir a vitimização de pessoas pela violência e criminalidade.

Levantamentos da SESP, Figuras 7, 8 e 9, apontam o registro de ocorrências, em números absolutos, de homicídio, roubo, porte, posse e tráfico de drogas, por regiões do Estado, no ano de 2014.

Figura 7 .
Registros de Homicídios por Regional, 2014
 (Nºs Absolutos)

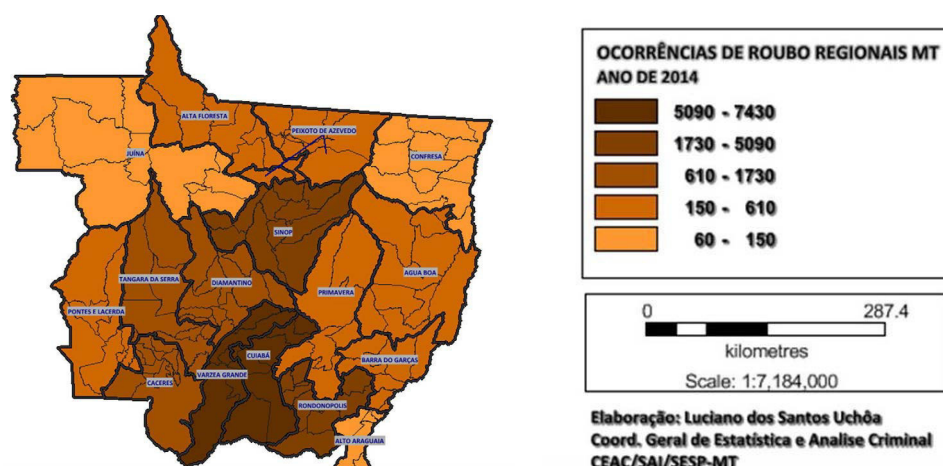
Mapa de distribuição dos registros de homicídios nas Regionais de Mato Grosso (Ano 2014)



Fonte: Secretaria de Segurança Pública – MT - jul/2015

Figura 8 .
Registros de Roubos por Regional, 2014
(Nºs Absolutos)

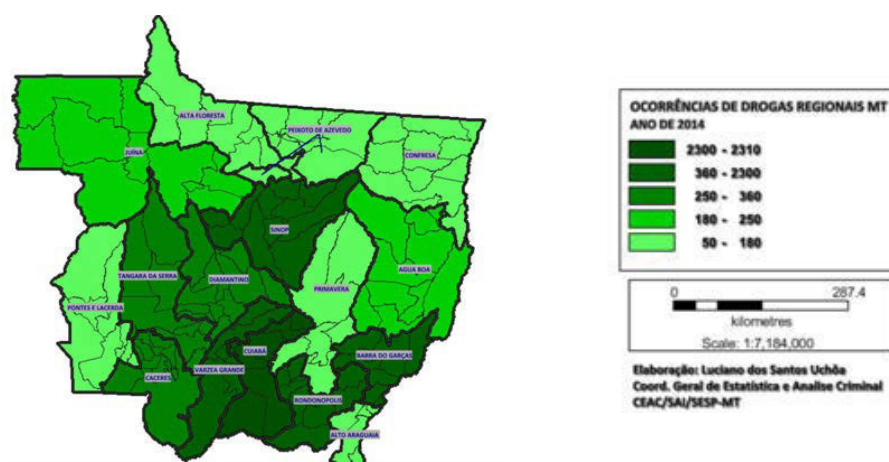
Mapa de distribuição dos registros de roubo nas Regionais de Mato Grosso (Ano 2014)



Fonte: Secretaria de Segurança Pública – MT – jul/2015

Figura 9 .
Registros de Drogas por Regional, 2014
(Nºs Absolutos)

Mapa de distribuição dos registros de drogas (porte, posse e tráfico) nas Regionais de Mato Grosso (Ano 2014)



Fonte: Secretaria de Segurança Pública – MT – jul/2015

A SESP, no último quadriênio 2011-2014, planejou maximizar seus esforços na busca de uma segurança pública integrada, com formalização dos pactos de enfrentamento às drogas e pela vida, a interiorização da inteligência, a redução de desastres ambientais (incêndios florestais) e o estabelecimento de uma estratégia estadual de fronteira, segundo consta do Plano Estadual de Segurança Pública¹³ elaborado no ano de 2011.

As diversas ações indicadas pela área de segurança pública do Estado, na busca da redução da violência e da criminalidade, concentraram-se no policiamento ostensivo, sobretudo, nas localidades em que são registrados os

maiores números de ocorrências.

Considerando a elevação dos índices de criminalidade em Mato Grosso, deliberou-se pela priorização do atendimento das áreas mais atingidas, respectivamente, os polos de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop.

O aumento da comercialização de drogas aparece como uma das possíveis hipóteses para a alta das taxas de criminalidade. Vale destacar que 28 municípios mato-grossenses estão na faixa de fronteira. Dados do PPA 2012-2015 as sinalam que a localização geográfica do estado, com extensa área de fronteira seca, serve como fator facilitador para que o território mato-grossense seja

utilizado como via de abastecimento do crime organizado e porta de entrada de drogas, armas e contrabando.

Entretanto, fatores como pobreza, precariedade de condições de vida, desigualdade social e densidade populacional costumam ser apontados como possíveis causas para a escalada de crimes e violência. Sendo de difícil identificação a causa precisa, pois, em geral, são vários fatores combinados.

Evidentemente, as soluções devem passar pelo fortalecimento da capacidade do Estado em gerir a violência, pela retomada da habilidade gerencial no âmbito das políticas públicas de segurança, mas também devem passar

¹³ www.seguranca.mt.gov.br

pelo alongamento dos pontos de contato das instituições públicas com a sociedade civil e com a produção acadêmica mais relevante para a área, bem como pela aplicação de um grande volume de recursos.

Os recursos orçamentários aplicados na área de segurança pública do Estado de Mato Grosso não se mostraram como uma variável determinante para a redução dos indicadores de violência. Inferindo-se, portanto, que o aumento dos recursos da pasta, isoladamente, não traduziu-se em eficácia e efetividade nos resultados.

Entre os anos de 2011-2014, o orçamento da SESP – valores liquidados, a preços constantes, corrigidos pelo IGP-DI, foi ampliado de R\$ 1,04 bilhão para R\$ 1,29 bilhão, um percentual de crescimento real em torno de 25%, tabela 23.

Tabela 23 .

Recursos Aplicados em Segurança Pública

(Em milhões de Reais)

2011	2012	2013	2014
1.040,20	1.096,20	1.151,58	1.297,21

Fonte: FIPLAN - jun/2015 - Valores Liquidados
Valores Constantes – Corrigidos pelo IGP-DI - dez/2014

É importante ressaltar que, pelas funções que exerce, a secretaria de segurança tem necessidade de grande efetivo de pessoal, pois o fator humano é o principal recurso utilizado pelo Estado para o fornecimento dos serviços de segurança pública.

Portanto, a maior parte do orçamento destinado à SESP foi alocada no grupo de despesa Pessoal e Encargos Sociais, outra parte foi para a manutenção da máquina, restando pouco para investimento no planejamento e execução de obras de infraestrutura, no reaparelhamento das forças policiais, na aquisição de equipamentos modernos, entre outros, tabela 24 e gráfico 13.

Tabela 24 .

Distribuição dos Recursos por Grupo de Despesa

(Em milhões de Reais)

Grupo de Despesa	2011	2012	2013	2014	Total	%
Pessoal e Encargos	881,75	948,63	1.003,33	1.148,01	3.981,72	86,84
Custeio	147,5	140,72	132,46	135	555,68	12,12
Investimentos	10,93	6,83	15,78	14,19	47,73	1,04
Total					4.585,13	100,00

Fonte: FIPLAN - jun/2015 - Valores Liquidados – Valores Constantes – Corrigidos pelo IGP-DI - Dez/2014

Gráfico 13 .

Distribuição dos Recursos por Grupo de Despesa

(Em milhões de Reais)

GRUPOS DE DESPESAS

■ Pessoal e Encargos ■ Outras Despesas Correntes ■ Investimentos



Fonte: FIPLAN - Jun/2015 - Valores Liquidados - Corrigidos pelo IGP-DI - dez/2014

É notório que os quadros organizacionais de segurança pública devem evoluir na medida em que os problemas socioeconômicos, os fatores criminológicos, o aumento populacional e outros aspectos incidirem sobre o aumento da violência e da criminalidade.

Nos anos de 2009 e 2013, foram abertos editais para a realização de concursos públicos destinados à ampliação do quadro de servidores. Os aprovados, em quase sua totalidade, já foram empossados.

Tabela 25 .
Nº de Vagas Oferecidas X Nº de Empossados
(Em milhões de Reais)

Cargos	QT. VAGAS NOS EDITAIS	QT. EMPOSSADOS
Delegado de Polícia	60	90
Escrivão de Polícia	290	390
Investigador de Polícia	510	590
Perito Criminal Oficial	152	187
Perito Médico Legista	81	68
Perito Odonto Legista	3	3
Soldado da Polícia Militar	2.200	1.735
Soldado do Corpo de Bombeiros	360	222
Técnico de Necropsia	20	21
Total Geral	3.676	3.306

Fonte: SEAP/SEGES – jun/2015

Dados de maio/2015 apontam que a segurança pública do Estado trabalha com um número total de 11.909 servidores. Nesse total estão incluídos policiais militares, policiais civis, policiais da perícia técnica e demais servidores das carreiras de gestão.

Tabela 26 .
Número de Servidores da Segurança Pública em MT

Carreiras/Órgãos	SESP	POLITEC	PM	PJC	CBM	Total
Policial Militar	20	-	6.793	-	1.065	7.878
Policial Civil/Perito	22	606	-	2.845	-	3.473
Demais Carreiras	245	184	40	69	20	558
Total Geral						11.909

Fonte: SEAP/SEGES - maio/2015

Contudo, o número ideal de policiais recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU) é de 1 para 250 habitantes. Assim, considerando a população estimada do estado em 2014¹⁴, Mato Grosso possui 1 policial militar para cerca de 474,65 habitantes. Fato que dificulta a adoção de novas estratégias de prevenção, policiamento e, principalmente, uma maior proximidade com a sociedade.

Em junho/2015 estavam na academia de polícia em treinamento intensivo 600 soldados da Polícia Militar, 600 policiais civis e 156 bombeiros. A previsão é de que eles entrem em atividade, atuando nas ruas, no mês de agosto/2015, para reforçar o efetivo e atender uma premente reivindicação da sociedade mato-grossense.

Para enfrentar o problema das altas ta-

xas de criminalidade, ao longo do quadriênio 2016-2019, as ações da Política de Segurança Pública terão como base o seguinte objetivo estratégico de Governo:

1) Aumentar a segurança dos cidadãos, contribuindo para que o estado de Mato Grosso se torne um lugar mais seguro para viver

O Governo dará prioridade às atuações articuladas e integrais entre as instituições de segurança pública e os demais órgãos do sistema de justiça e a sociedade. Para tanto, promoverá ações compartilhadas, a fim de oportunizar não somente a realização de todo o ciclo de segurança e justiça, mas também a participação e o controle social nas ações de prevenção e repressão à violência e à criminalidade, contribuindo para a efetividade das

políticas públicas de segurança. Dessa forma, todos os esforços serão coordenados e colaborarão para o aumento da capacidade de proteção do Estado ao cidadão.

Nesse contexto, foi elaborado o Programa Governamental “Pacto pela Segurança”, cujo objetivo é elevar a capacidade operacional e gerencial das instituições de segurança pública, com foco na prevenção, na proteção de vidas, patrimônio, meio ambiente e repressão à criminalidade em Mato Grosso.

As metas principais para o quadriênio 2016-2019 serão a melhoria da gestão estratégica, a modernização da infraestrutura e reaparelhamento das polícias mato-grossenses, além dos investimentos na capacitação de recursos humanos.

¹⁴ Fonte: IBGE – População Estimada 2014= 3.224.357 hab.

Para melhorar o atendimento ao cidadão, serão desenvolvidos projetos de instalação e modernização das seguintes unidades policiais:

- 261 unidades da PM; 180 unidades da PJC; 31 unidades do CBM e 19 unidades da Politec.

Para a modernização em tecnologia da informação, mostra-se imprescindível o aparelhamento dessas unidades policiais. Nesse sentido, o Governo estará adquirindo equipamentos e acessórios de informática para os principais órgãos de polícia, possibilitando, assim, a informatização de seus procedimentos e a melhoria do fluxo de informações entre essas unidades.

A qualificação e valorização dos profissionais da segurança pública serão viabilizadas por meio de capacitações, cursos e atividades correlatas de atualização de conhecimentos teóricos e práticos, assim como pela modernização da Academia de Polícia Civil e pelo aprimoramento da política de saúde dos servidores. Para o quadriênio, a SESP estima ofertar 19.771 vagas e promover a formação e educação continuada dos profissionais da segurança pública.

Para uma ação efetiva de prevenção e repressão ao crime organizado e à violência, o Governo do Estado direcionará esforços e recursos para:

- o aprimoramento e a intensificação das ações de inteligência, com a elaboração de 1.738 relatórios, que produzirão conhecimentos que poderão influenciar o processo decisório da melhor política de enfrentamento;
- a promoção de 335 ações policiais preventivas e repressivas na área de fronteira;
- a realização de atendimentos a 65.986 pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social;
- a efetuação de 52.000 operações preventivas e ostensivas, integradas e regionalizadas, em áreas de alto índice de criminalidade;
- a execução de 10.600 horas de voo

na manutenção das atividades aerotransportadas do CIOPAER;

- a maior agilidade do atendimento ao cidadão, mantendo o funcionamento ininterrupto, 24 horas nos 07 dias da semana, dos serviços do CIOSP.

São prioridades também o fomento e a integração continuada de ações e operações das instituições que compõem o Gabinete de Gestão Integrada, fórum executivo e deliberativo, que tem como missão integrar sistematicamente os órgãos e instituições federais, estaduais e municipais de segurança pública.

A Secretaria de Segurança Pública deverá receber R\$ 9,18 bilhões nos próximos quatro anos, é o segundo maior orçamento por secretaria no período.

4.3 Saúde

A política pública de saúde, estruturada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), implica uma elevada interação entre os diversos entes federativos. Dessa forma, reserva aos Estados o papel de coordenação dos esforços na atuação dos municípios em cada Unidade Federativa, do cofinanciamento dos trabalhos, da formação e capacitação de usuários e trabalhadores do SUS, e da manutenção de estruturas regulatórias e operacionais, em especial, aquelas classificadas como de média e alta complexidade, quando a manutenção efetuada diretamente pelos municípios se revele gerencialmente e financeiramente inadequadas.

No caso do estado do Mato Grosso, os indicadores de saúde pública mostram os principais problemas que afetam o cotidiano da população, que se evidenciam no perfil de doenças que a vitima. Por outro lado, denotam que destarte os esforços efetivados recentemente, mantêm-se constante alguns dos principais índices ou apresentam-se com pequenas oscilações, resultando, em alguns casos, numa percepção negativa da disponibilidade dos serviços pela população.

Dados compilados do Relatório de Avaliação de Desempenho de Indicadores do Plano de Longo Prazo (UGE-

-SEPLAN/2014) demonstram que, em Mato Grosso, os três principais grupos de causas de mortalidade são as doenças do aparelho circulatório (27,92%), as neoplasias (14,26%) e as doenças do aparelho respiratório (9,79%). No grupo de causas de mortalidade por doenças do aparelho circulatório estão as doenças cerebrovasculares com 27,08%, as doenças isquêmicas do coração com 25,06% e as doenças hipertensivas com 18,17%. E entre as principais neoplasias que causam mortes estão o câncer em órgãos digestivos (28,15%), câncer no aparelho respiratório (15,08%) e câncer nos órgãos genitais masculinos (9,12%).

Entre 2008 e 2012, a taxa de mortalidade prematura teve uma redução considerável de 2,8%. A média de 302,46 óbitos por cem mil habitantes apresentou o segundo melhor resultado na região Centro-Oeste. Contudo, será necessário implementar ações que contribuam para alcançar a meta nacional de reduzir as mortes prematuras por doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) em 2% ao ano. As regionais que apresentam os índices mais altos e merecem atenção especial para redução dessa taxa são: Baixada Cuiabana (362,2 óbitos/cem mil), Diamantino (332,2 óbitos/cem mil), Cáceres (324,2 óbitos/cem mil) e Rondonópolis (320,2 óbitos/cem mil).

Em Mato Grosso, a diarreia está entre as principais causas de morte em crianças com menos de um ano. Essa estatística confirma a intensa relação da morte infantil à baixa oferta de serviços de saneamento básico.

Segundo as premissas da lógica de atendimento do SUS, o atendimento classificado como primário ou básico deve concentrar a maioria dos esforços por tratar-se de uma atividade preventiva ou de menor complexidade, que demanda recursos operacionais mais simples, evita o agravamento das doenças instaladas, implicando em procedimentos e tratamentos mais rápidos, que beneficiam diretamente os usuários e sua família, mas também ao próprio Estado, por representarem menores ônus financeiros, dada a simplicidade dos recursos humanos e tecnológicos envolvidos.

Assim, as políticas de vacinação, de estruturação de equipes de saúde da família e de saúde bucal a elas diretamente ligadas, de atendimento em unidades básicas de saúde e de fornecimento de exames e de medicação gratuita ou a baixo custo para as doenças mais comuns e menos demandantes de intervenções clínicas, ocupam papel de absoluta relevância no funcionamento do sistema como um todo, promovendo, ao mesmo tempo, a disponibilidade da presença pública direta nos serviços públicos, a um custo médio baixo, evitando a necessidade de estruturas de custo complexas cujas aplicações nessas atividades tenderiam à irracionalidade na manutenção dos dispêndios.

No caso da estruturação das Equipes de Saúde da Família, estão instaladas pouco mais de 600 atingindo cobertura de cerca de 2/3 da população, guardando resistência em expandir-se nos anos recentes. Constitui-se, portanto, em um dos problemas a ser enfrentado pelo Governo Estadual. Além disso, há pouco mais de 400 equipes de saúde bucal a elas vinculadas, quantidade que também tem se mantido constante, e atendem a pouco menos da metade da população.

Essas equipes são de responsabilidade dos municípios, que tem sua capacidade de financiamento restrita, implicando em dificuldades para sua expansão.

O Governo Estadual procurou desen-

volver um incentivo para estimular essa atividade, mas também encontra-se premido pelas demais demandas, e tem disponibilizado valores aquém do necessário para tal medida.

Do mesmo modo, a implantação das Unidades Básicas de Saúde é competência dos municípios, que mantêm instaladas 938 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 36 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme informação da COGIS/SPS/SES/MT, de outubro de 2012. Para contribuir com seu financiamento, segundo as atribuições legalmente previstas, os repasses estaduais, mediante recursos do Fundo Estadual de Saúde, alcançaram a ordem de R\$ 20,2 milhões no ano de 2014.

No que diz respeito ao financiamento de exames e medicação, o Estado fez, no ano de 2014, aplicações em favor dos municípios no valor de R\$ 4,4 milhões.

Já, no que diz respeito aos tratamentos de média e alta complexidade, o Estado mantém uma política que combina a contratação de serviços da rede privada com a rede própria de hospitais regionais, composta por sete unidades hospitalares em: Alta Floresta, Sorriso, Colíder, Cáceres, Rondonópolis, Várzea Grande, Sinop e Cuiabá.

Para a gestão desses hospitais regionais, há a opção de gestão direta por equipes do próprio Estado ou ainda gestão por organizações sociais contratadas. Além disso, essa política é

complementada pela estruturação da Vigilância Sanitária, bem como pela atuação de uma Central de Regulação, que busca equilibrar a demanda dos serviços à necessidade de sua disponibilização pelos agentes públicos ou privados.

Essa política demanda as maiores aplicações de recursos públicos e implica a previsão de mais de R\$ 258 milhões apenas para a manutenção dos hospitais regionais geridos pelas Organizações Sociais de Saúde (OSS), por exemplo, no ano de 2014, com atendimento de mais de 282 mil diárias de internações no mesmo ano.

Entre os anos de 2010 e 2014, em termos de recursos do Governo Estadual, verificou-se um incremento de 45% nos valores pagos em saúde, saindo de um total de R\$ 457 milhões para R\$ 664 milhões, exceto despesas com pessoal. Verifica-se que houve forte incremento, mais de 66%, nas despesas relacionadas à assistência ambulatorial e hospitalar.

Quando à execução do orçamento do Governo Estadual, na área de saúde, apresentada por grupos de despesas, observa-se que as outras despesas correntes e de pessoal têm primazia, em detrimento dos investimentos em instalações e material permanente, visto que esses sequer alcançam 1% dos pagamentos no ano de 2014.

Tabela 27 .

Despesas com Saúde, por Grupo de Despesa, Valores Pagos, 2010-2014 *Em R\$ 1,00*

Grupos/Ano	2010	2011	2012	2013	2014
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	443.722.969	397.557.627	533.953.526	587.037.173	653.702.064
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	331.521.689	401.567.894	435.842.574	466.400.524	519.778.966
INVESTIMENTOS	12.405.290	11.221.602	5.531.508	3.361.155	8.568.305
JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.638.795	1.699.445	1.756.861	1.813.800	1.881.748

Fonte: SIG/Seplan/MT – Valores Correntes

Dos investimentos, que totalizaram pouco mais de R\$ 8,5 milhões em 2014, R\$ 7 milhões, ou cerca de 81%, estiveram concentrados em Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Destaca-se, por outro lado, o fato de que as despesas com pessoal elevaram-se em 57% no intervalo entre 2010 e 2014, enquanto as outras despesas correntes incrementaram-se em 47%, numa opção pela ampliação das equipes de atendimento e de sua melhoria salarial.

A adoção desse conjunto de políticas, no contexto das mudanças que incidem sobre a população, tem produzido alterações nos indicadores de saúde disponíveis.

Relatório do Tribunal de Contas do Estado de MT, com o voto do relator das contas anuais do Governo do Estado de 2014, aponta que entre os anos de 2010 e 2014, ocorreram melhorias nos seguintes indicadores:

- Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce (redução de 8,80%);
- Taxa de Mortalidade Infantil (redução de 13,51%);
- Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-Natal (incremento de 6,42%);
- Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (redução de 25,51%);
- Taxa de Mortalidade por Doença do Aparelho Circulatório/Cérebro-Vascular (redução de 7,11%);
- Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-Vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos (incremento de 134,78%);
- Taxa de Incidência de Dengue (redução de 35,86%).

Por outro lado, ocorreram variações negativas nos seguintes indicadores:

- Taxa de Detecção de Hanseníase (aumento de 2,68%);
- Cobertura de Imunização Pentavalente (redução de 4,41%);
- Incidência de Tuberculose todas as formas (incremento de 36,66%).

Já o DATASUS evidencia que as internações hospitalares, nos procedimentos suscetíveis à atenção primária, sofreram expressiva redução no período entre 2008 e 2014 (-19%), ao mesmo tempo em que as internações relativas a procedimentos de alta complexidade tiveram elevado incremento (+60%).

Tais dados denotam uma focalização crescente na utilização dos serviços, procurando adequá-los devidamente às necessidades dos usuários.

Para o próximo quadriênio, as propostas do PPA 2016-2019 priorizam os seguintes objetivos estratégicos:

- 1) Melhorar o acesso equitativo e a resolutividade dos serviços de saúde do SUS
- 2) Reduzir a morbimortalidade no Estado de Mato Grosso

A certeza de que os resultados apresentados até aqui, no âmbito do Estado, não dão conta nem de parte dos problemas existentes, tais como: as fragilidades no funcionamento da rede de atenção e no sistema de vigilância em saúde; a desestruturação da gestão da política de saúde e a desestruturação do trabalho e da educação na saúde, foi o que impulsionou a Secretaria de Saúde do Estado (SES) a definir três programas para a área:

- 1) Ordenação Regionalizada da Rede de Atenção e Sistema de Vigilância em Saúde
- 2) Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
- 3) Reordenação da Gestão Estratégica e Participativa do SUS

A SES planeja ações de intervenções na organização das redes de atenção regionalizadas; na ampliação da cobertura e resolutividade da atenção primária à saúde; na reestruturação da gestão da assistência farmacêutica; na reordenação do sistema regionalizado de vigilância em saúde e de vigilância sanitária; na consolidação da gestão do MT Laboratório; na política de transplantes no Estado, bem como nos serviços do Hemocentro.

Existem, ainda, outros desafios que estão relacionados com o fortaleci-

mento da capacidade gestora da SES na condução da política de saúde no Estado, elemento fundamental para o sucesso da política, que serão enfrentados por intermédio da formação e qualificação dos trabalhadores, gestores e agentes sociais do SUS; da melhoria da produção e disponibilização de informações em saúde; da ampliação das instâncias de controle e participação social, sempre com vistas à prestação de serviços humanizados.

Os resultados dos programas finalísticos da saúde serão avaliados por meio de indicadores considerados estratégicos, dado que eles têm impacto direto na melhoria da saúde e da qualidade de vida da população mato-grossense, tais como: taxa de mortalidade neonatal, taxa de mortalidade materna, proporção de internação por condições sensíveis à atenção primária à saúde, taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) pelo conjunto das DCNTs, proporção de cura de casos novos de hanseníase, entre outros.

A SES deverá receber, nos próximos quatro anos, R\$ 6,55 bilhões. O terceiro maior orçamento por secretaria no período.

4.4 Combate à Pobreza

O estado de Mato Grosso tem experimentado, nos últimos anos, um avanço significativo na melhoria das condições de vida de sua população, com progresso nos níveis de desenvolvimento humano e redução gradual das desigualdades.

Conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Mato Grosso ficou em 0,725, em 2010, o que situa nosso estado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, o IDHM passou de 0,601 em 2000 para 0,725 em 2010 - uma taxa de crescimento de 20,63%.

Entre 1991 e 2010, o IDHM de Mato Grosso, e em especial o seu componente renda, evoluíram gradual e consistentemente.

Tabela 28 .
Evolução do IDHM de Mato Grosso, 1991, 2000 e 2010

Índice/Ano	1991	2000	2010
IDHM / MT	0,449	0,601	0,725
IDHM Renda / MT	0,627	0,689	0,732

Fonte: PNUD, Ipea e Fundação João Pinheiro

Pode-se perceber também, que a extrema pobreza diminuiu fortemente no período 2003-2011, conforme dados que consideram as linhas da extrema pobreza elaboradas tanto pelo Programa Brasil sem Miséria, quanto pelo instituto Ipeadata. Pelo critério Brasil Sem Miséria, a evolução foi de 6,31% para 1,62%, (queda de 74,3%); pelo critério Ipeadata, de 8,26% para 2,10% (queda de 74,6%):

Tabela 29 .
Evolução da Extrema Pobreza em Mato Grosso, 2003 a 2011

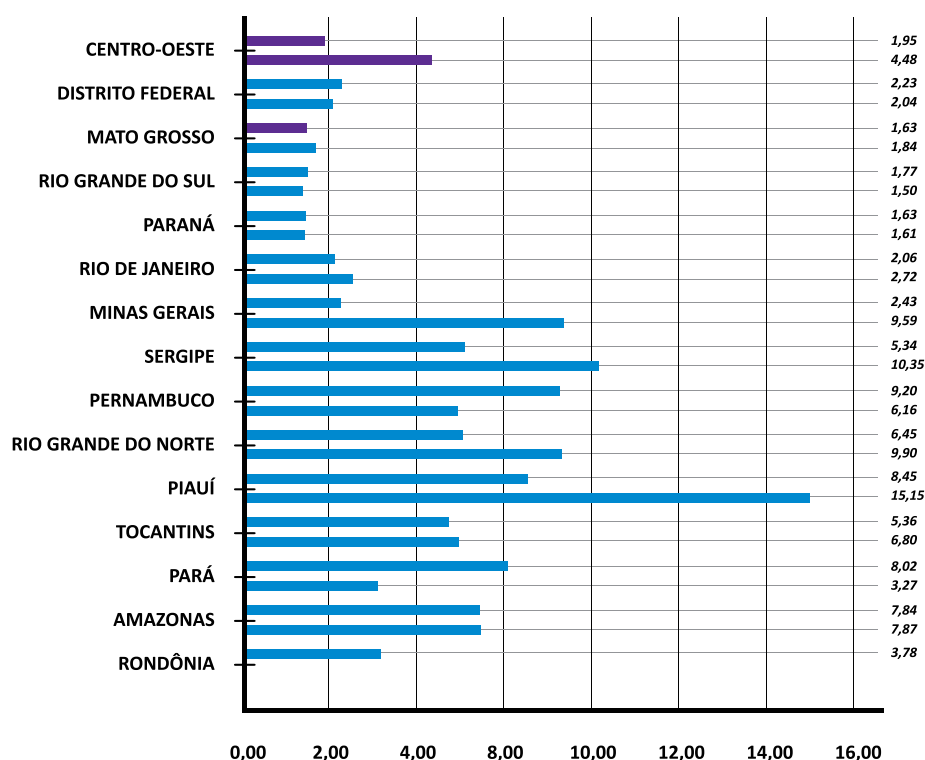
Ano	População em extrema pobreza (%) (LEP Brasil sem miséria)	População em extrema pobreza (%) (LEP IPEADATA)
2003	6,31	8,26
2004	4,53	4,72
2005	4,85	5,63
2006	4,25	4,87
2007	3,69	4,31
2008	3,46	3,91
2009	4,00	4,28
2011	1,62	2,10

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da Pnad/ IBGE

À guisa de comparação, com dados ainda de 2011, os índices de extrema pobreza de Mato Grosso (1,63%) estão entre os mais baixos do Brasil, ao lado de Santa Catarina (1,5%), São Paulo (1,61%), Paraná (1,63%) e Mato Grosso do Sul (1,84%). Pode-se verificar que os estados do Centro-Oeste estão bem próximos dos estados do Centro-Sul, em termos de extrema pobreza.

Gráfico 14 .
Percentual de Extrema Pobreza por Unidade da Federação, 2011

Extrema pobreza por unidade da federação - 2011 (%)
Conforme linha de pobreza do Brasil sem miséria: R\$ 75 (2011)



Fonte: Brasil Sem Miséria

E pelo critério do Ipeadata, Mato Grosso obteve a maior redução proporcional da extrema pobreza no período 2003 a 2011, conforme tabela e gráfico a seguir. Também por esse critério, Mato Grosso está entre os estados com menor incidência de extrema pobreza.

Tabela 30 .
Incidência de Extrema Pobreza por Unidades da Federação,
2003 e 2011 e Variação Proporcional na Incidência de
Extrema Pobreza entre 2003 e 2011.

Unidade da Federação	2003 (%)	2011 (%)	Var 2003-2011 (%)	Rank var 2003-2011
Mato Grosso	8,3	2,1	-74,2	1
Distrito Federal	10,9	3,1	-72,0	2
Paraná	8,5	2,6	-69,6	3
Goiás	8,2	2,5	-68,8	4
Mato Grosso do Sul	6,4	2,3	-64,9	5
São Paulo	7,3	2,6	-63,7	6
Minas Gerais	8,5	3,1	-63,4	7
Piauí	36,8	14,2	-61,4	8
Sergipe	25,2	9,8	-61,1	9
Roraima	16,3	6,4	-60,5	10
Espírito Santo	7,8	3,1	-60,4	11
Paraíba	27,2	11,2	-58,9	12
Tocantins	21,7	9,2	-57,8	13
Pernambuco	32,8	14,0	-57,3	14
Alagoas	37,8	16,6	-56,1	15
Rio Grande do Sul	8,3	3,9	-53,4	16
Bahia	30,6	14,4	-53,1	17
Rio de Janeiro	7,6	3,6	-52,6	18
Rio Grande do Norte	24,5	12,3	-50,0	19
Amapá	23,0	11,7	-49,3	20
Ceará	28,3	15,0	-46,9	21
Rondônia	11,3	6,4	-43,1	22
Santa Catarina	4,0	2,3	-42,5	23
Maranhão	35,7	21,5	-39,9	24
Acre	21,8	13,2	-39,4	25
Amazonas	21,1	13,4	-36,5	26
Pará	19,7	14,1	-28,3	27

Fonte: Ipeadata

Já a população na faixa da pobreza, conforme dados do Ipeadata, que no ano de 2002 consistia em quase um quarto da população do Estado (24,2%), foi reduzida para 7,3% no ano de 2013.

Tabela 31 .
Demonstrativo da população na Faixa da Pobreza em MT, 2002-2013

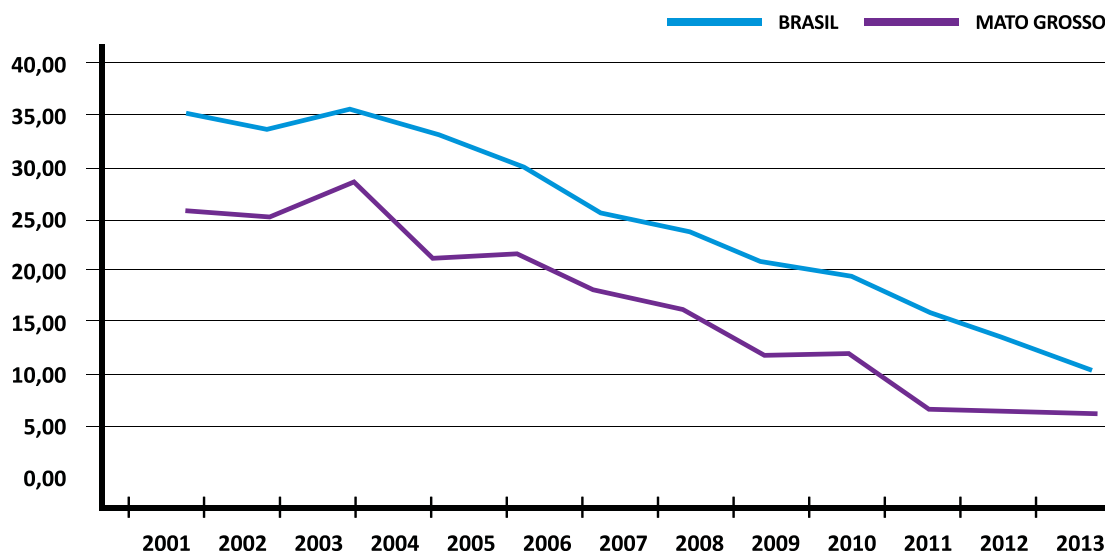
Ano	Taxa de pobreza (%)	Ano	Taxa de pobreza (%)
2002	24,2	2008	12,4
2003	27,2	2009	12,4
2004	20,6	2010	10,0
2005	21,0	2011	7,6
2006	17,9	2012	7,5
2007	16,4	2013	7,3

Fonte: Ipeadata, 2002 a 2013

Comparativamente, usando ainda os dados do instituto Ipeadata, no mesmo período Mato Grosso teve uma redução da população na faixa da pobreza bem acima da média do País, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 15 .
Percentual de Pessoas em Situação de Pobreza, 2001-2013

Percentual de pessoas em situação de pobreza critério Ipeadata (%)



Fonte: Ipeadata

As melhorias nas condições de vida evidenciadas no IDH e nos índices de pobreza foram impulsionadas num contexto de maior crescimento econômico, melhorias no mercado de trabalho (renda e ocupação), maior acesso a políticas públicas e elevação dos níveis de cobertura dos programas de transferência de renda (Especialmente o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada).

As iniciativas do governo estadual de enfrentamento da pobreza datam de período muito recente. Embora o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza tenha sido criado em 2003 (LC nº 144/2003), apenas em 2012 teve sua viabilidade financeira assegurada, mediante aumento do ICMS incidente sobre alguns produtos considerados supérfluos” (LC nº 460, de 26/12/11).

Os dados disponíveis nos sistemas orçamentários não permitem inferir o nível e a qualidade das aplicações do fundo no público-alvo (famílias em situação de pobreza e localidades com elevada concentração de pobreza). A exceção é o programa estadual de transferência de renda “Panela Cheia”, que, por ser operacionalizado em parceria com o Bolsa Família federal, pode contar com o Cadastro Único como ferramenta relativamente rigorosa para assegurar direcionamento e foco nas aplicações. Entretanto, a execução dos recursos do “Panela Cheia”, entre 2012 e 2014, representou apenas 6,6% dos recursos postos à disposição do Fundo (Fonte 172) no mesmo período.

Pode-se argumentar que o Estado de Mato Grosso ainda não estruturou uma política de combate e erradicação da pobreza, em que pese contar com instrumentos normativos e arrecadação significativa para essa finalidade. Evidência disso é que se tem dado destinação diversa para recursos arrecadados a título do adicional ICMS/Fundo Pobreza (LC 460/11). Entre 2012 e 2014 foram destinados 124 milhões para saúde e educação, áreas que já possuem recursos vinculados sob amparo constitucional. No caso do orçamento de 2015 pode-se verificar inclusive a desvinculação de recursos da fonte 172 para fins de pagamento de dívida. Outro problema observado é que a fonte 172 passou a ser utilizada para custear despesas diversas do órgão gestor (SETAS), inclusive despesas de manutenção.

Tabela 32 .
Execução financeira - Fonte 172 – Fundo Pobreza

PROGRAMA	2012	2013	2014	2012 a 2014
APOIO ADMINISTRATIVO		1.809.008,30	3.578.352,20	5.387.360,50
CIDADANIA PARA TODOS	2.552.725,00	23.643.631,01	4.745.488,09	30.941.844,10
DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO		370.355,56	677.905,11	1.048.260,67
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA FAMILIAR		4.534.138,81	550.478,84	5.084.617,65
GERACAO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	7.276.045,60	5.475.596,40	2.316.993,36	15.068.635,36
GESTAO DA POLÍTICA DE ASSIST SOCIAL	7.060.102,37	15.115.599,27	18.714.172,81	40.889.874,45
TRANSF. DE RENDA - PANELA CHEIA (AÇÃO)	2.529.394,70	1.509.160,80	9.146.858,33	13.185.413,83
TOTAL GERAL	16.888.872,97	50.948.329,35	30.583.390,41	98.420.592,73

Fonte: Fiplan. Dados se limitam a valores liquidados; não abrangem os valores totais disponibilizados à fonte 172.

Em vista disso, para os próximos 4 (quatro) anos, o Governo do Estado deverá aperfeiçoar o desenho de sua política de erradicação da pobreza, buscando a promoção de políticas que garantam o fortalecimento da rede de proteção social e inserção produtiva dos cidadãos, para melhoria de suas condições de vida, promovendo dignidade e assegurando direitos.

Com relação à população em situação de pobreza, a meta ao final do período de execução deste plano plurianual é de reduzi-la a 5% (cinco por cento).

Entretanto, a atuação governamental se dará com foco voltado também para o combate a outros fatores que geram vulnerabilidade social, visando à garantia de um Estado equitativo e inclusivo.

Esses fatores deverão ser atacados por ações específicas, que beneficiem as famílias e comunidades mais vulneráveis, com os seguintes objetivos:

- Proporcionar a emancipação social e econômica do trabalhador, realizando, dentro da lógica de atuação em rede no Estado, atendimento psicossocial, qualificação profissional e inclusão produtiva, por meio de intermediação da força de trabalho e fomento ao empreendedorismo;
- Ofertar cursos de formação capazes de fornecerem à população mais vulnerável ou em risco social, ferramentas necessárias para o desenvolvimento de habilidades que possibilitem o exercício da cidadania, bem como a inserção e a reinserção ao mundo do trabalho;
- Promover o fortalecimento dos conselhos municipais por meio da atuação dos atores sociais (trabalhadores, empregadores e governo) para que esses avaliem e proponham iniciativas que tenham como finalidade fortalecer ações como a geração de empregos, o amparo ao trabalhador desempregado, o aperfeiçoamento da legislação trabalhista e a redução dos acidentes de trabalho para a promoção do trabalho decente no Estado;
- Assegurar a efetivação dos direitos e acesso às políticas públicas para parcelas da população mais vulneráveis, em especial às crianças e aos adolescentes;
- Garantir universalização do acesso da população aos serviços especializados do Sistema Único de Assistência Social e a integralidade da proteção socioassistencial aos usuários;
- Coordenar as ações de gestão estadual do Cadastro Único e do Programa de Transferência de Renda;
- Apoiar as ações e programas de segurança alimentar e nutricional para a geração de oportunidades e desenvolvimento social das famílias.

Assim, fortalecer a cidadania, ampliar a empregabilidade e a renda, e apoiar os indivíduos e as famílias para que superem sua situação de vulnerabilidade, tornam-se objetivos que devem ser alcançados a partir de um esforço integrado do Governo do Estado.

5. CENÁRIO AMBIENTAL

Ao longo dos anos, no Brasil e no Mundo, a política ambiental vem passando por uma radical transformação, tanto no que se refere aos seus instrumentos e objetivos, como na sua essência, na concepção e relações com as demais políticas públicas.

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) tem como missão implementar políticas públicas visando à conservação ambiental para a sustentabilidade. Tal missão só se tornará efetiva na medida em que a transversalidade da questão ambiental seja assumida pelos diferentes segmentos que compõem a sociedade.

Mato Grosso é um estado privilegiado em termos de biodiversidade. É o único do Brasil a ter, sozinho, três dos principais biomas do país: Amazônia, Cerrado e Pantanal. A Amazônia representa a maior porção do estado com 53%, seguido do Cerrado que

equivale a 40% e do Pantanal com 7% do território do estado.

O crescimento e a modernidade da economia vêm provocando grande pressão antrópica sobre os ecossistemas mato-grossenses.

O desmatamento tem sido a mais grave das alterações nesses ecossistemas. Entre as causas, frisa-se a intensificação do desmatamento, como meio de abrir espaço para o desenvolvimento da agricultura e pecuária. Mato Grosso destacou-se, até recentemente, como um dos estados com mais intensos desmatamentos na Amazônia Legal.

O resultado é a redução dos recursos florestais e da biodiversidade, assim como as degradações de bacias e sub-bacias hidrográficas com o assoreamento dos rios, além da degradação pela carga de agrotóxicos. Isso tudo, pode prejudicar a disponibili-

dade de água para o abastecimento público e para o desenvolvimento de Mato Grosso.

Em 2004, estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), indicaram um desmatamento total em Mato Grosso de 11.814 quilômetros quadrados, o maior entre os estados da Amazônia Legal. Desde então, vem apresentando uma tendência de redução do desmatamento no território mato-grossense, chegando a 1.048 quilômetros quadrados em 2014. Essa tendência ainda precisa ser consolidada no longo prazo, mas já vem sendo reconhecida internacionalmente.

O desmatamento em Mato Grosso ainda é o segundo maior entre os estados da Amazônia Legal, mas foi o que obteve a mais acelerada redução, equivalente a 91%, no período de 2004-2013, tabela 33.

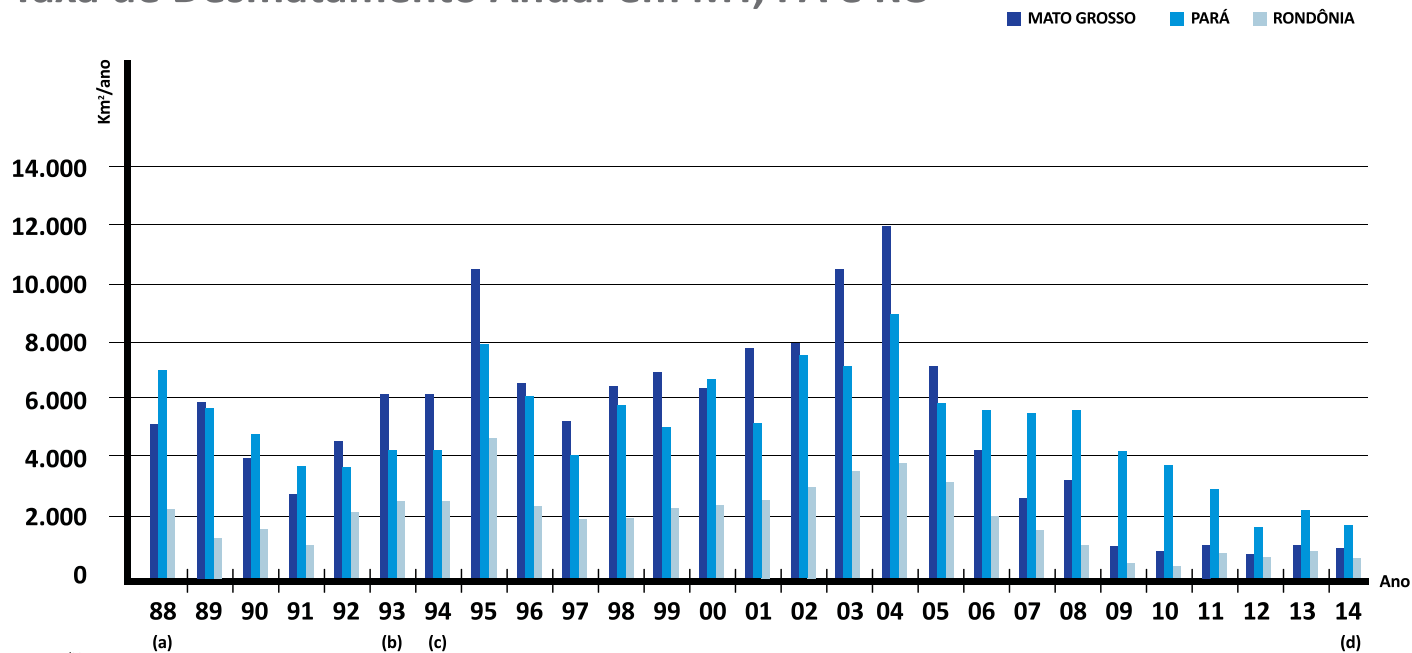
Tabela 33 .
Taxas de Desmatamento em MT, 2004 - 2014
(Km²)

Estados/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. 2014-2013	Var. 2013-2004
Acre	728	592	398	184	254	167	259	280	305	221	312	41%	-57%
Amazonas	1232	775	788	610	604	405	595	502	523	583	464	-20%	-62%
Amapá	46	33	30	39	100	70	53	66	27	23			
Maranhão	755	922	674	631	1271	828	712	396	269	403	246	-39%	-67%
Mato Grosso	11814	7145	4333	2678	3258	1049	871	1120	757	1139	1048	-8%	-91%
Pará	8870	5899	5659	5526	5607	4281	3770	3008	1741	2346	1829	-22%	-79%
Rondônia	3858	3244	2049	1611	1136	482	435	865	773	932	668	-28%	-83%
Roraima	311	133	231	309	574	121	256	141	124	170	233	37%	-25%
Tocantins	158	271	124	63	107	61	49	40	52	74	48	-35%	-70%
Amazônia Legal	27772	19014	14286	11651	12911	7464	7000	6418	4571	5891	4848	-18%	-83%

Fonte: INPE - jun/2015

Gráfico 16 .

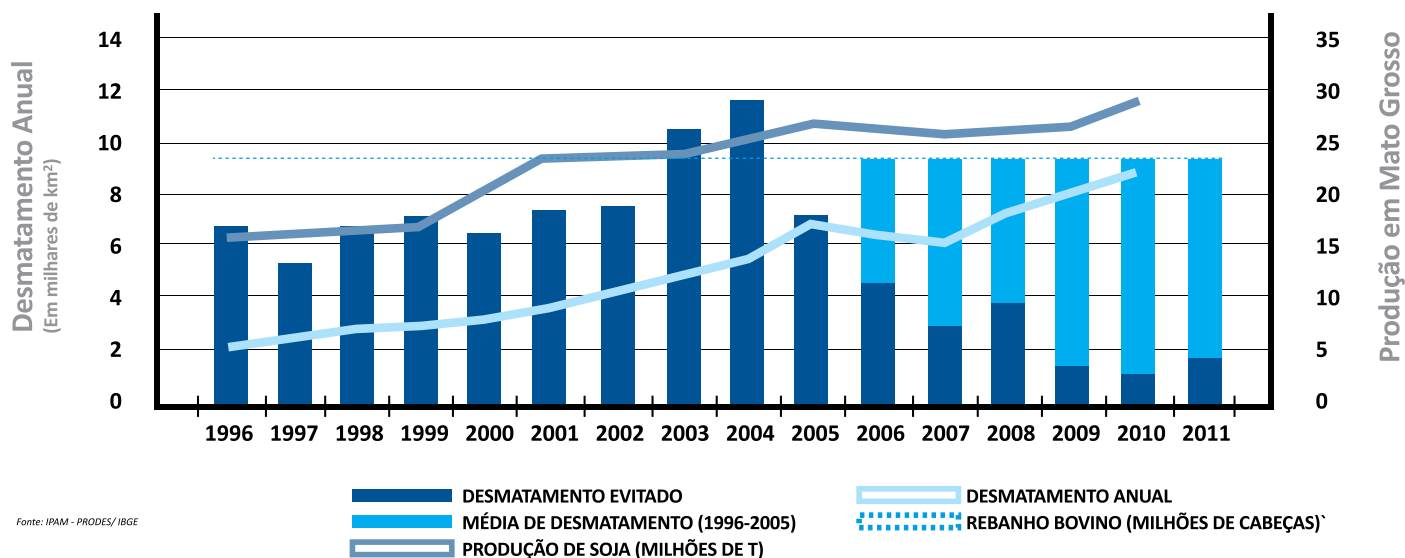
Taxa de Desmatamento Anual em MT, PA e RO



Segundo dados do IBGE, Mato Grosso reduziu o desmatamento e, simultaneamente, ampliou a produção agrícola e o seu rebanho bovino, gráfico 17. Avanços tecnológicos, como o aumento de produtividade da soja e a intensificação da pecuária, além de investimentos em infraestrutura, armazenagem, dentre outros fatores, indicam que é possível conciliar aumento de produção sem que ocorra um aumento proporcional do desmatamento.

Gráfico 17 .

Desmatamento Anual, Produção de Soja e Rebanho Bovino em Mato Grosso, 1996-2011



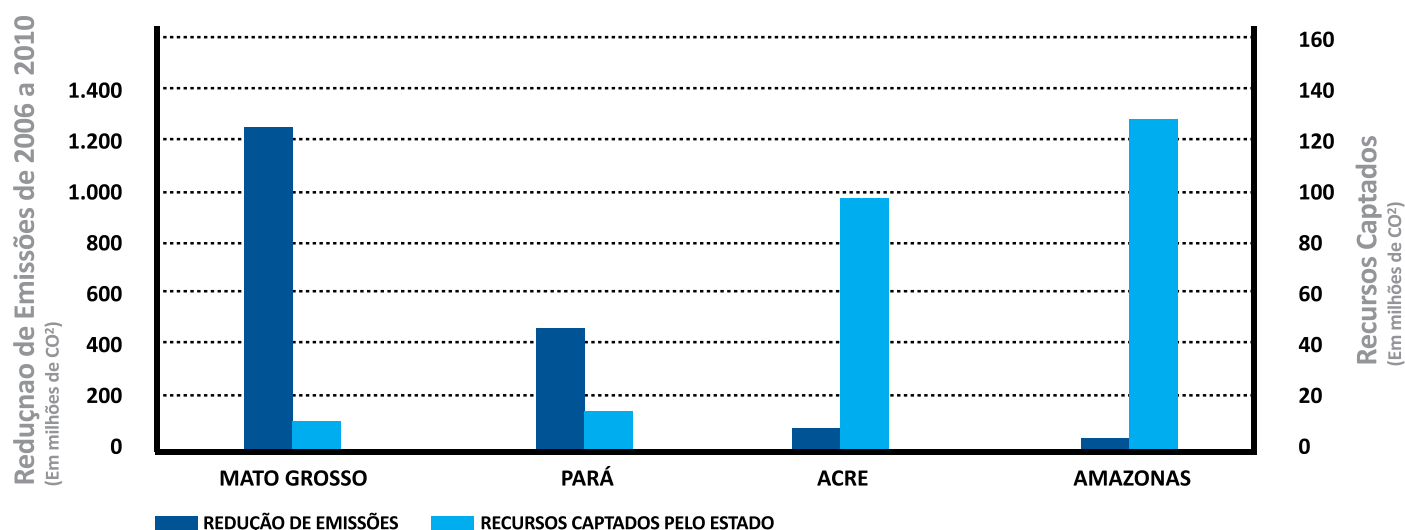
Um importante instrumento para o combate ao desmatamento é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o qual gera e integra as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para o controle, monitoramento e planejamento ambiental e econômico.

O CAR trouxe como vantagens para os órgãos ambientais, entre outras, a possibilidade de distinguir entre desmatamento legal e ilegal e maior facilidade no monitoramento e no combate ao desmatamento. As regras para a implementação do sistema foram definidas pelo Governo Estadual, por meio da portaria nº 441/2014.

Dados obtidos do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), do Ministério do Meio Ambiente, em 31 de maio/2015, apresentam um extrato de Mato Grosso com uma área passível de cadastro de 73.000.000 ha. Desse total, 51.274.381 ha já foram cadastrados, o que representa 70,24% de área cadastrada. Em total de área, Mato Grosso é o Estado que mais cadastrou no país.

Com os progressos conquistados na redução do desmatamento, Mato Grosso apresentou redução de emissões de carbono, oriundas do desmatamento, superior àquela registrada nos outros estados da Amazônia brasileira. Contudo, foi o estado que menos captou recursos compensatórios por esse desempenho, gráfico 18.

Gráfico 18 .
Redução de Emissões de 2006-2010 (comparando com a média histórica de desmatamento no período 1996-2005) e
Captação de Recursos Financeiros Via Redução das Emissões de Carbono Oriundas do Desmatamento



Fonte: IPAM / desmatamento – Prodes/INPE; financiamento – Fundo Amazônia e Fundação Amazonas Sustentável

Para contornar essa situação e trazer financiamentos para dar continuidade à desaceleração do desmatamento no estado, além de promover incentivos positivos à conservação, é premente a implementação da lei de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), lei estadual nº 9.878/2013.

A chance dos benefícios gerados pelo mecanismo de REDD+ consolidar a redução do desmatamento em Mato Grosso será maior na medida em que o Estado consiga fortalecer o diálogo com o Governo Federal na agenda da estratégia nacional de REDD+, aumentando o protagonismo dos Governos Estaduais nas políticas de combate ao desmatamento e fomento a novas práticas agro-silvo-pastoris.

Os benefícios potenciais do sistema estadual de REDD+ vão além da captação de recursos financeiros. A redução do desmatamento e da degradação também implica a redução da incidência de incêndios florestais, diminuindo os prejuízos à saúde da população.

Há diversos outros benefícios ambientais e sociais indiretos com a implantação de sistema estadual de REDD+, incluindo maior investimento privado no estado e maior acesso aos mercados que demandam produtos oriundos de cadeias sem desmatamento.

Outra forma de degradação ambiental a ser combatida pelo Estado de Mato Grosso é o problema das queimadas.

A queima da biomassa vegetal é uma prática comum dos agropecuaristas, principalmente para controlar ervas daninhas, remover biomassa morta e limpar terrenos para plantios. Esse fato, aliado à utilização do fogo para abertura de áreas de florestas, coloca o estado em uma posição de destaque no cenário nacional de ocorrência de queimadas.

Nesse contexto, o monitoramento dos focos de calor, associado ao monitoramento das áreas queimadas e da qualidade do ar, constituem subsídio essencial para a tomada de decisão pública e informação à população sobre os prejuízos ambientais e econômicos e os riscos à saúde gerados por essa prática.

Tabela 34 .
Comparação do total de focos ativos detectados pelo satélite de referência em cada mês, MT, 1998-2014

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
1998	-	-	-	-	-	2201	3712	15406	10363	2707	182	76	34647
1999	39	28	18	76	731	2201	3926	18566	11729	6109	842	47	44312
2000	44	35	60	59	1194	4358	1338	6063	6251	6062	502	98	26064
2001	44	54	24	309	1193	6665	1555	7762	8490	6543	373	37	33049
2002	172	22	103	641	2528	7878	5621	14267	16151	8445	2275	354	58457
2003	131	50	34	496	2499	7794	11613	9130	16338	4932	1805	524	55346
2004	30	60	176	356	3266	11195	10831	12909	23839	10498	1832	422	75414
2005	47	97	52	353	1842	2394	4371	12996	19540	7079	493	99	49363
2006	351	35	14	55	501	1424	2568	6600	11024	1004	1584	15	25175
2007	22	19	156	171	703	1956	2551	14484	25963	4890	299	81	51295
2008	245	180	180	274	119	403	1117	2875	7965	6326	190	159	20033
2009	527	248	325	169	516	979	1613	2250	3129	2579	588	171	13094
2010	298	431	605	769	1313	1025	3442	14608	18366	4465	768	846	46936
2011	171	119	252	345	547	974	1061	2628	6332	2007	1103	431	15970
2012	166	193	423	521	812	1651	2008	6195	10344	2837	375	492	26017
2013	269	375	563	338	739	1213	1630	3568	5576	1986	1064	447	17768
2014	315	199	655	859	933	1795	2255	7167	7081	5281	1018	466	28024

Fonte: INPE – jul/2015

A SEMA concentrou esforços e recursos orçamentários disponíveis para a conservação ambiental e o controle do uso dos recursos naturais, no período 2011-2014, por meio da formulação das seguintes ações governamentais:

- monitoramento da cobertura vegetal;
- controle de uso dos recursos hídricos e monitoramento qualitativo e quantitativo da água;
- conservação do patrimônio faunístico e pesqueiro;
- conhecimento e conservação da biodiversidade;
- implementação do programa estadual de recuperação de áreas degradadas;
- implantação de modelos de pagamentos por serviços ambientais;

• fiscalização e ordenamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras;

• ordenamento ambiental das propriedades rurais;

• educação ambiental integrada;

• monitoramento da qualidade do ar;

• gestão do sistema estadual de unidades de conservação.

Contudo, nesse período, encontrou grandes dificuldades na implementação da política ambiental. A título de síntese, são descritos, abaixo, os principais fatores que dificultaram a implementação da política, extraídos do Relatório da Ação Governamental – RAG 2011-2014:

- A abrangência do território mato-grossense, marcado por distintas realidades regionais, tanto do ponto de vista geográfico, quanto socioeconômico;

• A insuficiente compreensão e internalização do conceito de desenvolvimento sustentável por parte não só do público-alvo das ações governamentais propostas, como também de alguns dos responsáveis por sua implementação;

• Baixa capacidade de articulação intersetorial do Estado;

• A Baixa capacidade gerencial do Estado, expressa no fato de esse não contar, naquele momento, com técnicas de monitoramento e avaliação;

• A não incorporação, efetivamente, da política ambiental pela agenda do Estado em privilégio de outras atividades predadoras, inclusive, do meio ambiente;

• A fragilização do órgão, tanto em termos de aparato organizativo como em termos de qualificação de pessoal;

• Os recorrentes contingenciamentos de recursos que afetaram a política de financiamento dos programas.

Tabela 35 .
Recursos Aplicados na SEMA
 (Em milhões de Reais)

2011	2012	2013	2014
93,51	96,51	88,12	100,26

Fonte: FIPLAN - jun/2015 - Valor Liquidado
 Valores Constantes – Corrigidos pelo IGP-DI –dez/2014

Entre os anos de 2011-2014, o orçamento da Secretaria – valores liquidados, a preços constantes, corrigidos pelo IGP-DI, foi ampliado de R\$ 93,51 milhões para R\$ 100,26 milhões, um percentual de crescimento real em torno de 7%.

A construção da proposta 2016-2019, para a área de meio ambiente, foi organizada em torno do seguinte objetivo estratégico:

1) Melhorar a efetividade das ações para conservação ambiental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população

Ao mesmo tempo em que é conhecido pela sua abundância em recursos naturais, com uma rica biodiversidade, além de ser um estado onde se concentram nascentes de alguns dos principais rios do país, Mato Grosso enfrenta o desafio de dividir seu espaço territorial com o agronegócio, o qual também é destaque no âmbito nacional.

Para continuar se desenvolvendo, sem deixar de ser fronteira agrícola do Brasil, o Estado precisa, mais do que nunca, fazer uma reavaliação de como é crescer sustentavelmente, ou seja, sem gerar impactos negativos no meio ambiente. Não se pode permitir que as riquezas naturais dos nossos biomas, ricos em biodiversidade, belezas e recursos naturais, sejam alvo do desmatamento descontrolado, do uso excessivo de agrotóxicos, de explorações

desenfreadas das riquezas que a natureza proporciona, colocando em xeque não só a fauna e a flora, como também a atual e as futuras gerações.

Para enfrentar tais desafios, foi proposta a criação do programa: “Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida”.

As ações do Governo do Estado na área de conservação ambiental, para o próximo quadriênio, com um viés de descentralização, objetiva:

- Implementar as políticas de resíduos sólidos, de mudanças climáticas, de recursos hídricos;
- Implementar o sistema estadual de REDD+;
- Gerir o patrimônio faunístico e pesqueiro, a regularização ambiental de imóveis rurais, a biodiversidade da flora, as unidades de conservação, a recuperação de áreas públicas degradadas e o manejo sustentável das atividades desenvolvidas pelos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares;
- Monitorar a qualidade do ar, a cobertura vegetal, a qualidade e a quantidade da água;
- Fiscalizar atividades que promovam impactos sobre o meio ambiente e que se utilizam de recursos naturais;

- Formar, continuamente, agentes envolvidos na implementação dos instrumentos de gestão ambiental.

No entanto, é preciso investir na melhoria da gestão interna do órgão, para que a SEMA possa cumprir o seu papel. As estratégias para atingir esse objetivo envolvem ações de implementação do planejamento estratégico, de modernização de processos, de implantação de um sistema digital de gestão ambiental, de modernização da área de gestão de pessoas e de soluções de tecnologia da informação da Secretaria.

6. CENÁRIO FISCAL

O Estado de Mato Grosso inaugurou uma nova fase na sua história fiscal com ajustes semelhantes ao evidenciado no processo de reestruturação, que teve início com a publicação da Resolução do Senado Federal nº 20 em junho de 1995, com a rolagem de 100% (cem por cento) da dívida mobiliária do Estado. Com esse processo, o quadro de endividamento se tornou mais estável, fator resultante de uma longa negociação, na qual se permitiu construir uma verdadeira engenharia negocial para equilibrar as contas públicas a partir de 1996.

Esse arcabouço foi denominado à época de Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados¹⁵ com regras menos permissivas para contratação de empréstimos e alongamento de dívidas. Destaca-se nesse programa: austeridade fiscal, proposição de um cronograma de desembolso suportável pelas receitas estaduais e sanções, inclusive criminalizando os descumprimentos de regras¹⁶. Naquele cenário, os Estados se defrontavam com sérias limitações orçamentárias, cujos efeitos refletiam na baixa credibilidade, salários atrasados (ou sob o risco constante de fazê-lo), inadimplência com fornecedores, déficits estatais e travamento do provimento de serviços básicos.

Na atual conjuntura, com cenário restritivo em função de desequilíbrios orçamentário e financeiro, tanto na esfera estadual quanto nacional, duas linhas de atuação foram adotadas: a primeira, com a utilização de indicadores e variáveis econômicas realistas que sustentam as projeções das receitas; a segunda linha visa, especificamente, conter o aumento das despesas.

Para um cenário restritivo, atuar sobre essas duas frentes, sobretudo na melhoria da eficiência da administração pública, na redução do desperdício dos recursos público e na qualidade do gasto, é o caminho mais plausível e consistente no momento.

6.1 Evolução das Receitas

As projeções das receitas foram divididas em dois grandes blocos, sendo o primeiro com maior peso na arrecadação (ICMS, IPVA, FPE e FETHAB), e no segundo bloco ficaram as chamadas receitas próprias dos órgãos e das entidades, originárias de taxas e contribuições de serviços, com a utilização de metodologias distintas.

Nas estimativas foram considerados indicadores econômicos¹⁷ e a simulação de vários cenários, sendo o escolhido denominado de “cenário básico”, ou seja, aquele com maior probabilidade de ocorrer. Os riscos associados à escolha do cenário básico serão avaliados na seção “Riscos Fiscais”, tanto para as receitas quanto para as despesas e, especificamente, os relacionados às possíveis variações na dívida pública e na despesa de pessoal.

Embora os cenários estejam pautados em consistência macroeconômica e fiscal, todas as diretrizes e variáveis utilizadas devem ser monitoradas de modo a manter a sustentação do cenário eleito.

Na tabela 36 demonstra-se o comportamento da arrecadação estadual entre os anos de 2010 e 2015, considerando os diferentes impostos e taxas que compõem a receita estadual. Observa-se, desde logo, um

crescimento nominal proporcionado especialmente pelo Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Em 2010, o valor arrecadado do ICMS era de R\$ 3,501 bilhões, esse valor alcançou o patamar de R\$ 7,021 bilhões em 2014, o que equivale a um incremento de R\$ 3,52 bilhões. Somados ao ICMS, o FPE, o IPVA e o FETHAB representam os valores mais expressivos da receita total do Estado, sendo esses equivalentes a 51,5% dessa receita no ano de 2014.

Outro ponto de relevo nas receitas estaduais é a política de incentivo fiscal, cujo objetivo é o crescimento do Estado de Mato Grosso, propiciando inovações tecnológicas, ofertas de emprego, aumento da produção e de serviços, bem como potencializar a industrialização da economia local.

Destacam-se na política de incentivos do Estado, o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (PRODEIC) e o Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (FUNDEIC).

Os programas em referência objetivam fortalecer a competitividade, a diversificação econômica e a ampliação da participação do Estado nos mercados nacional e internacional, além do fomento à inovação tecnológica. Esses programas têm sido objeto de avaliação pelas Secretarias de Planejamento, Fazenda e de Desenvolvimento Econômico que estão redesenhando o modelo de concessão de incentivos fiscais.

Esse redesenho da política de incentivo fiscal deve contribuir para a me-

¹⁵ Lei nº 9.496/1997.

¹⁶ A lei de Crimes Fiscais (nº 10.028/2000) se incluiu a perda de cargos, multas pagas com dinheiro próprio do governante e até mesmo a prisão.

¹⁷ Os indicadores econômicos utilizados nas projeções das receitas constam na tabela 43.

lhoraria do ambiente de negócios de Mato Grosso, o que por sua vez, ampliará a base tributária e, conseqüentemente, a arrecadação estadual.

Tabela 36 .
Evolução das Receitas do Estado de Mato Grosso, 2010-2015.
(Em milhões de Reais)

Receitas	2010	2011	2012	2013	2014	2015 ¹
I.C.M.S	3.501	3.883	5.654	6.264	7.021	6.719
F.P.E	1.126	1.387	1.430	1.538	1.676	1.647
I.P.V.A	261	306	354	400	467	446
FETHAB	517	490	688	671	790	850
Operações de Crédito	364	90	1.330	1.132	1.029	1.050
Receitas de convênios	378	197	231	362	314	493
Outras Receitas	3.824	4.538	6.724	6.527	8.013	6.588
Total das Receitas	9.971	10.891	16.411	16.894	19.310	17.793
Total de Receita Líquida²	10.043	10.687	13.337	12.713	13.916	13.653

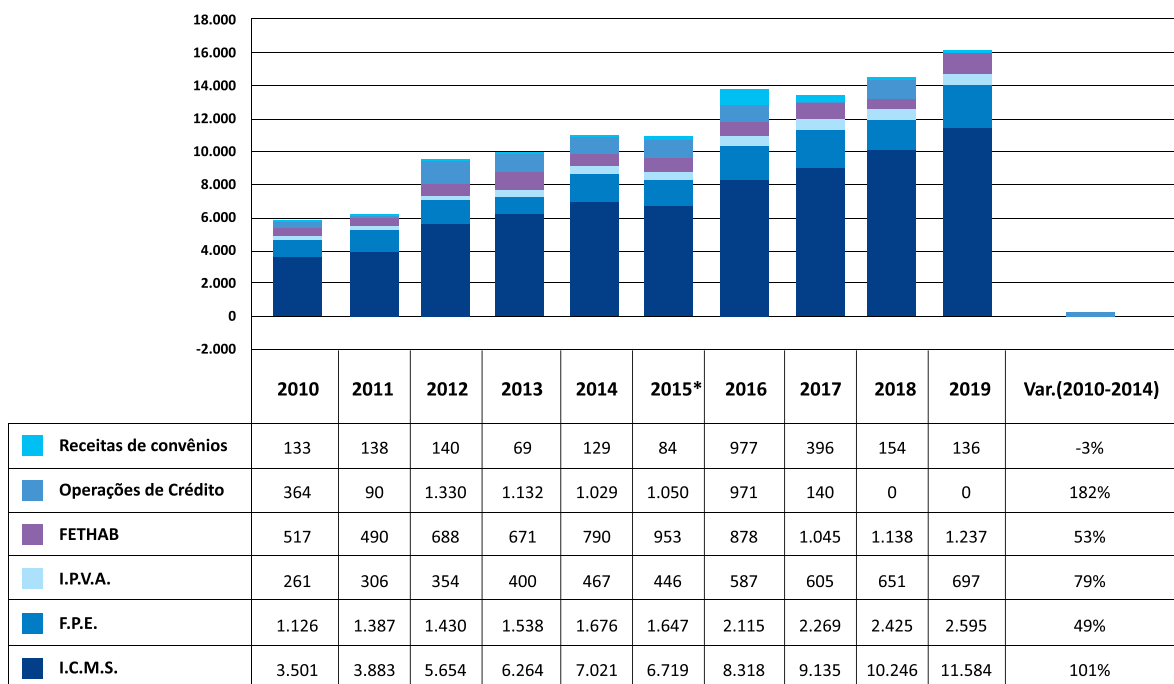
Fonte: FIP 729-Fiplan-MT, acesso em 17/06/2015. ICMS, deduzida apenas a renúncia fiscal.

Nota: 1. Para o ano de 2015 foi considerado o valor orçado. 2. Total da receita líquida é aquela obtida após as deduções legais e constitucionais da receita total.

Concernente às receitas de operações de crédito, observa-se na tabela 36 uma acentuada evolução, passando de R\$ 364 milhões em 2010 para R\$ 1,029 bilhão no exercício de 2014. Esse crescimento explica-se em virtude do financiamento das obras de infraestrutura para realização do evento da Copa do Mundo sediado por Mato Grosso em 2014.

Em 2012, o crescimento do ingresso de recursos de operações de crédito comparativamente a 2010 e 2011 é explicado pela reestruturação do resíduo de estoque da dívida pública estadual contratada ao amparo da lei federal nº. 9.496/1997. Essa operação de crédito substituiu parte da dívida contratada com o Governo Federal pelo Bank of America, razão pela qual, essa receita alcançou o valor de R\$ 1,330 bilhão no exercício.

Gráfico 19 . Evolução das Principais Receitas, Mato Grosso, 2010-2019. Em milhões de Reais.



Fonte: Relatório FIP 729-Fiplan-MT, acesso em 17/06/2015. Descontada a renúncia fiscal do ICMS. Nota: para o ano de 2015 foi considerado o valor orçado

O ICMS é o principal componente de arrecadação da receita de Mato Grosso. No ano de 2014 realizou R\$ 7,021 bilhões e no período de 2010 a 2014 registrou evolução de 101%, conforme demonstrado no gráfico 19.

A estimativa desse tributo para o período do PPA considera o crescimento do PIB estadual constante na tabela 43, e tem trajetória crescente até 2019. No ano de 2016, o ICMS foi projetado em R\$ 8,318 bilhões, e com expectativa de atingir no exercício de 2019 o valor de R\$ 11,584 bilhões. As previsões utilizaram como referência os indicadores do cenário básico de crescimento real do PIB estadual para os próximos anos, de 2,8% em 2016, 2,9% em 2017 e 3,9% nos demais anos.

Em referência à receita de convênios entre 2010 a 2014 a média anual de ingressos totalizou R\$ 296 milhões, com participação média de 2,4% na receita total líquida do período.

Relativamente à previsão para os quatro anos seguintes, estima-se que em 2016 a receita de convênios totalize R\$ 377 milhões e R\$ 396 milhões em 2017. Já para os próximos anos, a trajetória decrescente verificada no gráfico 19 decorre da metodologia de previsão dessas receitas, que considera somente os convênios e demais instrumentos congêneres assinados pelo Estado até julho de 2015, por esse motivo no exercício de 2019 a previsão de ingresso é de apenas R\$ 136 milhões.

As receitas diretamente arrecadadas

pelos órgãos e entidades da administração pública estadual evoluíram nos últimos cinco anos 13,1% (tabela 37).

As fontes de recursos próprios (240) totalizaram R\$ 612 milhões em 2014, para 2015 projetou-se um aumento de R\$ 18 milhões para essas fontes, o que equivale a R\$ 630 milhões. Convém ressaltar que o propósito dessas receitas não é unicamente o de arrecadar, mas de permitir que o Estado melhore a estrutura de serviços oferecidos à sociedade.

De acordo com as projeções (tabela 38), o total das receitas próprias evoluiu de R\$ 1,414 bilhão em 2016 para R\$ 1,846 bilhão no ano de 2019, um incremento de R\$ 432 milhões.

Tabela 37.
Evolução das Receitas Próprias do Estado de Mato Grosso, 2010-2015
(Em milhões de Reais)

Receita ¹	Fonte Recurso	2010	2011	2012	2013	2014	2015 ²	Var. % 2010-2014
Taxa de Segurança Pública e Segurança Contra Incêndio	249	0,0	0,0	0,0	26,4	12,9	30,9	-
Alienação de Bens	208	0,0	1,0	9,5	14,1	11,7	1,1	-
Fundo da Copa	202	176,8	195,7	306,7	134,8	141,1	-	-20,2
Recursos diretamente arrecadados pelo órgão	240	575,7	668,9	575,6	602,3	612,1	629,7	6,3
Recursos Próprios do Detran compartilhados com o FESP	242	127,9	146,4	225,7	147,1	168,4	359,4	31,7
Recursos Próprios Compartilhados Sesp-Sejudh	248	0,0	0,0	79,2	45,1	33,6	89,1	-
Demais Recursos Próprios	-	7,7	5,2	10,2	6,4	25,0	16,9	224,7
Total Receitas Fontes Próprias		888,1	1.017,1	1.210,8	976,2	1.004,8	1.127,2	13,1

Fonte: SIG-MT. Nota: 1 - Valores das receitas orçados para o ano de 2015. 2 - Considera os efeitos da Lei Complementar nº 521/2013.

O gráfico 20 traz a evolução e estimativas das receitas correntes e de capital no período de 2010 a 2019.

Tabela 38 .

Estimativa das Receitas Próprias do Estado de Mato Grosso, 2016-2019.

(Em milhões de Reais)

Descrição Fonte Recurso	Fonte Recurso	2016	2017	2018	2019
Taxa de Segurança Contra Incêndio	249	37,6	41,0	44,4	48,2
Alienação de Bens	208	2,4	2,6	2,9	3,1
Recursos diretamente arrecadados pelo órgão	240	796,8	855,7	917,8	1.034,1
Recursos Próprios da SESP ¹	248	104,2	113,4	123,1	133,7
Recursos Próprios do Detran compartilhados com a SESP	242	443,3	483,8	524,3	569,1
Demais Recursos Próprios	-	30,0	32,7	30,8	58,3
Total Receitas Fontes Próprias		1.414,3	1.529,3	1.643,3	1.846,4

Fonte: Secretaria Adjunta de Orçamento, SEPLAN - MT. Nota: 1-A partir de 2015 a fonte de receita deixou de ser compartilhada com a SEJUDH.

A receita pública possui classificações em duas categorias econômicas, são elas: Receitas Correntes e de Capital. As receitas correntes são compostas por arrecadações oriundas de impostos como o ICMS, IPVA, ITCD entre outros, taxas pelo exercício de poder de polícia do Estado, pela prestação de serviços e contribuições para o sistema próprio de previdência do Estado e para o Fundo de Habitação e Transporte (FETHAB)¹⁸.

As receitas de capital são relacionadas à contratação de empréstimos, à venda de bens imóveis e ao recebimento da parcela do principal de empréstimos concedidos pelo Governo. As receitas intra-orçamentárias constituem contrapartida das despesas realizadas na Modalidade de Aplicação “91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, incluída na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14 de outubro de 2005. Dessa forma, na consolidação das contas públicas, essas despesas e receitas poderão ser identificadas, de modo que se anulem os efeitos das duplas contagens decorrentes de sua inclusão no orçamento.

Nos últimos cinco anos, percebe-se uma contínua evolução nominal da receita corrente estadual, enquanto que a receita corrente em 2010 alcançou R\$ 9,681 bilhões, em 2014 totalizou R\$16,786 bilhões, representando desta forma crescimento de 73% no período.

Espera-se que no período 2016-2019, a receita corrente deva crescer de 17,567 bilhões para 22,591 bilhões de reais. Nessa análise é importante destacar que o ano de 2015 não deve ser considerado para efeito de comparação na série, por apresentar uma perspectiva de tendência aquém do esperado, em função de diferentes modelos de projeções da receita.

Em relação às projeções das receitas correntes, no cenário de 2016 a 2019, as perspectivas de crescimento se darão em razão das estimativas de crescimento das principais receitas, em especial as projeções de arrecadação do ICMS, atrelada ao crescimento médio do PIB estadual.

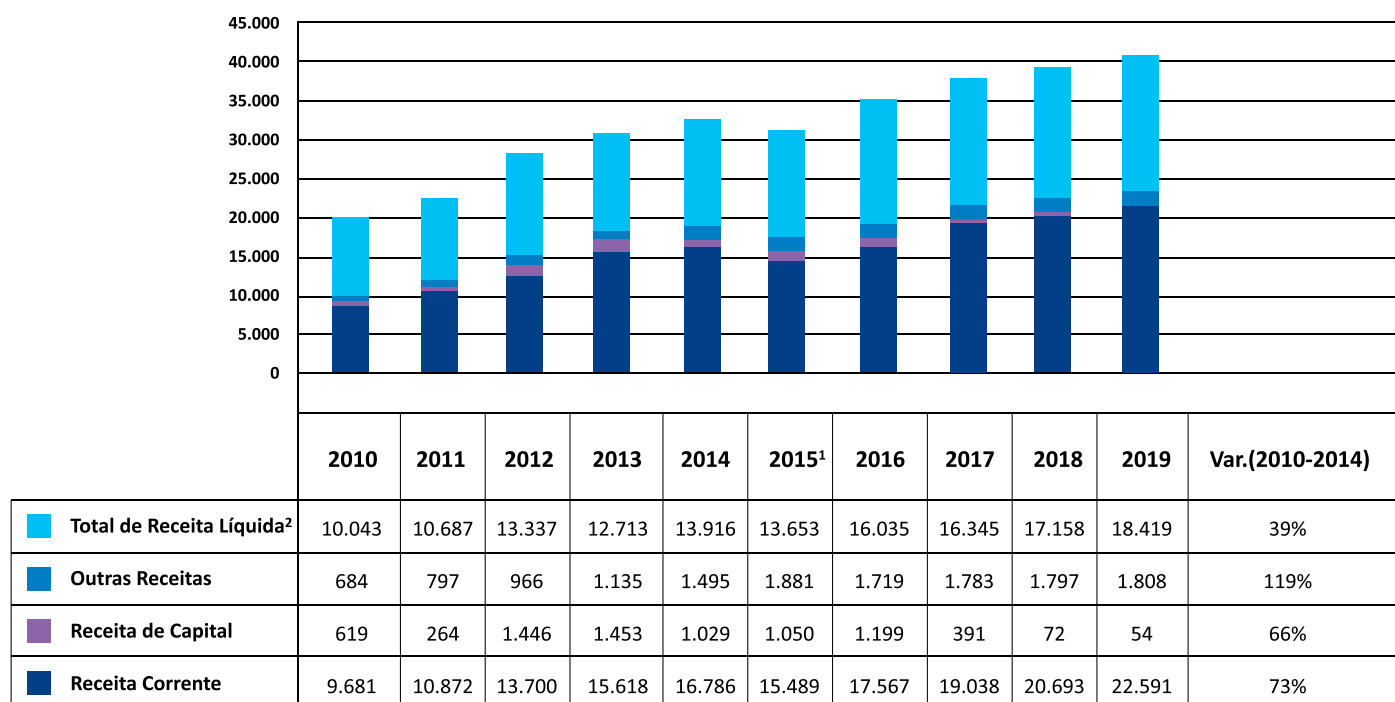
O incremento das receitas de capital, constituídas por operação de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras, tornou-se mais representativa entre os anos de 2012 e 2013, em função das operações de crédito efetivadas tanto para reestruturação de parte da dívida pública estadual como para execução de obras de infraestrutura para a copa do mundo de 2014. Comparando as receitas de capital entre 2010 a 2014, observa-se uma evolução de 66%.

A receita líquida total evoluiu 39% nesse período, alcançando o patamar de R\$ 13,916 bilhões em 2014. No exercício de 2016, a

receita líquida do Estado de Mato Grosso está estimada em R\$ 16,035 bilhões e para 2019 a expectativa é que alcance R\$ 18,419 bilhões.

A evolução positiva das principais receitas do Estado é tida como ponto forte para se restabelecer o equilíbrio fiscal. No entanto, aspectos relacionados às despesas obrigatórias, em especial às despesas de pessoal e à dívida pública, devem receber total atenção, como se verá na seção seguinte.

Gráfico 20 . Evolução da Receita Corrente e de Capital, Mato Grosso, 2010-2019. Em milhões de Reais.



Fonte: Relatório FIP 729-Fiplan-MT, acesso em 17/06/2015. Nota: 1. Para o ano de 2015 foi considerado o valor orçado.
2. Total da receita líquida é aquela obtida após as deduções legais e constitucionais da receita total.

6.2 Evolução das Despesas

No que se refere ao cenário fiscal para a elaboração do PPA 2016-2019, as estimativas das despesas levaram em consideração uma nova metodologia de alocação de recursos, que resultará na proposta orçamentária para 2016. A alocação dos recursos está organizada em três níveis: Obrigatório, Essencial e Política da Unidade¹⁹.

Essa nova forma de estruturação permitirá acompanhar a evolução das despesas conforme a rigidez das mesmas, sendo que as despesas obrigatórias e essenciais têm um caráter

mais rígido do que as despesas específicas com a política da unidade. Face à orientação de melhoria na qualidade do gasto público, essa estruturação permitiu que a alocação de recursos no PPA fosse o necessário e suficiente para qualificar as despesas essenciais, de modo a disponibilizar mais recursos na política finalística da unidade, cuja prioridade foi estabelecida pela agenda estratégica.

Esse novo modelo de programação da despesa também objetiva dar mais transparência na alocação dos recursos, de modo que a sociedade tenha clareza sobre em que de fato o recurso público está sendo gasto.

A tabela 39 apresenta a evolução das despesas obrigatórias, segundo a metodologia de agregação da despesa por pacotes²⁰ implantada pela Secretaria de Planejamento a partir do exercício de 2015. A série dos dados traz os valores liquidados das despesas obrigatórias de 2010 a 2014.

Em 2010, o valor total das despesas com pessoal foi de R\$ 3,043 bilhões, em quatro anos essa despesa passou a ser de R\$ 6,757 bilhões. O crescimento verificado foi de 122,0%. A taxa média de crescimento dessa despesa foi de 30,5% no período.

¹⁹ Despesas obrigatórias - dispêndios que consistem nas determinações constitucionais ou legais que geram para o ente estatal uma obrigação a ser cumprida. Dada a sua natureza legal ou constitucional, o gestor público não possui discricionariedade quanto à determinação do seu montante e, por possuírem tais características, essas despesas são consideradas de execução obrigatória e necessariamente tem prioridade em relação às demais despesas, tanto no momento de elaboração do orçamento, quanto na execução; Despesas Essenciais - são dispêndios caracterizados exclusivamente como necessários ao atendimento das necessidades de manutenção e de funcionamento dos órgãos e entidades da administração pública, de modo a permitir-lhes o pleno funcionamento (energia, telefone, combustível, água, esgoto, etc.); Despesas com a Política da Unidade - consiste nas despesas específicas do órgão, cuja importância no critério de alocação observará o grau de priorização dos recursos, conforme a capacidade (financeira, física e orçamentária) de execução.

²⁰ Entende-se por pacote da despesa o agrupamento de subelementos de despesa

Tabela 39 .

Evolução das Despesas Obrigatórias, Valores Liquidados, Poder Executivo, 2010-2014

(Em milhões de Reais)

Pacotes	Realizado					
	2010 Ano base	2011	2012	2013	2014	Total 2011-2014
Despesa de pessoal	3.043,0	4.321,1	5.185,7	5.702,7	6.757,5	21.967,00
Assistência médica a servidores	0,4	0,3	0,2	0,3	0,3	1,10
Auxílio creche	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Auxílio transporte	1,24	1,4	1,6	2,0	1,5	6,50
Auxílio uniforme	2,0	0,0	0,0	5,5	0,0	5,50
Principal da dívida	295,5	561,2	1.707,3	349,2	371,3	2.989,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Impostos e taxas	103,0	119,2	127,3	108,2	133,9	488,61
Juros sobre a dívida por contrato	575,8	440,9	190,0	282,2	348,2	1.261,30
Outros encargos sobre a dívida	2,9	2,5	20,6	4,9	19,3	47,30
Sentenças judiciais	93,6	148,4	173,8	158,7	198,5	679,40
Serviços funerários	0,1	0,2	0,3	0,1	0,2	0,80
Total das despesas obrigatórias	4.117,53	5.595,20	7.406,81	6.613,80	7.830,70	27.446,51

Fonte: Relatório SIG-MT, 2015

Em 2016, as despesas obrigatórias com pessoal e encargos sociais devem chegar ao montante de R\$ 8,539 bilhões, com perspectiva de estabilização relativamente as receitas a partir de 2017, devendo chegar em 2019 no valor de R\$ 9,944 bilhões. No período do PPA o valor total a ser destinado para as despesas com pessoal deve ser de R\$ 37,304 bilhões (tabela 40).

Os outros componentes das despesas obrigatórias com maior peso são as despesas com o pagamento do principal da dívida pública e os juros e encargos contratuais. A soma das despesas com o pagamento do principal e dos juros totalizou em 2010 o equivalente a R\$ 874 milhões.

No ano de 2014, as despesas relativas à dívida pública resultaram em R\$ 738 milhões, comparativamente ao ano de 2010 apresenta uma redução de 15,6% no período. No entanto, alguns aspectos devem ser levados em consideração nessa análise: o pa-

gamento inferior ocorreu nos juros e encargos da dívida mantendo-se a amortização em valores superiores, isso é resultado da elevada amortização da dívida no período e da renegociação de parte do seu estoque, operação efetuada com o Bank Of America, ocorrendo por consequência a redução do pagamento de juros.

Em 2016, as despesas com a dívida pública estadual devem chegar a R\$ 1,037 bilhão, com perspectiva de desembolso em 2019 de R\$ 1,149 bilhão, considerando as taxas de câmbio, respectivamente, de R\$ 2,93 e R\$ 3,15. Ressalta-se que no cenário atual do Itaú BBA (maio/2015), a perspectiva é de que o câmbio chegue a R\$ 3,40 e R\$ 3,65 no mesmo período.

Um terceiro componente também pode ser destacado dentre as despesas obrigatórias que são as sentenças judiciais. Para essas despesas, o Estado desembolsou no ano de 2010 R\$ 93 milhões, projeta-se para o ano de

2016 o pagamento de R\$ 203 milhões e em 2019 cerca de R\$ 239 milhões.

As despesas essenciais, que correspondem àquelas necessárias à manutenção e funcionamento do órgão ou da entidade, aumentaram de R\$ 675 milhões em 2010 para R\$ 735 milhões em 2014, no período o valor acumulado dessas despesas atingiu o patamar de R\$ 2,854 bilhões.

O crescimento das despesas essenciais no período 2010-2014, tomando como base 2010, foi de 8,9%. Na composição dessas despesas verifica-se que houve incremento considerável em alguns itens, por exemplo, software de aplicação que passou de R\$ 35 milhões em 2010 para R\$ 83 milhões em 2014 e as despesas relacionadas à aquisição de equipamentos de processamento de dados, que aumentou de R\$ 11 milhões para R\$ 24 milhões, um crescimento no período de 118,2%.

Tabela 40 .
Estimativa das Despesas Obrigatórias, Poder Executivo, 2016-2019
 (Em milhões de Reais)

Cargos	Previsão				
	2016	2017	2018	2019	Total
Despesa de pessoal e encargos	8.539,5	9.218,4	9.601,8	9.944,3	37.304,0
Assistência médica a servidores	0,3	0,3	0,3	0,4	1,3
Auxílio creche	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Auxílio transporte	1,5	1,6	1,7	1,8	6,6
Auxílio uniforme	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Principal da dívida	703,5	761,0	813,1	824,8	3.102,4
Depósitos compulsórios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Impostos e taxas	15,2	15,8	16,7	17,8	65,5
Juros sobre a dívida por contrato	334,0	420,3	371,4	324,8	1.450,5
Outros encargos sobre a dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sentenças judiciais	203,6	212,2	224,2	239,4	879,4
Serviços funerários	0,2	0,2	0,20	0,2	0,8
Total das despesas obrigatórias	9.797,7	10.629,7	11.029,5	11.353,5	42.810,5

Fonte: Secretaria Adjunta de Orçamento, SEPLAN-MT, 2015.

Tabela 41 .
Evolução das Despesas Essenciais, Valores Liquidados, Poder Executivo, 2010-2014
 (Em milhões de Reais)

Pacotes	Realizado					
	2010 Ano base	2011	2012	2013	2014	Total 2011-2014
Água e esgoto	1,7	1,8	1,2	1,5	1,4	5,9
Combustível	88,3	56,8	72,1	117,2	70,1	316,3
Condomínios	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,6
Diárias	35,1	34,0	27,0	27,5	26,2	114,7
Energia elétrica	38,2	41,1	46,5	37,3	41,1	166,0
Equipamentos de process. Dados	11,1	17,4	20,7	66,0	24,1	128,1
Fretes, encomendas e corresp.	9,8	6,5	6,3	5,6	6,1	24,6
Limpeza	33,8	37,1	42,0	45,5	50,2	174,8
Locação de imóveis	12,3	13,5	16,6	20,0	25,1	75,1
Locação de máq. e equip.	11,2	7,2	9,2	7,2	12,8	36,4
Locação de veículos	43,8	49,8	54,8	55,2	53,4	213,2
Manut. Equip. Process. Dados	6,1	4,1	19,4	5,7	4,1	33,3
Manut. Móveis e equip.	14,5	12,1	12,6	13,5	15,8	54,0
Material de consumo	63,1	58,4	49,9	29,7	28,0	165,9
Manut. Veículos	15,0	11,9	14,6	12,1	13,8	52,4
Manut. Imóveis	41,5	32,0	20,2	26,00	84,8	163,0
Passagens aéreas	9,2	13,4	14,0	19,6	21,1	68,1
Passagens rodoviárias	3,7	3,4	2,5	2,6	2,0	10,6
Seguro de bens móveis e imóveis	1,8	1,0	2,3	1,3	1,8	6,4
Serviços de apoio operacional	103,9	131,1	149,9	87,2	71,7	439,9
Serviços de cópias e impressões	9,8	7,9	8,1	9,4	10,4	35,9
Serviços gráficos	5,9	6,2	23,7	21,0	5,2	56,1
Serviços técnicos profissionais	32,9	12,0	9,4	15,2	23,9	60,4
Softwares de aplicação	35,6	25,8	29,3	81,5	83,1	219,7
Telefonia fixa	18,1	17,6	21,8	25,7	21,3	86,4
Telefonia móvel	2,8	2,4	2,3	2,3	2,3	9,3
Vigilância	25,8	28,7	35,2	38,9	34,7	137,4
Total das despesas essenciais	675	633,2	711,6	774,8	734,6	2.854,20
Total geral	4.792,53	6.228,40	8.118,41	7.388,60	8.565,30	30.300,71

Fonte: Relatório SIG-MT, 2015

O cenário básico projetado para o período do PPA traz uma base menor dessas despesas, cerca de R\$ 445 milhões, com a perspectiva de redução de 39,4% em comparação ao ano de 2014. Como medidas de contenção de gastos exemplificam-se a reforma administrativa levada a efeito no exercício de 2015. A economia de recursos a ser gerada ampliará os investimentos diretos na política finalística das unidades

Essa nova metodologia de alocação de recursos denominada programação estratégica orçamentária do gasto, que compreende a definição de cenários com orçamento em uma base de gasto sustentável, permite prospectar a situação fiscal do Estado no curto e médio prazos.

Nesse contexto, foi possível projetar um cenário fiscal sustentável com retomada da capacidade de investimentos nas diversas áreas de políticas públicas.

Tabela 42 .

Estimativa das Despesas Essenciais, Poder Executivo, 2016-2019

(Em milhões de Reais)

Pacotes	Previsão				
	2016	2017	2018	2019	Total
Água e esgoto	1,2	1,2	1,3	1,4	5,1
Combustível	46,6	48,6	51,3	54,8	201,2
Condomínios	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3
Diárias	25,8	26,9	28,5	30,4	111,6
Energia elétrica	40,1	41,8	44,1	47,1	173,1
Equipamentos de process. Dados	12,9	13,5	14,2	15,2	55,8
Fretes, encomendas e corresp.	5,8	6,0	6,4	6,8	25,0
Limpeza	37,6	39,2	41,4	44,2	162,3
Locação de imóveis	16,5	17,2	18,2	19,4	71,2
Locação de máq. e equip.	5,4	5,7	6,0	6,4	23,5
Locação de veículos	34,3	35,7	37,8	40,3	148,1
Manut. Equip. Process. Dados	3,8	3,9	4,2	4,4	16,3
Manut. Móveis e equip.	21,5	22,4	23,7	25,3	92,8
Material de consumo	9,8	10,3	10,8	11,6	42,5
Manut. Veículos	9,6	10,0	10,5	11,2	41,3
Manut. Imóveis	26,8	27,9	29,5	31,5	115,8
Passagens aéreas	12,1	12,6	13,3	14,2	52,1
Passagens rodoviárias	2,3	2,3	2,5	2,6	9,7
Seguro de bens móveis e imóveis	1,2	1,2	1,3	1,4	5,1
Serviços de apoio operacional	52,5	54,7	57,8	61,7	226,6
Serviços de cópias e impressões	7,1	7,4	7,8	8,3	30,5
Serviços gráficos	3,5	3,7	3,9	4,2	15,3
Serviços técnicos profissionais	5,8	6,0	6,4	6,8	25,0
Softwares de aplicação	15,6	16,3	17,2	18,4	67,5
Telefonia fixa	17,2	17,9	18,9	20,2	74,2
Telefonia móvel	1,7	1,7	1,8	2,0	7,2
Vigilância	28,7	30,0	31,7	33,8	124,2
Total das despesas essenciais	445,5	464,2	490,6	523,7	1.923,3
Total geral	10.242,9	11.093,7	11.519,9	11.877,1	44.733,6

Fonte: Secretaria Adjunta de Orçamento, SEPLAN-MT, 2015.

A implementação de medidas de melhoria que visem à qualificação do gasto e, especialmente, a contenção das despesas, com otimização de processos e mensuração dos custos devem corroborar com a proposta de redução das despesas essenciais. De igual modo, ações que prevêem a revisão de contratos dos órgãos e das entidades convergem na mesma direção, contribuindo para controle das despesas e dos desperdícios.

O volume de recursos necessários para manter as despesas obrigatórias e essenciais no Estado, em 2016, será de R\$ 10,242 bilhões com perspectiva para R\$ 11,877 bilhões no ano de 2019, no período do PPA resultará num volume total de R\$ 44,733 bilhões.

7. RISCOS FISCAIS

Na análise dos riscos associados à consecução das políticas públicas previstas no PPA 2016-2019, o primeiro a ser considerado é o risco orçamentário que indica a possibilidade de não se confirmarem as receitas e despesas projetadas para os quatros exercícios vigentes do plano.

No caso das receitas, os riscos se referem às possíveis inadequações de situações e parâmetros utilizados na projeção.

No que se refere às despesas, o risco é que se verifiquem variações no seu valor, em função de mudanças posteriores, motivadas, principalmente, pelas variações nos preços e nos indicadores referenciais adotados para parametrizá-las.

A ocorrência dessas situações ocasiona a necessidade de revisão das receitas e reprogramação das despesas, de modo a garantir o equilíbrio orçamentário.

7.1 Riscos Relativos às Variações da Receita

Os riscos relativos às variações da receita ocorrem em função de mudanças na conjuntura econômica interna e externa, que alteram os parâmetros macroeconômicos observados na estimativa das receitas orçamentárias. Por isso, a análise do cenário macroeconômico é fundamental para a definição do cenário fiscal básico adotado.

No que se refere às questões metodológicas, cabe esclarecer que a pro-

jeção das receitas para a elaboração dos projetos de lei do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária, considerou diversos parâmetros: i) a variação do PIB; ii) taxa de inflação; iii) variáveis econômicas e iv) histórico de realização das receitas.

O efeito da variação desses parâmetros na receita é resultado da combinação de dois fatores: preço e quantidade. Sendo o maior efeito causado pela variação no nível de atividade econômica, medida pela taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB, pois afeta diversos tributos arrecadados pelo Estado. A inflação e os indicadores conjunturais dos setores também possuem impacto relevante na maioria dos itens de receitas.

Tabela 43 .
Brasil, Principais Variáveis e Indicadores Econômicos Utilizados no Cenário do PPA, 2014-2019.

METODOLOGIA DE PROJEÇÃO	VARIÁVEL	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Cenário Básico	PIB Nacional (crescimento real % a.a.)	0,14	-0,42	1,5	1,9	2,0	2,1
	IGP-DI (% anual)	3,78	5,59	5,27	5,3	5,0	4,8
	IPCA (% anual)	6,4	7,27	5,62	5,3	5,0	4,8
	INPC (% anual)	6,22	7,36	5,50	5,3	5,0	4,8
	Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - fim de período)	2,65	2,82	2,93	3,08	3,16	3,15
	PIB Estadual	-	2,5	2,8	2,9	3,9	3,9
Expectativa de mercado	PIB Nacional (crescimento real % a.a.)	0,14	-1,5	0,7	1,8	1,9	2,1
	IGP-DI (% anual)	3,78	6,85	5,56			
	IPCA (% anual)	6,4	8,5	5,5	5,3	5,0	4,8
	INPC (% anual)	6,22	8,7	5,5	5,3	5,0	4,8
	Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - fim de período)	2,65	3,10	3,40	3,52	3,54	3,65
	PIB Estadual	-	-	-	-	-	-

Fonte: Cenário Básico SEPLAN/SEFAZ, fevereiro de 2015. Relatório Focus BACEN, Itaú BBA.

A expectativa de crescimento do PIB estadual de 2,5% em 2015 frente a 3,9% em 2019 deve refletir no aumento da arrecadação, sobretudo do ICMS, que tem forte relação com a atividade econômica do Estado.

O câmbio, outro componente do cenário básico, apresentou expressiva oscilação em função da conjuntura econômica atual. No cenário básico, a taxa de câmbio adotada para 2016 foi de R\$ 2,93, a expectativa de mercado é de R\$ 3,40 com uma variação absoluta de R\$ 0,47. Essa variação impõe às finanças estaduais um risco de aumento dos encargos da dívida externa. Por outro lado, a desvalorização do real melhora os termos de

troca nas exportações das principais commodities do Estado.

No cenário de risco da receita foi considerada a simulação de diversos modelos, com isso indicando uma série de possibilidades de realização. No caso específico do ICMS, o cenário básico considerou uma sequência de indicadores e variáveis econômicas, assim como ações de melhoria do ambiente de negócios, como exemplo a revisão da política de incentivo fiscal do Estado. Em termos absolutos, as variações seriam de R\$ 437 milhões a mais em 2016 e com previsão de acréscimo de R\$ 2,289 bilhões em 2019, quando comparado à menor estimativa, resultante do modelo

Auto Regressivo Integrado de Médias Móveis – ARIMA. Cabe ressaltar que no cenário básico foram consideradas as estimativas de erro dos modelos e ações para restabelecer a base tributária do Estado.

Dessa forma, foi considerada nos riscos relativos à arrecadação de ICMS, a retomada dos níveis de arrecadação em relação ao PIB de anos anteriores a 2007. Caso não se consiga recuperar os níveis de elasticidade PIB-ICMS, por influência de fatores exógenos ou endógenos, as metas de recuperação dos níveis de arrecadação do imposto tendem a ficar comprometidas.

Tabela 44 .
Estimativas de Arrecadação de ICMS – 2016-2019
(Em milhões de Reais)

Metodologia de projeção	2016	2017	2018	2019
Tendências (simulador)	8.170	8.907	9.633	10.340
Modelo Arima	7.880	8.352	8.823	9.294
Cenário Básico	8.317	9.134	10.245	11.583
Variação absoluta	-437	-782	-1.422	-2.289

Fonte: Cenários SEPLAN/SEFAZ, 2015

7.2 Riscos Relativos às Variações da Despesa

Os riscos relativos às variações nas despesas, em grande parte, estão associados às alterações dos preços, por isso, o cenário básico contempla as principais variáveis de indexação de preços.

No médio prazo, a tendência dos principais indicadores de inflação se mantém, porém, no curto prazo houve modificações significativas. A inflação medida pelo IPCA no cenário básico para 2015 foi de 7,27%, enquanto que o mercado já projeta taxa de 8,50% ao ano. Para 2016, no cenário básico a expectativa era de 5,62% ao ano, enquanto que o mercado reviu a sua projeção para 5,50%, com redução de 0,12 pontos percentuais.

O índice de preço ao consumidor medido pelo INPC previsto em 2015 no cenário básico foi de 7,36% ao ano, enquanto que a expectativa de mercado é de que chegue a 8,70%, com aumento de 1,34 pontos percentuais. Esse aumento vai impactar diretamente nas despesas de pessoal, em função do Reajuste Geral Anual (RGA) do ano de 2015 com reflexos em 2016.

Tabela 45 .

Brasil, Cenário Básico Adotado - de médio prazo - com as Principais Variáveis Econômicas, 2014-2019

METODOLOGIA DE PROJEÇÃO	VARIÁVEL	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Cenário Básico	IGP-DI (% anual)	3,78	5,59	5,27	5,3	5,0	4,8
	IPCA (% anual)	6,4	7,27	5,62	5,3	5,0	4,8
	INPC (% anual)	6,22	7,36	5,50	5,3	5,0	4,8
Expectativa de mercado	IGP-DI (% anual)	3,78	6,85	5,56			
	IPCA (% anual)	6,4	8,5	5,5	5,3	5,0	4,8
	INPC (% anual)	6,22	8,7	5,5	5,3	5,0	4,8

Fonte: Cenário Básico SEPLAN/SEFAZ, fevereiro de 2015. Relatório Focus BACEN, Itaú BBA

No médio prazo, as expectativas dos indicadores de inflação são de estabilização, em função das medidas de controle da inflação adotadas pelo Banco Central. Também devem contribuir para isso os ajustes fiscais adotados pelo Governo Federal.

7.3 Riscos da Dívida Pública

O risco relacionado à administração da dívida pública estadual decorre do impacto de eventuais variações das taxas de juros, de câmbio e de inflação nas dívidas contratadas. Essas variações geram impacto no orçamento anual, reduzindo a capacidade de financiamento das políticas públicas, pois provocam variações no volume de recursos necessários ao pagamento da dívida nos exercícios orçamentários seguintes. Os riscos da dívida são relevantes, na medida em que afetam a relação Dívida Líquida/PIB, considerado um indicador referencial para avaliar o endividamento do setor público.

O risco relativo à dívida pública também deve ser avaliado pela variação da taxa de câmbio e expectativa da inflação. Nesse sentido, o Senado Federal aprovou no último ano um projeto de lei que alterou o indexador da dívida de Estados e Municípios com a União.

De acordo com esse projeto (PLC 99/2013), o IGP-DI acrescido de juros de 6% a 9% ao ano, previsto nos contratos da dívida, passará para o IPCA acrescido de juros de 4% ao ano, prevendo também o recálculo do saldo devedor dessas dívidas, reestabelecendo o equilíbrio econômico financeiro desses entes.

Tabela 46 .

Cenário Básico Adotado - de médio prazo - com as Principais Variáveis Econômicas, 2014-2019

METODOLOGIA DE PROJEÇÃO	VARIÁVEL	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Cenário Básico	IPCA (% anual)	6,4	7,27	5,62	5,3	5,0	4,8
	Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - fim de período)	2,65	2,82	2,93	3,08	3,16	3,15
Expectativa de mercado	IPCA (% anual)	6,4	8,5	5,5	5,3	5,0	4,8
	Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - fim de período)	2,65	3,10	3,40	3,52	3,54	3,65

Fonte: Cenário Básico SEPLAN/SEFAZ, fevereiro de 2015. Relatório Focus BACEN, Itaú BBA

A alteração na taxa de câmbio de R\$ 2,93 (cenário básico) para R\$ 3,40 (expectativa de mercado) impactará nas projeções da dívida, com provável aumento do custo da dívida pública externa. De igual modo, a alteração dos encargos da dívida interna, com a oscilação da inflação deve modificar o cenário fiscal.

8.

CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO

A capacidade de financiamento é uma informação extremamente relevante na definição das políticas públicas. No PPA 2016-2019 a capacidade de financiamento indica a viabilidade econômica e financeira para manter e criar novas políticas públicas. Essa capacidade é composta por fonte de recursos internos, sendo gerados pelo próprio Estado na prestação de serviços, por meio da arrecadação de tributos, assim como na obtenção de fontes externas, via convênios e operações de crédito.

Na tabela 47 é especificada a capacidade de financiamento do Estado das políticas finalísticas das unidades com recursos ordinários do tesouro.

Tabela 47 .

Capacidade de Financiamento dos Recursos do Tesouro do Estado, para as Políticas Finalísticas, 2016-2019

(Em milhões de Reais)

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Recurso ordinário do tesouro para a política	343,54	382,52	631,36	1.012,76	2.370,18
Capacidade de Financiamento	343,54	382,52	631,36	1.012,76	2.370,18

Fonte: Secretaria Adjunta de Orçamento, SEPLAN-MT, 2015.

O volume de recursos ordinários do tesouro destinado para a custeio das políticas finalísticas de todas as unidades passará de R\$ 343 milhões em 2016 para R\$ 1,013 bilhão ao final do PPA.

Esses recursos foram disponibilizados para os órgãos e as entidades realizarem as suas respectivas programações, seguindo a orientação estratégica de Governo. O cenário de médio prazo adotado prevê, de forma detalhada e aprofundada, as possibilidades de acordo com os indicadores, as variáveis econômicas e a consistência fiscal.

9. REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB): Boletins Focus.

Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20150529.pdf>. Acesso em 18 jun. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB): Séries Temporais.

Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 27 abr. 2015.

DATASUS. Informações de Saúde.

Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em 18/06/2015.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). Sistema Nacional Viário 2014.

Disponível no site: www.dnit.gov.br/sistema-nacional-de-viacao/snv-2014-1. Acesso em 16/04/2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br>. Acesso em 22/06/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 mai. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). Mato Grosso no Caminho para Desenvolvimento de Baixas Emissões: Custos e Benefícios da Implementação do Sistema Estadual de REDD+.

Disponível no site: <http://www.ipam.org.br>. Acesso em 02/07/2015.

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA (IPEA). IPEADATA.

Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em 16 jun. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite (PRODES).

Disponível em: <http://www.inpe.br>. Acesso em 10/06/2015.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). Global Financial Stability Report: Navigating Monetary Policy Challenges and Managing Risks.

Disponível em: <http://www.imf.org/External/Pubs/FT/GFSR/2015/01/pdf/text.pdf>. Acesso em 16. Jun. 2015.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento. Mensagem do Governador – 2011/2014.

Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/index.php>. Acesso em 07/07/2015.

Relatório de Avaliação de Desempenho de Indicadores do Plano de Longo Prazo – UGE/2014

Sistema FIPLAN.

Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br>. Acesso em 26/06/2015.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Segurança Pública. Estatísticas – Criminalidade nas Regionais de MT – 2014.

Disponível em <http://www.seguranca.mt.gov.br>. Acesso em 30/06/2015.

MATO GROSSO (Estado). Tribunal de Contas do Estado. Relatório das Contas Anuais do Governo Estadual – 2014.

Disponível em: <http://www.tce.mt.gov.br>. Acesso em 08/07/2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Boletim Informativo do Cadastro Ambiental Rural – 2015.

Disponível em: <http://www.ministeriodomeioambiente.gov.br>. Acesso em 01/07/2015.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. 2015.

Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br>. Acesso em 02/07/2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO-MTE. Dados da RAIS e CAGED.

Disponível em www.mte.gov.br, base de dados online – 24 mar. 2014.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2015.

Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org>. Acesso em 10/06/2015.

TENDÊNCIAS CONSULTORIA INTEGRADA. Projeções econômicas para Mato Grosso 2015-2024. Outubro/2014. 132 slides, color. Microsoft PowerPoint 2007.

**GOVERNO DO ESTADO
DE MATO GROSSO**

**SECRETARIA DE ESTADO
DE PLANEJAMENTO**

**PLANO
PLURIANUAL
2016-2019**

**LEI Nº 10.340
NOVEMBRO/2015**



Anexo I – PPA 2016-2019 em Números

PPA

2016 – 2019

TRANSFORMA
M A T O G R O S S O

SEPLAN
SECRETARIA DE
ESTADO DE
PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

PPA 2016 -2019 em Números

PPA 2016-2019 RELAÇÃO DOS PROGRAMAS POR EIXO ESTRUTURADOR E DIRETRIZ	
VIVER BEM	
Garantir a proteção social para promover dignidade e assegurar direitos	
287	Defesa da Cidadania e Respeito aos Direitos do Cidadão
375	Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
405	Defesa da Cidadania e Inclusão Social
408	SASE LEGAL - Sistema de Atendimento Socioeducativo - MT
409	Consolidação do Sistema Estadual de Direitos Humanos
410	Política de Humanização no Sistema Penitenciário para o Pleno Exercício da Reinserção Social
412	Mato Grosso Equitativo e Inclusivo
Melhorar o acesso equitativo e a resolutividade dos serviços de saúde do SUS	
76	Reordenação da Gestão Estratégica e Participativa do SUS
78	Gestão do Trabalho e Educação na Saúde
Reduzir a morbimortalidade no Estado	
77	Ordenação Regionalizada da Rede de Atenção e Sistema de Vigilância em Saúde
Aumentar a segurança dos cidadãos, contribuindo para que o estado de Mato Grosso se torne um lugar mais seguro para se viver	
406	Pacto pela Segurança: MT Mais Seguro
407	DETRAN Cidadão
Promover as artes, a cultura, o esporte e o lazer de forma democrática e descentralizada	
284	Fortalecimento do Esporte e Lazer
403	Economia Criativa
404	Fortalecimento da Política Cultural

EDUCAR PARA TRANSFORMAR E EMANCIPAR O CIDADÃO	
Universalizar o atendimento e melhorar a qualidade da educação básica	
398	Educar para Transformar
Reduzir o analfabetismo	
417	Alfabetizar para Emancipar - Muxirum da Alfabetização.
Elevar a capacidade científica, técnica, tecnológica e de inovação do Estado	
339	Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação
345	Desenvolvimento da Educação Profissional e Superior
397	Fortalecimento do Ensino Superior no Estado de Mato Grosso

CIDADES PARA VIVER BEM: MUNICÍPIOS SUSTENTÁVEIS	
Promover ações de desenvolvimento urbano	
389	Integração Metropolitana
390	Cidades Urbanizadas
391	Cidades Sustentáveis
392	Cidades Resilientes a Desastres
Melhorar a efetividade das ações para conservação ambiental, contribuindo para a qualidade de vida da população	
331	Defesa Ambiental e Organização das Cidades
393	Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida

ESTADO PARCEIRO E EMPREENDEDOR	
Promover o desenvolvimento econômico do Estado	
185	Descubra Mato Grosso
208	Regularização Fundiária
214	Defesa Sanitária Vegetal
216	Defesa Sanitária Animal
217	Inspeção de Produtos de Origem Animal
384	Mato Grosso Empreendedor
385	Desenvolve Mato Grosso
386	Programa de Articulação e Desenvolvimento Regional
Desenvolver a infraestrutura logística no Estado	
229	Regulação Eficiente dos Serviços Públicos Delegados
338	Mato Grosso Pró-Estradas
388	Operação do Sistema de Transporte de Mato Grosso
Promover o crescimento da agricultura de produção familiar	
382	Organização do Sistema de Produção da Agricultura Familiar
383	Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar

GESTÃO EFICIENTE, TRANSPARENTE E INTEGRADA	
Elevar o desempenho dos Órgãos e Entidades do Governo Estadual na prestação de serviços públicos ao cidadão.	
36	Apoio Administrativo
146	Fiscalização da Gestão dos Recursos Públicos
264	Desenvolvimento Institucional
282	Valorização do Colaborador ALMT
354	Programa Estadual de Articulação Política
356	Governo Digital

357	Modernização de Gestão de TI do Estado
361	Fortalecimento dos Mecanismos de Controle do Poder Executivo
364	Modernização da Procuradoria-Geral do Estado
365	Gestão de Pessoas para Resultados
366	Gestão de Processos para Resultados
367	Gestão de Aquisições, Patrimônio e Serviços para Resultados
368	Planejar para Transformar
370	Excelência nos Serviços Prestados à Sociedade
372	Gestão Legislativa
373	Modernização da Governança e Gestão Administrativa da ALMT
376	Efetividade da Legislação Penal
381	Reestruturação e Modernização do INTERMAT
394	Gestão Corporativa da SEMA
399	Aperfeiçoamento da Prestação Jurisdicional
400	Gestão de Pessoas
401	Governança e Gestão para Resultados
411	Proteção e Defesa do Consumidor
996	Operações Especiais: Outras
997	Previdência de Inativos e Pensionistas do Estado
998	Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais
999	Reserva de Contingência
Dar sustentabilidade fiscal às políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado	
358	Reestruturação do MT Saúde
359	Parcerias com o Setor Privado
363	Previdência Sustentável
369	Modernização da Administração Fazendária
994	Operações Especiais: Serviços da Dívida interna
995	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa
Promover com rigor o enfrentamento à corrupção	
355	Transparência, Prevenção e Combate à Corrupção
360	Controle interno na Prevenção e Combate à Corrupção
374	Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público
Assegurar um governo transparente e acessível para o cidadão	
362	Governo Transparente, Sociedade Participativa

PPA 2016-2019				
QUADRO CONSOLIDADO POR EIXO ESTRUTURADOR, DIRETRIZ E PROGRAMA				
Eixo Estruturador/ Diretriz / Programa		Valor (R\$)		
		2016	2017-2019	2016-2019
VIVER BEM		1.637.307.397,67	4.799.485.181,48	6.436.792.579,15
Garantir a proteção social para promover dignidade e assegurar direitos		190.223.315,89	667.190.990,89	857.414.306,78
287	Defesa da Cidadania e Respeito aos Direitos do Cidadão	150.000,00	450.000,00	600.000,00
375	Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	150.000,00	450.000,00	600.000,00
405	Defesa da Cidadania e Inclusão Social	54.821.582,71	185.913.330,61	240.734.913,32
408	SASE LEGAL - Sistema de Atendimento Socioeducativo - MT	23.229.999,99	71.584.861,42	94.814.861,41
409	Consolidação do Sistema Estadual de Direitos Humanos	6.712.810,64	22.012.087,68	28.724.898,32
410	Política de Humanização no Sistema Penitenciário para o Pleno Exercício da Reinserção Social	62.288.694,11	214.974.416,08	277.263.110,19
412	Mato Grosso Equitativo e Inclusivo	42.870.228,44	171.806.295,10	214.676.523,54
Melhorar o acesso equitativo e a resolutividade dos serviços de saúde do SUS		251.295.787,20	350.208.747,05	601.504.534,25
76	Reordenação da Gestão Estratégica e Participativa do SUS	234.081.141,57	266.017.629,37	500.098.770,94
78	Gestão do Trabalho e Educação na Saúde	17.214.645,63	84.191.117,68	101.405.763,31
Reduzir a morbimortalidade no Estado		696.603.882,47	2.231.821.423,90	2.928.425.306,37
77	Ordenação Regionalizada da Rede de Atenção e Sistema de Vigilância em Saúde	696.603.882,47	2.231.821.423,90	2.928.425.306,37
Aumentar a segurança dos cidadãos, contribuindo para que o estado de Mato Grosso se torne um lugar mais seguro para se viver		451.488.108,72	1.396.864.910,49	1.848.353.019,21
406	Pacto pela Segurança: MT Mais Seguro	385.691.453,23	1.182.805.734,81	1.568.497.188,04
407	DETRAN Cidadão	65.796.655,49	214.059.175,68	279.855.831,17
Promover as artes, a cultura, o esporte e o lazer de forma democrática e descentralizada		47.696.303,39	153.399.109,15	201.095.412,54
284	Fortalecimento do Esporte e Lazer	22.226.492,28	74.197.279,26	96.423.771,54
403	Economia Criativa	2.266.812,00	7.934.545,76	10.201.357,76
404	Fortalecimento da Política Cultural	23.202.999,11	71.267.284,13	94.470.283,24
EDUCAR PARA TRANSFORMAR E EMANCIPAR O CIDADÃO		559.211.212,99	1.950.199.184,55	2.509.410.397,54
Universalizar o atendimento e melhorar a qualidade da educação básica		431.321.861,84	1.507.429.840,23	1.938.751.702,07
398	Educar para Transformar	431.321.861,84	1.507.429.840,23	1.938.751.702,07

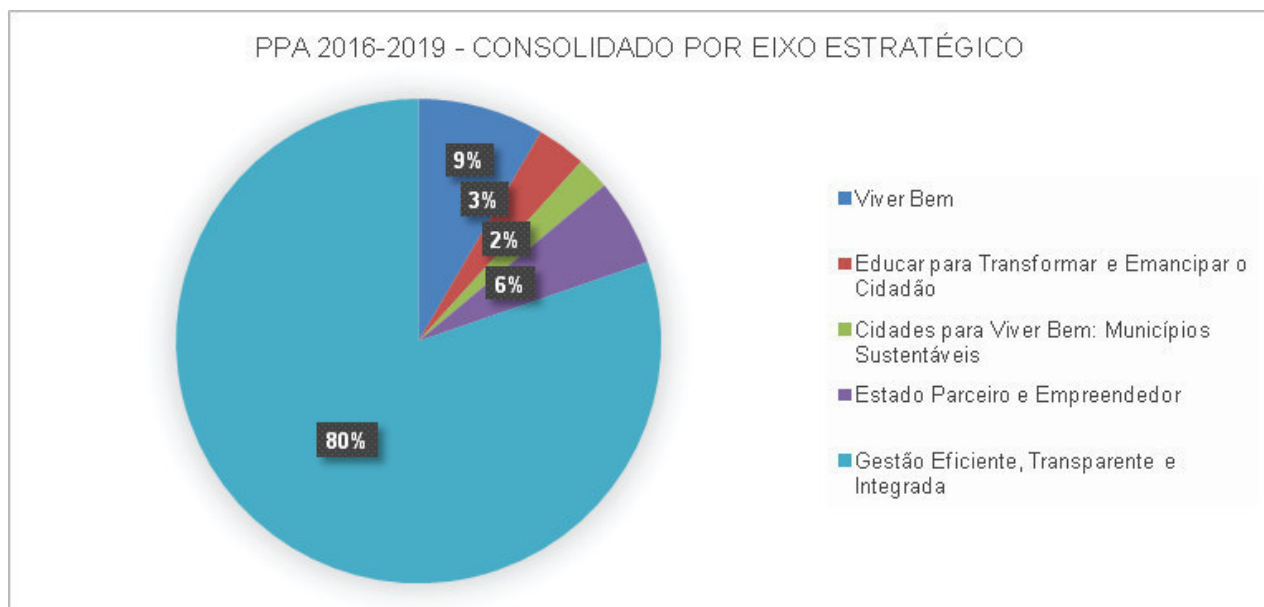
Reduzir o analfabetismo		21.523.979,00	61.049.630,66	82.573.609,66
417	Alfabetizar para Emancipar - Muxirum da Alfabetização.	21.523.979,00	61.049.630,66	82.573.609,66
Elevar a capacidade científica, técnica, tecnológica e de inovação do Estado		106.365.372,15	381.719.713,66	488.085.085,81
339	Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação	77.348.459,82	268.091.427,11	345.439.886,93
345	Desenvolvimento da Educação Profissional e Superior	9.031.702,90	14.469.043,49	23.500.746,39
397	Fortalecimento do Ensino Superior no Estado de Mato Grosso	19.985.209,43	99.159.243,06	119.144.452,49
CIDADES PARA VIVER BEM: MUNICÍPIOS SUSTENTÁVEIS		399.155.604,92	1.266.529.457,06	1.665.685.061,98
Promover ações de desenvolvimento urbano		343.344.062,88	1.166.070.805,81	1.509.414.868,69
389	Integração Metropolitana	973.022,56	3.601.611,84	4.574.634,40
390	Cidades Urbanizadas	210.637.002,96	734.156.770,59	944.793.773,55
391	Cidades Sustentáveis	125.859.855,11	396.577.769,11	522.437.624,22
392	Cidades Resilientes a Desastres	5.874.182,25	31.734.654,27	37.608.836,52
Melhorar a efetividade das ações para conservação ambiental, contribuindo para a qualidade de vida da população		55.811.542,04	100.458.651,25	156.270.193,29
331	Defesa Ambiental e Organização das Cidades	150.000,00	450.000,00	600.000,00
393	Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida	55.661.542,04	100.008.651,25	155.670.193,29
ESTADO PARCEIRO E EMPREENDEDOR		1.712.567.686,95	2.707.718.579,90	4.420.286.266,85
Promover o desenvolvimento econômico do Estado		229.136.990,47	462.344.774,68	691.481.765,15
185	Descubra Mato Grosso	114.312.263,12	22.722.934,51	137.035.197,63
208	Regularização Fundiária	3.560.621,58	7.615.729,98	11.176.351,56
214	Defesa Sanitária Vegetal	1.673.347,14	11.674.521,62	13.347.868,76
216	Defesa Sanitária Animal	3.951.500,89	23.072.098,20	27.023.599,09
217	Inspeção de Produtos de Origem Animal	182.996,50	2.668.197,38	2.851.193,88
384	Mato Grosso Empreendedor	13.464.035,47	40.073.783,87	53.537.819,34
385	Desenvolve Mato Grosso	83.479.125,77	299.571.969,03	383.051.094,80
386	Programa de Articulação e Desenvolvimento Regional	8.513.100,00	54.945.540,09	63.458.640,09
Desenvolver a infraestrutura logística no Estado		1.447.659.888,28	2.170.982.532,69	3.618.642.420,97
229	Regulação Eficiente dos Serviços Públicos Delegados	2.212.677,45	13.089.305,50	15.301.982,95

338	Mato Grosso Pró-Estradas	1.400.076.574,42	2.041.310.488,67	3.441.387.063,09
388	Operação do Sistema de Transporte de Mato Grosso	45.370.636,41	116.582.738,52	161.953.374,93
Promover o crescimento da agricultura de produção familiar		35.770.808,20	74.391.272,53	110.162.080,73
382	Organização do Sistema de Produção da Agricultura Familiar	33.539.445,99	69.885.541,08	103.424.987,07
383	Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar	2.231.362,21	4.505.731,45	6.737.093,66
GESTÃO EFICIENTE, TRANSPARENTE E INTEGRADA		13.740.183.718,50	47.461.105.495,81	61.201.289.214,31
Elevar o desempenho dos Órgãos e Entidades do Governo Estadual na prestação de serviços públicos ao cidadão.		12.593.754.831,54	43.925.974.133,11	56.519.728.964,65
36	Apoio Administrativo	8.746.898.083,86	29.788.808.082,35	38.535.706.166,21
146	Fiscalização da Gestão dos Recursos Públicos	88.493.128,46	315.553.979,69	404.047.108,15
264	Desenvolvimento Institucional	28.944.001,30	115.618.623,98	144.562.625,28
282	Valorização do Colaborador ALMT	5.983.116,00	59.994.922,45	65.978.038,45
354	Programa Estadual de Articulação Política	6.258.689,80	32.280.221,54	38.538.911,34
356	Governo Digital	50.126.544,57	246.314.116,98	296.440.661,55
357	Modernização de Gestão de TI do Estado	4.335.395,94	18.397.995,57	22.733.391,51
361	Fortalecimento dos Mecanismos de Controle do Poder Executivo	2.805.851,81	1.702.440,82	4.508.292,63
364	Modernização da Procuradoria-Geral do Estado	6.200.000,00	21.837.402,11	28.037.402,11
365	Gestão de Pessoas para Resultados	7.635.997,59	25.718.130,41	33.354.128,00
366	Gestão de Processos para Resultados	3.108.880,70	5.724.692,10	8.833.572,80
367	Gestão de Aquisições, Patrimônio e Serviços para Resultados	10.530.682,96	34.972.242,58	45.502.925,54
368	Planejar para Transformar	22.474.099,27	67.267.796,36	89.741.895,63
370	Excelência nos Serviços Prestados à Sociedade	3.342.811,00	11.100.000,00	14.442.811,00
372	Gestão Legislativa	4.661.200,71	243.548.477,39	248.209.678,10
373	Modernização da Governança e Gestão Administrativa da ALMT	18.001.497,00	154.945.982,92	172.947.479,92
376	Efetividade da Legislação Penal	150.000,00	450.000,00	600.000,00
381	Reestruturação e Modernização do INTERMAT	2.014.401,80	8.082.393,68	10.096.795,48
394	Gestão Corporativa da SEMA	20.623.438,42	34.204.840,16	54.828.278,58
399	Aperfeiçoamento da Prestação Jurisdicional	52.333.326,78	188.351.067,13	240.684.393,91

400	Gestão de Pessoas	10.887.888,60	39.907.380,62	50.795.269,22
401	Governança e Gestão para Resultados	3.344.245,00	7.896.726,00	11.240.971,00
411	Proteção e Defesa do Consumidor	3.898.911,05	13.865.929,61	17.764.840,66
996	Operações Especiais: Outras	254.013.689,72Z	688.229.192,22	942.242.881,94
997	Previdência de Inativos e Pensionistas do Estado	3.076.158.757,51	11.378.569.001,56	14.454.727.759,07
998	Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais	160.530.191,69	422.632.494,88	583.162.686,57
999	Reserva de Contingência	-	-	-
Dar sustentabilidade fiscal às políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado		1.144.433.984,13	3.530.163.510,61	4.674.597.494,74
358	Reestruturação do MT Saúde	57.959.792,88	207.462.041,39	265.421.834,27
359	Parcerias com o Setor Privado	222.000,00	558.615,54	780.615,54
363	Previdência Sustentável	68.294.299,27	28.301.065,45	96.595.364,72
369	Modernização da Administração Fazendária	15.726.000,00	18.021.000,00	33.747.000,00
994	Operações Especiais: Serviços da Dívida interna	800.242.999,19	2.574.551.902,75	3.374.794.901,94
995	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa	201.988.892,79	701.268.885,48	903.257.778,27
Promover com rigor o enfrentamento à corrupção		1.924.400,00	4.849.200,00	6.773.600,00
355	Transparência, Prevenção e Combate à Corrupção	1.774.400,00	4.399.200,00	6.173.600,00
360	Controle interno na Prevenção e Combate à Corrupção	-	-	-
374	Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público	150.000,00	450.000,00	600.000,00
Assegurar um governo transparente e acessível para o cidadão		70.502,83	118.652,09	189.154,92
362	Governo Transparente, Sociedade Participativa	70.502,83	118.652,09	189.154,92
Total Geral		18.048.425.621,03	58.185.037.898,80	76.233.463.519,83

PPA 2016-2019 QUADRO CONSOLIDADO POR EIXO ESTRUTURADOR			
Eixo Estruturador	Valor (R\$)		
	2016	2017-2019	2016-2019
Viver Bem	1.637.307.397,67	4.799.485.181,48	6.436.792.579,15
Educar para Transformar e Emancipar o Cidadão	559.211.212,99	1.950.199.184,55	2.509.410.397,54
Cidades para Viver Bem: Municípios Sustentáveis	399.155.604,92	1.266.529.457,06	1.665.685.061,98
Estado Parceiro e Empreendedor	1.712.567.686,95	2.707.718.579,90	4.420.286.266,85

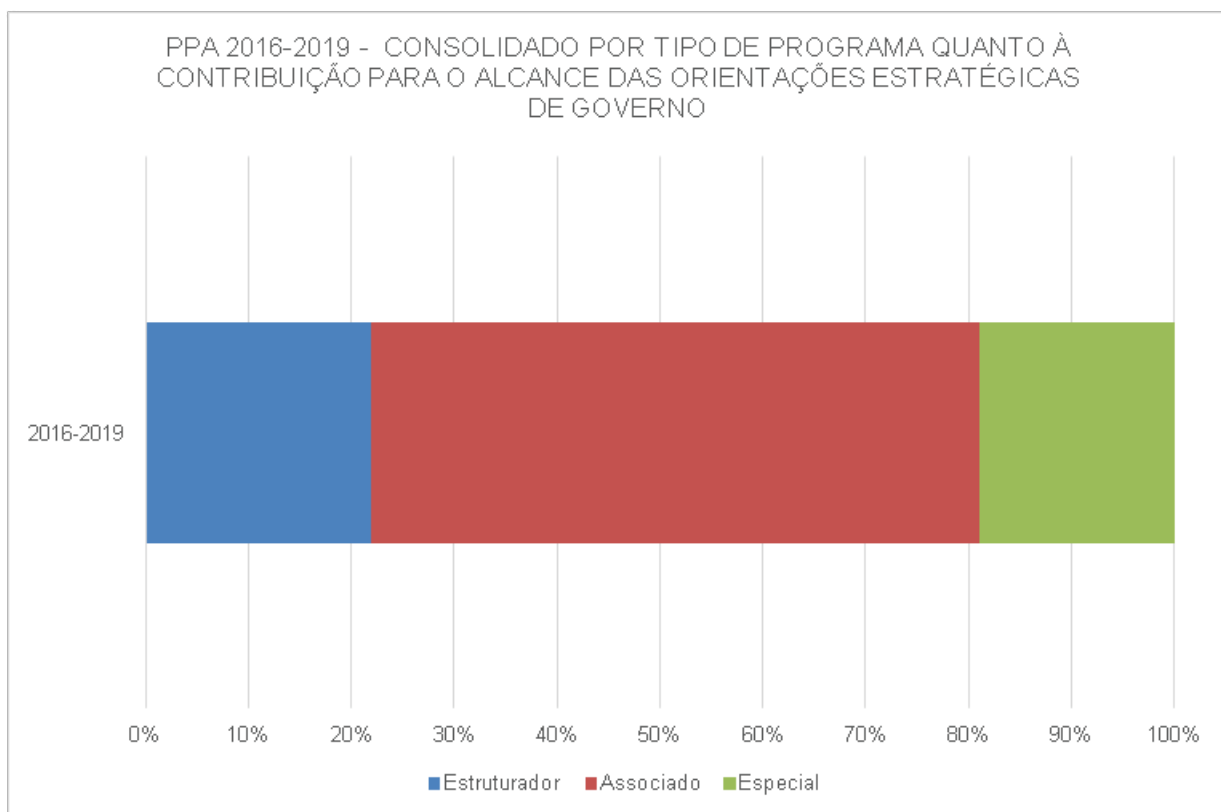
Gestão Eficiente, Transparente e Integrada	13.740.183.718,50	47.461.105.495,81	61.201.289.214,31
Total Geral	18.048.425.621,03	58.185.037.898,80	76.233.463.519,83
Nota: Os programas padronizados estão vinculados ao eixo Gestão Eficiente, Transparente e Integrada, razão pela qual este apresenta o maior montante de recursos.			



PPA 2016-2019 - CONSOLIDADO POR DIRETRIZ			
Diretriz	Valor (R\$)		
	2016	2017-2019	2016-2019
Garantir a proteção social para promover dignidade e assegurar direitos	190.223.315,89	667.190.990,89	857.414.306,78
Melhorar o acesso equitativo e a resolutividade dos serviços de saúde do SUS	251.295.787,20	350.208.747,05	601.504.534,25
Reduzir a morbimortalidade no Estado	696.603.882,47	2.231.821.423,90	2.928.425.306,37
Aumentar a segurança dos cidadãos, contribuindo para que o estado de Mato Grosso se torne um lugar mais seguro para se viver	451.488.108,72	1.396.864.910,49	1.848.353.019,21
Promover as artes, a cultura, o esporte e o lazer de forma democrática e descentralizada	47.696.303,39	153.399.109,15	201.095.412,54
Universalizar o atendimento e melhorar a qualidade da educação básica	431.321.861,84	1.507.429.840,23	1.938.751.702,07
Reduzir o analfabetismo	21.523.979,00	61.049.630,66	82.573.609,66
Elevar a capacidade científica, técnica, tecnológica e de inovação do Estado	106.365.372,15	381.719.713,66	488.085.085,81

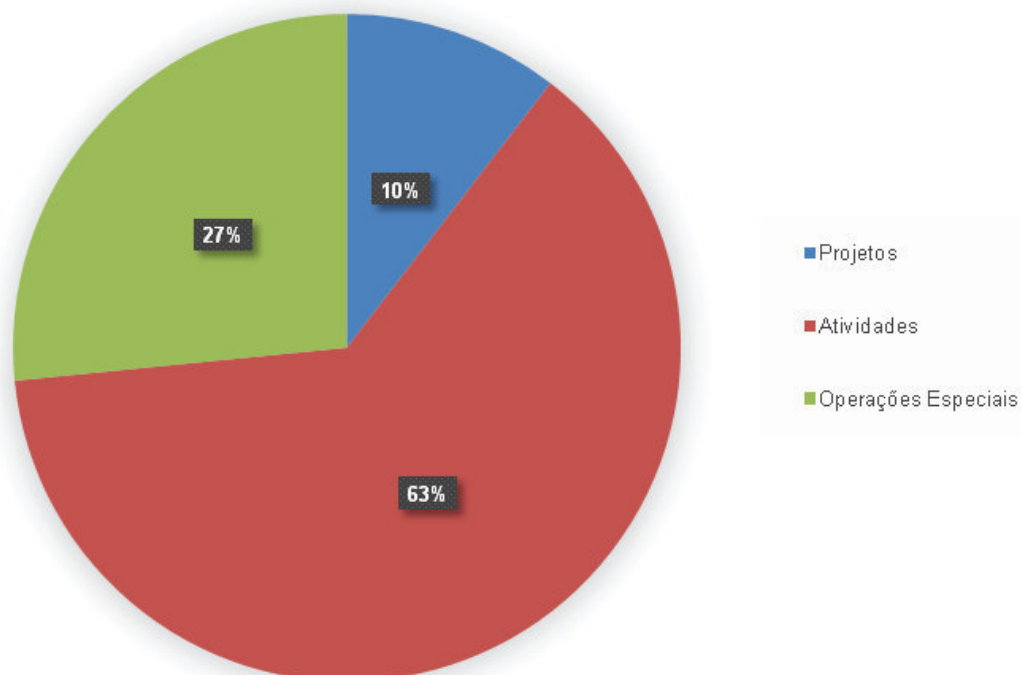
Promover ações de desenvolvimento urbano	343.344.062,88	1.166.070.805,81	1.509.414.868,69
Melhorar a efetividade das ações para conservação ambiental, contribuindo para a qualidade de vida da população	55.811.542,04	100.458.651,25	156.270.193,29
Promover o desenvolvimento econômico do Estado	229.136.990,47	462.344.774,68	691.481.765,15
Desenvolver a infraestrutura logística no Estado	1.447.659.888,28	2.170.982.532,69	3.618.642.420,97
Promover o crescimento da agricultura de produção familiar	35.770.808,20	74.391.272,53	110.162.080,73
Elevar o desempenho dos Órgãos e Entidades do Governo Estadual na prestação de serviços públicos ao cidadão.	12.593.754.831,54	43.925.974.133,11	56.519.728.964,65
Promover com rigor o enfrentamento à corrupção	1.924.400,00	4.849.200,00	6.773.600,00
Dar sustentabilidade fiscal às políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado	1.144.433.984,13	3.530.163.510,61	4.674.597.494,74
Assegurar um governo transparente e acessível para o cidadão	70.502,83	118.652,09	189.154,92
Total Geral	18.048.425.621,03	58.185.037.898,80	76.233.463.519,83

PPA 2016-2019			
QUADRO CONSOLIDADO POR TIPO DE PROGRAMA QUANTO À CONTRIBUIÇÃO PARA O ALCANCE DAS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE GOVERNO			
Tipo de Programa	Valor (R\$)		
	2016	2017-2019	2016-2019
Estruturador	4.661.680.462,62	12.108.040.809,35	16.769.721.271,97
Associado	10.310.586.400,90	34.698.428.087,89	45.009.014.488,79
Especial	3.076.158.757,51	11.378.569.001,56	14.454.727.759,07
Total Geral	18.048.425.621,03	58.185.037.898,80	76.233.463.519,83



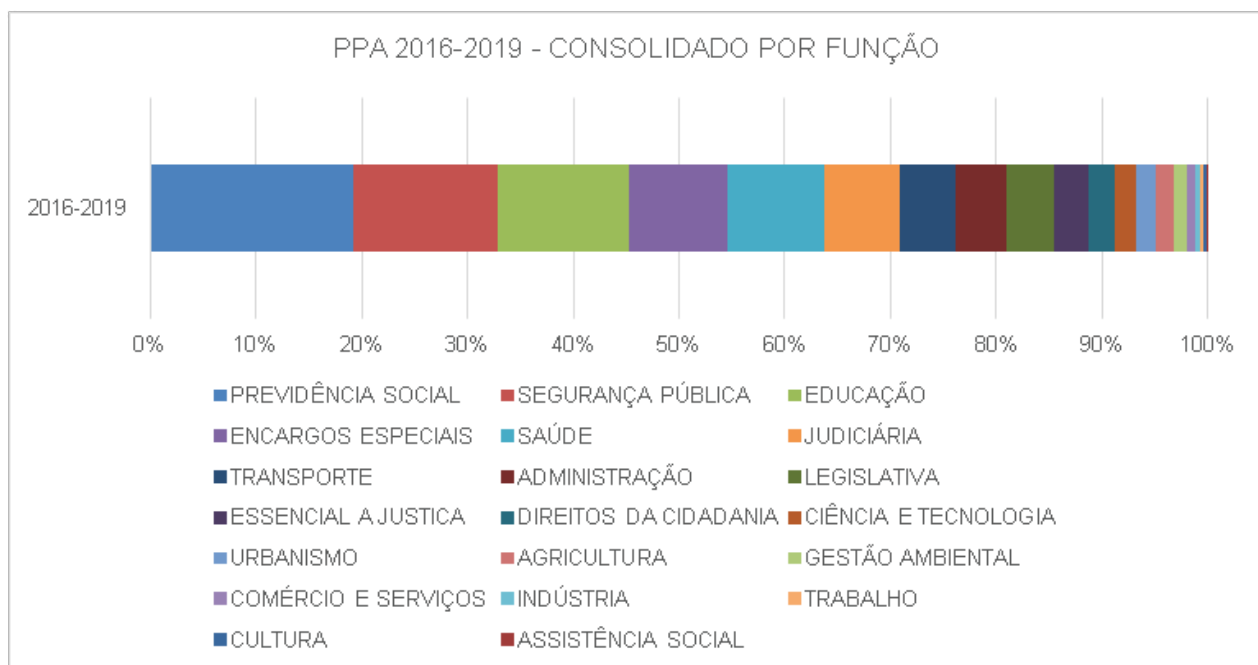
PPA 2016-2019 QUADRO CONSOLIDADO POR TIPO DE AÇÃO			
Ação	Valor (R\$)		
	2016	2017-2019	2016-2019
Projetos	2.719.660.208,71	5.249.927.210,74	7.969.587.419,45
Atividades	10.835.830.881,42	37.169.859.211,17	48.005.690.092,59
Operações Especiais	4.492.934.530,90	15.765.251.476,89	20.258.186.007,79
Total Geral	18.048.425.621,03	58.185.037.898,80	76.233.463.519,83

PPA 2016-2019 - CONSOLIDADO POR TIPO DE AÇÃO

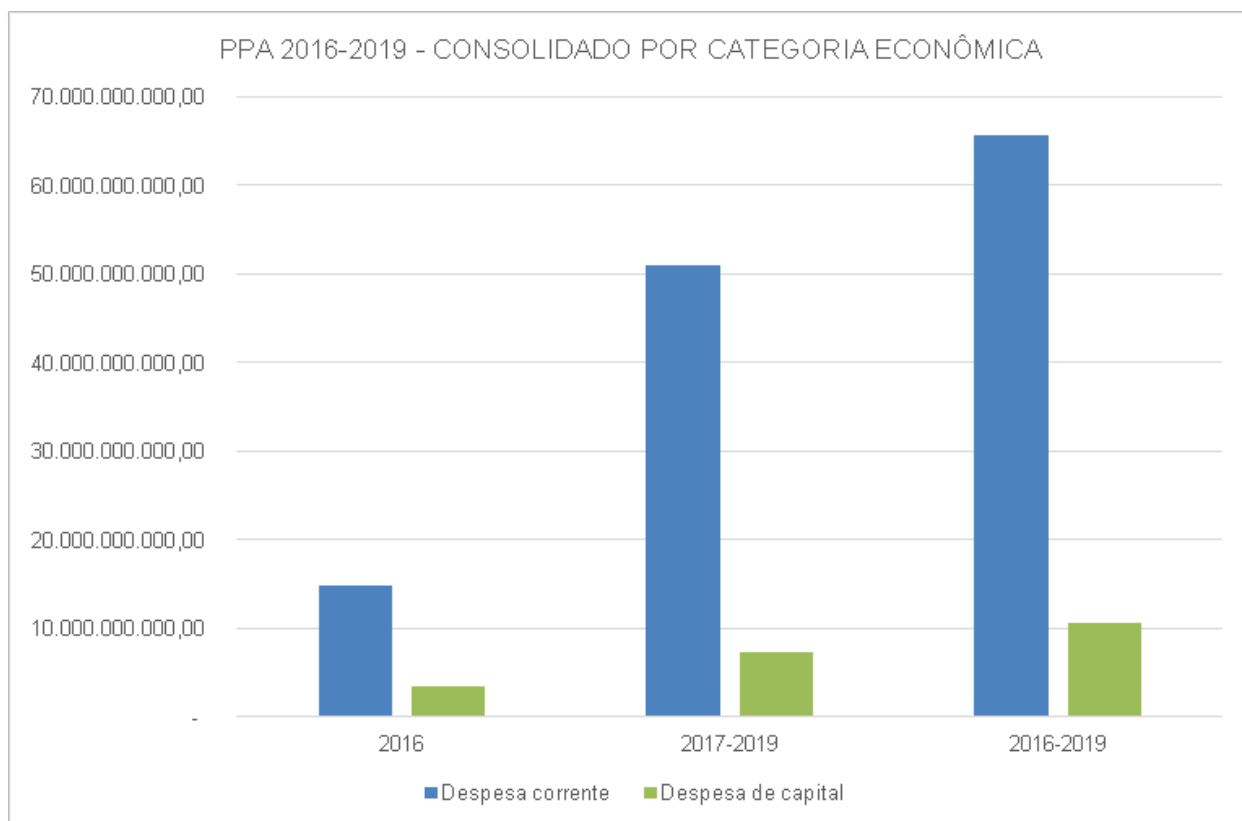
PPA 2016-2019
QUADRO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO

Função	Valor (R\$)		
	2016	2017-2019	2016-2019
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.163.925.578,83	11.466.826.457,00	14.630.752.035,83
SEGURANÇA PÚBLICA	2.355.833.318,65	8.003.733.572,34	10.359.566.890,99
EDUCAÇÃO	2.220.255.870,23	7.155.962.411,86	9.376.218.282,09
ENCARGOS ESPECIAIS	1.459.835.255,39	5.644.317.565,19	7.104.152.820,58
SAÚDE	1.722.116.163,95	5.195.003.734,94	6.917.119.898,89
JUDICIÁRIA	1.194.279.418,56	4.177.356.387,70	5.371.635.806,26
TRANSPORTE	1.539.665.741,71	2.483.996.568,05	4.023.662.309,76
ADMINISTRAÇÃO	802.545.440,75	2.843.554.854,55	3.646.100.295,30
LEGISLATIVA	707.682.731,95	2.710.580.023,97	3.418.262.755,92
ESSENCIAL A JUSTICA	547.497.254,68	1.925.611.447,51	2.473.108.702,19
DIREITOS DA CIDADANIA	425.818.252,63	1.409.343.019,76	1.835.161.272,39
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	542.170.996,83	1.002.329.850,02	1.544.500.846,85
URBANISMO	318.380.114,95	1.118.207.340,74	1.436.587.455,69
AGRICULTURA	327.537.580,89	1.028.237.135,21	1.355.774.716,10
GESTÃO AMBIENTAL	211.478.826,68	670.109.629,23	881.588.455,91

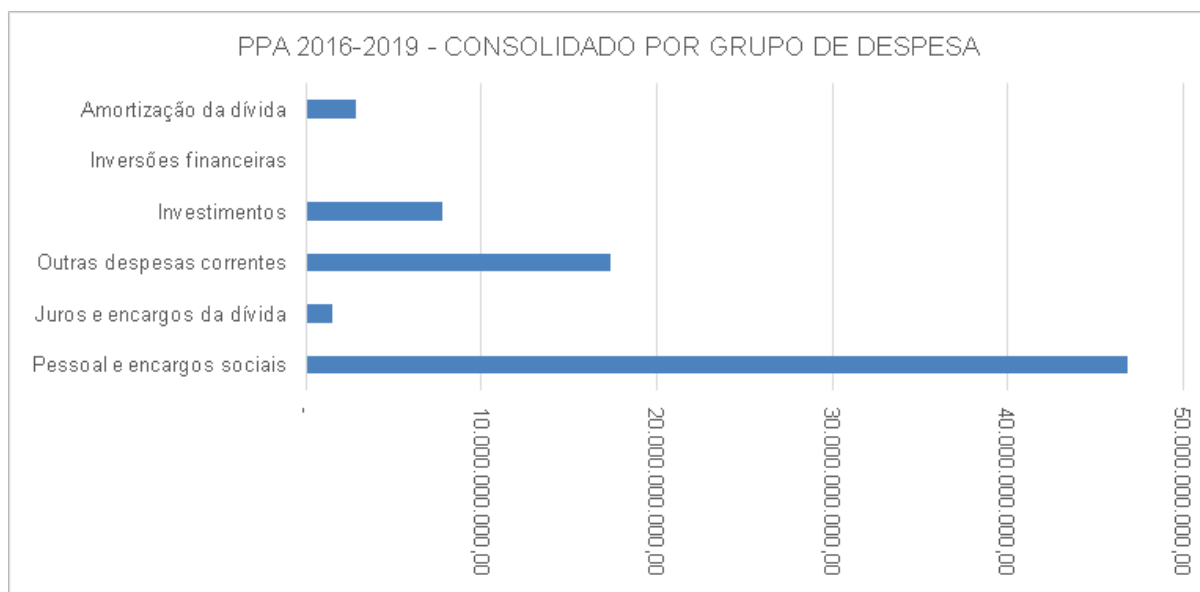
COMÉRCIO E SERVIÇOS	208.086.778,91	343.812.001,15	551.898.780,06
INDÚSTRIA	83.479.125,77	299.571.969,03	383.051.094,80
TRABALHO	61.831.982,33	215.540.705,38	277.372.687,71
CULTURA	39.667.690,07	125.011.017,53	164.678.707,60
ASSISTÊNCIA SOCIAL	32.734.873,61	124.841.994,15	157.576.867,76
DESPORTO E LAZER	32.065.619,12	110.786.614,48	142.852.233,60
COMUNICAÇÕES	30.380.296,02	110.645.845,39	141.026.141,41
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	19.967.780,27	17.883.123,66	37.850.903,93
SANEAMENTO	1.188.928,25	1.774.629,96	2.963.558,21
Total Geral	18.048.425.621,03	58.185.037.898,80	76.233.463.519,83



PPA 2016-2019			
QUADRO CONSOLIDADO POR CATEGORIA ECONÔMICA			
Categoria Econômica	Valor (R\$)		
	2016	2017-2019	2016-2019
Despesa corrente	14.718.045.704,62	50.960.359.965,85	65.678.405.670,47
Despesa de capital	3.330.379.916,41	7.224.677.932,95	10.555.057.849,36
Total Geral	18.048.425.621,03	58.185.037.898,80	76.233.463.519,83



PPA 2016-2019			
QUADRO CONSOLIDADO POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA			
Categoria / Grupo de Despesa	Valor (R\$)		
	2016	2017-2019	2016-2019
Despesa Corrente	14.711.918.428,20	50.960.359.965,85	65.672.278.394,05
Pessoal e encargos sociais	10.450.841.437,16	36.370.554.788,54	46.821.396.225,70
Juros e encargos da dívida	345.545.024,57	1.137.166.587,62	1.482.711.612,19
Outras despesas correntes	3.915.531.966,47	13.452.638.589,69	17.368.170.556,16
Despesa de Capital	3.336.507.192,83	7.224.677.932,95	10.561.185.125,78
Investimentos	2.678.279.360,13	5.070.309.079,73	7.748.588.439,86
Inversões financeiras	1.530.965,29	15.714.652,61	17.245.617,90
Amortização da dívida	656.696.867,41	2.138.654.200,61	2.795.351.068,02
Total Geral	18.048.425.621,03	58.185.037.898,80	76.233.463.519,83



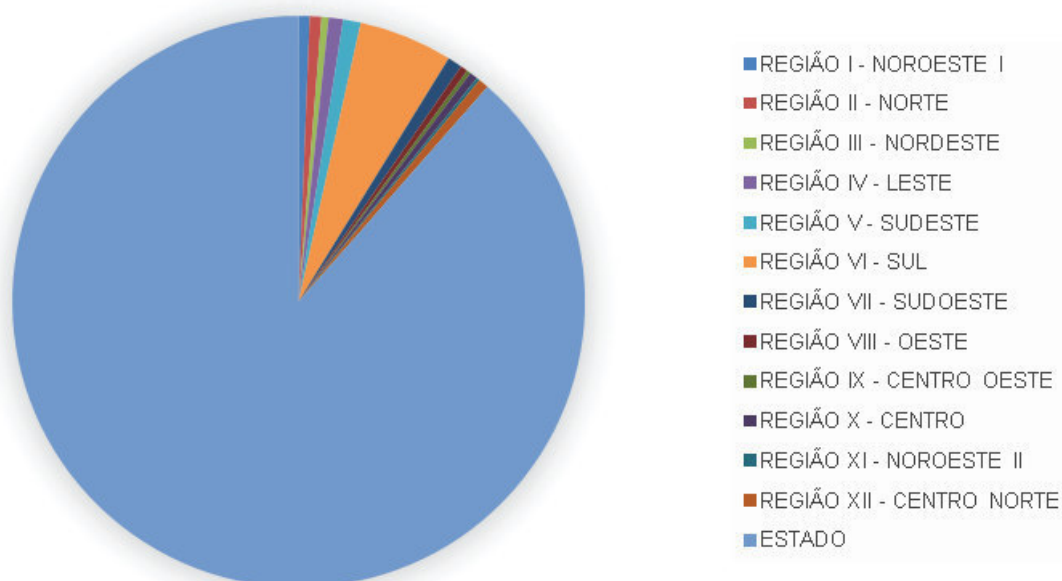
PPA 2016-2019				
QUADRO CONSOLIDADO POR FONTE DE RECURSOS				
Fonte		Valor (R\$)		
		2016	2017-2019	2016-2019
100	Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	6.521.468.999,57	23.431.375.732,76	29.952.844.732,33
101	Recursos de Incentivos Concedidos Relativos à Indústria, Comércio e Correlatos	121.031.044,94	435.283.752,77	556.314.797,71
103	Recursos Destinados ao Fundo Partilhado de Investimentos Sociais - FUPIS	5.850.906,78	23.523.587,07	29.374.493,85
104	Recursos Destinados ao Fundo de Fomento à Cultura	13.963.404,20	49.690.908,69	63.654.312,89
105	Recursos Destinados a Incentivos Concedidos na Agricultura	1.014.462,21	3.563.767,93	4.578.230,14
106	Recursos destinados ao Fundo de Gestão Fazendária - FUNGEFAZ	155.565.530,26	560.865.969,20	716.431.499,46
107	Recursos Destinados ao Fomento do Desporto	3.493.078,01	12.275.561,76	15.768.639,77
108	Recursos de Alienação de Bens - Administração Direta	975.222,62	3.235.175,45	4.210.398,07
109	Compensação Financeira Proveniente da Exploração Mineral, Recursos Hídricos e Petróleo	22.766.383,40	76.679.227,59	99.445.610,99
110	Recursos da Contribuição ao Salário Educação	92.635.705,81	281.876.674,37	374.512.380,18
111	Contribuição da Intervenção no Domínio Econômico-CIDE, Destinado ao Desenvolvimento Rodoviário	34.783.528,68	86.542.407,22	121.325.935,90

112	Recursos para Apoio das Ações e Serviços de Saúde	271.509.700,39	890.671.841,67	1.162.181.542,06
115	Recursos de Contribuição para a Seguridade Social de Outros Poderes	160.929.968,07	547.777.699,38	708.707.667,45
120	Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	646.074.215,47	2.312.316.674,77	2.958.390.890,24
122	Recursos do Fundo de Manutenção e Des. do Ensino Fundamental e Val. do Magistério - FUNDEB	1.338.615.215,54	5.338.103.788,90	6.676.719.004,44
131	Recursos Destinados ao Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	353.393.384,18	1.376.289.734,64	1.729.683.118,82
134	Recursos destinados ao Desenvolvimento das Ações de Saúde	1.164.144.387,33	4.215.741.490,37	5.379.885.877,70
144	Recursos provenientes da inscrição de concursos públicos na administração direta e indireta do Estado	794.837,59	2.812.041,21	3.606.878,80
145	Recursos destinados à Pesquisa Científica e ao Ensino Profissional	72.958.352,36	268.230.579,64	341.188.932,00
151	Recursos de Operações de Crédito da Administração Direta.	958.052.312,37	377.593.194,96	1.335.645.507,33
161	Recursos de Convênios com Outra Esfera de Governo e ONGs firmados pela Adm. Direta	243.418.342,75	337.654.032,50	581.072.375,25
169	Recurso de Outras Transferências da União - Administração Direta	43.353.504,95	107.267.922,95	150.621.427,90
172	Recursos destinados ao Fundo de Erradicação da Pobreza	74.273.841,71	268.961.204,58	343.235.046,29
173	Fundo de Desenvolvimento Sócio-Cultural-Desportivo-Tecnológico	19.658.907,72	65.298.493,48	84.957.401,20
199	Recursos destinados ao Pagamento da Dívida Pública Estadual	266.273.349,31	985.274.617,88	1.251.547.967,19
201	Recursos Destinados ao Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Tribunal de Contas	2.280.000,00	7.993.935,36	10.273.935,36
205	Recursos destinados ao Fundos Estadual sobre Drogas	130,80	417,00	547,80
206	Recursos Destinados ao Fundo de Apoio aos Serviços Jurídicos - FUNJUS	15.987.634,66	57.475.189,75	73.462.824,41
208	Recursos de Alienação de Bens - Administração Indireta	2.447.021,00	8.632.158,47	11.079.179,47
214	Recursos Provenientes da Arrecadação de Multas do Sistema RENAINF	3.974.425,99	15.780.055,00	19.754.480,99
240	Recursos Próprios	767.324.916,40	2.663.802.538,00	3.431.127.454,40
242	Recursos Próprios do DETRAN compartilhados com o FESP	362.817.475,62	1.289.784.472,05	1.652.601.947,67

243	Recursos Próprios do MT-GÁS Compartilhados com a AGER	3.367.517,39	11.969.043,07	15.336.560,46
244	Recursos Próprios da SEDRAF Compartilhados com a SEMA	1.115.668,72	3.912.592,44	5.028.261,16
245	Recursos Próprios Compartilhados pela EMPAER e SEMA	672.722,77	2.293.046,50	2.965.769,27
247	Recursos destinados ao Fundo Penitenciário de Mato Grosso	109.540,28	387.619,91	497.160,19
248	Recursos Próprios Compartilhados pela SESP e SEJUDH	104.183.406,33	370.183.688,91	474.367.095,24
249	Recursos da Taxa de Segurança Pública e da Taxa de Segurança contra Incêndio	37.592.030,68	133.611.750,55	171.203.781,23
250	Recursos de Contribuição dos Órgãos e Servidores para a Previdência Social	2.314.949.569,67	8.366.720.879,42	10.681.670.449,09
262	Recursos de Convênios com Outra Esfera de Governo e ONGs firmados pela Adm. Indireta	48.453.335,68	144.749.129,77	193.202.465,45
264	Recursos de Convênios firmados com Instituições Privadas	2.237.500,00	2.338.187,50	4.575.687,50
268	Recursos de Outras Transferências da União - Administração Indireta	1.816.920,00	5.614.282,80	7.431.202,80
555	Recursos a Contratar	1.792.097.218,82	3.040.882.830,56	4.832.980.049,38
Total Geral		18.048.425.621,03	58.185.037.898,80	76.233.463.519,83

PPA 2016-2019 QUADRO CONSOLIDADO POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO				
Região de Planejamento		Valor (R\$)		
		2.016,00	2017-2019	2016-2019
100	REGIÃO I - NOROESTE I	147.953.971,79	320.939.535,55	468.893.507,34
200	REGIÃO II - NORTE	201.422.410,32	302.808.659,41	504.231.069,73
300	REGIÃO III - NORDESTE	122.852.327,80	184.976.561,85	307.828.889,65
400	REGIÃO IV - LESTE	351.870.222,28	274.064.897,77	625.935.120,05
500	REGIÃO V - SUDESTE	294.676.270,56	461.995.902,74	756.672.173,30
600	REGIÃO VI - SUL	1.163.411.212,50	2.885.514.667,45	4.048.925.879,95
700	REGIÃO VII - SUDOESTE	207.346.532,92	423.664.415,67	631.010.948,59
800	REGIÃO VIII - OESTE	104.175.770,97	206.874.578,78	311.050.349,75
900	REGIÃO IX - CENTRO OESTE	52.568.125,41	113.984.071,32	166.552.196,73
1000	REGIÃO X - CENTRO	94.594.591,47	257.088.449,96	351.683.041,43
1100	REGIÃO XI - NOROESTE II	34.666.939,68	104.194.890,07	138.861.829,75
1200	REGIÃO XII - CENTRO NORTE	115.068.148,56	325.265.658,76	440.333.807,32
9900	ESTADO	15.157.819.096,77	52.323.665.609,47	67.481.484.706,24
Total Geral		18.048.425.621,03	58.185.037.898,80	76.233.463.519,83

PPA 2016-2019 - CONSOLIDADO POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO



PPA 2016-2019					
QUADRO CONSOLIDADO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA					
Unidade Orçamentária		Valor (R\$)			
		2016	2017-2019	2016-2019	
01101	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO	423.411.830,38	1.498.081.630,34	1.921.493.460,72	
01302	DIRETORIA GESTORA DO EXTINTO FUNDO DE ASSISTÊNCIA PARLAMENTAR	20.108.830,74	63.575.042,41	83.683.873,15	
01303	INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO	17.134.056,17	56.120.303,79	73.254.359,96	
02101	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO	344.085.899,36	1.211.839.360,06	1.555.925.259,42	
03101	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO	1.103.365.885,75	3.866.778.327,40	4.970.144.213,15	
03601	FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO	247.392.760,36	842.166.827,37	1.089.559.587,73	
04101	CASA CIVIL	27.121.810,84	105.892.989,33	133.014.800,17	

04104	GABINETE DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	10.868.276,17	62.722.232,89	73.590.509,06
04105	GABINETE DE GOVERNO	3.788.435,58	14.100.000,00	17.888.435,58
04106	GABINETE DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	3.810.819,91	13.082.990,13	16.893.810,04
04107	GABINETE DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO	3.136.597,65	8.637.792,96	11.774.390,61
04301	AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO	16.239.974,86	55.559.725,53	71.799.700,39
04303	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ-AGEM/VRC	2.010.189,92	7.001.066,93	9.011.256,85
04304	INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO	21.007.850,27	69.890.326,60	90.898.176,87
05101	CASA MILITAR	16.312.972,87	55.694.021,66	72.006.994,53
06101	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	31.757.885,89	97.788.806,37	129.546.692,26
07101	GABINETE DA VICE GOVERNADORIA	3.239.369,81	10.729.625,97	13.968.995,78
08101	PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	434.716.736,32	1.526.632.590,99	1.961.349.327,31
08601	FUNDO DE APOIO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO	400.835,35	1.292.077,11	1.692.912,46
09101	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	182.512.122,76	607.014.770,91	789.526.893,67
10101	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO	170.230.936,12	601.515.307,79	771.746.243,91
11101	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO	78.051.837,39	263.714.386,16	341.766.223,55
11303	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO	66.043.851,87	234.337.879,24	300.381.731,11
11305	MATO GROSSO PREVIDÊNCIA	2.322.211.810,15	8.391.074.960,61	10.713.286.770,76
11601	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PESSOAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	22.200.720,28	78.888.989,57	101.089.709,85
12101	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	23.123.857,80	57.686.403,50	80.810.261,30
12401	EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL	107.704.683,56	342.458.201,93	450.162.885,49
12502	CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO	1.678.222,57	5.855.951,81	7.534.174,38

13101	GABINETE DE COMUNICAÇÃO	30.395.296,02	117.256.880,47	147.652.176,49
14101	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	2.497.665.760,53	8.399.634.478,28	10.897.300.238,81
16101	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	523.108.039,36	1.816.618.531,92	2.339.726.571,28
17101	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	142.142.043,62	115.759.397,55	257.901.441,17
17301	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	14.004.385,53	48.400.424,49	62.404.810,02
17302	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE MATO GROSSO	28.500.000,00	105.000.000,00	133.500.000,00
17303	INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO	149.529.942,22	509.309.022,24	658.838.964,46
17501	COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE MINERAÇÃO	30.645.852,89	99.299.476,05	129.945.328,94
17502	COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS	8.837.378,52	29.039.505,56	37.876.884,08
17601	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL	69.821.016,84	253.625.390,43	323.446.407,27
18101	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	417.532.109,60	1.398.979.343,10	1.816.511.452,70
18201	FUNDAÇÃO NOVA CHANCE	2.249.865,08	7.739.801,73	9.989.666,81
18601	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	3.910.021,69	13.902.817,74	17.812.839,43
19101	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.305.904.681,05	7.805.994.134,71	10.111.898.815,76
19301	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	201.009.207,84	711.615.420,73	912.624.628,57
20101	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO	78.664.075,88	253.397.596,75	332.061.672,63
20401	CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO	145.297.488,79	584.454.911,70	729.752.400,49
20501	MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.	3.544.770,74	11.449.015,14	14.993.785,88
21601	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	1.750.672.293,51	5.137.834.769,44	6.888.507.062,95
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	74.267.759,07	280.797.703,89	355.065.462,96
22603	FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLÊSCENCIA	81.153,65	269.435,99	350.589,64
22607	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	23.340.363,68	74.383.801,44	97.724.165,12
23101	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	41.038.649,13	128.172.315,15	169.210.964,28

23601	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO	31.844.287,35	111.679.782,14	143.524.069,49
25101	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	1.547.525.482,19	2.500.126.730,57	4.047.652.212,76
26101	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	69.293.536,98	237.078.382,21	306.371.919,19
26201	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	302.030.030,56	1.108.728.183,78	1.410.758.214,34
26202	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MATO GROSSO	54.479.325,18	193.951.289,82	248.430.615,00
27101	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	212.150.929,55	671.249.201,56	883.400.131,11
28101	SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES	369.069.150,78	1.259.940.448,93	1.629.009.599,71
28501	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO-SANEMAT	16.976.138,01	55.060.513,36	72.036.651,37
30101	RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEGES	53.277.840,77	174.700.449,59	227.978.290,36
30102	RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEFAZ	1.145.947.683,72	3.819.456.152,98	4.965.403.836,70
Total Geral		18.048.425.621,03	58.185.037.898,80	76.233.463.519,83

Anexo II – Programas Finalísticos e de Gestão,
Manutenção e Serviços ao Estado para o
quadriênio de 2016-2019

PPA

2016 – 2019

TRANSFORMA
M A T O G R O S S O

SEPLAN
SECRETARIA DE
ESTADO DE
PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO							
Gestão Eficiente, Transparente e Integrada							
Diretriz		Resultados Estratégicos Esperados			Início PPA	Final PPA	
Promover com rigor o enfrentamento à corrupção		Taxa de redução do número de registros de atos e práticas ilícitas			10	40	
Órgãos Participantes do Resultado:	04107 - GABINETE DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO						
	06101 - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO						
	08101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA						
Programa:	355 - Transparência, Prevenção e Combate à Corrupção						
Objetivo do Programa:	Enfrentar com rigor a corrupção na administração pública estadual						
Público Alvo:	Administração Pública e sociedade em geral						
Unidade Responsável:	4107 - GABINETE DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Índice de Transparência(Percentual)		7.6	8	Recursos Orçamentários	1.752.800,00	3.666.400,00	5.419.200,00
Escala Brasil Transparente(Índice)		8.33	10	Despesas Correntes	1.602.800,00	3.666.400,00	5.269.200,00
Taxa de redução do número de registros de atos e práticas ilícitas(Percentual)		10	40	Despesas de Capital	150.000,00	0,00	150.000,00
				Recursos a Contratar	21.600,00	732.800,00	754.400,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
4107 - GABINETE DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
3043 - Elaboração da política estadual de transparência e combate à corrupção	Política estadual TCC elaborada	Unidade	ESTADO	1	0	1	
3060 - Implementação da legislação na área da transparência e combate à corrupção	Legislação implementada	Percentual	ESTADO	100	100	100	
3063 - Realização e participação de eventos de educação e conscientização para prevenção e combate à corrupção	Evento realizado	Percentual	ESTADO	100	100	100	
3071 - Realização da semana internacional de combate à corrupção	Evento realizado	Unidade	ESTADO	1	3	4	
3078 - Realização de eventos para a promoção da ética	Evento realizado	Unidade	ESTADO	6	18	24	
3079 - Realização de pesquisa de percepção da corrupção	Pesquisa realizada	Unidade	ESTADO	1	3	4	
3080 - Ampliação da Participação e Controle Social	Canal estruturado	Percentual	REGIÃO VI - SUL	5	0	5	
			ESTADO	20	75	95	
3081 - Implementação da lei de acesso à informação - LAI	Lei de acesso à informação implementada	Percentual	ESTADO	50	100	100	
Programa:	360 - Controle Interno na Prevenção e Combate à Corrupção						
Objetivo do Programa:	Fortalecer as ações de controle interno voltadas à prevenção e combate à corrupção						
Público Alvo:	Servidores públicos, fornecedores, órgãos e entidades públicas e privadas e a sociedade						
Unidade Responsável:	6101 - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de penalidades com aplicação efetiva(Percentual)		20	50	Recursos Orçamentários	0,00	0,00	0,00
				Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
				Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
				Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
6101 - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
3195 - Ampliação da parceria com outros Poderes e entidades para o combate à corrupção	Parceria formalizada	Unidade	REGIÃO VI - SUL	6	3	3	
3196 - Fomento do controle social no combate à corrupção	Orientação realizada	Unidade	REGIÃO VI - SUL	3	3	3	

3197 - Implantação de mecanismo para o acompanhamento da evolução patrimonial dos agentes públicos		Sistema elaborado	Unidade	REGIÃO VI - SUL	0	1	1	
3199 - Intensificação da apuração dos desvios de conduta de servidores e fornecedores		Processo instaurado	Unidade	REGIÃO VI - SUL	20	20	20	
Programa:		374 - Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público						
Objetivo do Programa:		Defender a probidade administrativa e o patrimônio público						
Público Alvo:		Sociedade mato-grossense						
Unidade Responsável:		8101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA						
Resultados Pactuados			Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Índice de Interatividade Social em Procedimentos Investigatórios(Percentual)			35.2	37	Recursos Orçamentários	150.000,00	450.000,00	600.000,00
Número de medidas extrajudiciais e judiciais(Unidade)			6.25	25	Despesas Correntes	150.000,00	450.000,00	600.000,00
Índice de resolutividade de inquéritos civis e procedimentos preparatórios(Percentual)			6.25	25	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
					Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA								
8101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA								
Ação		Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
3332 - Transparência na administração pública		Medida ministerial adotada	Percentual	ESTADO	6.25	25	25	
3333 - Promoção da defesa da probidade administrativa e do patrimônio público		Medida ministerial adotada	Percentual	ESTADO	12.5	50	50	
4313 - Eficiência na defesa da probidade administrativa e do patrimônio público		Procedimento concluído	Percentual	ESTADO	6.25	25	25	

Diretriz		Resultados Estratégicos Esperados			Início PPA		Final PPA	
Assegurar um governo transparente e acessível para o cidadão		Escala Brasil Transparente			8.33		10	
		Índice de Transparência			7.6		8	
Órgãos Participantes do Resultado:		06101 - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO						
Programa:		362 - Governo Transparente, Sociedade Participativa						
Objetivo do Programa:		Aumentar a transparência e a acessibilidade do cidadão ao Governo						
Público Alvo:		Sociedade, entidades privadas sem fins lucrativos, órgãos e entidades públicas						
Unidade Responsável:		6101 - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO						
Resultados Pactuados			Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de informações passivas atendidas em até 20 dias corridos(Percentual)			86	90	Recursos Orçamentários	20.502,83	68.652,09	89.154,92
Percentual de demandas da ouvidoria atendidas em até 15 dias corridos.(Percentual)			86	90	Despesas Correntes	20.502,83	68.652,09	89.154,92
Taxa de registros de participações no Fale Cidadão(Percentual)			10	25	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
					Recursos a Contratar	50.000,00	50.000,00	100.000,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA								
6101 - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO								
Ação		Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
3216 - Modernização da Rede de Ouvidoria		Produto de ouvidoria modernizado	Unidade	REGIÃO VI - SUL	3	5	5	
3217 - Ampliação da disponibilização de informações à sociedade		Informação disponibilizada	Percentual	REGIÃO VI - SUL	50	95	95	
3218 - Modernização do sistema Fale Cidadão		Funcionalidade entregue	Unidade	REGIÃO VI - SUL	1	1	1	

Diretriz		Resultados Estratégicos Esperados			Início PPA		Final PPA	
Elevar o desempenho dos Órgãos e Entidades do Governo Estadual na prestação de serviços públicos ao cidadão.		Perc. de ações prioritárias do Poder Exec. que tiveram execução da meta física superior a 80%			34		80	
		Perc. de ações prioritárias do Poder Exec. que tiveram execução da meta orçamentária superior a 80%			34		80	

Órgãos Participantes do Resultado:	01101 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO						
	02101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO						
	03601 - FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO						
	04101 - CASA CIVIL						
	04304 - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO						
	06101 - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO						
	08101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA						
	09101 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO						
	11101 - SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO						
	11601 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PESSOAL DO ESTADO DE MATO GROSSO						
	18601 - FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR						
	20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO						
	20401 - CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO						
	27101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE						
Programa:	146 - Fiscalização da Gestão dos Recursos Públicos						
Objetivo do Programa:	Promover ações de orientação, de fiscalização e de controle da aplicação dos recursos públicos em favor dos fiscalizados.						
Público Alvo:	Governo e Sociedade						
Unidade Responsável:	2101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa de incentivo ao controle social(Percentual)		4.54	4.97	Recursos Orçamentários	88.493.128,46	315.553.979,69	404.047.108,15
Nível de satisfação dos fiscalizados (Percentual)		73	73	Despesas Correntes	88.493.128,46	315.553.979,69	404.047.108,15
Nível de satisfação da sociedade(Percentual)		60	60	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Percentual de pareceres prévios e acórdãos sobre contas anuais emitidos (Percentual)		100	100	Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
2101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2002 - Fiscalização e Controle da Arrecadação e Aplicação dos Recursos Públicos	Fiscalizado orientado e auditado	Unidade	ESTADO	530	530	530	
2053 - Aperfeiçoamento do Sistema de Controle Externo	Procedimentos do controle externo sistematizados e integrados	Percentual	REGIÃO VI - SUL	100	100	100	
4221 - Gestão de Tecnologia de Informação	Sistema e infraestrutura de TI disponibilizado	Percentual	REGIÃO VI - SUL	100	100	100	
4227 - Orientação e Capacitação de Integrantes de Unidade Gestora	Integrante da unidade gestora orientado e capacitado	Unidade	REGIÃO VI - SUL	3500	3500	3500	
4228 - Incentivos ao Controle Social	Controle social estimulado	Índice	REGIÃO VI - SUL	4.54	14.63	19.17	
4366 - Aperfeiçoamento da Gestao do TCE-MT	Modelo de gestão implementado	Percentual	REGIÃO VI - SUL	25	75	100	
4368 - Gestão do Desenvolvimento da Valorização de Pessoas	Servidor atendido	Unidade	REGIÃO VI - SUL	500	500	500	
Programa:	264 - Desenvolvimento Institucional						
Objetivo do Programa:	Melhorar a prestação de serviços públicos						
Público Alvo:	Sociedade mato-grossense						
Unidade Responsável:	8101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Índice de Manifestação técnica emitida(Unidade)		567	606	Recursos Orçamentários	28.944.001,30	115.618.623,98	144.562.625,28
Índice de integrantes capacitados(Percentual)		45	50	Despesas Correntes	4.974.900,00	27.246.623,98	32.221.523,98
Índice de capacidade governança de TI(Percentual)		0.25	0.5	Despesas de Capital	23.969.101,30	88.372.000,00	112.341.101,30
Taxa de Resolutividade(Percentual)		52.5	60	Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00

Número de unidades administrativa construída ou ampliada(Unidade)		16	53				
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
8101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2503 - Apoio técnico e pericial aos órgãos de execução do Ministério Público	Manifestação técnica emitida	Unidade	ESTADO	567	1773	2340	
3522 - Apoio às ações do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado	Medida ministerial adotada	Percentual	ESTADO	52.5	60	60	
3547 - Gestão da tecnologia da informação	Governança de TI implementada	Percentual	ESTADO	.25	0.5	0.5	
3549 - Implantação e implementação das unidades do Ministério Público em MT	Unidade administrativa construída ou ampliada	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	0	2	2	
			REGIÃO II - NORTE	0	3	3	
			REGIÃO III - NORDESTE	0	5	5	
			REGIÃO IV - LESTE	1	1	2	
			REGIÃO V - SUDESTE	3	5	8	
			REGIÃO VI - SUL	6	7	13	
			REGIÃO VII - SUDOESTE	4	5	9	
			REGIÃO VIII - OESTE	1	2	3	
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	1	1	
			REGIÃO X - CENTRO	0	4	4	
			REGIÃO XI - NOROESTE II	0	1	1	
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	1	1	2	
3560 - Capacitação e aperfeiçoamento funcional	Capacitação realizada	Percentual	ESTADO	45	50	50	
8601 - FUNDO DE APOIO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
3560 - Capacitação e aperfeiçoamento funcional	Capacitação realizada	Percentual	ESTADO	2	2	2	
Programa:	282 - Valorização do Colaborador ALMT						
Objetivo do Programa:	Criar oportunidades de crescimento profissional e pessoal dos deputados e dos colaboradores da ALMT.						
Público Alvo:	Servidores do legislativo						
Unidade Responsável:	1101 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Índice de clima organizacional (Percentual)		35	50	Recursos Orçamentários	5.983.116,00	59.994.922,45	65.978.038,45
				Despesas Correntes	5.983.116,00	59.994.922,45	65.978.038,45
				Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
				Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
1101 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2272 - Qualificação e aperfeiçoamento profissional de deputados e colaboradores	Servidor qualificado	Percentual	ESTADO	100	100	100	
2273 - Implantação de benefícios ao servidor	Benefício implantado	Unidade	ESTADO	2	6	8	
2274 - Desenvolvimento da qualidade de vida no trabalho	Servidor atendido	Unidade	ESTADO	2024	2024	2024	
3282 - Implementação da gestão por competência	Gestão implementada	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3283 - Reestruturação do plano de cargos, carreira e salários	PCCS reestruturado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
Programa:	354 - Programa Estadual de Articulação Política						

Objetivo do Programa:	Promover articulação política para garantir a efetividade das ações governamentais.						
Público Alvo:	Estado						
Unidade Responsável:	4101 - CASA CIVIL						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Indicador em construção(Em construção)		0	0	Recursos Orçamentários	4.612.690,74	25.832.224,36	30.444.915,10
				Despesas Correntes	4.061.395,07	19.663.535,76	23.724.930,83
				Despesas de Capital	551.295,67	6.168.688,60	6.719.984,27
				Recursos a Contratar	1.645.999,06	6.447.997,18	8.093.996,24
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
4101 - CASA CIVIL							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2081 - Manutenção do Escritório de Representação do Estado de Mato Grosso em São Paulo	Escritório mantido	Percentual	ESTADO	100	100	100	
2136 - Manutenção do Escritório de Representação do Estado de Mato Grosso em Brasília ERMAT	Escritório mantido	Percentual	ESTADO	100	100	100	
3086 - Articulação com o público externo	Interlocução implementada	Percentual	ESTADO	100	100	100	
3089 - Articulação institucional para povos indígenas	Articulação realizada	Percentual	ESTADO	100	100	100	
3090 - Articulação institucional para pessoas com deficiência	Articulação realizada	Percentual	ESTADO	100	100	100	
3091 - Integração das ações entre órgãos e entidades de Governo	Ação integrada	Percentual	ESTADO	100	100	100	
3950 - Valorização profissional e qualidade de vida	Pessoa atendida	Unidade	ESTADO	100	100	100	
4105 - GABINETE DE GOVERNO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2568 - Realização de ações de apoio ao governador do Estado	Ações realizadas	Percentual	ESTADO	100	100	100	
3087 - Ampliação da estrutura física do Palácio Paiaguás	Ampliação executada	Percentual	REGIÃO VI - SUL	100	100	100	
4106 - GABINETE DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
3130 - Captação de parcerias para realização de projetos estratégicos e prioritários do Estado de Mato Grosso	Parceria firmada	Unidade	ESTADO	5	25	30	
3131 - Realização de estudos e diagnósticos para o fomento de projetos estratégicos de alto impacto para a sociedade	Estudo realizado	Unidade	ESTADO	5	25	30	
7101 - GABINETE DA VICE GOVERNADORIA							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
3082 - Coordenação do Observatório de Gestão	Projeto Implementado	Percentual	ESTADO	100	100	100	
Programa:	356 - Governo Digital						
Objetivo do Programa:	Promover o aumento e a disponibilização de e-serviços através de meios eletrônicos para a sociedade						
Público Alvo:	Órgãos da Administração Pública Estadual						
Unidade Responsável:	20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa acumulada de acesso ao e-serviços(Percentual)		15	35	Recursos Orçamentários	8.612.976,34	79.326.999,35	87.939.975,69
Taxa acumulada de e-serviços (Percentual)		3.4	20.7	Despesas Correntes	8.562.976,34	79.176.999,35	87.739.975,69
				Despesas de Capital	50.000,00	150.000,00	200.000,00
				Recursos a Contratar	41.513.568,23	166.987.117,63	208.500.685,86
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
20401 - CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2031 - Desenvolvimento de Sistemas Estratégicos de Governo	Sistema disponibilizado	Percentual	ESTADO	33	67	100	

2046 - Manutenção da TI Corporativa do Estado		Ação mantida	Percentual	ESTADO	100	100	100
3052 - Implementação dos e-serviços		Serviço disponibilizado no portal do Estado	Unidade	ESTADO	5	25	30
3363 - Aperfeiçoamento dos mecanismos de Segurança da Informação no ambiente de TI		Sistema disponibilizado	Percentual	ESTADO	10	90	100
3364 - Implantação da Central Unificada de atendimento e suporte de TI		Central de atendimento disponibilizada	Percentual	ESTADO	100	100	100
3365 - Implantação do FIPLAN - GRP do Estado		Sistema FIPLAN-GRP implantado	Percentual	ESTADO	27	73	100
3366 - Reestruturação da infraestrutura corporativa de TI		Infraestrutura reestruturada	Percentual	ESTADO	100	100	100
3367 - Reestruturação da gestão e operação de TI do Poder Executivo		Sistema disponibilizado	Percentual	ESTADO	10	90	100
3368 - Reestruturação do ambiente tecnológico do Sistema de Informações Gerenciais		Informação gerencial e georreferenciada disponibilizada	Percentual	ESTADO	34	66	100
Programa:		357 - Modernização da Gestão do CEPROMAT					
Objetivo do Programa:		Implantar um modelo de Gestão Estratégica no sentido de financiar e integrar as ações de Tecnologia de Informação do Estado.					
Público Alvo:		Todos os órgãos da Administração Pública Estadual.					
Unidade Responsável:		20401 - CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO					
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de fluxos de processos implantados pelo CEPROMAT(Percentual)		100	100	Recursos Orçamentários	4.335.395,94	18.397.995,57	22.733.391,51
				Despesas Correntes	4.335.395,94	18.397.995,57	22.733.391,51
				Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
				Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
20401 - CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO							
Ação		Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2044 - Aperfeiçoamento dos Processos de Desenvolvimento de Software		Desenvolvimento de software aperfeiçoado	Unidade	ESTADO	3	9	12
2259 - Manutenção dos Benefícios adquiridos do Empregado Público.		Benefício Mantido	Percentual	ESTADO	100	100	100
3061 - Implantação da governança no CEPROMAT		Matriz de Negócio atualizada	Percentual	ESTADO	100	100	100
3362 - Fortalecimento dos processos de gestão		Diretriz implantada	Unidade	ESTADO	1	1	1
Programa:		361 - Fortalecimento dos Mecanismos de Controle do Poder Executivo					
Objetivo do Programa:		Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos por meio do fortalecimento dos seus mecanismos de controle.					
Público Alvo:		Servidores públicos, fornecedores, órgãos e entidades públicas e privadas e a sociedade					
Unidade Responsável:		6101 - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO					
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa de redução dos achados de auditoria por ponto de controle(Percentual)		10	10	Recursos Orçamentários	214.416,06	1.102.440,82	1.316.856,88
				Despesas Correntes	62.851,81	208.330,04	271.181,85
				Despesas de Capital	151.564,25	894.110,78	1.045.675,03
				Recursos a Contratar	2.591.435,75	600.000,00	3.191.435,75
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
6101 - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO							
Ação		Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
3200 - Ampliação do relacionamento com outras intituições		Parceria firmada	Unidade	REGIÃO VI - SUL	3	3	3
3202 - Aperfeiçoamento da gestão da CGE		Documento técnico elaborado	Unidade	REGIÃO VI - SUL	2	2	2
3203 - Aperfeiçoamento das atividades de orientação e prevenção de irregularidades		Produto de auditoria aperfeiçoado (parecer, relatório, orientação etc)	Unidade	REGIÃO VI - SUL	3	6	9
3204 - Aperfeiçoamento das ferramentas e sistemas de tecnologia da informação		Funcionalidade implantada	Unidade	REGIÃO VI - SUL	3	3	6

3205 - Aquisição de mobiliários, máquinas e equipamentos para a nova sede	Mobiliário adequado	Unidade	REGIÃO VI - SUL	75	75	75
3206 - Aumento da eficiência dos processos correicionais	Processo concluído	Percentual	REGIÃO VI - SUL	17	60	60
3207 - Consolidação do Sistema de Correição do Poder Executivo	Unidades reestruturadas	Percentual	REGIÃO VI - SUL	10	100	100
3208 - Construção da nova sede	Sede construída	Unidade	REGIÃO VI - SUL	1	0	1
3209 - Desenvolvimento do sistema informatizado de correição	Funcionalidade disponibilizada	Unidade	REGIÃO VI - SUL	2	2	4
3210 - Implementação das auditorias nos programas	Auditoria realizada	Unidade	REGIÃO VI - SUL	1	3	4
3211 - Intensificação das atividades das auditorias de conformidade de gestão	Auditoria de conformidade de gestão realizada	Percentual	REGIÃO VI - SUL	5	15	20
3212 - Intensificação das auditorias de economicidade e racionalização do gasto público	Auditoria realizada	Unidade	REGIÃO VI - SUL	6	8	8
3213 - Intensificação e aperfeiçoamento da avaliação dos controles	Subsistema avaliado	Unidade	REGIÃO VI - SUL	4.5	8	8
3214 - Aperfeiçoamento das ações de prevenção e orientação no controle disciplinar	Produto de corregedoria aperfeiçoado	Unidade	REGIÃO VI - SUL	5	15	20
3215 - Publicidade Institucional	Divulgação institucional realizada	Unidade	REGIÃO VI - SUL	271	271	271

Programa:	364 - Modernização da Procuradoria-Geral do Estado					
Objetivo do Programa:	Elevar a arrecadação da Dívida Ativa e modernizar as ações de defesa do Estado.					
Público Alvo:	Estado					
Unidade Responsável:	9101 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO					

Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa de Recuperação da Dívida Ativa (Percentual)	2.5	4	Recursos Orçamentários	6.200.000,00	21.837.402,11	28.037.402,11
			Despesas Correntes	950.000,00	5.278.856,11	6.228.856,11
			Despesas de Capital	5.250.000,00	16.558.546,00	21.808.546,00
			Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

9101 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
3222 - Ampliação, reforma e estruturação da sede da Procuradoria-Geral do Estado	Área ampliada	Metro quadrado	REGIÃO VI - SUL	3000	9125	12125
3223 - Capacitação de servidores e procuradores da PGE	Servidor/Procurador capacitado	Unidade	ESTADO	150	150	150
3224 - Implementação e Estruturação das Procuradorias Regionais do Estado de Mato Grosso	Procuradoria Regional instalada	Unidade	REGIÃO II - NORTE	1	1	1
			REGIÃO IV - LESTE	1	1	1
			REGIÃO V - SUDESTE	2	2	2
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1	1	1
			REGIÃO VIII - OESTE	1	1	1
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	1	1	1
3225 - Modernização Tecnológica dos Sistemas da Procuradoria-Geral do Estado	Sistema modernizado	Percentual	ESTADO	25	75	100
3359 - Implementação do projeto "Desenvolvimento Institucional da PGE"	Projeto Implementado	Unidade	ESTADO	1	0	1

Programa:	365 - Gestão de Pessoas para Resultados					
Objetivo do Programa:	Elevar o desempenho do Agente Público na prestação de serviços ao Cidadão.					
Público Alvo:	Agentes públicos estaduais.					
Unidade Responsável:	11601 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PESSOAL DO ESTADO DE MATO GROSSO					

Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de servidores capacitados pelas Escola de Governo(Percentual)	8	25	Recursos Orçamentários	7.635.997,59	25.718.130,41	33.354.128,00

Percentual de líderes capacitados pela Escola de Governo(Percentual)	17	42	Despesas Correntes	7.635.997,59	25.718.130,41	33.354.128,00
Índice de rotatividade global(Percentual)	4	3.6	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Taxa de Absenteísmo(Percentual)	4.2	3.6	Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
11601 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PESSOAL DO ESTADO DE MATO GROSSO						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2238 - Implementação da política de saúde, segurança e qualidade de vida do servidor	Política implementada	Percentual	ESTADO	20	80	100
2283 - Realização de concursos públicos	Concurso homologado	Unidade	ESTADO	3	8	11
3243 - Desenvolvimento de mecanismo para provimento de servidores	Mecanismo desenvolvido	Percentual	ESTADO	20	80	100
3244 - Preservação dos dados da vida funcional dos servidores ativos e inativos	Dado preservado	Percentual	ESTADO	20	80	100
3245 - Desenvolvimento de mecanismo para reestruturação das carreiras e sua movimentação	Mecanismo desenvolvido	Percentual	ESTADO	20	80	100
3246 - Desenvolvimento e socialização do conhecimento	Instrumento implementado	Percentual	ESTADO	20	80	100
3247 - Desenvolvimento de mecanismo para valorização do agente público	Mecanismo desenvolvido	Percentual	ESTADO	20	80	100
3248 - Capacitações técnicas e gerenciais dos servidores	Servidor capacitado	Unidade	ESTADO	5000	32000	37000
3249 - Implementação de novas modalidades de capacitação	Servidor capacitado	Unidade	ESTADO	500	12000	12500
3250 - Implementação do planejamento de quadro de pessoal	Órgão com quadro de pessoal planejado	Percentual	ESTADO	20	80	100
3251 - Reestruturação da Perícia Médica Estadual	Perícia médica reestruturada	Percentual	ESTADO	20	80	100
3252 - Reformulação do sistema de avaliação de desempenho de agentes públicos	Sistema reformulado	Percentual	ESTADO	20	80	100
3253 - Modernização do Sistema de Gestão de Pessoas	Sistema modernizado	Percentual	ESTADO	20	80	100
3254 - Ampliação do uso de sistema de gestão de assiduidade	Órgão com sistema implantado	Percentual	ESTADO	20	80	100
Programa:	366 - Gestão de Processos para Resultados					
Objetivo do Programa:	Elevar o desempenho dos processos de prestação de serviços públicos.					
Público Alvo:	Órgãos e Entidades estaduais					
Unidade Responsável:	11601 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PESSOAL DO ESTADO DE MATO GROSSO					
Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de órgãos, autarquias e fundações com a metodologia de gestão de processos implantada(Percentual)	10	40	Recursos Orçamentários	3.108.880,70	5.724.692,10	8.833.572,80
Taxa de congestionamento de processos (Percentual)	60	25	Despesas Correntes	3.108.880,70	5.724.692,10	8.833.572,80
			Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
			Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
11601 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PESSOAL DO ESTADO DE MATO GROSSO						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2240 - Preservação da memória do Estado de Mato Grosso	Documento disponibilizado	Percentual	ESTADO	31.5	68.5	100
3256 - Desenvolvimento de metodologia de avaliação da qualidade do atendimento dos serviços públicos	Metodologia desenvolvida	Percentual	ESTADO	0	100	100
3257 - Implementação de metodologia de definição de estrutura organizacional alinhada aos processos de trabalho	Metodologia implementada	Percentual	ESTADO	20	80	100
3258 - Implementação do sistema informatizado de gestão arquivística de documentos	Sistema implementado	Percentual	ESTADO	25	75	100
3259 - Institucionalização de normas e métodos para gestão de processos	Norma institucionalizada	Percentual	ESTADO	50	50	100
3260 - Institucionalização de procedimentos para gestão de	Procedimento institucionalizado	Percentual	ESTADO	33.33	66.67	100

documentos							
Programa:		367 - Gestão de Aquisições, Patrimônio e Serviços para Resultados					
Objetivo do Programa:		Elevar o desempenho da gestão de aquisições e patrimônio					
Público Alvo:		Órgãos e Entidades públicas estaduais					
Unidade Responsável:		11101 - SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO					
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de insucesso dos processos de aquisições governamentais(Percentual)		30	5	Recursos Orçamentários	10.530.682,96	34.972.242,58	45.502.925,54
Percentual de órgãos ou entidades com situação patrimonial regularizada no SIGPAT(Percentual)		30	100	Despesas Correntes	10.505.682,96	34.972.242,58	45.477.925,54
Percentual de órgãos ou entidades com controle de almoxarifado regularizado no SIGPAT(Percentual)		10	100	Despesas de Capital	25.000,00	0,00	25.000,00
Tempo médio para realização de licitação para Registro de Preços (Dia por processo)		100	67	Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
11101 - SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
3261 - Atualização do cadastro de imóveis	Cadastro atualizado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3262 - Implementação de normas e métodos para racionalização da destinação e uso de bens patrimoniais	Mecanismo implementado	Percentual	ESTADO	40	60	100	
3263 - Implementação de nova metodologia do sistema de aquisições governamentais	Metodologia implementada	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3264 - Implementação do Gerenciamento Matricial de Despesas de Custeio	Despesa de custeio reduzida	Percentual	ESTADO	7	11	18	
3265 - Instituição de método de fiscalização e monitoramento sistemático dos contratos de bens e serviços	Método instituído	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3266 - Modernização do Sistema de Gestão Patrimonial	Sistema modernizado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3267 - Modernização do Sistema de Aquisições Governamentais	Sistema modernizado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
11601 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PESSOAL DO ESTADO DE MATO GROSSO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
3268 - Aperfeiçoamento dos serviços da Imprensa Oficial	Serviço aperfeiçoado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
Programa:		368 - Planejar para Transformar					
Objetivo do Programa:		Elevar o desempenho dos órgãos e entidades da administração pública na prestação de serviços aos cidadão.					
Público Alvo:		Órgãos e entidades da administração pública estadual.					
Unidade Responsável:		20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO					
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de execução financeira das ações prioritárias do Governo de Mato Grosso(Percentual)		55	90	Recursos Orçamentários	2.474.099,27	7.267.796,36	9.741.895,63
Percentual de execução física das ações prioritárias do Governo de Mato Grosso(Percentual)		55	90	Despesas Correntes	2.256.099,27	6.845.821,36	9.101.920,63
				Despesas de Capital	218.000,00	421.975,00	639.975,00
				Recursos a Contratar	20.000.000,00	60.000.000,00	80.000.000,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2025 - Elaboração de estudos socioeconômicos, geográficos e cartográficos.	Diagnóstico/estudo elaborado (Anuário estatístico, Mato Grosso em números, Perfil municipal, Estu	Unidade	ESTADO	12	34	46	
2026 - Estruturação do gerenciamento dos projetos prioritários do Governo.	Projeto prioritário gerenciado	Unidade	ESTADO	20	30	30	
2027 - Organização dos estudos, publicações e acervo	Biblioteca virtual implantada	Unidade	ESTADO	1	1	1	

bibliográfico da Seplan.							
2028 - Reestruturação das ferramentas de gestão da informação no poder executivo estadual.		Ferramenta reestruturada	Unidade	ESTADO	3	3	3
2939 - Coordenação dos processos de Elaboração e Execução do Orçamento do Estado.		Orçamento elaborado e gerenciado	Unidade	ESTADO	1	3	4
3007 - Implementação do Modelo Gestão para Resultados		Modelo de Gestão para resultados implementado	Unidade	ESTADO	1	1	1
3008 - Implantação do programa de Eficiência do Gasto Público		Programa implantado	Percentual	ESTADO	50	100	100
3018 - Implementação de Práticas de excelência em gestão no âmbito da Seplan		Critério desenvolvido	Unidade	ESTADO	4	8	8
3019 - Implementação do modelo de excelência em gestão no estado de Mato Grosso		Órgão e entidade com modelo implantado	Unidade	ESTADO	25	45	45
3022 - Implantação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de políticas públicas		Instrumento de Gestão de Políticas Públicas Implantado	Unidade	ESTADO	4	4	4
3023 - Reestruturação do processo de formulação e acompanhamento da execução de políticas públicas		Processo reestruturado	Unidade	ESTADO	1	1	1
3379 - Implantação de ações que visem ao desenvolvimento do Consórcio Brasil Central		Ações implementadas	Percentual	ESTADO	25	75	100
4473 - Gestão do sistema de convênios do Estado de Mato Grosso		Sistema gerenciado	Percentual	ESTADO	100	100	100
Programa:		370 - Excelência nos Serviços Prestados à Sociedade					
Objetivo do Programa:		Criar condições para atingir a excelência na prestação de serviços à sociedade mato-grossense					
Público Alvo:		Sociedade					
Unidade Responsável:		1101 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO					
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Índice de satisfação do atendimento à sociedade (Percentual)		65	80	Recursos Orçamentários	3.342.811,00	11.100.000,00	14.442.811,00
				Despesas Correntes	3.342.811,00	11.100.000,00	14.442.811,00
				Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
				Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
1101 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2269 - Realização de autoavaliação da gestão dos serviços prestados	Autoavaliação realizada	Unidade	ESTADO	1	10	11	
3279 - Realização de pesquisa de satisfação sobre os serviços prestados à sociedade	Pesquisa realizada	Unidade	ESTADO	1	11	12	
3280 - Elaboração dos manuais administrativos	Manual elaborado	Unidade	ESTADO	10	9	19	
3281 - Atualização da carta dos serviços aos cidadãos	Carta atualizada	Unidade	ESTADO	6	18	24	
Programa:		372 - Gestão Legislativa					
Objetivo do Programa:		Sistematizar e priorizar as ações estratégicas da ALMT, de forma que garantam a melhoria na qualidade das proposições legislativas e no fortalecimento da cidadania.					
Público Alvo:		Sociedade					
Unidade Responsável:		1101 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO					
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Índice de satisfação dos canais de acesso(Percentual)		70	76	Recursos Orçamentários	4.661.200,71	243.548.477,39	248.209.678,10
				Despesas Correntes	4.661.200,71	212.313.064,91	216.974.265,62
				Despesas de Capital	0,00	31.235.412,48	31.235.412,48
				Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
1101 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO							

Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2277 - Viabilização das proposições legislativas	Proposição analisada	Percentual	ESTADO	100	100	100	
2278 - Fomento do envolvimento de estudantes na política mato-grossense	Estudante envolvido	Unidade	ESTADO	1000	3000	4000	
2280 - Realização de audiências públicas.	Audiência realizada	Unidade	ESTADO	50	125	175	
3284 - Implementação do projeto "Por dentro do Parlamento"	Projeto Implementado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3285 - Estruturação da memória do legislativo	Memória estruturada	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3286 - Ampliação da área de atuação da TV Assembleia.	Área de atuação ampliada	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3287 - Modernização do portal eletrônico.	Portal eletrônico modernizado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3288 - Ampliação do "Alô Assembleia"	Atividade ampliada	Percentual	ESTADO	25	75	100	
Programa:	373 - Modernização da Governança e Gestão Administrativa da ALMT						
Objetivo do Programa:	Modernizar a gestão administrativa, o controle interno e a execução dos processos de planejamento de desenvolvimento institucional.						
Público Alvo:	Servidores do Legislativo						
Unidade Responsável:	1101 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa de conformidade da controladoria interna(Percentual)		60.5	68	Recursos Orçamentários	18.001.497,00	154.945.982,92	172.947.479,92
Índice de implementação das ações (Percentual)		59	71	Despesas Correntes	18.001.497,00	142.075.255,61	160.076.752,61
				Despesas de Capital	0,00	12.870.727,31	12.870.727,31
				Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
1101 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
3289 - Ampliação dos serviços da ouvidoria	Serviço ampliado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3290 - Implementação dos planos táticos	Plano implementado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3291 - Ampliação do espaço físico	Unidade física ampliada	Unidade	ESTADO	4	9	13	
3292 - Viabilização de parcerias institucionais	Parceria realizada	Unidade	ESTADO	5	15	20	
3294 - Redesenho da estrutura organizacional e processos administrativos	Estrutura organizacional revisada	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3295 - Fortalecimento do controle interno	Norma regulamentada	Unidade	ESTADO	5	15	20	
Programa:	376 - Efetividade da Legislação Penal						
Objetivo do Programa:	Atuar na prevenção e na repressão da criminalidade						
Público Alvo:	Sociedade Mato-grossense						
Unidade Responsável:	8101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Número de unidades do Gaeco instaladas(Unidade)		0	2	Recursos Orçamentários	150.000,00	450.000,00	600.000,00
Número de promotorias de controle externo instaladas(Unidade)		3	10	Despesas Correntes	150.000,00	450.000,00	600.000,00
Número de unidades instaladas(Unidade)		2	9	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
				Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
8101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
3338 - Implantação do novo modelo de controle externo da atividade policial	Promotoria de Justiça instalada	Unidade	ESTADO	3	7	10	
3339 - Ampliação da investigação ministerial	Unidade instalada	Unidade	ESTADO	0	3	3	
3341 - Implantação do novo modelo de fiscalização da execução penal	Unidade instalada	Unidade	ESTADO	2	7	9	
Programa:	381 - Reestruturação e Modernização do INTERMAT						

Objetivo do Programa:	Tornar eficiente a prestação dos serviços fundiários ao cidadão					
Público Alvo:	Estado					
Unidade Responsável:	4304 - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO					
Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa de resolutividade dos processos de legitimação de posse pelo INTERMAT(Percentual)	9	21	Recursos Orçamentários	2.014.401,80	8.082.393,68	10.096.795,48
Taxa de resolutividade dos processos de carta de anuência(Percentual)	16	20	Despesas Correntes	1.151.437,28	4.976.807,78	6.128.245,06
Taxa de saneamento dos processos de ocupação pelo INTERMAT(Percentual)	13	28	Despesas de Capital	862.964,52	3.105.585,90	3.968.550,42
			Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
4304 - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2191 - Inspeção judicial fundiária	Parecer técnico fundiário elaborado	Unidade	ESTADO	60	275	335
2192 - Articulação com entidades para comunicação sobre assuntos fundiários	Parceria firmada	Unidade	ESTADO	5	15	20
2193 - Elaboração de livros fundiários	Livro fundiário elaborado	Unidade	ESTADO	240	720	960
2460 - Formação e capacitação dos servidores do INTERMAT	Servidor capacitado	Unidade	ESTADO	5	25	30
3180 - Certificação das glebas rurais de competência do Estado	Gleba certificada	Unidade	ESTADO	4	12	16
3182 - Digitalização do acervo documental e fundiário	Acervo digitalizado	Percentual	ESTADO	25	75	100
3183 - Realização de Discriminatória Territorial Administrativa do Estado	Zona discriminada	Unidade	ESTADO	1	3	4
3184 - Integração de bases cadastrais fundiárias	Base de dado integrada	Percentual	ESTADO	25	75	100
3185 - Georeferenciamento e certificação fundiária dos assentamentos rurais	Assentamento rural regularizado	Unidade	ESTADO	12	47	59
3186 - Consolidação da Base Cadastral Fundiária	Base consolidada	Percentual	ESTADO	20	60	80
3187 - Normatização dos procedimentos de regularização fundiária	Norma de serviço publicada	Unidade	ESTADO	1	3	4
3758 - Reestruturação física e organizacional do INTERMAT	Reestruturação realizada	Percentual	ESTADO	25	75	100
Programa:	394 - Gestão Corporativa da SEMA					
Objetivo do Programa:	Atingir um nível de excelência na prestação de serviços inerentes à questão ambiental à sociedade matogrossense.					
Público Alvo:	População do Estado de Mato Grosso					
Unidade Responsável:	27101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE					
Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Descentralização da Gestão Ambiental(Percentual)	25	100	Recursos Orçamentários	9.751.125,41	15.329.925,74	25.081.051,15
			Despesas Correntes	2.939.722,91	9.856.836,94	12.796.559,85
			Despesas de Capital	6.811.402,50	5.473.088,80	12.284.491,30
			Recursos a Contratar	10.872.313,01	18.874.914,42	29.747.227,43
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
27101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2065 - Aprimoramento dos processos de aquisições e contratos	Processo aprimorado	Percentual	REGIÃO VI - SUL	25	75	100
2067 - Promoção da melhoria no apoio logístico	Melhoria implementada	Percentual	REGIÃO VI - SUL	50	30	80
2078 - Descentralização da gestão ambiental das atividades de impacto local	Município habilitado	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	3	3	6
			REGIÃO II - NORTE	4	9	13
			REGIÃO III - NORDESTE	5	8	13
			REGIÃO IV - LESTE	3	7	10

			REGIÃO V - SUDESTE	5	9	14	
			REGIÃO VI - SUL	3	8	11	
			REGIÃO VII - SUDOESTE	5	14	19	
			REGIÃO VIII - OESTE	2	4	6	
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	3	4	7	
			REGIÃO X - CENTRO	3	2	5	
			REGIÃO XI - NOROESTE II	1	2	3	
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	3	4	7	
2079 - Modernização das soluções de tecnologia da informação	Serviço implementado	Percentual	REGIÃO VI - SUL	5	75	80	
2094 - Implantação do planejamento estratégico da SEMA	Modelo implantado	Percentual	REGIÃO VI - SUL	10	60	70	
2095 - Modernização da SUNOR (Superintend. de Normas, Procedimentos Administrativos e Autos de Infração)	Superintendência modernizada	Percentual	REGIÃO VI - SUL	25	75	100	
2107 - Implantação do modelo de excelencia em gestao pública	Modelo de gestão do programa implementado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
2113 - Gestão de projetos com foco no alcance de resultados	Projeto atendido	Unidade	ESTADO	20	25	45	
2117 - Modernização dos Processos de Gestão Sistêmica da SEMA.	Processo modernizado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
2119 - Gestão de atendimento ao cidadão/usuário	Atendimento ao cidadão melhorado	Percentual	ESTADO	70	245	315	
2122 - Implantação do sistema de informação e de comunicação	Sistema implantado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
2124 - Implantação do sistema de controle interno (ouvidoria/corregedoria/controle interno/regularidade contratual)	Sistema implantado	Percentual	ESTADO	10	70	80	
2125 - Modernização da gestão de pessoas da SEMA	Processo modernizado	Percentual	ESTADO	50	50	100	
2524 - Otimização da gestão da receita, orçamentária, financeira, do gasto e contábil	Sistema implantado	Percentual	ESTADO	50	100	100	
3115 - Implantação da UIN (unidade de informatização de negócio)	Unidade implantada	Percentual	REGIÃO VI - SUL	40	60	100	
3118 - Estruturação de regionais (DUD's)	Unidades reestruturadas	Percentual	REGIÃO II - NORTE	33	67	100	
			REGIÃO III - NORDESTE	33	67	100	
			REGIÃO VIII - OESTE	33	67	100	
			REGIÃO XI - NOROESTE II	33	67	100	
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	33	67	100	
			ESTADO	25	75	100	
3119 - Implantação do processo digital da gestão corporativa ambiental	Processo implantado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3121 - Implantação do Plano de Comunicação da SEMA	Plano de comunicação implantado	Percentual	ESTADO	20	60	80	
Programa:		399 - Aperfeiçoamento da Prestação Jurisdicional					
Objetivo do Programa:		Promover o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional em 1ª e 2ª instâncias, melhorando a produtividade e qualidade dos serviços com a redução da taxa de congestionamento de processos, tornado-a efetiva e ágil					
Público Alvo:		Sociedade em geral					
Unidade Responsável:		3601 - FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO					
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa de Atendimento à Demanda(Percentual)		106.82	105.52	Recursos Orçamentários	52.333.326,78	188.351.067,13	240.684.393,91
Taxa de Congestionamento(Percentual)		66.68	59.06	Despesas Correntes	48.522.336,78	174.594.115,45	223.116.452,23

			Despesas de Capital	3.810.990,00	13.756.951,68	17.567.941,68
			Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
3601 - FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2236 - Aprimoramento da prestação jurisdicional nos juizados especiais	Congestionamento reduzido	Percentual	ESTADO	50.22	39.25	39.25
3232 - Ampliação dos centros judiciários de solução de conflitos	Centro judiciário ampliado	Unidade	ESTADO	12	13	13
3233 - Aprimoramento da informatização dos processos judiciários e administrativos	Processo eletrônico implantado	Unidade	ESTADO	139	160	299
3234 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição	Congestionamento reduzido	Percentual	ESTADO	68.52	60.78	60.78
3235 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 2º grau de jurisdição	Congestionamento reduzido	Percentual	ESTADO	38.85	34.76	34.76
3236 - Aprimoramento das ações de infância e juventude	Acesso de criança e adolescente à justiça	Percentual	ESTADO	20	70	70
3237 - Edificação e recuperação física da 1ª instância	Obra realizada	Metro quadrado	REGIÃO I - NOROESTE I	10	30	40
			REGIÃO II - NORTE	10	30	40
			REGIÃO III - NORDESTE	10	30	40
			REGIÃO IV - LESTE	10	30	40
			REGIÃO V - SUDESTE	10	30	40
			REGIÃO VI - SUL	10	30	40
			REGIÃO VII - SUDOESTE	10	30	40
			REGIÃO VIII - OESTE	10	30	40
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	10	30	40
			REGIÃO X - CENTRO	10	30	40
			REGIÃO XI - NOROESTE II	10	30	40
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	10	30	40
			ESTADO	11	33	44
3238 - Edificação e recuperação física da 2ª instância	Obra realizada	Metro quadrado	REGIÃO VI - SUL	0	4987.93	4987.93
			ESTADO	0	7102.78	7102.78

Programa:	400 - Gestão de Pessoas					
Objetivo do Programa:	Modernizar os instrumentos de gestão de recursos humanos através da implantação de medidas de valorização					
Público Alvo:	magistrados e servidores					
Unidade Responsável:	3601 - FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO					
Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de magistrados capacitados(Percentual)	80	95	Recursos Orçamentários	10.887.888,60	39.907.380,62	50.795.269,22
Percentual de capacitação nas competências profissionais específicas(Percentual)	50	80	Despesas Correntes	10.887.888,60	39.907.380,62	50.795.269,22
			Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
			Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
3601 - FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2237 - Valorização de magistrados e servidores do poder judiciário - Bem Viver	Absenteísmo reduzido	Percentual	ESTADO	5.1	12.3	17.4

3239 - Implementação da gestão por competência		Coeficiente de Desenvolvimento do Servidor (CDS)	Percentual	ESTADO	33	83	83	
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instâncias		Magistrado capacitado	Unidade	ESTADO	4031	12149	16180	
4072 - Capacitação permanente de servidores da 1ª e 2ª instâncias		Servidor capacitado	Percentual	ESTADO	50	80	80	
Programa:		401 - Governança e Gestão para Resultados						
Objetivo do Programa:		Fortalecer o processo de tomada de decisões estratégicas no PJMT, a fim de garantir a eficiência operacional, a transparência institucional, o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira deste Poder e a adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos						
Público Alvo:		Magistrados e servidores						
Unidade Responsável:		3601 - FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO						
Resultados Pactuados			Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de objetivos estratégicos com metas alcançadas(Percentual)			50	80	Recursos Orçamentários	3.344.245,00	7.896.726,00	11.240.971,00
					Despesas Correntes	3.290.965,00	7.793.470,00	11.084.435,00
					Despesas de Capital	53.280,00	103.256,00	156.536,00
					Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA								
3601 - FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO								
Ação		Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
3240 - Implantação da gestão da qualidade		Processo de trabalho aderente ao SQG(ABNT NBR ISO 9001)	Unidade	ESTADO	25	105	130	
3241 - Implantação do modelo de governança institucional		Modelo de governança implantado	Percentual	ESTADO	48	93	93	
3242 - Reestruturação da Arquitetura Organizacional		Reestruturação organizacional implantada	Percentual	ESTADO	20	80	80	
Programa:		411 - Proteção e Defesa do Consumidor						
Objetivo do Programa:		Buscar maior equilíbrio nas relações de consumo, visando à proteção e defesa do consumidor.						
Público Alvo:		Consumidores e fornecedores						
Unidade Responsável:		18601 - FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR						
Resultados Pactuados			Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de estabelecimentos bancários fiscalizados onde existe Procon(Percentual)			30	40	Recursos Orçamentários	3.898.911,05	13.865.929,61	17.764.840,66
Taxa de resolatividade de reclamações fundamentadas(Percentual)			79	87	Despesas Correntes	2.664.166,72	9.307.251,83	11.971.418,55
Percentual de alunos orientados ao consumo(Percentual)			12	15	Despesas de Capital	1.234.744,33	4.558.677,78	5.793.422,11
					Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA								
18601 - FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR								
Ação		Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2492 - Procon vai à sociedade - realização de ações educativas de proteção e defesa do consumidor		Pessoa atendida	Pessoa	ESTADO	18000	68600	86600	
2497 - Fiscalização nas relações de consumo		Fiscalização realizada	Unidade	ESTADO	830	2790	3620	
2498 - Atendimento aos consumidores		Pessoa atendida	Pessoa	ESTADO	20000	72000	92000	
2499 - Formação e capacitação dos servidores do Procon		Servidor capacitado	Pessoa	ESTADO	70	270	340	
3324 - Modernização do Procon estadual		Unidade reestruturada	Unidade	REGIÃO VI - SUL	1	3	4	
3325 - Ampliação e fortalecimento da defesa do consumidor		Unidade implementada	Unidade	ESTADO	6	18	24	
Diretriz		Resultados Estratégicos Esperados				Início PPA		Final PPA
Dar sustentabilidade fiscal às políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.		Índice de eficácia na exploração da base tributária do ICMS				7.87		12.4
		Percentual de investimentos em relação à RCL				0.24		11
		Percentual da receita primária em relação à RCL				124.4		130

	Capacidade de investimento total			581939000	900000000		
	Capacidade de investimento com recursos próprios			374463000	750000000		
	Percentual da arrecadação com ICMS em relação à RCL			62.8	70		
	Percentual do valor total da dívida consolidada líquida em relação à RCL			0.42	0.35		
	Grau de dependência financeira do MT SAÚDE em relação à fonte do Tesouro			54	34		
	Percentual da arrecadação com ICMS em relação o PIB estadual			6.9	7.4		
Órgãos Participantes do Resultado:	11303 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO						
	11305 - MATO GROSSO PREVIDÊNCIA						
	16101 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA						
	20501 - MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.						
Programa:	358 - Reestruturação do MT Saúde						
Objetivo do Programa:	Assegurar a perenidade do atendimento aumentando a credibilidade do plano junto aos beneficiários e à rede credenciada.						
Público Alvo:	Servidores públicos e seus familiares.						
Unidade Responsável:	11303 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de aplicação de recursos da Fonte 100 no MT- Saúde(Percentual)		54	34	Recursos Orçamentários	39.090.120,92	140.508.361,61	179.598.482,53
				Despesas Correntes	35.590.120,92	140.508.361,61	176.098.482,53
				Despesas de Capital	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00
				Recursos a Contratar	18.869.671,96	66.953.679,78	85.823.351,74
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
11303 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
1387 - Gestão dos serviços do plano MT Saúde	Serviço prestado	Percentual	ESTADO	100	100	100	
2029 - Manutenção da prestação dos serviços de atendimento pela rede credenciada	Demanda atendida	Percentual	ESTADO	100	100	100	
3030 - Desenvolvimento de novos produtos e benefícios	Produto desenvolvido	Unidade	ESTADO	1	3	4	
3038 - Expansão da carteira de beneficiários do MT Saúde	Beneficiário	Unidade	ESTADO	27000	33000	33000	
3050 - Realização de ações de prevenção à saúde	Evento realizado	Unidade	ESTADO	5	15	20	
Programa:	359 - Parcerias com o Setor Privado						
Objetivo do Programa:	Aumentar a aplicação no Estado de modelos de gestão centrados em parcerias com o setor privado.						
Público Alvo:	Investidores, Órgãos Estaduais e Órgãos Municipais						
Unidade Responsável:	20501 - MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Proporção da receita patrimonial gerada pela MT PAR em relação a Receita Patrimonial do Estado(Percentual)		65	80	Recursos Orçamentários	27.000,00	70.615,54	97.615,54
Taxa de crescimento acumulado da receita patrimonial realizada pela MT-PAR(Percentual)		80	98	Despesas Correntes	27.000,00	64.615,54	91.615,54
Taxa de crescimento de investimentos alavancados com Recursos do Parceiro Privado pela MT PAR (Percentual)		20	32	Despesas de Capital	0,00	6.000,00	6.000,00
Percentual alavancado com Recursos do Parceiro Privado(Percentual)		300	450	Recursos a Contratar	195.000,00	488.000,00	683.000,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
20501 - MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2047 - Gestão de Projetos na MT-PAR	Projeto gerenciado	Unidade	ESTADO	3	9	12	
2049 - Estruturação de operações de gestão de ativos para viabilização de projetos prioritários do Governo	Receita patrimonial arrecadada	Real	ESTADO	420000	472442.88	472442.88	
2050 - Estruturação de projetos prioritários do Governo por meio de Parcerias Público-Privadas (PPP)	Contrato de parceria público privada assinado	Unidade	ESTADO	1	3	4	

2051 - Alavancagem de recursos privados para projetos prioritários do Governo por meio de participações societárias		Participação efetivada	Unidade	ESTADO	1	3	4
Programa:		363 - Previdência Sustentável					
Objetivo do Programa:		Promover a sustentabilidade financeira e atuarial da Previdência					
Público Alvo:		Agentes públicos estaduais					
Unidade Responsável:		11305 - MATO GROSSO PREVIDÊNCIA					
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Razão entre o número de contribuintes e o número de beneficiários do sistema previdenciário(Contribuintes por beneficiário)		1.76	1.76	Recursos Orçamentários	68.294.299,27	28.301.065,45	96.595.364,72
Percentual do Déficit atuarial da previdência pela RCL(Percentual)		2.37	2.11	Despesas Correntes	68.294.299,27	28.301.065,45	96.595.364,72
Percentual do Déficit financeiro da previdência pela RCL(Percentual)		5.12	5.77	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
				Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
11305 - MATO GROSSO PREVIDÊNCIA							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2199 - Controle dos mecanismos de concessão de benefícios	Método aperfeiçoado	Percentual	ESTADO	100	100	100	
2200 - Instituição de controle das receitas e despesas previdenciárias	Controle instituído	Percentual	ESTADO	100	100	100	
2234 - Avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso	Avaliação realizada	Unidade	ESTADO	1	3	4	
3219 - Desenvolvimento de estudos para análise de viabilidade do regime de previdência complementar	Estudo realizado	Percentual	ESTADO	100	0	100	
3220 - Estruturação da securitização dos créditos destinados à previdência	Securitização estruturada	Percentual	ESTADO	35	65	100	
3221 - Estruturação dos fundos imobiliários	Fundo imobiliário estruturado	Percentual	ESTADO	10	90	100	
Programa:		369 - Modernização da Administração Fazendária					
Objetivo do Programa:		Promover a sustentabilidade fiscal das políticas públicas					
Público Alvo:		Sociedade					
Unidade Responsável:		16101 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA					
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Índice de Liquidez Corrente do Tesouro (Percentual)		1.05	1.05	Recursos Orçamentários	15.726.000,00	18.021.000,00	33.747.000,00
Índice de eficácia na exploração da base tributária(Percentual)		11.76	12.62	Despesas Correntes	2.020.000,00	4.630.000,00	6.650.000,00
Índice de satisfação do cidadão e usuário(Percentual)		90	90	Despesas de Capital	13.706.000,00	13.391.000,00	27.097.000,00
Grau de Endividamento(Unidade)		1	1	Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
Percentual do custo da administração fazendária(Percentual)		4	4				
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
16101 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2241 - Aperfeiçoamento da eficácia dos produtos e serviços fazendários	Processo aperfeiçoado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
2246 - Aperfeiçoamento da gestão de riscos	Risco organizacional mitigado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
2247 - Aperfeiçoamento do relacionamento com o cidadão-usuário	Satisfação do usuário	Percentual	ESTADO	3	9	12	
2250 - Desenvolvimento do capital organizacional	Objetivo estratégico definido	Unidade	ESTADO	6	6	6	
2261 - Disponibilização de suporte ao aperfeiçoamento e continuidade do negócio	Suporte disponibilizado	Percentual	ESTADO	100	100	100	
2262 - Elevação dos níveis de cumprimento voluntário da obrigação tributária	Obrigação tributária cumprida voluntariamente	Percentual	ESTADO	1	3	4	
2264 - Fortalecimento do relacionamento institucional	Parceria realizada	Unidade	ESTADO	2	6	8	

2265 - Gestão financeira do gasto	Fluxo Financeiro Programado disponibilizado	Percentual	ESTADO	100	100	100
2266 - Melhoria da eficácia na constituição do crédito tributário	Crédito tributário constituído procedente	Percentual	ESTADO	3	9	12
2267 - Melhoria da eficácia no recebimento de dívidas e créditos tributários constituídos	Crédito em conta corrente da SEFAZ realizado	Percentual	ESTADO	1	3	4
2268 - Obtenção e emprego do conhecimento necessário para dar suporte às atividades	Conhecimento fazendário disponibilizado	Percentual	ESTADO	25	75	100
3269 - Aperfeiçoamento da estrutura informacional	Estrutura informacional disponibilizada	Percentual	ESTADO	50	50	100
3270 - Aperfeiçoamento da exploração da base tributária constitucional	Incremento no índice do ICMS arrecadado em relação ao PIB tributário	Percentual	ESTADO	1.5	8.5	10
3271 - Implantação de modelo de gestão de documentos - Profisco	Modelo de gestão de documentos - GED implantado	Percentual	ESTADO	70	30	100
3272 - Desenvolvimento de sistema para gestão da dívida pública fundada	Sistema desenvolvido	Percentual	ESTADO	25	75	100
3273 - Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais e de BI do Estado.	Módulo disponibilizado	Percentual	ESTADO	25	75	100
3274 - Gestão do PROFISCO	Projeto do profisco implantado	Unidade	ESTADO	1	1	1
3275 - Implantação do modelo de intercâmbio de melhores práticas entre as administrações tributárias	Acordo de cooperação de melhores práticas celebrado	Unidade	ESTADO	1	3	4
3276 - Instituição do risco fiscal por descumprimento de obrigação tributária	Contribuintes registrados no CCE alcançados por ação do FISCO	Percentual	ESTADO	10	2	2
3277 - Integração do Fiplan com os sistemas corporativos do Estado	Sistema corporativo do Estado integrado	Percentual	ESTADO	25	75	100
3278 - Revitalização do Fiplan	Módulo desenvolvido	Percentual	ESTADO	25	75	100
3296 - Aperfeiçoamento do modelo de comunicação da Sefaz	Modelo aperfeiçoado	Percentual	ESTADO	25	75	100
3378 - Construção de Unidades de Atendimento da Sefaz	Unidade de Atendimento construída	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	1	0	1
			REGIÃO II - NORTE	1	0	1
			REGIÃO III - NORDESTE	1	0	1
			REGIÃO IV - LESTE	1	0	1
			REGIÃO V - SUDESTE	1	0	1
			REGIÃO VI - SUL	1	0	1
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1	0	1
			REGIÃO VIII - OESTE	1	0	1
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	1	0	1
			REGIÃO X - CENTRO	1	0	1
			REGIÃO XI - NOROESTE II	1	0	1
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	1	0	1
5238 - Aperfeiçoamento do modelo de projeção da receita pública estadual de ICMS-PROFISCO-MT.	Modelo de projeção da receita pública de ICMS aperfeiçoado	Percentual	ESTADO	50	50	100
5239 - Implantação de modelo de cobrança de ativos tributários e não tributários integrando a SEFAZ e PGE - PROFISCO	Modelo Implantado	Percentual	ESTADO	50	50	100
5240 - Monitoramento, auditoria e avaliação do Profisco MT	Relatório de auditoria do PROFISCO-MT	Unidade	ESTADO	1	3	4

Estado Parceiro e Empreendedor

Diretriz		Resultados Estratégicos Esperados			Início PPA	Final PPA	
Promover o desenvolvimento econômico do Estado.		Número de estabelecimentos comerciais ativos no Estado			88260	114738	
		Número de estabelecimentos industriais no Estado			19426	25253	
Órgãos Participantes do Resultado:	04104 - GABINETE DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL						
	04304 - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO						
	17101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
	17303 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO						
Programa:	185 - Descubra Mato Grosso						
Objetivo do Programa:	Desenvolver a cadeia produtiva do turismo						
Público Alvo:	População matogrossense e visitantes do estado.						
Unidade Responsável:	17101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de empregos formais ligados ao turismo(Percentual)		3.1	3.4	Recursos Orçamentários	114.312.263,12	22.722.934,51	137.035.197,63
				Despesas Correntes	11.318.187,31	21.522.934,51	32.841.121,82
				Despesas de Capital	102.994.075,81	1.200.000,00	104.194.075,81
				Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
17101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2153 - Promoção do "Destino MT"	Destino promovido	Unidade	ESTADO	10	55	65	
3170 - Estruturação do turismo	Produto turístico estruturado	Unidade	ESTADO	15	7	22	
3297 - Implantação de infraestrutura básica e turística	Infraestrutura implantada	Unidade	REGIÃO VI - SUL	3	0	3	
			ESTADO	0	9	9	
3381 - Regionalização do turismo	Projeto Implementado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
Programa:	208 - Regularização Fundiária						
Objetivo do Programa:	Promover a regularização fundiária dos imóveis urbanos e rurais no Estado de Mato Grosso						
Público Alvo:	Proprietários e ocupantes de imóveis rurais e urbanos						
Unidade Responsável:	4304 - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual acumulado de assentamentos rurais emancipados pelo INTERMAT(Percentual)		4	16	Recursos Orçamentários	3.560.621,58	7.615.729,98	11.176.351,56
Percentual acumulado de conjuntos habitacionais regularizados pelo INTERMAT(Percentual)		8	30	Despesas Correntes	3.241.910,27	6.538.545,10	9.780.455,37
Percentual acumulado de glebas rurais regularizadas pelo INTERMAT(Percentual)		4	16	Despesas de Capital	318.711,31	1.077.184,88	1.395.896,19
				Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
4304 - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2195 - Regularização fundiária urbana das ocupações informais	Título expedido	Unidade	ESTADO	5000	4500	9500	
2196 - Regularização fundiária de áreas rurais	Título expedido	Unidade	ESTADO	1000	750	1750	
2197 - Regularização ambiental dos assentamentos rurais	Assentamento rural inserido no CAR	Unidade	ESTADO	30	92	122	
2198 - Titulação dos assentamentos rurais	Título expedido	Unidade	REGIÃO II - NORTE	100	800	900	
			REGIÃO VI - SUL	200	2200	2400	
3189 - Regularização fundiária urbana do passivo do	Título expedido	Unidade	ESTADO	3000	9000	12000	

INTERMAT								
3190 - Revisão dos títulos definitivos expedidos pelo INTERMAT		Título revisto	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	2000	6000	8000	
3191 - Elaboração dos Planos de Desenvolvimento de Assentamentos Rurais		Plano elaborado	Unidade	REGIÃO II - NORTE	2	6	8	
				REGIÃO VI - SUL	6	18	24	
				REGIÃO VII - SUDOESTE	2	6	8	
				REGIÃO IX - CENTRO OESTE	2	6	8	
3192 - Realização de vistoria e entrevistas sociais		Projeto elaborado	Unidade	REGIÃO V - SUDESTE	1	12	13	
				REGIÃO VI - SUL	17	34	51	
3193 - Elaboração de Diagnóstico Socioeconômico dos Assentamentos Rurais		Diagnóstico elaborado	Unidade	ESTADO	10	110	120	
3194 - Implantação de Sistema de Gerenciamento Fundiário Estadual		Sistema implantado	Percentual	ESTADO	10	90	100	
Programa:		214 - Defesa Sanitária Vegetal						
Objetivo do Programa:		Fortalecer o sistema de defesa fitossanitária, garantindo a qualidade da produção agrícola						
Público Alvo:		Agricultores, empresários ligados ao agronegócio e consumidores de produtos de origem vegetal						
Unidade Responsável:		17303 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO						
Resultados Pactuados			Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Municípios infestados com a Broca da Teca (atualmente, somente em Cuiabá)(Unidade)			1	1	Recursos Orçamentários	1.673.347,14	11.674.521,62	13.347.868,76
Número de novas pragas no Estado de Mato Grosso(Unidade)			0	0	Despesas Correntes	1.673.347,14	6.196.072,21	7.869.419,35
Média do número de aplicações para o controle da Ferrugem Asiática da Soja no Estado de MT(Unidade)			5	5	Despesas de Capital	0,00	5.478.449,41	5.478.449,41
Média do número de aplicações para o controle do Bicudo do Algodoeiro no Estado de Mato Grosso (Unidade)			12	12	Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA								
17303 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO								
Ação		Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2397 - Fiscalização do trânsito de vegetais, produtos vegetais, insumos e agrotóxicos		Partida fiscalizada	Unidade	ESTADO	3000	9000	12000	
2429 - Análise laboratorial e certificação de laboratórios privados		Análise laboratorial realizada	Unidade	ESTADO	2000	6000	8000	
2953 - Fiscalização do comércio de materiais propagativos		Estabelecimento fiscalizado	Unidade	ESTADO	4000	12000	16000	
2954 - Prevenção, controle e erradicação de pragas quarentenárias		Propriedade inspecionada	Unidade	ESTADO	600	1800	2400	
4358 - Prevenção e controle de pragas não-quarentenárias regulamentadas e certificação fitossanitária		Propriedade inspecionada	Unidade	ESTADO	600	1800	2400	
4359 - Prevenção e controle de pragas de importância econômica		Propriedade inspecionada	Unidade	ESTADO	3000	9000	12000	
4360 - Gestão de agrotóxicos e afins		Fiscalização realizada	Unidade	ESTADO	6000	18000	24000	
4361 - Educação sanitária em Defesa Sanitária Vegetal e Gestão da Informação		Campanha educativa realizada	Unidade	ESTADO	1	3	4	
Programa:		216 - Defesa Sanitária Animal						
Objetivo do Programa:		Fortalecer o sistema de defesa sanitária animal melhorando as ações de controle, erradicação e prevenção de doenças no Estado de Mato Grosso						
Público Alvo:		Pecuaristas, empresários ligados ao agronegócio e consumidores de produtos de origem animal						
Unidade Responsável:		17303 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO						
Resultados Pactuados			Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de suspeitas de doenças de notificação compulsória atendidas(Percentual)			80	100	Recursos Orçamentários	3.951.500,89	23.072.098,20	27.023.599,09

Manutenção da condição de livre de doenças no Estado de Mato Grosso(Percentual)	100	100	Despesas Correntes	3.575.974,36	17.883.450,51	21.459.424,87
Percentual de focos (brucelose, tuberculose e mormo) em saneamento(Percentual)	80	100	Despesas de Capital	375.526,53	5.188.647,69	5.564.174,22
Tempo médio para atendimento à notificação de foco de doenças(Horas)	72	72	Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
Pontuação média obtida na aplicação da ferramenta PVS/OIE(Unidade)	3	4				
Percentual de focos de anemia infecciosa equina em saneamento(Percentual)	80	100				
Taxa acumulada de visitas a propriedades em vigilância epidemiológica(Percentual)	25	100				

DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

17303 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO

Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2126 - Prevenção das doenças dos invertebrados e animais aquáticos	Propriedade atendida em ação de vigilância epidemiológica	Unidade	ESTADO	1000	3000	4000
2155 - Monitoramento colaborativo em defesa sanitária animal	Monitoria realizada	Unidade	ESTADO	282	846	1128
2403 - Prevenção e erradicação da febre aftosa	Propriedade atendida em ação de vigilância epidemiológica	Unidade	ESTADO	13600	40800	54400
2408 - Controle das doenças dos equídeos	Foco de AIE e Mormo atendida	Percentual	ESTADO	100	100	100
2409 - Fiscalização dos estabelecimentos que comercializam produtos de uso veterinário	Fiscalização em revenda realizada	Unidade	ESTADO	30000	90000	120000
2410 - Controle e erradicação da brucelose bovina	Propriedade com vacinação realizada	Unidade	ESTADO	73000	73000	73000
2411 - Erradicação da tuberculose bovina	Foco de tuberculose bovina atendida	Percentual	ESTADO	100	100	100
2412 - Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina	Propriedade atendida em ação de vigilância epidemiológica	Unidade	ESTADO	1000	3000	4000
2414 - Fiscalização do trânsito de animais, produtos e subprodutos	Boiada e veículo fiscalizados	Unidade	ESTADO	90000	270000	360000
2415 - Vigilância epidemiológica veterinária em eventos pecuários	Evento atendido	Unidade	ESTADO	1035	3105	4140
2417 - Educação em defesa sanitária animal dirigida ao produtor rural	Evento realizado	Unidade	ESTADO	500	1500	2000
2418 - Capacitação em defesa sanitária animal	Curso realizado	Unidade	ESTADO	7	21	28
2419 - Realização de análises laboratoriais	Análise laboratorial realizada	Unidade	ESTADO	300	900	1200
2421 - Cadastramento de estabelecimentos pecuários	Propriedade com geolocalização cadastrada	Unidade	ESTADO	40000	85000	85000
2959 - Prevenção, erradicação e controle das doenças dos suídeos	Propriedade atendida em ação de vigilância epidemiológica	Unidade	ESTADO	1200	3600	4800
2960 - Prevenção, controle e erradicação das doenças das aves	Propriedade atendida em ação de vigilância epidemiológica	Unidade	ESTADO	5200	15600	20800
4369 - Auditorias em propriedades rurais para fins de certificação	Auditoria realizada	Unidade	ESTADO	46	138	184

Programa:	217 - Inspeção de Produtos de Origem Animal
Objetivo do Programa:	Garantir a qualidade higiênico sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal produzidos em estabelecimentos registrados, por meio de sua certificação para consumo humano.
Público Alvo:	Empresários do agronegócio e consumidores de POA, empreendedores ligados à agroind. familiar e pqno porte
Unidade Responsável:	17303 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO

Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de Municípios adesos ao sistema SUSAF(Percentual)	0.71	4.96	Recursos Orçamentários	182.996,50	1.668.197,38	1.851.193,88
Índice de conformidade de produtos de origem animal inspecionados(Índice)	0.25	0.4	Despesas Correntes	182.996,50	1.668.197,38	1.851.193,88
Estabelecimentos registrados no SISE(Unidade)	44	47	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Volume de produtos de origem animal inspecionados(Tonelada)	61000	64000	Recursos a Contratar	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00

DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

17303 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO

Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
------	---------	--------------	--------	------	-------------	-----------

2422 - Fiscalização de estabelecimentos de processamento de produtos de origem animal	Estabelecimento fiscalizado	Unidade	ESTADO	42	130	172	
2426 - Fiscalização do trânsito de produtos e subprodutos de origem animal no território mato-grossense	Veículo fiscalizado	Unidade	ESTADO	4000	21000	25000	
2427 - Educação sanitária sobre produtos e subprodutos de origem animal	Reunião realizada	Unidade	ESTADO	1	7	8	
2428 - Capacitação em inspeção e fiscalização de produtos de origem animal	Capacitação realizada	Unidade	ESTADO	1	7	8	
3173 - Implantação de Laboratório Oficial de Análises	Laboratório implantado	Percentual	ESTADO	0	100	100	
3174 - Implantação do Sistema Unificado de Sanidade da Agroindústria Familiar e de Estabelecimentos Pequeno Porte	Município adeso	Unidade	ESTADO	0	6	6	
Programa:	384 - Mato Grosso Empreendedor						
Objetivo do Programa:	Elevar o nível de empreendedorismo, competitividade e criatividade nos setores associados à produção econômica						
Público Alvo:	Empreendedores do Estado de Mato Grosso						
Unidade Responsável:	17101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa de crescimento no número de fechamento de empresas no Estado (meta negativa)(Percentual)		25	10	Recursos Orçamentários	13.464.035,47	40.073.783,87	53.537.819,34
Taxa de crescimento no número de abertura de empresas no Estado(Percentual)		2	12	Despesas Correntes	11.138.400,00	31.293.700,00	42.432.100,00
				Despesas de Capital	2.325.635,47	8.780.083,87	11.105.719,34
				Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
17301 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2137 - Prestação dos serviços oferecidos pela Junta Comercial do Estado de Mato Grosso	Usuário atendido	Unidade	ESTADO	598000	1950000	2548000	
17302 - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE MATO GROSSO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
1859 - Construção da sede do IPEM-MT	Sede construída	Percentual	REGIÃO VI - SUL	100	0	100	
2129 - Aplicação da Metrologia Legal como ferramenta para o sistema de controle do Estado	Dado disponibilizado	Percentual	ESTADO	100	100	100	
2130 - Execução da Metrologia Legal no Estado	Produto fiscalizado	Unidade	ESTADO	116672	359125	475797	
17601 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2131 - Desenvolvimento de noções de empreendedorismo no segmento estudantil do estado de Mato Grosso	Aluno atendido	Unidade	ESTADO	5000	15000	20000	
2134 - Fomento ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais - APL	Empresa beneficiada	Unidade	ESTADO	5	15	20	
2135 - Implementação do Observatório de Desenvolvimento Econômico do Estado	Unidade implementada	Percentual	ESTADO	50	50	100	
3132 - Divulgação da nova política tributária	Processo tributário divulgado	Unidade	ESTADO	1	1	1	
3134 - Ampliação de Centros de Atendimento ao Empresário-CAE	CAE ampliado	Unidade	ESTADO	19	58	77	
Programa:	385 - Desenvolve Mato Grosso						
Objetivo do Programa:	Desenvolver o ambiente de negócios nos setores primário e secundário, diversificando as cadeias produtivas do Estado						
Público Alvo:	Produtores e empreendedores						
Unidade Responsável:	17101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Participação dos produtos industrializados nas exportações do Estado (Percentual)		7	18	Recursos Orçamentários	75.584.570,48	275.166.197,44	350.750.767,92
Concentração dos principais produtos agropecuários exportados(Percentual)		85	65	Despesas Correntes	69.142.248,36	247.578.800,50	316.721.048,86

				Despesas de Capital	6.442.322,12	27.587.396,94	34.029.719,06
				Recursos a Contratar	7.894.555,29	24.405.771,59	32.300.326,88
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
17101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2142 - Promoção do desenvolvimento de distritos industriais	Indústria diversificada	Percentual	ESTADO	25	75	100	
2145 - Apoio ao estudo do conhecimento do potencial mineral do Estado	Mapeamento realizado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3164 - Estruturação da sede da SEDEC	Unidade estruturada	Percentual	REGIÃO VI - SUL	40	60	100	
3168 - Ampliação da exploração do potencial energético do Estado	Potencial energético ampliado	kilowatt	ESTADO	3001257	9686638	12687895	
3382 - Fomento à cadeia produtiva do trigo irrigado	Potencial Produtivo Ampliado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
17501 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE MINERAÇÃO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2139 - Cooperação técnica das atividades mínero-ambientais no Estado	Demandas atendidas	Unidade	ESTADO	90	270	360	
3135 - Ampliação das informações sobre o potencial mineral do Estado	Informação ampliada	Percentual	ESTADO	26.4	73.6	100	
17502 - COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
4156 - Comercialização de gás natural no Estado	Gás natural comercializado	Metro cúbico	ESTADO	2200000	7800000	10000000	
17601 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2143 - Apoio à implementação de feira expositora de tecnologia agropecuária no Estado.	Feira Implementada	Unidade	ESTADO	3	9	12	
2144 - Promoção das atividades produtivas do Estado para atração de investimentos - INVEST MT	Evento realizado	Unidade	ESTADO	4	12	16	
2148 - Promoção da diversificação dos setores da indústria, comércio e serviços	Indústria diversificada	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3146 - Adensamento da industrialização da atividade agropecuária	Produto industrializado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3163 - Desenvolvimento do novo modelo de fomento, financiamento e incentivo de Mato Grosso	Modelo desenvolvido	Percentual	ESTADO	40	60	100	
3169 - Implantação de novo modelo de investimentos florestais de Mato Grosso	Modelo Implantado	Percentual	ESTADO	25	75	100	
Programa:	386 - Programa de Articulação e Desenvolvimento Regional						
Objetivo do Programa:	Indenticar e articular inciativas visando ao desenvolvimento das regiões que compreendem os Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Econômico e Sócio-Ambiental do Estado de Mato Grosso						
Público Alvo:	Municípios mato-grossenses, órgãos e entidades estaduais						
Unidade Responsável:	4104 - GABINETE DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual acumulado de Planos de Desenvolvimento Regional elaborados(Percentual)		13.33	100	Recursos Orçamentários	759.821,48	1.568.300,15	2.328.121,63
Percentual de municípios adesos ao PMS (Percentual)		28.4	100	Despesas Correntes	739.821,48	1.568.300,15	2.308.121,63
				Despesas de Capital	20.000,00	0,00	20.000,00
				Recursos a Contratar	7.753.278,52	53.377.239,94	61.130.518,46
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
4104 - GABINETE DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2194 - Gestão da Rede de Superintendências Regionais do	Relatório elaborado	Unidade	ESTADO	1	3	4	

Estado de Mato Grosso						
2293 - Coordenação do Conselho de Regularização Fundiária	Reunião realizada	Unidade	ESTADO	3	9	12
2332 - Articulação de iniciativas na Região de Fronteira do Estado de Mato Grosso	Reunião realizada	Unidade	ESTADO	12	36	48
2334 - Coordenação do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis	Município adeso	Unidade	ESTADO	40	101	141
3188 - Assessoramento aos municípios para captação de recursos alternativos	Relatório elaborado	Unidade	ESTADO	1	3	4
3303 - Elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional do Estado de Mato Grosso	Plano regional elaborado	Unidade	ESTADO	2	13	15
3304 - Desenvolvimento de sistema informatizado de monitoramento dos planos de metas municipais	Sistema implementado	Unidade	ESTADO	1	0	1
3305 - Instituição da Política de Desenvolvimento Regional do Estado de Mato Grosso	Projeto de lei elaborado	Unidade	ESTADO	1	0	1
3372 - Apoio à execução do Projeto Terra a Limpo - Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis	Meio disponibilizado	Percentual	ESTADO	10	90	100

Diretriz	Resultados Estratégicos Esperados	Início PPA	Final PPA			
Desenvolver a infraestrutura logística no Estado.	Densidade da malha rodoviária pavimentada	4075	6575			
Órgãos Participantes do Resultado:	04301 - AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO					
	25101 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA					
Programa:	229 - Regulação Eficiente dos Serviços Públicos Delegados					
Objetivo do Programa:	Garantir a prestação adequada dos serviços públicos delegados pelos entes regulados.					
Público Alvo:	Usuários, Poder Concedente e Agentes Regulados					
Unidade Responsável:	4301 - AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO					
Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Satisfação dos usuários dos Serviços Públicos Delegados(Percentual)	25	100	Recursos Orçamentários	457.677,45	1.495.105,50	1.952.782,95
			Despesas Correntes	437.677,45	1.495.105,50	1.932.782,95
			Despesas de Capital	20.000,00	0,00	20.000,00
			Recursos a Contratar	1.755.000,00	11.594.200,00	13.349.200,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
4301 - AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
1989 - Reestruturação da sede própria da AGER/MT	Sede construída/aparelhada	Percentual	REGIÃO VI - SUL	10	90	100
2154 - Regulação e fiscalização dos serviços públicos delegados	Serviço regulado	Percentual	ESTADO	100	100	100
3171 - Fortalecimento institucional da AGER/MT	Órgão fortalecido	Percentual	ESTADO	25	75	100
3172 - Reestruturação do quadro de pessoal da AGER/MT	Equipe estruturada	Pessoa	ESTADO	127	360	487
Programa:	338 - Mato Grosso Pró-Estradas					
Objetivo do Programa:	Desenvolver e ampliar as condições de trafegabilidade da malha rodoviária, pavimentando novos trechos e melhorando as condições das rodovias, a fim de garantir melhor eficiência do sistema rodoviário					
Público Alvo:	Usuários da malha rodoviária estadual					
Unidade Responsável:	25101 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA					
Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa de revitalização das rodovias estaduais pavimentadas(Percentual)	50	65	Recursos Orçamentários	1.050.421.792,02	1.588.305.087,49	2.638.726.879,51
Percentual das principais rodovias estaduais com classificação da sinalização regular ou acima(Percentual)	22.22	55.56	Despesas Correntes	57.808.468,91	308.345.794,55	366.154.263,46
Percentual das principais rodovias estaduais com classificação da geometria da via regular ou acima(Percentual)	22.22	55.56	Despesas de Capital	992.613.323,11	1.279.959.292,94	2.272.572.616,05
Taxa de revitalização das rodovias estaduais não pavimentadas(Percentual)	8	11	Recursos a Contratar	349.654.782,40	453.005.401,18	802.660.183,58

Percentual das principais rodovias estaduais com classificação do pavimento regular ou acima(Percentual)	33.33	66.67				
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
25101 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
1150 - Aquisição de equipamentos rodoviários	Patrulha mecanizada disponibilizada	Unidade	REGIÃO VI - SUL	30	129	159
1283 - Construção de obras de artes especiais e correntes	Obra construída	Metro	REGIÃO I - NOROESTE I	55.45	60.5	115.95
			REGIÃO II - NORTE	132	167.5	299.5
			REGIÃO III - NORDESTE	432	136	568
			REGIÃO IV - LESTE	387	434.55	821.55
			REGIÃO V - SUDESTE	242	313	555
			REGIÃO VI - SUL	497	449.1	946.1
			REGIÃO VII - SUDOESTE	222	263.10	485.10
			REGIÃO VIII - OESTE	106	504.35	610.35
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	81	754.80	835.80
			REGIÃO X - CENTRO	200	155.65	355.65
			REGIÃO XI - NOROESTE II	40	387	427
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	146	625.55	771.55
1284 - Construção de pontes de madeira	Ponte de madeira construída/reformada	Metro	REGIÃO I - NOROESTE I	322.5	1804.5	2127
			REGIÃO II - NORTE	322.5	1804.5	2127
			REGIÃO III - NORDESTE	322.5	1804.5	2127
			REGIÃO IV - LESTE	322.5	1804.5	2127
			REGIÃO V - SUDESTE	322.5	1804.5	2127
			REGIÃO VI - SUL	322.5	1804.5	2127
			REGIÃO VII - SUDOESTE	322.5	1804.5	2127
			REGIÃO VIII - OESTE	322.5	1804.5	2127
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	322.5	1804.5	2127
			REGIÃO X - CENTRO	322.5	1804.5	2127
			REGIÃO XI - NOROESTE II	322.5	1804.5	2127
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	322.5	1804.5	2127
1287 - Pavimentação de rodovias	Trecho pavimentado	Quilômetro	REGIÃO I - NOROESTE I	57.5	83.5	141
			REGIÃO II - NORTE	6	78	84
			REGIÃO III - NORDESTE	5	0	5
			REGIÃO IV - LESTE	23.5	21	44.5
			REGIÃO V - SUDESTE	19.5	0	19.5
			REGIÃO VI - SUL	53	100.5	153.5
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1	0	1
			REGIÃO VIII - OESTE	25	78	103
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	5	0	5
			REGIÃO X - CENTRO	52.5	16	68.5

			REGIÃO XI - NOROESTE II	5	0	5
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	5	0	5
1289 - Restauração de rodovias pavimentadas	Trecho restaurado	Quilômetro	REGIÃO I - NOROESTE I	5	20	25
			REGIÃO II - NORTE	23	20	43
			REGIÃO III - NORDESTE	5	20	25
			REGIÃO IV - LESTE	10	20	30
			REGIÃO V - SUDESTE	25	126.8	151.8
			REGIÃO VI - SUL	198.9	170	368.9
			REGIÃO VII - SUDOESTE	47.2	120.7	167.9
			REGIÃO VIII - OESTE	40	195.2	235.2
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	67.3	39.5	106.8
			REGIÃO X - CENTRO	5	20	25
			REGIÃO XI - NOROESTE II	11.8	56	67.8
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	25	45	70
1291 - Elaboração de projetos de infraestrutura de transporte rodoviário	Projeto elaborado	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	0	16	16
			REGIÃO II - NORTE	1	10	11
			REGIÃO III - NORDESTE	0	12	12
			REGIÃO IV - LESTE	7	5	12
			REGIÃO V - SUDESTE	10	15	25
			REGIÃO VI - SUL	0	19	19
			REGIÃO VII - SUDOESTE	8	18	26
			REGIÃO VIII - OESTE	0	30	30
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	28	28
			REGIÃO X - CENTRO	0	21	21
			REGIÃO XI - NOROESTE II	0	4	4
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	16	16
2092 - Desapropriação para implantação de rodovias	Demanda atendida	Percentual	ESTADO	100	100	100
2127 - Regularização ambiental das obras rodoviárias	Ação executada	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	1	2	3
			REGIÃO II - NORTE	0	3	3
			REGIÃO III - NORDESTE	0	3	3
			REGIÃO IV - LESTE	0	3	3
			REGIÃO V - SUDESTE	3	0	3
			REGIÃO VI - SUL	1	3	4
			REGIÃO VII - SUDOESTE	0	3	3
			REGIÃO VIII - OESTE	0	3	3
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	3	0	3
			REGIÃO X - CENTRO	1	2	3

			REGIÃO XI - NOROESTE II	0	3	3	
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	3	3	
2128 - Reforma de pontes de madeira	Ponte de madeira construída/reformada	Metro	ESTADO	540	1322.5	1862.5	
2151 - Manutenção de rodovias não pavimentadas	Trecho mantido	Quilômetro	ESTADO	6980	32629	39609	
2209 - Conservação de rodovias pavimentadas	Trecho conservado	Quilômetro	ESTADO	1390.9	4861.68	6252.58	
5148 - Pavimentação de rodovias de acesso às sedes municipais	Trecho de ligação pavimentado	Quilômetro	REGIÃO I - NOROESTE I	45.55	10.27	55.82	
			REGIÃO II - NORTE	70.06	22.2	92.26	
			REGIÃO III - NORDESTE	49.95	37.8	87.75	
			REGIÃO IV - LESTE	178.17	74.26	252.43	
			REGIÃO V - SUDESTE	76.48	24.7	101.18	
			REGIÃO VII - SUDOESTE	45.24	5.4	50.64	
			REGIÃO VIII - OESTE	15	0	15	
			REGIÃO X - CENTRO	3.26	14.9	18.16	
			REGIÃO XI - NOROESTE II	8.63	13.18	21.81	
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	33.8	15.6	49.4	
Programa:	388 - Operação do Sistema de Transporte de Mato Grosso						
Objetivo do Programa:	Melhorar a qualidade da operação do sistema de transporte estadual, de modo a qualificar a tomada de decisões relativas a sua manutenção e expansão, ampliar a infraestrutura aeroportuária e viabilizar estudos relativos aos modais ferroviário e hidroviário.						
Público Alvo:	Usuários dos transportes do Estado						
Unidade Responsável:	25101 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa de cobertura aeroportuária(Percentual)		37.59	45.39	Recursos Orçamentários	36.793.515,27	101.768.507,83	138.562.023,10
				Despesas Correntes	4.068.691,80	28.456.327,16	32.525.018,96
				Despesas de Capital	32.724.823,47	73.312.180,67	106.037.004,14
				Recursos a Contratar	8.577.121,14	14.814.230,69	23.391.351,83
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
25101 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
1259 - Estruturação de Tecnologia de Informação da SINFRA	Estrutura informacional disponibilizada	Unidade	REGIÃO VI - SUL	1	3	4	
1292 - Ampliação da infraestrutura aeroportuária do Estado	Aeroporto ampliado e pavimentado	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	0	3	3	
			REGIÃO III - NORDESTE	0	2	2	
			REGIÃO IV - LESTE	1	2	3	
			REGIÃO V - SUDESTE	1	3	4	
			REGIÃO VII - SUDOESTE	0	2	2	
			REGIÃO VIII - OESTE	1	0	1	
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	1	1	2	
			REGIÃO X - CENTRO	0	1	1	
			ESTADO	9	0	9	
2090 - Capacitação de recursos humanos da SINFRA	Servidor capacitado	Unidade	ESTADO	300	820	1120	
2160 - Manutenção dos postos da Polícia Rodoviária Estadual	Posto mantido	Unidade	ESTADO	3	3	3	

2566 - Operação do Serviço de Transporte Intermunicipal de Passageiros	Serviço estruturado	Unidade	ESTADO	1	1	1
3127 - Implantação de regionais da SINFRA	Nova unidade implantada	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	1	0	1
			REGIÃO II - NORTE	0	1	1
			REGIÃO III - NORDESTE	0	1	1
			REGIÃO IV - LESTE	0	1	1
			REGIÃO V - SUDESTE	1	0	1
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1	0	1
			REGIÃO VIII - OESTE	0	1	1
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	1	1
			REGIÃO X - CENTRO	0	1	1
			REGIÃO XI - NOROESTE II	0	1	1
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	1	1
3128 - Implementação de concessões e parcerias	Concessão realizada	Unidade	ESTADO	3	9	12
3129 - Compensação ambiental em áreas indígenas	Ação executada	Unidade	ESTADO	2	0	2
4357 - Gerenciamento e operação da malha pavimentada	Rodovia gerenciada	Unidade	REGIÃO V - SUDESTE	1	0	1
			REGIÃO VI - SUL	1	4	5
			REGIÃO VII - SUDOESTE	0	2	2
			REGIÃO VIII - OESTE	1	4	5
			ESTADO	0	2	2

Diretriz		Resultados Estratégicos Esperados				Início PPA	Final PPA
Promover o crescimento da agricultura de produção familiar.		Índice de especialização da atividade produtiva				30	40
Órgãos Participantes do Resultado:	12101 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS						
Programa:	382 - Organização do Sistema de Produção da Agricultura Familiar						
Objetivo do Programa:	Promover a organização dos sistemas produtivos da agricultura familiar						
Público Alvo:	Agricultores Familiares						
Unidade Responsável:	12101 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de cobertura dos serviços de ATER(Percentual)		26.36	40.5	Recursos Orçamentários	16.099.135,14	30.102.244,84	46.201.379,98
Taxa de crescimento acumulado da produção de hortícolas na agricultura familiar(Percentual)		5	20	Despesas Correntes	14.018.238,19	25.700.420,09	39.718.658,28
Taxa de crescimento acumulado da produção extrativista na agricultura familiar(Percentual)		3	6	Despesas de Capital	2.080.896,95	4.401.824,75	6.482.721,70
Taxa de crescimento acumulado da produção de leite na agricultura familiar(Percentual)		2	5	Recursos a Contratar	17.440.310,85	39.783.296,24	57.223.607,09
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
12101 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2163 - Manutenção do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional	Sistema mantido	Unidade	ESTADO	1	1	1	
2164 - Promoção da Agroecologia e da Produção Orgânica na agricultura familiar	Agricultor familiar assistido	Unidade	ESTADO	20	200	200	
2165 - Promoção da Atividade Florestal de Produção Familiar	Iniciativa apoiada	Unidade	ESTADO	5	15	15	
2166 - Promoção da Cadeia Produtiva da Avicultura Tipo	Agricultor familiar assistido	Unidade	ESTADO	20	80	80	

Caipira na agricultura familiar						
2169 - Promoção da Cadeia Produtiva da Horticultura na agricultura familiar	Agricultor familiar assistido	Unidade	ESTADO	600	2400	2400
2176 - Promoção da Cadeia Produtiva da Piscicultura na agricultura familiar	Agricultor familiar assistido	Unidade	ESTADO	270	390	390
2184 - Promoção da Cadeia Produtiva do Leite na agricultura familiar	Agricultor familiar assistido	Unidade	ESTADO	9600	14175	14175
2186 - Promoção das Cadeias de Produção Agroflorestal na agricultura familiar	Agricultor familiar assistido	Unidade	ESTADO	20	80	80
2187 - Promoção das Cadeias de Produção Florestal Extrativista e da Sociobiodiversidade na agricultura familiar	Agricultor familiar assistido	Unidade	ESTADO	24	38	38
2188 - Promoção do acesso à água potável e de produção na agricultura familiar	Agricultor familiar assistido	Unidade	ESTADO	100	200	200
2190 - Promoção do associativismo e do cooperativismo na agricultura familiar	Agricultor familiar assistido	Unidade	ESTADO	4000	5000	5000
3070 - Elaboração do Plano Estadual de Economia Solidária no Estado de Mato Grosso	Plano elaborado	Percentual	ESTADO	100	0	100
3176 - Fortalecimento do Programa Nacional de Crédito Fundiário em Mato Grosso	Unidade produtiva implantada	Unidade	ESTADO	184	285	285
3177 - Implantação do Sistema Estadual da Agricultura Familiar - Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis	Sistema implantado	Percentual	ESTADO	25	75	100
3178 - Implementação do Plano Estadual da Agricultura Familiar - Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis	Plano implementado	Percentual	ESTADO	25	75	100
3179 - Implementação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional	Plano implementado	Percentual	ESTADO	25	75	100
3369 - Construção da sede da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - EMPAER-MT	Sede construída/aparelhada	Metro quadrado	REGIÃO VI - SUL	3181.48	0	3181.48
3384 - Apoio à cadeia produtiva da ovino-caprinocultura	Agricultor familiar assistido	Unidade	ESTADO	20	60	60
3385 - Articulação para recuperação de pastagens degradadas com correção da acidez do solo	Propriedade rural até 100 Ha atendida	Unidade	ESTADO	250	750	1000
3386 - Apoio à permanência do jovem no campo	Projeto apoiado	Unidade	ESTADO	100	200	300
12401 - EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
1625 - Implementação do planejamento estratégico da EMPAER-MT	Planejamento implementado	Percentual	ESTADO	30	70	100
2365 - Prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agricultor familiar assistido	Unidade	ESTADO	55000	226400	281400
3326 - Reestruturação física das unidades operacionais da EMPAER-MT	Obra concluída	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	0	4	4
			REGIÃO II - NORTE	2	2	4
			REGIÃO III - NORDESTE	0	4	4
			REGIÃO IV - LESTE	3	4	7
			REGIÃO V - SUDESTE	0	3	3
			REGIÃO VI - SUL	3	3	6
			REGIÃO VII - SUDOESTE	3	0	3
			REGIÃO VIII - OESTE	0	4	4
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	1	1
			REGIÃO X - CENTRO	0	1	1
			REGIÃO XI - NOROESTE II	0	0	0

			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	3	3		
3327 - Aparelhamento das unidades da EMPAER-MT	Equipamento adquirido	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	65	216	281		
			REGIÃO II - NORTE	168	443	611		
			REGIÃO III - NORDESTE	107	318	425		
			REGIÃO IV - LESTE	199	255	454		
			REGIÃO V - SUDESTE	174	434	608		
			REGIÃO VI - SUL	376	593	969		
			REGIÃO VII - SUDOESTE	234	356	590		
			REGIÃO VIII - OESTE	108	279	387		
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	3	36	39		
			REGIÃO X - CENTRO	2	13	15		
			REGIÃO XI - NOROESTE II	2	13	15		
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	197	489	686		
3387 - Profissionalização e capacitação de jovens agricultores familiares	Capacitação realizada	Unidade	ESTADO	30	70	100		
4351 - Pesquisa tecnológica para agricultura familiar	Experimento divulgado	Unidade	ESTADO	145	588	733		
4352 - Fomento para aquisição de insumos para a agricultura familiar	Insumo disponibilizado	Unidade	ESTADO	962300	3855355	4817655		
4353 - Capacitação de recursos humanos da EMPAER-MT	Curso realizado	Unidade	ESTADO	16	39	55		
Programa:		383 - Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar						
Objetivo do Programa:		Ampliar a participação dos produtos da agricultura familiar no mercado consumidor						
Público Alvo:		Agricultores Familiares						
Unidade Responsável:		12101 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS						
Resultados Pactuados			Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa de crescimento das contratações da agricultura familiar no PAA em Mato Grosso(Percentual)			30	65.91	Recursos Orçamentários	1.351.362,21	3.090.731,45	4.442.093,66
					Despesas Correntes	1.331.362,21	2.866.383,77	4.197.745,98
					Despesas de Capital	20.000,00	224.347,68	244.347,68
					Recursos a Contratar	880.000,00	1.415.000,00	2.295.000,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA								
12101 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS								
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA		
2156 - Apoio à revitalização das feiras livres	Feira revitalizada	Unidade	ESTADO	6	25	31		
2157 - Comercialização dos produtos da agricultura familiar por meio dos programas institucionais federais	Novo contrato firmado	Unidade	ESTADO	30	150	180		
2158 - Incentivo à agroindustrialização familiar e comunitária	Agroindústria implantada	Unidade	ESTADO	3	7	10		
2159 - Operacionalização de Central de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar	Central de comercialização em funcionamento	Unidade	ESTADO	1	1	1		
2162 - Promoção da classificação e padronização dos produtos da agricultura familiar	Produto com padronização definida	Unidade	ESTADO	5	15	20		
3175 - Criação de banco de dados do mercado de produtos da agricultura familiar	Banco de dados implantado	Percentual	ESTADO	25	75	100		

Cidades para Viver Bem: Municípios Sustentáveis

Diretriz	Resultados Estratégicos Esperados			Início PPA	Final PPA		
Melhorar a efetividade das ações para conservação ambiental, contribuindo para a qualidade de vida da população.	Índice de implementação de Unidades de Conservação			31.41	37.56		
	Descentralização da Gestão Ambiental			25	100		
	Redução do índice de desmatamento			20	20		
Órgãos Participantes do Resultado:	08101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA						
	27101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE						
Programa:	331 - Defesa Ambiental e Organização das Cidades						
Objetivo do Programa:	Zelar pela defesa e proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável						
Público Alvo:	Sociedade mato-grossense						
Unidade Responsável:	8101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Índice de interatividade social em procedimentos investigatórios ambientais(Percentual)		47.2	50.5	Recursos Orçamentários	150.000,00	450.000,00	600.000,00
Índice de resolutividade extrajudicial do meio ambiente(Percentual)		22.6	25.4	Despesas Correntes	150.000,00	450.000,00	600.000,00
				Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
				Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
8101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
3328 - Proteção dos recursos hídricos	Medida ministerial adotada	Percentual	ESTADO	14.95	26.2	26.2	
3329 - Proteção dos ecossistemas e biomas	Medida ministerial adotada	Percentual	ESTADO	32.3	39.8	39.8	
3330 - Promoção da educação ambiental	Medida ministerial adotada	Percentual	ESTADO	10	10	10	
3331 - Organização e sustentabilidade das cidades mato-grossenses	Medida ministerial adotada	Percentual	ESTADO	10	10	10	
Programa:	393 - Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida						
Objetivo do Programa:	Implementar condições que proporcionem a melhor conservação ambiental e o uso sustentavel dos recursos naturais.						
Público Alvo:	População do Estado de Mato Grosso						
Unidade Responsável:	27101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de elaboração dos planos de recursos hídricos de bacia hidrográfica.(Percentual)		3.7	7.4	Recursos Orçamentários	30.835.945,04	36.609.201,01	67.445.146,05
Índice de exploração florestal ilegal(Índice)		90	60	Despesas Correntes	25.695.885,04	35.114.293,01	60.810.178,05
Percentual de destinação de resíduos sólidos(Percentual)		9	7	Despesas de Capital	5.140.060,00	1.494.908,00	6.634.968,00
Índice de implementação de Unidades de Conservação(Percentual)		31.41	37.56	Recursos a Contratar	24.825.597,00	63.399.450,24	88.225.047,24
IQAr - Índice de qualidade do ar(Percentual)		7.06	7				
Redução do índice de desmatamento(Percentual)		20	20				
Percentual de realização do enquadramento dos corpos d água no Estado(Percentual)		0.18	0.37				
IQA - Índice de qualidade da água(Escala 0 a 100)		54.4	55				
Percentual de municípios com planos de gerenciamento de resíduos sólidos(Percentual)		20	50				
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
17303 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2553 - Anatomia e identificação de madeira	Madeira identificada	Metro cúbico	REGIÃO VI - SUL	1100000	2900000	4000000	
27101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE							

Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2074 - Monitoramento do uso dos recursos florestais e do fogo para fins de uso do solo	Empreendimento licenciado monitorado	Unidade	ESTADO	350	1350	1700
2085 - Gestão do sistema estadual de unidades de conservação	Unidade de conservação implementada	Percentual	REGIÃO I - NOROESTE I	4.82	5.78	5.78
			REGIÃO II - NORTE	1.61	1.93	1.93
			REGIÃO III - NORDESTE	1.61	1.93	1.93
			REGIÃO IV - LESTE	3.22	3.85	3.85
			REGIÃO V - SUDESTE	2.42	2.89	2.89
			REGIÃO VI - SUL	11.28	13.48	13.48
			REGIÃO VII - SUDOESTE	2.42	2.89	2.89
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	.81	0.96	0.96
			REGIÃO X - CENTRO	.81	0.96	0.96
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	.81	0.96	0.96
			ESTADO	1.6	1.93	1.93
2086 - Licenciamento das atividades potencialmente poluidoras	Processo analisado	Unidade	ESTADO	4850	15750	20600
2087 - Gestão do manejo sustentável dos ecossistemas da sociobiodiversidade	Relatório disponibilizado	Unidade	ESTADO	2	6	8
2089 - Gestão da informação de atividades potencialmente poluidoras	Relatório disponibilizado	Unidade	ESTADO	1	3	4
2098 - Gestão dos dados e metadados geoespaciais	Base de dado geoespacial organizada	Percentual	ESTADO	25	75	100
2104 - Controle do uso sustentável dos recursos florestais e do fogo para fins de uso do solo	Empreendimento licenciado autorizado	Unidade	ESTADO	500	1500	2000
2110 - Implementação da política de mudanças climáticas	Política estadual de mudanças climáticas implantada	Percentual	ESTADO	15	85	100
2111 - Gestão da regularização ambiental de imóveis rurais	Projeto analisado	Unidade	ESTADO	10000	30000	40000
2121 - Prevenção e combate a incêndios florestais	Incêndio florestal prevenido/combatedo	Percentual	ESTADO	20	30	50
2352 - Monitoramento cobertura vegetal	Relatório elaborado	Unidade	ESTADO	3	9	12
2358 - Monitoramento da qualidade e quantidade da água	Amostra analisada	Unidade	ESTADO	340	1020	1360
2950 - Formação continuada para implementação dos instrumentos de gestão ambiental	Multiplicador formado	Unidade	ESTADO	120	360	480
2951 - Produção e difusão de conhecimento e informações ambientais	Município atendido	Unidade	ESTADO	4	8	12
3113 - Implantação da política estadual de recursos hídricos	Instrumento implantado	Percentual	ESTADO	25	75	100
3116 - Implantação do Jardim Botânico	Jardim botânico implantado	Percentual	REGIÃO VI - SUL	25	75	100
3120 - Implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública -A3P	Agenda ambiental na administração pública implantada	Percentual	ESTADO	30	70	100
3122 - Implantação do sistema estadual de educação ambiental	Sistema implantado	Percentual	ESTADO	10	90	100
3125 - Implantação do Sistema Estadual de REDD+	Sistema implantado	Percentual	ESTADO	15	85	100
4216 - Gestão do patrimônio faunístico e pesqueiro	Relatório disponibilizado	Unidade	ESTADO	1	3	4
4314 - Gestão da recuperação de áreas públicas degradadas	Relatório disponibilizado	Unidade	ESTADO	3	9	12
4319 - Fiscalização ambiental	Inspeção realizada	Unidade	ESTADO	4420	15825	20245
4322 - Implementação da política nacional de resíduos sólidos	Política implementada	Percentual	ESTADO	20	30	50
4330 - Implementação do Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar - PEAAF	Programa implementado	Percentual	ESTADO	25	75	100

4339 - Monitoramento da qualidade do ar	Medição da qualidade do ar realizada	Unidade	ESTADO	340	1020	1360
5126 - Gestão da biodiversidade da flora	Relatório elaborado	Unidade	ESTADO	3	9	12

Diretriz	Resultados Estratégicos Esperados	Início PPA	Final PPA
Promover ações de desenvolvimento urbano.	Percentual de domicílios particulares permanentes atendidos por serviços de coleta de lixo	80.89	87
	Perc. de domicílios part. perm. com canalização int. e ligados à rede geral de abastecimento de água	78.72	87
	Percentual de domicílios part. perm. ligados à rede coletora de esgoto sanitário ou fossa séptica	24.01	35

Órgãos Participantes do Resultado:	04303 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ-AGEM/VRC					
	28101 - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES					
Programa:	389 - Integração Metropolitana					
Objetivo do Programa:	Promover a integração das funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá - RMVRC.					
Público Alvo:	População fixa e flutuante dos municípios que compõem a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e entorno					
Unidade Responsável:	4303 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ-AGEM/VRC					

Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Evolução do processo de elaboração do PDDI(Percentual)	20	100	Recursos Orçamentários	398.682,58	1.601.307,02	1.999.989,60
			Despesas Correntes	398.682,58	1.601.307,02	1.999.989,60
			Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
			Recursos a Contratar	574.339,98	2.000.304,82	2.574.644,80

DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

4303 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ-AGEM/VRC						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
3092 - Fortalecimento Institucional da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá/AGEM	AGEM/VRC fortalecida	Percentual	REGIÃO VI - SUL	33.71	66.29	100
3094 - Operacionalização do Sistema de Gestão da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá - RMVRC	Sistema operacionalizado	Percentual	REGIÃO VI - SUL	33.71	66.29	100
3095 - Elaboração de Planos Setoriais de Desenvolvimento Integrado das Funções Públicas de Interesse Comum da Região	Plano elaborado	Percentual	REGIÃO VI - SUL	2.11	97.89	100
3097 - Elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá	Plano diretor de desenvolvimento integrado (PDDI) elaborado	Percentual	REGIÃO VI - SUL	46.67	53.33	100

Programa:	390 - Cidades Urbanizadas					
Objetivo do Programa:	Aumentar a capacidade de execução das obras de infraestrutura urbana.					
Público Alvo:	População do estado de Mato Grosso.					
Unidade Responsável:	28101 - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES					

Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual acumulado de obras da Copa 2014 entregues e com qualidade comprovada(Percentual)	87.5	100	Recursos Orçamentários	95.428.869,05	359.759.747,59	455.188.616,64
Percentual acumulado de equipamentos públicos entregues(Percentual)	35	100	Despesas Correntes	573.756,43	3.827.463,46	4.401.219,89
Percentual acumulado de obra executada relativo ao remanescente necessário para implantação do VLT(Percentual)	25	100	Despesas de Capital	94.855.112,62	355.932.284,13	450.787.396,75
Percentual remanescente executado (exclusive o VLT) das obras da Copa(Percentual)	100	100	Recursos a Contratar	115.208.133,91	374.397.023,00	489.605.156,91

DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

25101 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
1819 - Pavimentação e recuperação de vias urbanas	Trecho pavimentado	Quilômetro	REGIÃO IV - LESTE	7	0	7
			REGIÃO VI - SUL	4	0	4

			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	15	0	15
28101 - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
1820 - Construção, ampliação e reforma de edificações públicas do Estado	Edificação pública construída	Unidade	REGIÃO V - SUDESTE	0	1	1
			REGIÃO VI - SUL	1	2	3
			REGIÃO VIII - OESTE	0	1	1
			ESTADO	0	0	0
1821 - Elaboração de projetos técnicos de edificações e infraestrutura do estado e municípios	Projeto elaborado	Unidade	REGIÃO VI - SUL	8	9	17
			ESTADO	24	79	103
3105 - Finalização das obras de mobilidade e infraestrutura urbana iniciadas para atender às demandas da Copa 2014	Obra executada	Percentual	REGIÃO VI - SUL	100	0	100
3106 - Reforma do prédio da Secretaria de Estado das Cidades - SECID	Obra concluída	Percentual	REGIÃO VI - SUL	50	50	100
3108 - Reestruturação instrumental da SAOP	Equipamento adquirido	Percentual	REGIÃO VI - SUL	35	65	100
3109 - Construção de obras de infraestrutura para mobilidade e acessibilidade urbana	Obra realizada	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	0	1	1
			REGIÃO II - NORTE	1	1	2
			REGIÃO III - NORDESTE	1	1	2
			REGIÃO IV - LESTE	1	1	2
			REGIÃO V - SUDESTE	0	3	3
			REGIÃO VI - SUL	0	4	4
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1	1	2
			REGIÃO VIII - OESTE	0	2	2
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	1	1	2
			REGIÃO X - CENTRO	0	2	2
			REGIÃO XI - NOROESTE II	1	0	1
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	2	2
			ESTADO	0	0	0
3117 - Pavimentação e recuperação de vias urbanas nos municípios do Estado	Trecho pavimentado	Quilômetro	ESTADO	12	36	48
3357 - Execução de obras públicas por termo de cooperação técnica	Obra executada	Unidade	REGIÃO VI - SUL	0	1	1
			ESTADO	6	18	24
5110 - Desenvolvimento das obras e serviços de engenharia necessários à implantação do Veículo Leve sobre Trilhos	Obra executada	Percentual	REGIÃO VI - SUL	39	61	100
5168 - Apoio à execução de projetos, construções e reforma de obras públicas municipais	Equipamento público entregue	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	2	4	6
			REGIÃO II - NORTE	14	7	21
			REGIÃO III - NORDESTE	1	11	12
			REGIÃO IV - LESTE	8	11	19
			REGIÃO V - SUDESTE	4	13	17
			REGIÃO VI - SUL	7	8	15
			REGIÃO VII - SUDOESTE	8	9	17
			REGIÃO VIII - OESTE	5	11	16
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	11	8	19
			REGIÃO X - CENTRO	4	3	7

			REGIÃO XI - NOROESTE II	4	2	6	
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	9	5	14	
			ESTADO	0	0	0	
5218 - Construção do Hospital Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	Obra executada	Percentual	REGIÃO VI - SUL	25	75	100	
Programa:	391 - Cidades Sustentáveis						
Objetivo do Programa:	Melhorar o desenvolvimento urbano dos municípios de Mato Grosso, através do fortalecimento do planejamento urbano e ampliação da oferta de moradia digna, dos serviços de saneamento básico e das ações de mobilidade e acessibilidade urbana.						
Público Alvo:	A população do Estado de Mato Grosso.						
Unidade Responsável:	28101 - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de atendimento de água(Percentual)		98	100	Recursos Orçamentários	125.159.855,11	394.477.768,31	519.637.623,42
Percentual dos municípios do Estado de Mato Grosso com Conselhos Municipais da Cidade Implantados(Percentual)		40	70	Despesas Correntes	10.649.140,31	40.741.137,83	51.390.278,14
Percentual de Plano Diretor Municipal elaborado(Percentual)		30	60	Despesas de Capital	114.510.714,80	353.736.630,48	468.247.345,28
Percentual de municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado(Percentual)		45	100	Recursos a Contratar	700.000,00	2.100.000,80	2.800.000,80
Percentual executado de evolução de construção de habitações de acordo com os resultados projetados.(Percentual)		49.62	5.69				
Percentual de Plano de Mobilidade Urbana elaborado(Percentual)		20	50				
Percentual dos municípios do Estado de Mato Grosso com GeoCidades implantados(Percentual)		20	50				
Percentual de atendimento de esgoto(Percentual)		20	50				
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
28101 - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
1167 - Apoio aos municípios para elaboração de projetos técnicos de saneamento básico	Projeto elaborado	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	0	1	1	
			REGIÃO II - NORTE	0	1	1	
			REGIÃO III - NORDESTE	0	1	1	
			REGIÃO IV - LESTE	0	1	1	
			REGIÃO V - SUDESTE	1	0	1	
			REGIÃO VI - SUL	1	1	2	
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1	0	1	
			REGIÃO VIII - OESTE	0	2	2	
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	1	1	
			REGIÃO X - CENTRO	0	2	2	
			REGIÃO XI - NOROESTE II	0	1	1	
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	1	1	
			ESTADO	0	0	0	
1317 - Apoio aos municípios na implantação, ampliação e reforma de sistema de abastecimento de água	Rede ampliada	Metro	REGIÃO I - NOROESTE I	1700	6100	7800	
			REGIÃO II - NORTE	700	3550	4250	
			REGIÃO III - NORDESTE	1300	5300	6600	
			REGIÃO IV - LESTE	1000	4350	5350	
			REGIÃO V - SUDESTE	4200	16350	20550	

			REGIÃO VI - SUL	4250	16200	20450
			REGIÃO VII - SUDOESTE	2500	10000	12500
			REGIÃO VIII - OESTE	2550	9250	11800
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	500	2800	3300
			REGIÃO X - CENTRO	2400	9000	11400
			REGIÃO XI - NOROESTE II	262.5	2452.5	2715
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	250	2550	2800
			ESTADO	0	0	0
1763 - Execução de habitação urbana e infraestrutura	Casa construída	Unidade	REGIÃO V - SUDESTE	2430	940	3370
			REGIÃO VI - SUL	3701	1820	5521
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	1973	377	2350
			ESTADO	0	0	0
1827 - Execução de habitação rural e infraestrutura	Casa construída	Unidade	REGIÃO III - NORDESTE	41	283	324
			REGIÃO VI - SUL	41	283	324
			REGIÃO VII - SUDOESTE	41	283	324
			ESTADO	0	0	0
1828 - Financiamento de bolsa material de construção	Bolsa distribuída	Unidade	REGIÃO IV - LESTE	18	68	86
			REGIÃO V - SUDESTE	27	85	112
			REGIÃO VI - SUL	49	182	231
			REGIÃO VII - SUDOESTE	27	58	85
			ESTADO	0	0	0
2054 - Fomento à melhoria da mobilidade e acessibilidade no Estado	Município apoiado	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	0	0	0
			REGIÃO II - NORTE	0	0	0
			REGIÃO III - NORDESTE	0	0	0
			REGIÃO IV - LESTE	2	0	0
			REGIÃO V - SUDESTE	0	0	0
			REGIÃO VI - SUL	2	0	0
			REGIÃO VII - SUDOESTE	0	0	0
2055 - Implementação do Sistema de Informações Municipais Georeferenciadas do Estado de Mato Grosso	Município apoiado	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	0	0	0
			REGIÃO II - NORTE	0	6	6
			REGIÃO III - NORDESTE	4	0	0
			REGIÃO IV - LESTE	0	0	0
			REGIÃO V - SUDESTE	0	6	6
			REGIÃO VII - SUDOESTE	4	0	0
			REGIÃO VIII - OESTE	3	5	5
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	0	0
			REGIÃO X - CENTRO	0	4	4
			REGIÃO XI - NOROESTE II	0	3	3

2056 - Fomento à estruturação da Política de Desenvolvimento Urbano nos Municípios	Município apoiado	Unidade	REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	8	8
			ESTADO	0	0	0
			REGIÃO I - NOROESTE I	0	0	0
			REGIÃO II - NORTE	0	4	4
			REGIÃO III - NORDESTE	4	0	0
			REGIÃO IV - LESTE	0	0	0
			REGIÃO V - SUDESTE	0	3	3
			REGIÃO VI - SUL	4	0	0
			REGIÃO VII - SUDOESTE	3	0	0
			REGIÃO VIII - OESTE	0	2	2
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	0	0
			REGIÃO X - CENTRO	0	2	2
			REGIÃO XI - NOROESTE II	0	2	2
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	2	2
2058 - Fortalecimento da participação e do controle social nas Políticas de Desenvolvimento Urbano	Município apoiado	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	4	12	16
			REGIÃO II - NORTE	10	30	40
			REGIÃO III - NORDESTE	8	24	32
			REGIÃO IV - LESTE	11	33	44
			REGIÃO V - SUDESTE	12	36	48
			REGIÃO VI - SUL	8	24	32
			REGIÃO VII - SUDOESTE	14	42	56
			REGIÃO VIII - OESTE	5	15	20
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	4	12	16
			REGIÃO X - CENTRO	4	12	16
			REGIÃO XI - NOROESTE II	3	9	12
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	5	15	20
			ESTADO	0	0	0
3098 - Promoção de ações de educação em saneamento ambiental nos municípios	Município atendido	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	0	3	3
			REGIÃO II - NORTE	1	5	6
			REGIÃO III - NORDESTE	0	3	3
			REGIÃO IV - LESTE	0	4	4
			REGIÃO V - SUDESTE	4	1	5
			REGIÃO VI - SUL	0	0	0
			REGIÃO VII - SUDOESTE	0	2	2
			REGIÃO VIII - OESTE	0	3	3
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	1	1
			REGIÃO X - CENTRO	0	2	2
			REGIÃO XI - NOROESTE II	0	2	2

			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	3	3
			ESTADO	0	0	0
3099 - Reestruturação do programa habitacional para os servidores públicos efetivos, ativos, inativos ou pensionistas	Programa desenvolvido/implantado	Unidade	ESTADO	1	3	4
3100 - Elaboração do plano estadual de saneamento básico por bacia hidrográfica	Plano elaborado	Percentual	REGIÃO I - NOROESTE I	0	0	0
			REGIÃO II - NORTE	0	0	0
			REGIÃO III - NORDESTE	0	0	0
			REGIÃO IV - LESTE	0	0	0
			REGIÃO V - SUDESTE	0	0	0
			REGIÃO VI - SUL	0	0	0
			REGIÃO VII - SUDOESTE	0	0	0
			REGIÃO VIII - OESTE	0	0	0
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	0	0
			REGIÃO X - CENTRO	0	0	0
			REGIÃO XI - NOROESTE II	0	0	0
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	0	0
			ESTADO	0	100	100
3101 - Apoio aos municípios na implantação, ampliação e reforma de sistema de esgotamento sanitário	Rede ampliada	Metro	REGIÃO I - NOROESTE I	3600	14650	18250
			REGIÃO II - NORTE	1700	6600	8300
			REGIÃO III - NORDESTE	2500	12250	14750
			REGIÃO IV - LESTE	2100	9450	11550
			REGIÃO V - SUDESTE	3500	16900	20400
			REGIÃO VI - SUL	2500	10450	12950
			REGIÃO VII - SUDOESTE	3800	18700	22500
			REGIÃO VIII - OESTE	3800	18700	22500
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	1200	5000	6200
			REGIÃO X - CENTRO	1650	6600	8250
			REGIÃO XI - NOROESTE II	645.95	2499.39	3145.34
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	650	2650	3300
			ESTADO	150	450	600
3102 - Apoio à regularização fundiária em assentamentos precários.	Lote regularizado	Unidade	REGIÃO VI - SUL	1799	1614	3413
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	500	500	1000
			ESTADO	7008	0	7008
3110 - Reestruturação do ambiente tecnológico da SECID	Parque tecnológico ampliado	Percentual	ESTADO	12	8	20
3126 - Elaboração do plano estadual de mobilidade e acessibilidade urbana	Plano elaborado	Unidade	ESTADO	.75	0.25	1
4344 - Capacitação técnica dos servidores da Secretaria de Estado das Cidades-SECID	Pessoa capacitada	Pessoa	ESTADO	16	48	64
5146 - Apoio aos municípios na elaboração de planos municipais de saneamento básico	Plano elaborado	Percentual	REGIÃO I - NOROESTE I	0	0	0
			REGIÃO II - NORTE	0	0	0

			REGIÃO III - NORDESTE	0	0	0
			REGIÃO IV - LESTE	0	0	0
			REGIÃO V - SUDESTE	0	0	0
			REGIÃO VI - SUL	50	0	50
			REGIÃO VII - SUDOESTE	0	0	0
			REGIÃO VIII - OESTE	0	0	0
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	0	0
			REGIÃO X - CENTRO	0	0	0
			REGIÃO XI - NOROESTE II	0	0	0
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	0	0
			ESTADO	0	50	50
5147 - Apoio aos municípios com vistas à ampliação da oferta de sistemas de Resíduos Sólidos	Obra concluída	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	0	0	0
			REGIÃO II - NORTE	0	1	1
			REGIÃO III - NORDESTE	0	0	0
			REGIÃO IV - LESTE	0	0	0
			REGIÃO V - SUDESTE	1	0	1
			REGIÃO VI - SUL	0	1	1
			REGIÃO VII - SUDOESTE	0	0	0
			REGIÃO VIII - OESTE	0	1	1
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	1	1
			REGIÃO X - CENTRO	0	0	0
			REGIÃO XI - NOROESTE II	0	0	0
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	0	0
			ESTADO	0	0	0
			5158 - Apoio aos municípios na execução de obras de drenagem urbana	Obra concluída	Metro	REGIÃO I - NOROESTE I
REGIÃO II - NORTE	1000	3300				4300
REGIÃO III - NORDESTE	500	1600				2100
REGIÃO IV - LESTE	700	2600				3300
REGIÃO V - SUDESTE	1800	6200				8000
REGIÃO VI - SUL	3500	12800				16300
REGIÃO VII - SUDOESTE	1200	4200				5400
REGIÃO VIII - OESTE	800	2700				3500
REGIÃO IX - CENTRO OESTE	300	1200				1500
REGIÃO X - CENTRO	700	2400				3100
REGIÃO XI - NOROESTE II	300	1050				1350
REGIÃO XII - CENTRO NORTE	700	2400				3100
ESTADO	0	0				0
Programa:		392 - Cidades Resilientes a Desastres				

Objetivo do Programa:	Estimular a capacidade de resiliência a desastres nas cidades tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.					
Público Alvo:	População mato-grossense de áreas suscetíveis a desastres.					
Unidade Responsável:	28101 - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES					
Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de municípios (de um total de 20 definidos) com mapeamento de áreas de risco(Percentual)	25	100	Recursos Orçamentários	5.874.182,25	25.364.330,57	31.238.512,82
			Despesas Correntes	4.106.996,13	19.947.558,65	24.054.554,78
			Despesas de Capital	1.767.186,12	5.416.771,92	7.183.958,04
			Recursos a Contratar	0,00	6.370.323,70	6.370.323,70
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
28101 - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2059 - Mitigação para ocorrência de desastres	Órgãos com sistemática implementada	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	0	2	2
			REGIÃO II - NORTE	1	2	3
			REGIÃO III - NORDESTE	0	2	2
			REGIÃO IV - LESTE	0	3	3
			REGIÃO V - SUDESTE	1	2	3
			REGIÃO VI - SUL	1	3	4
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1	2	3
			REGIÃO VIII - OESTE	1	1	2
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	3	3
			REGIÃO X - CENTRO	1	2	3
			REGIÃO XI - NOROESTE II	1	2	3
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	2	2
2060 - Respostas a desastres	Pessoas atendidas	Percentual	REGIÃO I - NOROESTE I	0	0	0
			REGIÃO II - NORTE	1	1	1
			REGIÃO III - NORDESTE	0	0	0
			REGIÃO IV - LESTE	1	1	1
			REGIÃO V - SUDESTE	1	1	1
			REGIÃO VI - SUL	0	0	0
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1	1	1
			REGIÃO VIII - OESTE	1	1	1
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	0	0
			REGIÃO X - CENTRO	0	0	0
			REGIÃO XI - NOROESTE II	0	0	0
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	1	1	1
			ESTADO	16	16	16
2061 - Mapeamento das áreas de risco	Município mapeado	Percentual	REGIÃO I - NOROESTE I	1	1	2
			REGIÃO II - NORTE	1	1	2
			REGIÃO III - NORDESTE	1	1	2
			REGIÃO IV - LESTE	1	0	1

			REGIÃO V - SUDESTE	0	2	2
			REGIÃO VI - SUL	1	1	2
			REGIÃO VII - SUDOESTE	0	2	2
			REGIÃO VIII - OESTE	0	1	1
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	2	2
			REGIÃO X - CENTRO	0	2	2
			REGIÃO XI - NOROESTE II	0	1	1
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	1	1
2062 - Prevenção a desastres	Pessoas Capacitadas	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	37	111	148
			REGIÃO II - NORTE	37	111	148
			REGIÃO III - NORDESTE	37	111	148
			REGIÃO IV - LESTE	225	675	900
			REGIÃO V - SUDESTE	368	1104	1472
			REGIÃO VI - SUL	766	2298	3064
			REGIÃO VII - SUDOESTE	184	552	736
			REGIÃO VIII - OESTE	480	1440	1920
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	138	414	552
			REGIÃO X - CENTRO	37	111	148
			REGIÃO XI - NOROESTE II	37	111	148
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	184	552	736
3103 - Monitoramento de risco de desastres	Relatório disponibilizado	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	364	1092	1456
			REGIÃO II - NORTE	364	1092	1456
			REGIÃO III - NORDESTE	364	1092	1456
			REGIÃO IV - LESTE	364	1092	1456
			REGIÃO V - SUDESTE	364	1092	1456
			REGIÃO VI - SUL	364	1092	1456
			REGIÃO VII - SUDOESTE	364	1092	1456
			REGIÃO VIII - OESTE	364	1092	1456
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	364	1092	1456
			REGIÃO X - CENTRO	364	1092	1456
			REGIÃO XI - NOROESTE II	364	1092	1456
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	364	1092	1456
3104 - Reestruturação do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil	Sistema reestruturado/implementado	Percentual	REGIÃO VI - SUL	10	30	40

Educar para Transformar e Emancipar o Cidadão

Diretriz	Resultados Estratégicos Esperados	Início PPA	Final PPA			
Elevar a capacidade científica, técnica, tecnológica e de inovação do Estado.	Núm. méd. de pedidos de registro de propriet. intelectual solicitados ao INPI nos ult. 3 anos	1674	2513			
	Percentual de investimento em P&D em relação ao total de dispêndios de C,T&I	4.9	10			
	Percentual do dispêndio estadual em CT&I, em relação receita Corrente Líquida	0.95	1.9			
Órgãos Participantes do Resultado:	26101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
	26201 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO					
Programa:	339 - Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação					
Objetivo do Programa:	Contribuir para o aumento da capacidade científica, tecnológica e de inovação do estado de Mato Grosso, mediante ações de fomento, apoio e promoção de pesquisa científica, formação de recursos humanos, popularização da ciência, apoio a parques tecnológicos, incubadoras de empresas e demais mecanismos, projetos e incentivos de apoio ao empreendedorismo inovador, articulação e gerenciamento de projetos de C,T&I, especialmente em áreas priorizadas pela Agenda Estratégica de C,T&I, com vistas a criar e desenvolver um ecossistema favorável à ciência, tecnologia e inovação na perspectiva de promover o desenvolvimento de Mato Grosso.					
Público Alvo:	Pesquisadores, empreendedores, empresários, produtores, estudantes, ICT's e organ. privadas de pesquisa					
Unidade Responsável:	26101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de grupos de pesquisa que se relacionam com empresas(Percentual)	11	15	Recursos Orçamentários	47.750.306,40	170.354.746,48	218.105.052,88
Número de produção tecnológica por ano(Unidade)	15	30	Despesas Correntes	34.939.432,91	122.679.239,90	157.618.672,81
Percent. de proj. de pesq. financ alinhados às áreas prioriz. pela agenda estrat. de C,Te I por ano.(Percentual)	0	40	Despesas de Capital	12.810.873,49	47.675.506,58	60.486.380,07
Número de projetos de pesquisas financiados pela FAPEMAT (Unidade)	198	930	Recursos a Contratar	29.598.153,42	97.736.680,63	127.334.834,05
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
26101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
3226 - Escritório de gerenciamento de projetos de C,T&I	Escritório de projeto de C,T&I implantado	Percentual	ESTADO	100	100	100
3227 - Estímulo ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no estado de Mato Grosso	Medida de estímulo realizada	Unidade	ESTADO	4	4	4
3228 - Fortalecimento da política e do sistema estadual de C,T&I	Medida de fortalecimento do SCTI implantada	Percentual	ESTADO	100	100	100
3371 - Implantação do Parque Tecnológico do Estado.	Parque tecnológico implantado	Percentual	REGIÃO VI - SUL	20	80	100
26202 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MATO GROSSO						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2205 - Apoio e fomento ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação	Projeto de CTI apoiado	Unidade	ESTADO	15	15	15
Programa:	345 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Superior					
Objetivo do Programa:	Contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento da educação profissional e superior, com vistas à elevação da capacidade científica, técnica, tecnológica e de inovação do estado de Mato Grosso.					
Público Alvo:	Estudantes, cidadão que deseja qualificação, gestores, professores e técnicos das redes pública e privada					
Unidade Responsável:	26101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de professores efetivos nas ETE's(Unidade)	24.4	90	Recursos Orçamentários	9.031.702,90	14.469.043,49	23.500.746,39
Número de matrículas em cursos de educação profissional presencial por ano(Unidade)	4530	10000	Despesas Correntes	8.840.742,90	13.497.148,28	22.337.891,18
Número de matrículas em cursos de educação profissional à distância ou semipresenciais ao ano(Unidade)	2000	8000	Despesas de Capital	190.960,00	971.895,21	1.162.855,21
Percentual de instituições do S.E.E.S. avaliadas com atrib. de conceitos parametrizados com INEP(Percentual)	20	100	Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
26101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO						

Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2201 - Melhoria na gestão das Escolas Técnicas Estaduais	Medida de melhoria na gestão das ETE's realizada	Percentual	ESTADO	100	100	100
2202 - Oferta de cursos prof., técnicos, tecnológicos e de Formação Inicial Continuada-FIC, presenciais e a distância	Matrícula em curso de formação inicial continuada	Unidade	ESTADO	7381	10003	10003
3229 - Estruturação física das ETES	Base física das ETE's estruturada	Unidade	REGIÃO II - NORTE	1	2	2
			REGIÃO IV - LESTE	1	2	2
			REGIÃO V - SUDESTE	2	4	4
			REGIÃO VI - SUL	1	1	1
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1	1	1
			REGIÃO VIII - OESTE	1	1	1
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	1	1
			REGIÃO X - CENTRO	0	2	2
			REGIÃO XI - NOROESTE II	1	1	1
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	1	1
			ESTADO	0	0	0
3230 - Fortalecimento da Política e do Sistema Estadual de Educação Profissional e Superior	Medida de fortalecimento do Sistema Estadual de Educação Profissional implementada	Percentual	ESTADO	100	100	100
3231 - Fortalecimento da regulação, supervisão e avaliação das instituições do Sistema Estadual de Educação Superior	Curso superior avaliado	Percentual	ESTADO	100	100	100

Programa:	397 - Fortalecimento do Ensino Superior no estado de Mato Grosso
Objetivo do Programa:	Ampliar o acesso à educação superior com condições de qualidade, permanência e equidade, visando à socialização dos conhecimentos produzidos na academia em interação com os conhecimentos populares, beneficiando o desenvolvimento social e humano da população; bem como a criação e socialização do conhecimento científico, tecnológico e de inovação, contribuindo com o desenvolvimento do Estado.
Público Alvo:	Sociedade acadêmica; Sociedade mato-Grossense
Unidade Responsável:	26201 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Índice de titulação docente(Unidade)	3.15	3.25	Recursos Orçamentários	19.985.209,43	99.159.243,06	119.144.452,49
Número médio de projeto de pesquisa por docente(Percentual)	0.13	0.14	Despesas Correntes	13.245.209,43	47.054.843,06	60.300.052,49
Número médio de projeto de extensão por docente(Percentual)	0.23	0.26	Despesas de Capital	6.740.000,00	52.104.400,00	58.844.400,00
Número médio de alunos por docente(Percentual)	12.77	15.85	Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

26201 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2206 - Ampliação e manutenção da extensão universitária	Projeto institucionalizado	Unidade	ESTADO	250	282	282
2207 - Ampliação e manutenção da oferta de vagas nos cursos de graduação nas diferentes modalidades	Vagas ofertadas	Unidade	ESTADO	4280	4280	4280
2208 - Expansão da oferta de cursos de graduação pela Faculdade Intercultural Indígena	Curso ofertado	Unidade	ESTADO	4	4	4
2210 - Expansão da oferta de cursos em modalidades diferenciadas	Curso ofertado	Unidade	ESTADO	33	36	36
2211 - Expansão e manutenção da oferta de ensino de pós-graduação	Curso de pós ofertado	Unidade	ESTADO	12	16	16
2212 - Implantação e manutenção de ações de assistência estudantil	Auxílio Concedido	Unidade	ESTADO	1500	2900	2900
2213 - Manutenção e ampliação da oferta de bolsas acadêmicas	Bolsa ofertada	Unidade	ESTADO	1300	1420	1420

2214 - Manutenção e fortalecimento dos cursos de graduação de oferta regular	Curso mantido	Unidade	ESTADO	60	60	60
2215 - Qualificação do quadro funcional	Servidor capacitado	Unidade	ESTADO	50	252	302
2216 - Viabilização da pesquisa, iniciação científica e inovação tecnológica	Projeto institucionalizado	Unidade	ESTADO	140	774	914

Diretriz	Resultados Estratégicos Esperados	Início PPA	Final PPA
Universalizar o atendimento e melhorar a qualidade da educação básica.	Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa na 3ª série do ensino médio	22	30
	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais com formação completa em nível fundamental de ensino	62.5	64
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos iniciais do ensino fundamental	5.2	5.35
	Percentual de alunos com aprendizado adequado em Matemática no 3º ano do ensino médio	7	15
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos finais do ensino fundamental	4.6	4.8
	Percentual da população de 4 a 17 anos na escola	91.71	97.71
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ensino médio	3.1	4.2

Órgãos Participantes do Resultado:	14101 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Programa:	398 - Educar para Transformar
Objetivo do Programa:	Ensinar com Qualidade para Melhorar e Transformar a Educação básica e aumentar a escolaridade da população de jovens e adultos.
Público Alvo:	Crianças e jovens entre 4 e 17 anos para o ensino básico e de 15 anos ou mais para a EJA.
Unidade Responsável:	14101 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ensino médio(Percentual)	3.1	4.2	Recursos Orçamentários	146.937.424,03	1.219.708.014,08	1.366.645.438,11
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos finais do ensino fundamental(Percentual)	4.6	4.8	Despesas Correntes	136.523.284,14	874.756.828,41	1.011.280.112,55
Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa na 3ª série do ensino médio(Percentual)	22	30	Despesas de Capital	10.414.139,89	344.951.185,67	355.365.325,56
Percentual de pessoas de 15 anos ou mais com formação completa em nível fundamental de ensino(Percentual)	62.5	64	Recursos a Contratar	284.384.437,81	287.721.826,15	572.106.263,96
Percentual de alunos com aprendizado adequado em Matemática no 3º ano do ensino médio(Percentual)	7	15				
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos iniciais do ensino fundamental(Percentual)	5.2	5.35				

DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

14101 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2217 - Adequação e manutenção da infraestrutura da Educação.	Infraestrutura adequada	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	4	0	0
			REGIÃO II - NORTE	10	0	0
			REGIÃO III - NORDESTE	7	0	0
			REGIÃO IV - LESTE	9	0	0
			REGIÃO V - SUDESTE	7	0	0
			REGIÃO VI - SUL	39	0	0
			REGIÃO VII - SUDOESTE	12	0	0
			REGIÃO VIII - OESTE	7	0	0
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	3	0	0
			REGIÃO X - CENTRO	7	0	0
			REGIÃO XI - NOROESTE II	3	0	0
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	1	0	0

			ESTADO	0	126	126
2218 - Reestruturação da Gestão Pedagógica da Educação Básica.	Gestão pedagógica da educação básica reestruturada	Percentual	ESTADO	100	100	100
2219 - Articulação e efetivação do Regime de colaboração Federativa.	Regime de Colaboração Federativa implantado	Unidade	ESTADO	141	141	141
2220 - Atendimento às Diversidades Educacionais.	Diversidade educacional atendida	Percentual	ESTADO	100	100	100
2221 - Desenvolvimento e Manutenção da Política Estadual de Formação Continuada	Professor capacitado	Percentual	ESTADO	100	100	100
2222 - Gestão das Unidades Escolares e Assessorias Pedagógicas.	Unidade escolar atendida	Percentual	ESTADO	100	100	100
2224 - Implementação das ações tecnológicas na Educação.	Ação tecnológica implantada	Percentual	ESTADO	100	100	100
2228 - Manutenção da Estrutura das Unidades de Ensino com Equipamentos e Mobiliários.	Unidade de ensino mantida	Percentual	REGIÃO I - NOROESTE I	4	0	0
			REGIÃO II - NORTE	8	0	0
			REGIÃO III - NORDESTE	8	0	0
			REGIÃO IV - LESTE	8	0	0
			REGIÃO V - SUDESTE	17	0	0
			REGIÃO VI - SUL	23	0	0
			REGIÃO VII - SUDOESTE	10	0	0
			REGIÃO VIII - OESTE	5	0	0
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	5	0	0
			REGIÃO X - CENTRO	3	0	0
			REGIÃO XI - NOROESTE II	3	0	0
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	6	0	0
			ESTADO	0	100	100
2229 - Manutenção do serviço de Alimentação Escolar.	Unidade escolar atendida	Percentual	ESTADO	100	100	100
2231 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar.	Transporte escolar disponível	Percentual	ESTADO	100	100	100
2232 - Melhoria da Gestão de Pessoas.	Profissional da educação satisfeito	Unidade	ESTADO	36000	36000	36000

Diretriz		Resultados Estratégicos Esperados			Início PPA	Final PPA	
Reduzir o analfabetismo.		Taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade			7.17	6.51	
		Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade			18.1	14.1	
Órgãos Participantes do Resultado:	14101 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO						
Programa:	417 - Alfabetizar para Emancipar - Muxirum da Alfabetização						
Objetivo do Programa:	Reduzir a taxa de analfabetismo do estado de Mato Grosso.						
Público Alvo:	Pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas.						
Unidade Responsável:	14101 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade(Percentual)		7.17	6.51	Recursos Orçamentários	2.883.979,00	9.479.630,66	12.363.609,66
				Despesas Correntes	2.883.979,00	9.479.630,66	12.363.609,66
				Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
				Recursos a Contratar	18.640.000,00	51.570.000,00	70.210.000,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
14101 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
3373 - Diagnóstico do analfabetismo nos 141 municípios de	Diagnóstico realizado	Unidade	ESTADO	20	121	141	

Mato Grosso.						
3374 - Parcerias com municípios e organizações da sociedade civil para a alfabetização de jovens e adultos.	Parceria firmada	Unidade	ESTADO	20	121	141
3375 - Cadastro dos alfabetizadores e alfabetizandos.	Cadastro realizado	Unidade	ESTADO	1	1	1
3376 - Formação para os profissionais da alfabetização.	Alfabetizador capacitado	Percentual	ESTADO	100	100	100
3377 - Acompanhamento e avaliação do programa.	Programa de alfabetização acompanhado e avaliado	Percentual	ESTADO	100	100	100

Diretriz		Resultados Estratégicos Esperados			Início PPA		Final PPA	
Reduzir a morbimortalidade no Estado		Taxa de internação por Acidente Vascular Cerebral (AVC)			24.15		18.12	
		Taxa de mortalidade prematura pelo conjunto da DCNTS			279.77		279.32	
		Taxa de Mortalidade Materna			70.9		64.6	
		Taxa de internação por diabetes mellitus e suas complicações			11.75		11.5	
		Taxa de Mortalidade Neonatal			7.33		7.21	
Órgãos Participantes do Resultado:		21601 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE						
Programa:		77 - Ordenação Regionalizada da Rede de Atenção e Sistema de Vigilância em Saúde						
Objetivo do Programa:		Reduzir riscos, doenças e mortalidades no estado de Mato Grosso						
Público Alvo:		População do Estado						
Unidade Responsável:		21601 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE						
Resultados Pactuados			Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa de mortalidade prematura pelo conjunto da DCNTS(Óbitos/100.000 nascidos vivos)			279.77	279.32	Recursos Orçamentários	498.724.932,56	2.231.821.423,90	2.730.546.356,46
Proporção de internação por condições sensíveis à atenção primária à saúde(Percentual)			24.66	23.12	Despesas Correntes	448.969.677,36	1.982.080.220,12	2.431.049.897,48
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerradas em até 60 dias (Percentual)			80.9	90	Despesas de Capital	49.755.255,20	249.741.203,78	299.496.458,98
					Recursos a Contratar	197.878.949,91	0,00	197.878.949,91
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA								
21601 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE								
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA		
2510 - Ampliação da cobertura e resolutividade da atenção primária à saúde	Serviços de atenção primária à saúde ampliados	Percentual	ESTADO	72	75	75		
2511 - Consolidação do Laboratório Central (LACEN/MT)	Análise laboratorial realizada	Percentual	ESTADO	100	100	100		
2512 - Consolidação da política estadual de transplantes no Estado	Pessoa atendida	Unidade	ESTADO	286	1038	1324		
2513 - Consolidação dos serviços do hemocentro coordenador de Mato Grosso - HEMOMAT	Serviço ampliado	Percentual	ESTADO	2.5	7.5	10		
2514 - Coordenação da promoção à saúde no Estado	Ação de promoção à saúde realizada	Percentual	REGIÃO I - NOROESTE I	8	26	34		
			REGIÃO II - NORTE	8	31	39		
			REGIÃO III - NORDESTE	8	31	39		
			REGIÃO IV - LESTE	8	31	39		
			REGIÃO V - SUDESTE	8	33	41		
			REGIÃO VI - SUL	8	35	43		
			REGIÃO VII - SUDOESTE	8	33	41		
			REGIÃO VIII - OESTE	8	16	24		
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	8	16	24		
			REGIÃO X - CENTRO	8	16	24		
			REGIÃO XI - NOROESTE II	10	16	26		
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	10	16	26		
			ESTADO	0	0	0		
2515 - Funcionamento da rede de atenção à saúde	Serviço mantido	Percentual	REGIÃO II - NORTE	15	15	15		

			REGIÃO V - SUDESTE	15	15	15
			REGIÃO VI - SUL	15	15	15
			REGIÃO VII - SUDOESTE	15	15	15
			REGIÃO X - CENTRO	15	15	15
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	15	15	15
			ESTADO	10	10	10
2520 - Organização regionalizada da rede de atenção em saúde	Rede de atenção regionalizada organizada	Percentual	ESTADO	25	75	100
2522 - Reordenação do sistema regionalizado de vigilância em saúde	Ação descentralizada	Percentual	ESTADO	5	25	30
2523 - Reordenação do sistema regionalizado de vigilância sanitária	Ação descentralizada	Percentual	ESTADO	5	25	30
2970 - Organização da rede de reabilitação da pessoa com deficiência	Procedimento realizado	Unidade	ESTADO	1054539	3490655	4545194
3350 - Reestruturação da gestão da assistência farmacêutica	Ação descentralizada	Percentual	REGIÃO IV - LESTE	5	15	20
			REGIÃO VI - SUL	5	15	20
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	5	15	20
			ESTADO	10	30	40
3351 - Reestruturação da regionalização do SUS em Mato Grosso	Serviços de saúde regionalizados	Percentual	ESTADO	25	75	100

Diretriz		Resultados Estratégicos Esperados			Início PPA	Final PPA	
Melhorar o acesso equitativo e a resolutividade dos serviços de saúde do SUS.		Proporção de internação por condições sensíveis à atenção primária à saúde			24.66	23.12	
		Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera			72	75	
		Proporção de cura de casos novos de hanseníase			82	90.9	
Órgãos Participantes do Resultado:	21601 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE						
Programa:	76 - Reordenação da Gestão Estratégica e Participativa do SUS						
Objetivo do Programa:	Elevar a capacidade gestora da SES na condução da política de saúde no estado de Mato Grosso						
Público Alvo:	Órgãos e entidades integrantes do SUS no Estado						
Unidade Responsável:	21601 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa de Mortalidade Materna(Óbitos/100.000 nascidos vivos)		70.9	64.6	Recursos Orçamentários	127.923.121,57	246.756.929,37	374.680.050,94
Taxa de internação por Acidente Vascular Cerebral (AVC)(Internação por 10.000 habitantes)		24.15	18.12	Despesas Correntes	39.309.279,74	238.806.554,37	278.115.834,11
Taxa de Mortalidade Neonatal(Óbitos/1.000 nascidos vivos)		7.33	7.21	Despesas de Capital	88.613.841,83	7.950.375,00	96.564.216,83
				Recursos a Contratar	106.158.020,00	19.260.700,00	125.418.720,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
21601 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2516 - Desenvolvimento da gestão estratégica de planos e processos do SUS.	Relatório de gestão estratégica disponibilizado	Unidade	ESTADO	5	15	20	
2518 - Fortalecimento das instâncias de controle social e de participação social	Instâncias de controle social e participação social atuantes	Percentual	ESTADO	25	75	100	
2519 - Reestruturação da gestão da informação em saúde	Informação de saúde sistematizada/disponibilizada	Percentual	ESTADO	80	95	95	
2545 - Desenvolvimento da função reguladora do SUS	Sistema regulador estadual efetivado	Percentual	ESTADO	35	80	80	
2569 - Reestruturação da infraestrutura de tecnologia de	Tecnologia da informação atualizada	Percentual	ESTADO	100	100	100	

informação da SES								
3343 - Readequação da estrutura física das unidades da SES		Unidades reestruturadas	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	0	4	4	
				REGIÃO II - NORTE	0	4	4	
				REGIÃO III - NORDESTE	0	3	3	
				REGIÃO IV - LESTE	0	3	3	
				REGIÃO V - SUDESTE	0	3	3	
				REGIÃO VI - SUL	3	6	9	
				REGIÃO VII - SUDOESTE	0	4	4	
				REGIÃO VIII - OESTE	0	3	3	
				REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	4	4	
				REGIÃO X - CENTRO	0	3	3	
				REGIÃO XI - NOROESTE II	0	3	3	
				REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	3	3	
				3344 - Desenvolvimento do programa de comunicação na saúde		Informação de saúde sistematizada/disponibilizada	Percentual	ESTADO
3745 - Construção de estabelecimentos assistenciais de saúde		Unidade construída	Unidade	REGIÃO III - NORDESTE	1	0	1	
				REGIÃO VI - SUL	2	4	6	
				REGIÃO VII - SUDOESTE	1	0	1	
				REGIÃO VIII - OESTE	1	1	2	
Programa:		78 - Gestão do Trabalho e Educação na Saúde						
Objetivo do Programa:		Melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados à população						
Público Alvo:		Trabalhadores e gestores do SUS						
Unidade Responsável:		21601 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE						
Resultados Pactuados			Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Proporção de cura de casos novos de hanseníase(Percentual)			82	90.9	Recursos Orçamentários	17.214.645,63	84.191.117,68	101.405.763,31
Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera(Percentual)			72	75	Despesas Correntes	15.228.245,63	64.651.117,68	79.879.363,31
Taxa de internação por diabetes mellitus e suas complicações(Internação por 10.000 habitantes)			11.75	11.5	Despesas de Capital	1.986.400,00	19.540.000,00	21.526.400,00
					Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA								
21601 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE								
Ação		Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2521 - Realização de formação e qualificação dos trabalhadores, gestores e agente sociais do SUS		pessoa formada/qualificada	Número	ESTADO	2500	7500	10000	
3345 - Integração da gestão do trabalho e da educação na saúde		Trabalhadores do SUS/MT qualificados	Percentual	ESTADO	2	23	25	
3346 - Implantação da política de segurança e saúde no trabalho para os servidores da SES/MT		Unidade com ambiente saudável implantado	Unidade	REGIÃO II - NORTE	1	5	6	
				REGIÃO V - SUDESTE	1	4	5	
				REGIÃO VI - SUL	1	4	5	
				REGIÃO VII - SUDOESTE	1	3	4	
				REGIÃO IX - CENTRO OESTE	1	3	4	
				REGIÃO XII - CENTRO NORTE	2	3	5	

3347 - Implantação do programa de valorização para os trabalhadores da SES/MT.	Programa implantado	Percentual	ESTADO	12.5	37.5	50
3349 - Reestruturação da Escola de Saúde Pública (ESP)	Escola de saúde pública reestruturada	Percentual	REGIÃO VI - SUL	25	75	100
3361 - Implantação da gestão do trabalho em saúde por competência na SES	Processo com trabalhadores alinhados	Percentual	ESTADO	10	20	20

Diretriz		Resultados Estratégicos Esperados			Início PPA	Final PPA	
Garantir a proteção social para promover dignidade e assegurar direitos.		Percentual da população em situação de pobreza			7.35	3.7	
		Taxa de Encarceramento			321.74	270	
		Taxa de ocupação do sistema penitenciário			1.72	1.2	
Órgãos Participantes do Resultado:	08101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA						
	10101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO						
	18101 - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS						
	22101 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Programa:	287 - Defesa da Cidadania e Respeito aos Direitos do Cidadão						
Objetivo do Programa:	Assegurar a defesa dos direitos do cidadão e do consumidor.						
Público Alvo:	Sociedade mato-grossense						
Unidade Responsável:	8101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Índice de Resolutividade Extrajudicial da cidadania(Percentual)		20	26.92	Recursos Orçamentários	150.000,00	450.000,00	600.000,00
Índice de Interatividade Social em Procedimentos Investigatórios(Percentual)		10	18.11	Despesas Correntes	140.000,00	420.000,00	560.000,00
				Despesas de Capital	10.000,00	30.000,00	40.000,00
				Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
8101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA							
Ação		Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
3336 - Defesa dos direitos do cidadão à educação		Ação incrementada	Percentual	ESTADO	27.5	50	50
Programa:	375 - Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente						
Objetivo do Programa:	Assegurar o respeito aos direitos da criança e do adolescente.						
Público Alvo:	Sociedade mato-grossense						
Unidade Responsável:	8101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Índice exigência do cumprimento do plano de saúde(Percentual)		1	6	Recursos Orçamentários	150.000,00	450.000,00	600.000,00
Índice exigência do cumprimento do plano de educação(Percentual)		7	28	Despesas Correntes	150.000,00	450.000,00	600.000,00
				Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
				Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
8101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA							
Ação		Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
3334 - Promoção do direito à educação infanto-juvenil		Medida ministerial adotada	Percentual	ESTADO	7	28	28
3335 - Promoção do direito à saúde infanto-juvenil		Medida ministerial adotada	Unidade	ESTADO	1	5	6
Programa:	405 - Defesa da Cidadania e Inclusão Social						
Objetivo do Programa:	Prestar assessoria jurídica ao necessitado, contribuindo para a efetivação do pleno direito à cidadania.						
Público Alvo:	População hipossuficiente e vulnerável do estado de Mato Grosso						
Unidade Responsável:	10101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa de crescimento da instalação de novas Sedes nas Comarcas(Percentual)		3	6	Recursos Orçamentários	6.184.172,39	14.051.814,10	20.235.986,49

Percentual de solução extrajudicial de conflitos(Percentual)	5	5	Despesas Correntes	4.984.172,39	12.415.853,68	17.400.026,07
			Despesas de Capital	1.200.000,00	1.635.960,42	2.835.960,42
			Recursos a Contratar	48.637.410,32	171.861.516,51	220.498.926,83
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
10101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2335 - Melhoria do atendimento ao necessitado	Assistência jurídica qualificada	Percentual	ESTADO	100	100	100
2336 - Instalação e modernização das unidades físicas da Defensoria Pública do estado de Mato Grosso	Unidade física instalada e modernizada	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	1	3	4
			REGIÃO II - NORTE	1	3	4
			REGIÃO III - NORDESTE	1	3	4
			REGIÃO IV - LESTE	1	3	4
			REGIÃO V - SUDESTE	1	3	4
			REGIÃO VI - SUL	1	3	4
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1	3	4
			REGIÃO VIII - OESTE	1	3	4
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	1	3	4
			REGIÃO X - CENTRO	1	3	4
			REGIÃO XI - NOROESTE II	1	3	4
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	1	3	4
			ESTADO	1	3	4
2337 - Gestão e implementação da tecnologia da informação na Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso	Gestão da tecnologia da informação implementada	Percentual	ESTADO	100	100	100
2338 - Promoção do direito à informação e desenvolvimento da consciência cidadã	Cidadão informado	Percentual	ESTADO	100	100	100
3306 - Padronização e normatização das atividades da Defensoria Pública	Procedimento padronizado e normatizado	Percentual	ESTADO	100	100	100
Programa:	408 - SASE LEGAL - Sistema de Atendimento Socioeducativo - MT					
Objetivo do Programa:	Elevar a qualidade do sistema de atendimento do socioeducativo .					
Público Alvo:	Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.					
Unidade Responsável:	18101 - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS					
Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Taxa de qualificação básica dos servidores do socioeducativo(Percentual)	15	60	Recursos Orçamentários	3.249.999,99	11.644.861,42	14.894.861,41
Taxa de reincidência de entradas de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação(Percentual)	10.44	9.4	Despesas Correntes	645.000,00	2.570.068,00	3.215.068,00
			Despesas de Capital	2.604.999,99	9.074.793,42	11.679.793,41
			Recursos a Contratar	19.980.000,00	59.940.000,00	79.920.000,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
18101 - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
2433 - Modernização da Gestão de Atendimento Socioeducativo	Relatório elaborado	Unidade	REGIÃO IV - LESTE	0	0	0
			REGIÃO V - SUDESTE	0	0	0
			REGIÃO VI - SUL	0	0	0
			REGIÃO VII - SUDOESTE	0	0	0
			REGIÃO VIII - OESTE	0	0	0

			REGIÃO X - CENTRO	0	0	0		
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	0	0		
			ESTADO	3	9	12		
2438 - Educação Socioeducativa	Adolescente atendido	Pessoa	ESTADO	1096	3288	4384		
3322 - Implementação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia)	Etapa implementada	Unidade	ESTADO	1	3	4		
4261 - Manutenção das Unidades Socioeducativas	Unidade mantida	Unidade	REGIÃO IV - LESTE	1	1	1		
			REGIÃO V - SUDESTE	1	1	1		
			REGIÃO VI - SUL	2	2	2		
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1	1	1		
			REGIÃO VIII - OESTE	1	1	1		
			REGIÃO X - CENTRO	1	1	1		
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	1	1	1		
4362 - Reaparelhamento e readequação das Unidades Socioeducativas	Unidade reestruturada	Unidade	ESTADO	8	23	31		
5167 - Construção e aparelhamento das Unidades de Atendimento Socioeducativas	Unidade instalada	Unidade	REGIÃO IV - LESTE	1	3	4		
			REGIÃO V - SUDESTE	1	3	4		
			REGIÃO VI - SUL	1	3	4		
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1	3	4		
			REGIÃO VIII - OESTE	1	3	4		
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	1	3	4		
Programa:		409 - Consolidação do Sistema Estadual de Direitos Humanos						
Objetivo do Programa:		Enfrentar as violências e violações aos direitos humanos dos grupos e pessoas vulneráveis, implementando o sistema estadual de direitos humanos na perspectiva da promoção da dignidade e consolidação de direitos.						
Público Alvo:		Pessoas ou grupos que tenham seus direitos e garantias violados e/ou ameaçados.						
Unidade Responsável:		18101 - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS						
Resultados Pactuados			Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de Conselhos com Planos de Políticas de Direitos Humanos encaminhados para publicação(Percentual)			50	100	Recursos Orçamentários	1.832.708,64	5.977.225,68	7.809.934,32
Percentual de servidores da SEJUDH capacitados em Direitos Humanos(Percentual)			13.1	40.8	Despesas Correntes	1.511.099,99	5.002.643,78	6.513.743,77
Taxa de judicialização de internação relacionadas ao uso de SPA (Meta Negativa)(Percentual)			2	2	Despesas de Capital	321.608,65	974.581,90	1.296.190,55
Taxa de Absenteísmo por Adoecimento de Atividade Laboral(Percentual)			30	27	Recursos a Contratar	4.880.102,00	16.034.862,00	20.914.964,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA								
18101 - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS								
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA		
2393 - Promoção da erradicação do trabalho escravo	Relatório publicado	Unidade	ESTADO	2	6	8		
2441 - Gestão de políticas específicas de direitos humanos	Relatório publicado	Unidade	ESTADO	2	6	8		
2442 - Política para a promoção da igualdade racial	Mapeamento realizado	Unidade	ESTADO	1	3	4		
2444 - Articulação e fortalecimento da Rede Intersetorial de Atenção e Cuidado Sobre Drogas	Relatório publicado	Unidade	ESTADO	2	6	8		
2445 - Fomento à implementação de ações inters. do Cons. Estadual da Proteção e da Prevenção ao Uso de Alcool e out	Relatório publicado	Unidade	ESTADO	2	6	8		
2455 - Implementação da política de capacitação em saúde e segurança dos servidores	Pessoa atendida	Unidade	ESTADO	1000	3000	4000		

2456 - Fortalecimento da participação social na política de direitos humanos.	Conselho e comitê estruturados	Unidade	ESTADO	7	21	28	
2457 - Gestão da informação e das políticas públicas da SEJUDH	Relatório publicado	Unidade	ESTADO	4	12	16	
2458 - Manutenção e ampliação de Centros de Referência em Direitos Humanos	Centro de referência mantido	Unidade	REGIÃO V - SUDESTE	0	2	2	
			REGIÃO VI - SUL	1	3	4	
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1	3	4	
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	2	2	
4284 - Promoção de ações de defesa dos diretos da mulher	Pessoa atendida	Unidade	ESTADO	5000	40000	45000	
4448 - Implementação do programa de proteção às pessoas ameaçadas	Programa implementado	Unidade	ESTADO	3	9	12	
Programa:	410 - Política de Humanização no Sistema Penitenciário para o Pleno Exercício da Reinserção Social						
Objetivo do Programa:	Promover a humanização no Sistema Penitenciário em prol da reinserção social.						
Público Alvo:	Reeducandos(as) e servidores (as) do sistema penitencário						
Unidade Responsável:	18101 - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de recuperandos com cursos profissionalizantes(Percentual)		8.8	9.4	Recursos Orçamentários	62.288.694,11	214.974.416,08	277.263.110,19
Taxa de cobertura de Equipe de Saúde no Sistema Penitenciário do estado de Mato Grosso(Percentual)		52	96	Despesas Correntes	51.041.928,80	179.937.277,29	230.979.206,09
Proporção de recuperandos com a relação Recuperando por Agente (R/A) adequada (Percentual)		55	100	Despesas de Capital	11.246.765,31	35.037.138,79	46.283.904,10
Percentual de intermediação de mão de obra para o trabalho formal realizado pela FUNAC(Percentual)		3.5	5	Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
18101 - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
1125 - Manutenção do Sistema de Monitoramento Eletrônico no Sistema Penitenciário	Reeducando monitorado	Pessoa	ESTADO	5000	15000	20000	
2466 - Manutenção e modernização do Sistema Penitenciário	Unidade mantida	Percentual	ESTADO	100	100	100	
2484 - Capacitação e formação dos profissionais do Sistema Penitenciário	Servidor capacitado	Pessoa	ESTADO	2000	3500	3500	
2490 - Prestação de serviços de saúde aos reeducandos	Atendimento realizado	Unidade	ESTADO	10000	30000	40000	
3323 - Construção de unidades do Sistema Penitenciário	Unidade construída	Unidade	REGIÃO II - NORTE	1	3	4	
			REGIÃO III - NORDESTE	1	3	4	
			REGIÃO VI - SUL	1	3	4	
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1	3	4	
4316 - Reforma e ampliação das unidades do Sistema Penitenciário	Unidade readequada	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	0	3	3	
			REGIÃO II - NORTE	2	1	3	
			REGIÃO III - NORDESTE	2	1	3	
			REGIÃO IV - LESTE	1	2	3	
			REGIÃO V - SUDESTE	1	8	9	
			REGIÃO VI - SUL	2	4	6	
			REGIÃO VII - SUDOESTE	5	4	9	
			REGIÃO VIII - OESTE	2	2	4	
REGIÃO IX - CENTRO OESTE	2	2	4				

			REGIÃO X - CENTRO	0	3	3	
			REGIÃO XI - NOROESTE II	1	1	2	
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	0	1	1	
4490 - Manutenção de alimentação das unidades penitenciárias e socioeducativas	Alimentação mantida	Percentual	ESTADO	100	100	100	
18201 - FUNDAÇÃO NOVA CHANCE							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
4347 - Ressocialização dos reeducandos	Reeducando atendido	Pessoa	ESTADO	500	1500	2000	
Programa:	412 - Mato Grosso Equitativo e Inclusivo						
Objetivo do Programa:	Reduzir a vulnerabilidade e o risco social no estado de Mato Grosso						
Público Alvo:	Pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social						
Unidade Responsável:	22101 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Intermediação de mão-de-obra(Unidade)		98617	425050	Recursos Orçamentários	29.427.168,10	116.154.343,02	145.581.511,12
Percentual da população em situação de pobreza(Percentual)		7	5	Despesas Correntes	26.977.324,06	106.891.706,78	133.869.030,84
				Despesas de Capital	2.449.844,04	9.262.636,24	11.712.480,28
				Recursos a Contratar	13.443.060,34	55.651.952,08	69.095.012,42
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
22101 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2295 - Inclusão social para a cidadania	Atendimento realizado	Unidade	ESTADO	10000	90000	100000	
2298 - Ampliação e manutenção das Unidades de Atendimento Integrado ao Cidadão	Unidade implantada/ modernizada	Unidade	REGIÃO IV - LESTE	1	0	1	
			REGIÃO V - SUDESTE	1	0	1	
			REGIÃO VI - SUL	1	0	1	
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1	0	1	
			REGIÃO VIII - OESTE	1	0	1	
			REGIÃO X - CENTRO	1	0	1	
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	1	0	1	
			ESTADO	0	0	0	
2526 - Emprega Rede	Pessoa atendida	Unidade	ESTADO	1500	4500	6000	
2528 - Implementação de práticas de excelência em gestão e valorização do servidor	Servidor atendido	Unidade	ESTADO	300	1500	1800	
3000 - Manutenção de apoio às demandas da sociedade	Pessoa atendida	Unidade	ESTADO	400	1850	2250	
3353 - Ampliação da Rede de Atendimento SINE	Pessoa atendida	Unidade	ESTADO	215000	690000	905000	
3354 - Implementação do Plano Estadual de Qualificação	Pessoa qualificada	Unidade	ESTADO	1500	6200	7700	
3355 - Fortalecimento do controle social	Conselho capacitado	Unidade	ESTADO	10	30	40	
3782 - Empreender para incluir	Microempreendedor financiado	Unidade	ESTADO	700	2100	2800	
22603 - FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLÊSCENCIA							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2301 - Promoção dos direitos à criança e ao adolescente	Município atendido	Unidade	ESTADO	141	141	141	
22607 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2529 - Gestão do Serviço Regionalizado de Proteção Social Especial	Unidade mantida	Unidade	ESTADO	6	18	24	

2534 - Cofinanciamento das ações do Sistema Único da Assistência Social - SUAS	Município atendido	Unidade	ESTADO	141	141	141
2537 - Formação e capacitação continuada de Gestores, Trabalhadores e Conselheiros do SUAS	Profissional capacitado	Unidade	ESTADO	2000	6000	8000
2538 - Vigilância Socioassistencial	Relatório disponibilizado	Unidade	ESTADO	3	9	12
3356 - Implementação do Serviço Regionalizado de Proteção Social Especial	Unidade implementada	Unidade	ESTADO	4	12	16
4008 - Gestão do Sistema Único de Assistência Social do estado de Mato Grosso	Município atendido	Unidade	ESTADO	141	141	141
4009 - Gestão do Cadastro Único e do Programa de Transferência de Renda	Município atendido	Unidade	ESTADO	141	141	141
4010 - Gestão das ações de segurança alimentar e combate à fome	Acompanhamento realizado	Unidade	REGIÃO VI - SUL	1	3	4
4282 - Manutenção do Conselho Estadual de Assistência Social	Conselho mantido	Unidade	ESTADO	1	3	4

Diretriz	Resultados Estratégicos Esperados	Início PPA	Final PPA
Promover as artes, a cultura, o esporte e o lazer de forma democrática e descentralizada.	Percentual de atendimento de práticas esportivas e de lazer para crianças, jovens e idosos	7.99	9.25
	Média de habitantes por equipamento cultural	214957	146562
	Pessoas atendidas por ação de esporte e lazer, convênio ou doações	503	542
	Percentual de projetos artístico-culturais aprovados	35	50
	Média de ações artístico-culturais realizadas por região de planejamento	27.5	37.5
	Índice de expansão de recursos destinados ao Fundo Estadual de Política Cultural	0.13	0.5

Órgãos Participantes do Resultado:	23101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
Programa:	284 - Fortalecimento do Esporte e Lazer
Objetivo do Programa:	Promover a democratização do acesso ao esporte e lazer no estado de Mato Grosso, assegurando a todos esse direito.
Público Alvo:	População do estado de Mato Grosso.
Unidade Responsável:	23101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Resultados Pactuados	Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Pessoas atendidas por ação de esporte e lazer, convênio ou doações(Unidade)	503	542	Recursos Orçamentários	19.588.992,28	66.163.217,10	85.752.209,38
Percentual de atendimento de práticas esportivas e de lazer para crianças, jovens e idosos(Percentual)	7.99	9.25	Despesas Correntes	18.269.273,29	62.913.626,38	81.182.899,67
			Despesas de Capital	1.319.718,99	3.249.590,72	4.569.309,71
			Recursos a Contratar	2.637.500,00	8.034.062,16	10.671.562,16

DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

23101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
3299 - Promoção e fortalecimento de atividades esportivas e de lazer para a diversidade.	Atividade esportiva e de lazer promovidas	Unidade	ESTADO	2	6	8
23601 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO						
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA
1612 - Capacitação profissional na área esportiva e de lazer.	Pessoa capacitada	Unidade	ESTADO	500	1500	2000
1613 - Descentralização da Política de Esporte e Lazer	Entidade incentivada	Unidade	ESTADO	150	450	600
1615 - Desenvolvimento do esporte de rendimento - Bolsa Atleta.	Bolsa concedida	Unidade	ESTADO	150	450	600
3034 - Promoção de atividades para a prática esportiva e de lazer.	Atividade realizada	Unidade	ESTADO	36	108	144
3298 - Elaboração de instrumentos de gestão da Política de Esporte e Lazer.	Instrumento de gestão da política esportiva e de lazer elaborado	Unidade	ESTADO	1	3	4
3299 - Promoção e fortalecimento de atividades esportivas e de lazer para a diversidade.	Atividade esportiva e de lazer promovidas	Unidade	ESTADO	10	30	40

3300 - Reestruturação de espaços esportivos e de lazer		Espaço esportivo e de lazer reestruturado	Unidade	ESTADO	10	15	25	
4343 - Construção de espaços esportivos e de lazer		Espaço esportivo e de lazer construído	Unidade	ESTADO	1	3	4	
Programa:		403 - Economia Criativa						
Objetivo do Programa:		Criar política, diretrizes e ações para o desenvolvimento da Economia Criativa no território mato-grossense.						
Público Alvo:		População do estado de Mato Grosso						
Unidade Responsável:		23101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER						
Resultados Pactuados			Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de trabalhadores formais nas ocupações criativas(Percentual)			1.66	2	Recursos Orçamentários	2.266.812,00	7.934.545,76	10.201.357,76
Percentual dos empreendimentos criativos(Percentual)			1.92	2	Despesas Correntes	2.066.812,00	7.712.045,76	9.778.857,76
Taxa de crescimento da renda dos trabalhadores criativos(Percentual)			18.5	20	Despesas de Capital	200.000,00	222.500,00	422.500,00
					Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA								
17601 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL								
Ação		Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2149 - Fomento ao empreendedorismo da Economia Criativa.		Empreendimento fomentado	Percentual	ESTADO	40	60	100	
23101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER								
Ação		Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2287 - Assessoramento em Economia Criativa		Pessoa atendida	Unidade	ESTADO	1500	7500	9000	
3301 - Articulação para o desenvolvimento da Economia Criativa.		Parceria realizada	Unidade	ESTADO	8	24	32	
26101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO								
Ação		Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2203 - Apoio à criação do centro de Economia Criativa em MT		Medida de apoio realizada	Percentual	ESTADO	100	100	100	
Programa:		404 - Fortalecimento da Política Cultural						
Objetivo do Programa:		Ampliar a democratização cultural da população do estado de Mato Grosso.						
Público Alvo:		População do estado de Mato Grosso						
Unidade Responsável:		23101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER						
Resultados Pactuados			Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Média de habitantes por equipamento cultural(Unidade)			214957	146562	Recursos Orçamentários	12.693.206,76	47.528.884,13	60.222.090,89
Percentual de projetos artístico-culturais aprovados(Percentual)			35	50	Despesas Correntes	12.643.206,76	44.158.131,70	56.801.338,46
Número de municípios do Estado adesos ao Sistema Nacional de Cultura(Unidade)			100	141	Despesas de Capital	50.000,00	3.370.752,43	3.420.752,43
Média de ações artístico-culturais realizadas por região de planejamento(Unidade)			27.5	37.5	Recursos a Contratar	10.509.792,35	23.738.400,00	34.248.192,35
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA								
23101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER								
Ação		Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2288 - Gestão do Patrimônio Cultural		Equipamento cultural preservado e restaurado	Unidade	REGIÃO IV - LESTE	1	0	1	
				REGIÃO V - SUDESTE	1	0	1	
				REGIÃO VI - SUL	3	2	5	
				REGIÃO VII - SUDOESTE	1	1	2	
				REGIÃO IX - CENTRO OESTE	0	0	0	
				ESTADO	0	0	0	
2289 - Gestão do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas.		Biblioteca de referência implantada	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	0	1	1	
				REGIÃO II - NORTE	0	1	1	
				REGIÃO IV - LESTE	1	0	1	

			REGIÃO V - SUDESTE	0	1	1
			ESTADO	0	0	0
2290 - Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura.	Município com órgão gestor e conselho de cultura instituídos	Unidade	ESTADO	100	141	141
3302 - Revitalização da Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça.	BPEEM revitalizada	Unidade	REGIÃO VI - SUL	0	0	0
			ESTADO	1	1	1

Diretriz		Resultados Estratégicos Esperados			Início PPA		Final PPA		
Aumentar a segurança dos cidadãos, contribuindo para que o estado de Mato Grosso se torne um lugar mais seguro para se viver.		Números de óbitos em acidentes de trânsito			37.48		31.86		
		Taxa de roubo			553.11		403.22		
		Taxa de homicídio			34.97		25.51		
Órgãos Participantes do Resultado:		19101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA							
		19301 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO							
Programa:		406 - Pacto pela Segurança: MT Mais Seguro							
Objetivo do Programa:		Elevar a capacidade operacional e gerencial das instituições de segurança pública, visando ao aumento da capacidade de proteção ao cidadão, por meio de ações integradas e regionalizadas, com foco na prevenção, na proteção de vidas, patrimônio, meio ambiente e repressão à criminalidade no estado de Mato Grosso.							
Público Alvo:		Sociedade Mato-grossense							
Unidade Responsável:		19101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA							
Resultados Pactuados				Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de laudos periciais emitidos da demanda anual da POLITEC(Percentual)				100	100	Recursos Orçamentários	160.159.368,22	638.072.003,24	798.231.371,46
Taxa de Homicídio Doloso(Percentual)				34.97	25.51	Despesas Correntes	103.639.924,71	451.053.607,33	554.693.532,04
Taxa de roubo(Casos por cem mil habitantes)				553.11	403.22	Despesas de Capital	56.519.443,51	187.018.395,91	243.537.839,42
Percentual de Inquéritos Concluídos com autoria definida(Percentual)				98	98	Recursos a Contratar	225.532.085,01	544.733.731,57	770.265.816,58
Percentual de Inquéritos Concluídos no ano(Percentual)				98	98				
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA									
19101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA									
Ação		Produto		Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2339 - Promoção de atividades de prevenção primária da Polícia Militar.		Atendimento realizado		Unidade	ESTADO	10000	30000	40000	
2340 - Manutenção das atividades gerais da Polícia Militar		Atividade mantida		Unidade	ESTADO	261	261	261	
2341 - Promoção da vida funcional saudável do policial militar.		Atendimento realizado		Unidade	ESTADO	6875	29819	36694	
2342 - Formação e capacitação continuada de policiais militares.		Policial qualificado		Pessoa	ESTADO	85	415	500	
2343 - Manutenção das unidades da Polícia Judiciária Civil		Unidade mantida		Unidade	ESTADO	180	180	180	
2344 - Implementação das atividades da Academia de Polícia Civil		Pessoa capacitada		Pessoa	ESTADO	800	3000	3800	
2345 - Prestação dos serviços de prevenção e atendimento a sinistros e emergências pelo CBMMT.		Atendimento na área de cobertura realizado		Unidade	ESTADO	32372	103314	135686	
2347 - Qualificação Profissional da POLITEC		Vagas ofertadas		Unidade	ESTADO	300	1184	1484	
2353 - Prestação dos Serviços da POLITEC		Serviço prestado		Percentual	ESTADO	100	100	100	
2355 - Ampliação e capacitação do quadro funcional de profissionais da Segurança Pública		Vagas ofertadas		Unidade	ESTADO	3228	14869	18097	
2359 - Prevenção de acidentes e promoção da saúde no ambiente de trabalho do profissional da Segurança Pública		Ação realizada		Unidade	ESTADO	11	77	88	
2360 - Integração das instituições que compõem o Gabinete de Gestão Integrada		Ação de integração mantida		Percentual	ESTADO	100	100	100	
2371 - Realização de operações policiais na fronteira oeste do Estado		Operação policial de fronteira realizada		Unidade	REGIÃO VI - SUL	9	37	46	
					REGIÃO VII - SUDOESTE	52	186	238	

			REGIÃO VIII - OESTE	4	47	51
2374 - Prestação dos serviços do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública	Serviço disponibilizado	Percentual	ESTADO	100	100	100
2375 - Modernização das atividades aerotransportadas do CIOPAer	Operação aerotransportada realizada	Hora/Voo	ESTADO	1480	5212	6692
2378 - Intensificação e manutenção das ações de Inteligência	Relatório disponibilizado	Unidade	ESTADO	385	1353	1738
2381 - Intensificação das ações e operações integradas de prevenção e repressão qualificada em áreas críticas	Operação realizada	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	500	1500	2000
			REGIÃO II - NORTE	1500	4500	6000
			REGIÃO III - NORDESTE	500	1500	2000
			REGIÃO IV - LESTE	500	1500	2000
			REGIÃO V - SUDESTE	1500	4500	6000
			REGIÃO VI - SUL	2000	6000	8000
			REGIÃO VII - SUDOESTE	1500	4500	6000
			REGIÃO VIII - OESTE	1500	4500	6000
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	1000	3000	4000
			REGIÃO X - CENTRO	500	1500	2000
			REGIÃO XI - NOROESTE II	500	1500	2000
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	1500	4500	6000
2382 - Manutenção das Unidades administrativas integradas do Gabinete de Segurança Pública	Unidade mantida	Percentual	ESTADO	100	100	100
2384 - Encaminhamento das Denúncias Realizadas pelo Cidadão ao Sistema de Segurança Pública	Denuncia encaminhada	Unidade	ESTADO	1200	4200	5400
3307 - Modernização da estrutura logística da Polícia Militar.	Unidade modernizada	Unidade	ESTADO	3	16	19
3308 - Estruturação logística da PJC	Unidade estruturada/ padronizada	Unidade	ESTADO	180	180	180
3309 - Melhoria da infraestrutura física das Unidades Policiais da PJC	Infraestrutura adequada	Unidade	REGIÃO II - NORTE	0	1	1
			REGIÃO III - NORDESTE	1	4	5
			REGIÃO IV - LESTE	0	1	1
			REGIÃO VI - SUL	3	5	8
			REGIÃO VIII - OESTE	0	2	2
			ESTADO	41	122	163
3310 - Reestruturação da rede corporativa da PJC	Rede corporativa reestruturada	Unidade	ESTADO	45	135	180
3311 - Modernização da Infraestrutura e Logística da Academia de Polícia Civil	Unidade modernizada	Unidade	REGIÃO VI - SUL	1	1	1
3312 - Ampliação e estruturação da capacidade de atendimento do CBMMT.	Capacidade de atendimento ampliada	Unidade	ESTADO	29	3	3
3313 - Melhoria da Infraestrutura das Unidades da POLITEC	Infraestrutura implantada	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	1	0	1
			REGIÃO II - NORTE	1	0	1
			REGIÃO IV - LESTE	2	0	2
			REGIÃO V - SUDESTE	2	1	3
			REGIÃO VI - SUL	1	2	3
			REGIÃO VII - SUDOESTE	2	1	3
			REGIÃO VIII - OESTE	1	0	1
			REGIÃO X - CENTRO	1	0	1
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	1	1	2

			ESTADO	1	3	4	
3314 - Modernização e Inovação Tecnológica nas Unidades da POLITEC	Inovação tecnológica promovida	Unidade	REGIÃO VI - SUL	5	7	12	
			ESTADO	5	15	20	
3315 - Reestruturação da Tecnologia da Informação da POLITEC	Unidade reestruturada	Unidade	ESTADO	7	13	20	
3316 - Disponibilização de serviços e informações para as instituições de segurança pública com uso de TI	Serviço e informação de TI disponibilizados	Percentual	ESTADO	25	75	100	
3317 - Prevenção social da violência e criminalidade	Pessoas atendidas	Pessoa	ESTADO	35716	80095	115811	
3360 - Construção do Complexo de Segurança Pública - Região Sul do Estado de Mato Grosso	Obra concluída	Percentual	REGIÃO VI - SUL	20	80	100	
Programa:	407 - DETRAN Cidadão						
Objetivo do Programa:	Melhorar a qualidade da prestação dos serviços.						
Público Alvo:	Usuários dos serviços de trânsito						
Unidade Responsável:	19301 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO						
Resultados Pactuados		Início PPA	Final PPA	Valor do Programa (R\$)	2016	2017 - 2019	Total PPA
Percentual de satisfação de usuário com classificação boa ou ótima(Percentual)		63	80	Recursos Orçamentários	65.796.655,49	214.059.175,68	279.855.831,17
				Despesas Correntes	32.228.613,13	115.773.387,85	148.002.000,98
				Despesas de Capital	33.568.042,36	98.285.787,83	131.853.830,19
				Recursos a Contratar	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
19301 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO							
Ação	Produto	Unid. Medida	Região	2016	2017 - 2019	Total PPA	
2385 - Execução das ações de educação para o trânsito	Ação educativa implementada	Unidade	ESTADO	16	56	72	
2386 - Execução dos processos de formação e habilitação dos condutores	Documento de habilitação emitido	Unidade	ESTADO	375677	1267763	1643440	
2387 - Execução dos processos veiculares	Veículo licenciado	Percentual	ESTADO	51	85	85	
2388 - Adequação e modernização da estrutura do DETRAN	Unidade do DETRAN-MT adequada	Unidade	REGIÃO I - NOROESTE I	1	2	3	
			REGIÃO II - NORTE	1	4	5	
			REGIÃO III - NORDESTE	1	2	3	
			REGIÃO IV - LESTE	1	5	6	
			REGIÃO V - SUDESTE	3	9	12	
			REGIÃO VI - SUL	4	11	15	
			REGIÃO VII - SUDOESTE	2	8	10	
			REGIÃO VIII - OESTE	1	4	5	
			REGIÃO IX - CENTRO OESTE	1	2	3	
			REGIÃO X - CENTRO	1	3	4	
			REGIÃO XI - NOROESTE II	1	2	3	
			REGIÃO XII - CENTRO NORTE	1	4	5	
			ESTADO	0	0	0	
2389 - Fortalecimento do controle dos processos e serviços	Processo regularizado	Unidade	ESTADO	5	5	5	
2391 - Implementação da gestão do conhecimento e do capital humano	Ação de valorização implementada	Unidade	ESTADO	150	750	900	
2392 - Intensificação da fiscalização de trânsito	Infração de trânsito processada	Unidade	ESTADO	80000	252000	332000	
3318 - Articulação e suporte a projetos estratégicos para modernização da entidade	Projeto estratégico implementado	Unidade	ESTADO	7	7	7	

3319 - Implementação da escola pública de trânsito	Escola implementada	Percentual	REGIÃO VI - SUL	15	85	100
3320 - Modernização e ampliação da tecnologia da informação	Serviço de T.I disponibilizado (help desk)	Percentual	ESTADO	25	100	100

Anexo III – Programas e Ações Padronizados

PPA

2016 – 2019

TRANSFORMA
M A T O G R O S S O

SEPLAN
SECRETARIA DE
ESTADO DE
PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

PPA 2016-2019
Programas e Ações Padronizados

Programa:		36 - Apoio Administrativo		
Objetivo do Programa:		Prover os órgãos do Estado de meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos		
Ação		Valor (R\$)		
		2016	2017-2019	2016-2019
2004	Manutenção de gabinetes	1.952.399,90	7.374.532,18	9.326.932,08
2005	Manutenção e conservação de bens imóveis	113.515.622,38	378.098.520,51	491.614.142,89
2006	Manutenção de serviços de transportes	170.187.364,76	555.393.852,01	725.581.216,77
2007	Manutenção de serviços administrativos gerais	638.679.285,84	2.127.068.934,11	2.765.748.219,95
2008	Remuneração de pessoal ativo do Estado e encargos sociais	5.659.508.015,83	19.589.481.103,03	25.248.989.118,86
2009	Manutenção de ações de informática	193.321.688,48	679.490.010,72	872.811.699,20
2010	Manutenção de órgãos colegiados	1.112.945,26	4.092.956,54	5.205.901,80
2014	Publicidade institucional e propaganda	60.422.642,54	224.567.211,02	284.989.853,56
2076	Concessão de Vale Transporte aos Servidores da Adm. Pública Estadual	71.860,10	238.580,76	310.440,86
2138	Manutenção de serviços de transporte aéreo	3.070.242,86	10.647.634,96	13.717.877,82
2249	Processamento de Encargos e Serviços Gerais do Estado	12.750.000,00	38.250.000,00	51.000.000,00
2284	Manutenção do Conselho Estadual de Educação - CEE	200.000,00	687.988,60	887.988,60
2558	Manutenção e Conservação do Complexo do CPA	2.041.941,82	6.779.395,26	8.821.337,08
4200	Remuneração de professores da Educação Básica e Encargos Sociais	1.164.094.068,24	3.966.038.414,22	5.130.132.482,46
4281	Remuneração dos servidores em atividades administrativas e encargos sociais	505.822.868,68	1.404.728.208,99	1.910.551.077,67
4491	Pagamento de Verba Indenizatória a Servidores Estaduais - V.I.	220.147.137,17	795.870.739,44	1.016.017.876,61
Valor total do Programa		8.746.898.083,86	29.788.808.082,35	38.535.706.166,21
Programa:		994 - Operações Especiais: Serviços da Dívida Interna		
Objetivo do Programa:		Atender despesas decorrentes do serviço da dívida interna contraída pelo Estado		
Ação		Valor (R\$)		
		2016	2017-2019	2016-2019
8028	Amortização e encargos da dívida interna	800.242.999,19	2.574.551.902,75	3.374.794.901,94

Valor total do Programa		800.242.999,19	2.574.551.902,75	3.374.794.901,94
Programa:	995 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa			
Objetivo do Programa:	Atender despesas decorrentes do serviço da dívida externa contraída pelo Estado			
Ação		Valor (R\$)		
		2016	2017-2019	2016-2019
8015	Amortização e encargos da dívida externa	201.988.892,79	701.268.885,48	903.257.778,27
Valor total do Programa		201.988.892,79	701.268.885,48	903.257.778,27
Programa:	996 - Operações Especiais: Outras			
Objetivo do Programa:	Atender outros encargos especiais			
Ação		Valor (R\$)		
		2016	2017-2019	2016-2019
8002	Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento abono	180.013.593,70	642.524.757,62	822.538.351,32
8010	Indenizações e restituições	13.595.364,60	44.357.466,15	57.952.830,75
8011	Operacionalização de contratos remanescentes de órgãos extintos	5.000,00	15.000,00	20.000,00
8027	Transferência ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - Funset	300.000,00	1.061.854,24	1.361.854,24
8039	Encargos com obrigações tributárias e contributivas	93.731,42	252.114,21	345.845,63
8043	Participação do Estado no capital de empresas estatais	-	-	-
8045	Integralização de capital da Companhia Mato-Grossense de Gás - MT Gás	6.000,00	18.000,00	24.000,00
8046	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV) no âmbito da Assembleia Legislativa-Ativos/Inativos	60.000.000,00	-	60.000.000,00
Valor total do Programa		254.013.689,72	688.229.192,22	942.242.881,94
Programa:	997 - Previdência de Inativos e Pensionistas do Estado			
Objetivo do Programa:	Pagamento dos benefícios previdenciários aos inativos, pensionistas e dependentes			
Ação		Valor (R\$)		
		2016	2017-2019	2016-2019
8001	Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis	2.089.500.522,64	7.688.753.689,65	9.778.254.212,29
8022	Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores militares	331.378.466,30	1.236.817.192,87	1.568.195.659,17
8040	Recolhimento de encargos e obrigações previdenciárias de inativos e pensionistas do Estado de Mato Grosso	596.237.163,06	2.254.997.459,06	2.851.234.622,12

8041	Pagamento de inativos e pensionistas MS-MT	59.042.605,51	198.000.659,98	257.043.265,49
Valor total do Programa		3.076.158.757,51	11.378.569.001,56	14.454.727.759,07
Programa:	998 - Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais			
Objetivo do Programa:	Cumprir de sentenças judiciais transitadas em julgado para os órgãos e entidades da administração direta indireta do Estado			
Ação		Valor (R\$)		
		2016	2017-2019	2016-2019
8003	Cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado - Adm. Direta	157.094.451,88	412.754.698,50	569.849.150,38
8023	Cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado - Adm. Indireta	3.435.739,81	9.877.796,38	13.313.536,19
Valor total do Programa		160.530.191,69	422.632.494,88	583.162.686,57
Programa:	999 - Reserva de Contingência			
Objetivo do Programa:	Cumprir de sentenças judiciais transitadas em julgado para os órgãos e entidades da administração direta indireta do Estado			
Ação		Valor (R\$)		
		2016	2017-2019	2016-2019
9999	Reserva de Contingência	-	-	-

Anexo IV – Metas e Prioridades da Administração Pública
Estadual para o exercício de 2016

PPA

2016 – 2019

TRANSFORMA
M A T O G R O S S O

SEPLAN
SECRETARIA DE
ESTADO DE
PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2016

Eixo: VIVER BEM		
Diretriz: Garantir a proteção social para promover dignidade e assegurar direitos		
Programa: 408 - SASE LEGAL - Sistema de Atendimento Socioeducativo - MT		
5167 - Construção e aparelhamento das unidades de atendimento socioeducativas		SEJUDH
Unidade instalada	Unidade	6
Programa: 412 - Mato Grosso Equitativo e Inclusivo		
2298 - Ampliação e manutenção das Unidades de Atendimento Integrado ao Cidadão		SETAS
Unidade implantada/modernizada	Unidade	6
2526 - Emprega Rede		SETAS
Pessoa atendida	Unidade	1500
Diretriz: Melhorar o acesso equitativo e a resolutividade dos serviços de saúde do SUS		
Programa: 76 - Reordenação da Gestão Estratégica e Participativa do SUS		
3745 - Construção de estabelecimentos assistenciais de saúde		FES
Unidade construída	Unidade	5
Diretriz: Reduzir as morbimortalidades no Estado		
Programa: 77 - Ordenação Regionalizada da Rede de Atenção e Sistema de Vigilância em Saúde		
2510 - Ampliação da cobertura e resolutividade da atenção primária à saúde		FES
Serviço de atenção primária à saúde ampliado	Percentual	72
2520 - Organização regionalizada da rede de atenção em saúde		FES
Rede de atenção regionalizada organizada	Percentual	25
Diretriz: Aumentar a segurança dos cidadãos, contribuindo decisivamente para que o estado de Mato Grosso se torne um lugar mais seguro para se viver		
Programa: 406 - Pacto pela Segurança: MT Mais Seguro		
2371 - Realização de operações policiais na fronteira oeste do Estado		SESP
Operação policial de fronteira realizada	Unidade	65
2381 - Intensificação das ações e operações integradas de prevenção e repressão qualificada em áreas críticas		SESP
Operação realizada	Unidade	13000

3307 - Modernização da estrutura logística da Polícia Militar		SESP
Unidade modernizada	Unidade	3
3309 - Melhoria da infraestrutura física das Unidades Policiais da PJC		SESP
Infraestrutura adequada	Unidade	45
Programa: 407 - DETRAN Cidadão		
2389 - Fortalecimento do controle dos processos e serviços		DETRAN
Processo regularizado	Unidade	5
Programa: 404 - Fortalecimento da Política Cultural		
2288 - Gestão do Patrimônio Cultural		SECEL
Equipamento cultural preservado e restaurado	Unidade	6
Eixo: EDUCAR PARA TRANSFORMAR E EMANCIPAR O CIDADÃO		
Diretriz: Universalizar o atendimento e melhorar a qualidade da educação básica		
Programa: 398 - Educar para Transformar		
2217 - Adequação e manutenção da infraestrutura da Educação		SEDUC
Infraestrutura adequada	Unidade	109
2218 - Reestruturação da Gestão Pedagógica da Educação Básica		SEDUC
Gestão pedagógica da educação básica reestruturada	Percentual	100
Diretriz: Reduzir o analfabetismo		
Programa: 417 - Alfabetizar para Emancipar - Muxirum da Alfabetização		
3374 - Parcerias com Municípios e organizações da sociedade civil para alfabetização de jovens e adultos		SEDUC
Parceria firmada	Unidade	20
Diretriz: Elevar a capacidade científica, técnica, tecnológica e de inovação para favorecer o desenvolvimento do estado de Mato Grosso		
Programa: 339 - Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação		
3371 - Implantação do Parque Tecnológico do Estado		SECITECI
Parque tecnológico implantado	Percentual	20
Programa: 345 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Superior		
3229 - Estruturação física das ETEs		SECITECI
Base física das ETEs estruturada	Unidade	8

Eixo: CIDADES PARA VIVER BEM: MUNICÍPIOS SUSTENTÁVEIS		
Diretriz: Promover ações de desenvolvimento urbano		
Programa: 390 - Cidades Urbanizadas		
3105 - Finalização das obras de mobilidade e infraestrutura urbana iniciadas para atender às demandas da Copa 2014		SECID
Obra executada	Percentual	100
5110 - Desenvolvimento das obras e serviços de engenharia necessários à implantação do Veículo Leve sobre Trilhos		SECID
Obra executada	Percentual	39
5168 - Apoio a execução de projetos, construções e reforma de obras públicas municipais		SECID
Equipamento público entregue	Unidade	77
Diretriz: Melhorar a efetividade das ações para conservação ambiental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população		
Programa: 393 - Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida		
2085 - Gestão do sistema estadual de unidades de conservação		SEMA
Unidade de conservação implementada	Percentual	31
2121 - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais		SEMA
Incêndio florestal prevenido/combatingido	Percentual	20
3113 - Implantação da política estadual de recursos hídricos		SEMA
Instrumento implantado	Percentual	25
3125 - Implantação do Sistema Estadual de REDD+		SEMA
Sistema implantado	Percentual	15
Programa: 391 - Cidades Sustentáveis		
1763 - Execução de habitação urbana e infraestrutura		SECID
Casa construída	Unidade	8104
5146 - Apoio aos municípios na elaboração de planos municipais de saneamento básico		SECID
Plano elaborado	Percentual	50

Eixo: ESTADO PARCEIRO E EMPREENDEDOR		
Diretriz: Promover o desenvolvimento econômico do Estado		
Programa: 185 - Descubra Mato Grosso		
3297 - Implantação de infraestrutura básica e turística		SEDEC
Infraestrutura implantada	Unidade	3
Programa: 208 - Regularização Fundiária		
2196 - Regularização fundiária de áreas rurais		INTERMAT
Título expedido	Unidade	250
Programa: 385 - Desenvolve Mato Grosso		
2144 - Promoção das atividades produtivas do Estado para atração de investimentos - INVEST MT		FUNDEIC
Evento realizado	Unidade	4
2148 - Promoção da diversificação dos setores da indústria, comércio e serviços		FUNDEIC
Indústria diversificada	Percentual	25
3163 - Desenvolvimento do novo modelo de fomento, financiamento e incentivo de Mato Grosso		FUNDEIC
Modelo desenvolvido	Percentual	40
Diretriz: Desenvolver a infraestrutura logística no Estado		
Programa: 338 - Mato Grosso Pró-Estradas		
1283 - Construção de obras de artes especiais e correntes		SINFRA
Obra construída	Metro	2540,45
5148 – Pavimentação de rodovias de acesso às sedes municipais		SINFRA
Trecho de ligação pavimentado	Quilômetro	60,69
Diretriz: Promover o crescimento da agricultura de produção familiar		
Programa: 382 - Organização do Sistema de Produção da Agricultura Familiar		
2176 - Promoção da Cadeia Produtiva da Piscicultura na agricultura familiar		SEAF
Agricultor familiar assistido	Unidade	270
2184 - Promoção da Cadeia Produtiva do Leite na agricultura familiar		SEAF
Agricultor familiar assistido	Unidade	9600
Programa: 383 - Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar		
2157 - Comercialização dos produtos da agricultura familiar por meio dos programas institucionais federais		SEAF
Novo contrato firmado	Unidade	30

Eixo: GESTÃO EFICIENTE, TRANSPARENTE E INTEGRADA		
Diretriz: Elevar o desempenho dos órgãos e entidades do Governo Estadual na prestação de serviços públicos essenciais ao cidadão.		
Programa: 365 - Gestão de Pessoas para Resultados		
3252 - Reformulação do sistema de avaliação de desempenho de agentes públicos	FUNDESP	
Sistema reformulado	Percentual	20
Programa: 368 - Planejar para Transformar		
3007 - Implementação do Modelo Gestão para Resultados	SEPLAN	
Modelo de Gestão para resultados implementado	Unidade	1
3008 - Implantação do programa de Eficiência do Gasto Público	SEPLAN	
Programa implantado	Percentual	50
Diretriz: Dar sustentabilidade fiscal às políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado		
Programa: 369 - Modernização da Administração Fazendária		
3270 - Aperfeiçoamento da exploração da base tributária constitucional	SEFAZ	
Incremento no ICMS arrecadado em relação ao PIB tributário	Percentual	1,5
Diretriz: Promover com rigor o enfrentamento à corrupção		
Programa: 355 - Transparência, Prevenção e Combate à Corrupção		
3043 - Elaboração da política estadual de transparência e combate à corrupção	GABTCC	
Política estadual TCC elaborada	Unidade	1

Anexo V – Mapas das Regiões de Planejamento

PPA

2016 – 2019

TRANSFORMA
MATO GROSSO

SEPLAN
SECRETARIA DE
ESTADO DE
PLANEJAMENTO



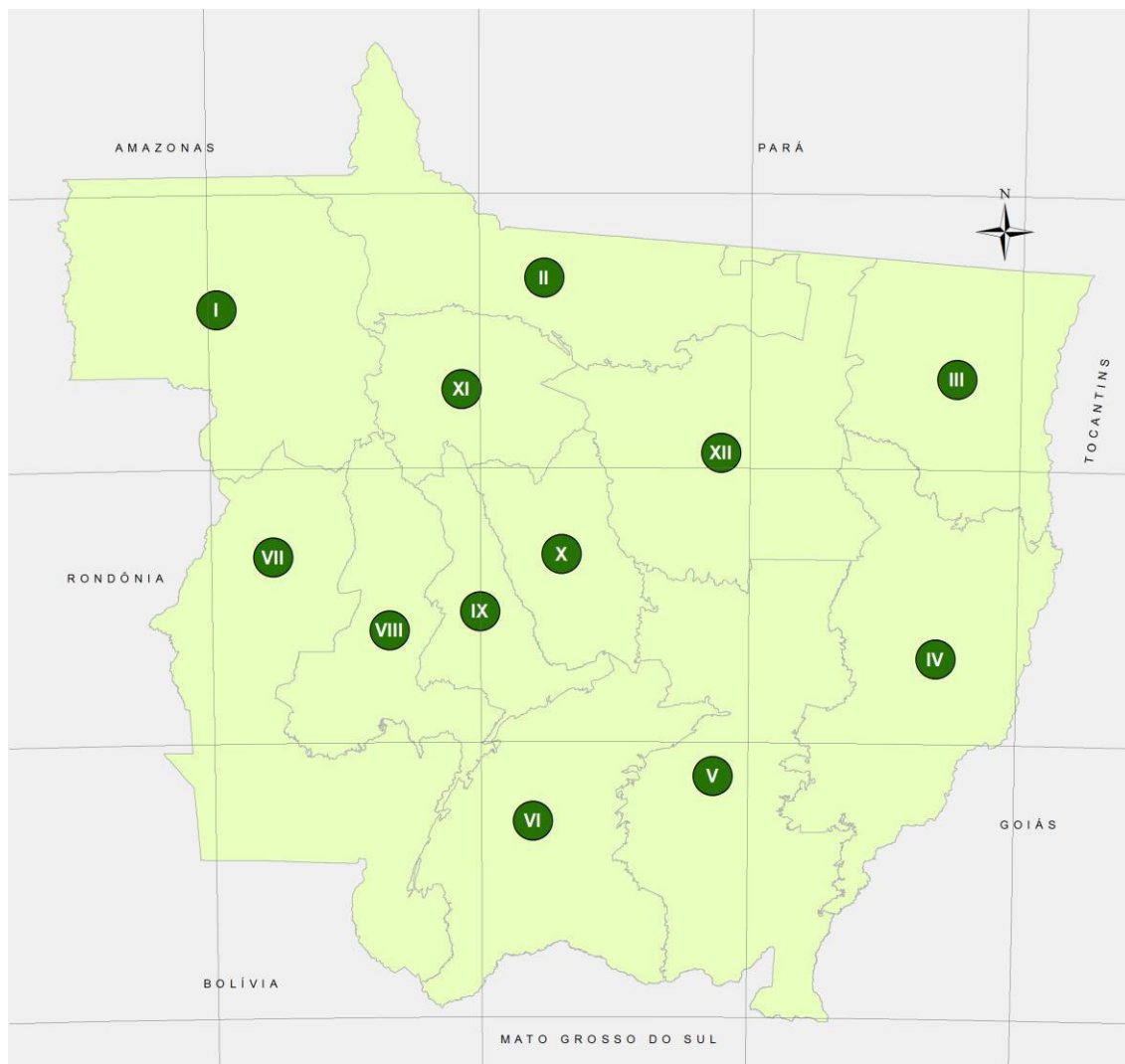
GOVERNO DE
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso

100	REGIÃO I – NOROESTE I	200	REGIÃO II – NORTE
101	Juína (Cidade Polo)	201	Alta Floresta (Cidade Polo)
102	Castanheira	202	Nova Bandeirantes
103	Juruena	203	Apiacás
104	Cotriguaçu	204	Nova Monte Verde
105	Aripuanã	205	Paranaita
106	Colniza	206	Carlinda
107	Rondolândia	207	Nova Canaã do Norte
		208	Colíder
		209	Nova Santa Helena
		210	Terra Nova do Norte
		211	Novo Mundo
		212	Guarantã do Norte
		213	Matupá
		214	Peixoto de Azevedo
		215	Nova Guarita
300	REGIÃO III – NORDESTE	400	REGIÃO IV – LESTE
301	Vila Rica (Cidade Polo)	401	Barra do Garças (Cidade Polo)
302	Santa Terezinha	402	Querência
303	Confresa	403	Ribeirão Cascalheira
304	Porto Alegre do Norte	404	Canarana
305	Santa Cruz do Xingu	405	Nova Nazaré
306	São José do Xingu	406	Água Boa
307	Cana-Brava do Norte	407	Cocalinho
308	Alto Boa Vista	408	Campinápolis
309	São Félix do Araguaia	409	Nova Xavantina
310	Serra Nova Dourada	410	Novo São Joaquim
311	Bom Jesus do Araguaia	411	Araguaiana
312	Novo Santo Antônio	412	General Carneiro
313	Luciara	413	Pontal do Araguaia
		414	Torixoréu
		415	Ribeirãozinho
		416	Ponta Branca
		417	Araguainha
500	REGIÃO V – SUDESTE	600	REGIÃO VI – SUL
501	Rondonópolis (Cidade Polo)	601	Cuiabá (Cidade Polo)
502	Gaúcha do Norte	602	Várzea Grande
503	Paranatinga	603	Nobres
504	Santo Antônio do Leste	604	Rosário Oeste
505	Campo Verde	605	Acorizal
506	Primavera do Leste	606	Jangada
507	Dom Aquino	607	Planalto da Serra
508	Poxoréu	608	Nova Brasilândia
509	Tesouro	609	Chapada dos Guimarães
510	Jaciara	610	Nossa Senhora do Livramento
511	São Pedro da Cipa	611	Santo Antônio do Leverger

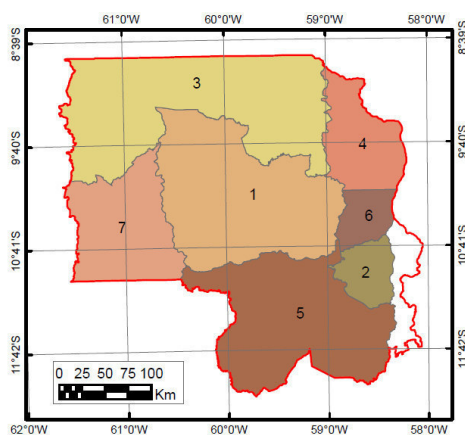
512	Juscimeira	612	Barão de Melgaço
513	Pedra Preta	613	Poconé
514	Guiratinga		
515	São José do Povo		
516	Alto Garças		
517	Itiquira		
518	Alto Araguaia		
519	Alto Taquari		
700	REGIÃO VII – SUDOESTE	800	REGIÃO VIII – OESTE
701	Cáceres (Cidade Polo)	801	Tangará da Serra (Cidade Polo)
702	Porto Esperidião	802	Porto Estrela
703	Mirassol D'Oeste	803	Barra dos Bugres
704	Glória D'Oeste	804	Nova Olímpia
705	São José dos Quatro Marcos	805	Denise
706	Curvelândia	806	Santo Afonso
707	Araputanga	807	Campo Novo do Parecis
708	Indiavaí	808	Brasnorte
709	Figueirópolis D'Oeste		
710	Lambari D'Oeste		
711	Rio Branco		
712	Salto do Céu		
713	Reserva do Cabaçal		
714	Jauru		
715	Vale de São Domingos		
716	Pontes e Lacerda		
717	Vila Bela da Santíssima Trindade		
718	Conquista D'Oeste		
719	Nova Lacerda		
720	Comodoro		
721	Campos de Júlio		
722	Sapezal		
900	REGIÃO IX – CENTRO OESTE	1000	REGIÃO X – CENTRO
901	Diamantino (Cidade Polo)	1001	Sorriso (Cidade Polo)
902	Alto Paraguai	1002	Nova Mutum
903	Nortelândia	1003	Santa Rita do Trivelato
904	Arenápolis	1004	Lucas do Rio Verde
905	Nova Marilândia	1005	Tapurah
906	São José do Rio Claro	1006	Ipiranga do Norte
907	Nova Maringá	1007	Itanhangá
1100	REGIÃO XI – NOROESTE II	1200	REGIÃO XII – CENTRO NORTE
1101	Juara (Cidade Polo)	1201	Sinop (Cidade Polo)
1102	Porto dos Gaúchos	1202	Nova Ubiratã
1103	Novo Horizonte do Norte	1203	Feliz Natal
1104	Tabaporã	1204	Vera
		1205	Santa Carmem
		1206	Cláudia
		1207	União do Sul
		1208	Itaúba
		1209	Marcelândia
9900	TODO ESTADO		

Mapa do Estado de Mato Grosso – Regiões de Planejamento



Fonte: SEPLAN

Região de Planejamento I Noroeste de Juína

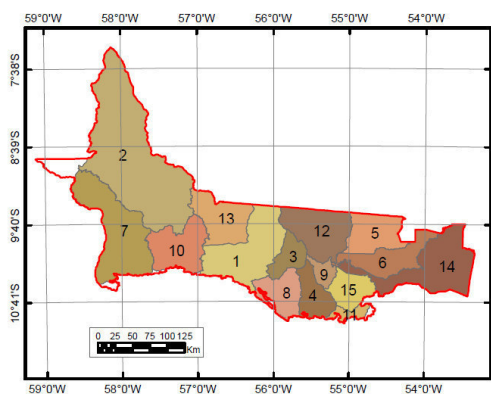


Legenda

Cidade Polo: Juína

- | | |
|----------------|----------------|
| 1. Aripuanã | 4. Cotriguaçu |
| 2. Castanheira | 5. Juína |
| 3. Colniza | 6. Juruena |
| | 7. Rondolândia |

Região de Planejamento II Norte de Alta Floresta

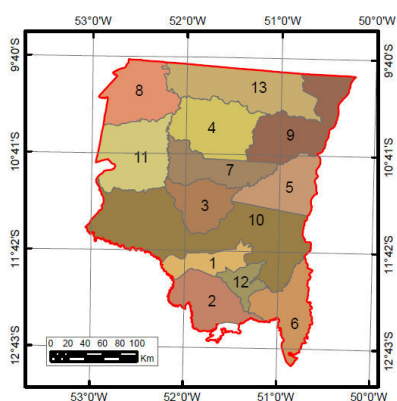


Legenda

Cidade Polo: Alta Floresta

- | | |
|----------------------|-------------------------|
| 1. Alta Floresta | 8. Nova Canaã do Norte |
| 2. Apicás | 9. Nova Guarita |
| 3. Carlinda | 10. Nova Monte Verde |
| 4. Colíder | 11. Nova Santa Helena |
| 5. Guarantã do Norte | 12. Novo Mundo |
| 6. Matupá | 13. Paranaíta |
| 7. Nova Bandeirantes | 14. Peixoto de Azevedo |
| | 15. Terra Nova do Norte |

Região de Planejamento III Nordeste de Vila Rica

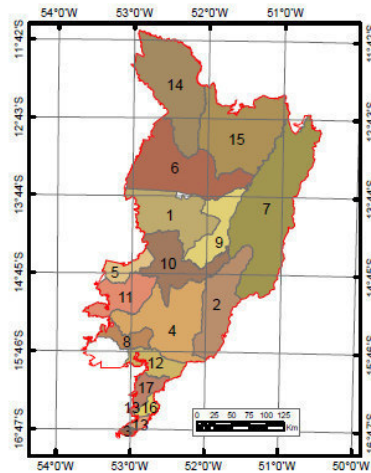


Legenda

Cidade Polo: Vila Rica

- | | |
|--------------------------|---------------------------|
| 1. Alto Boa Vista | 7. Porto Alegre do Norte |
| 2. Bom Jesus do Araguaia | 8. Santa Cruz do Xingu |
| 3. Canabrava do Norte | 9. Santa Terezinha |
| 4. Confresa | 10. São Félix do Araguaia |
| 5. Luciara | 11. São José do Xingu |
| 6. Novo Santo Antônio | 12. Serra Nova Dourada |
| | 13. Vila Rica |

Região de Planejamento IV Leste de Barra do Garças

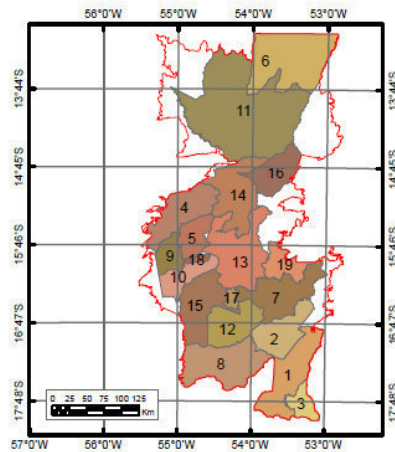


Legenda

Cidade Polo: Barra do Garças

- | | |
|---------------------|--------------------------|
| 1. Água Boa | 9. Nova Nazaré |
| 2. Araguaiana | 10. Nova Xavantina |
| 3. Araguaína | 11. Novo São Joaquim |
| 4. Barra do Garças | 12. Pontal do Araguaia |
| 5. Campinápolis | 13. Ponte Branca |
| 6. Canarana | 14. Querência |
| 7. Cocalinho | 15. Ribeirão Cascalheira |
| 8. General Carneiro | 16. Ribeirãozinho |
| | 17. Torixorêu |

Região de Planejamento V Rondonópolis

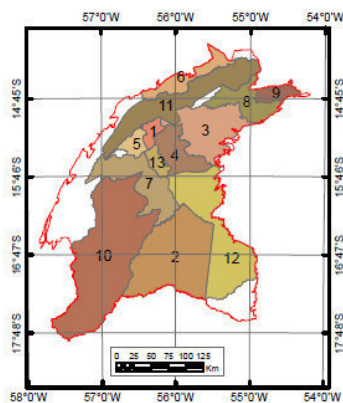


Legenda

Cidade Polo: Rondonópolis

- | | |
|--------------------|----------------------------|
| 1. Alto Araguaia | 10. Juscimeira |
| 2. Alto Garças | 11. Paranatinga |
| 3. Alto Taquari | 12. Pedra Preta |
| 4. Campo Verde | 13. Poxorêu |
| 5. Dom Aquino | 14. Primavera do Leste |
| 6. Gaúcha do Norte | 15. Rondonópolis |
| 7. Guiratinga | 16. Santo Antônio do Leste |
| 8. Itiquira | 17. São José do Povo |
| 9. Jaciara | 18. São Pedro da Cipa |
| | 19. Tesouro |

Região de Planejamento VI Sul Cuiabá/Várzea Grande

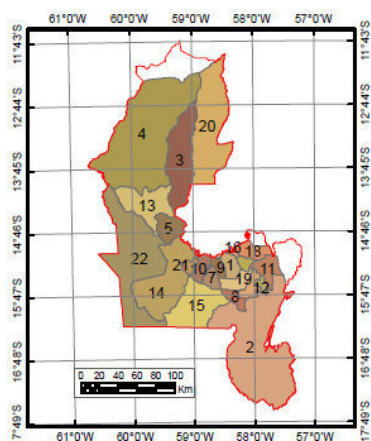


Legenda

Cidade Polo: Cuiabá/Várzea Grande

- | | |
|--------------------------|--------------------------------|
| 1. Acorizal | 7. Nossa Senhora do Livramento |
| 2. Barão de Melgaço | 8. Nova Brasilândia |
| 3. Chapada dos Guimarães | 9. Planalto da Serra |
| 4. Cuiabá | 10. Poconé |
| 5. Jangada | 11. Rosário Oeste |
| 6. Nobres | 12. Santo Antônio do Leverger |
| | 13. Várzea Grande |

Região de Planejamento VII Sudoeste de Cáceres

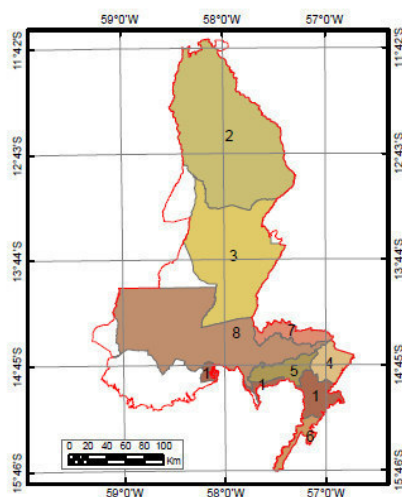


Legenda

Cidade Polo: Cáceres

- | | |
|--------------------------|--------------------------------------|
| 1. Araputanga | 12. Mirassol d'Oeste |
| 2. Cáceres | 13. Nova Lacerda |
| 3. Campos de Júlio | 14. Pontes e Lacerda |
| 4. Comodoro | 15. Porto Esperidião |
| 5. Conquista D'Oeste | 16. Reserva do Cabaçal |
| 6. Curvelândia | 17. Rio Branco |
| 7. Figueirópolis d'Oeste | 18. Salto do Céu |
| 8. Glória d'Oeste | 19. São José dos Quatro Marcos |
| 9. Indavaí | 20. Sapezal |
| 10. Jauru | 21. Vale de São Domingos |
| 11. Lambari d'Oeste | 22. Vila Bela da Santíssima Trindade |

Região de Planejamento VIII Oeste de Tangará da Serra

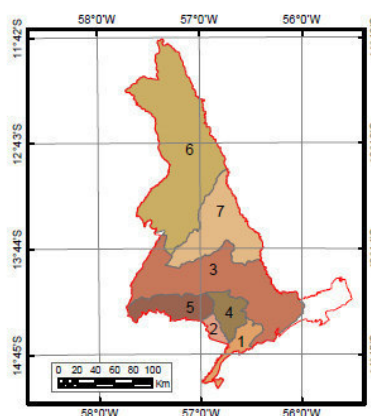


Legenda

Cidade Polo: Tangará da Serra

- | | |
|--------------------------|---------------------|
| 1. Barra do Bugres | 5. Nova Olímpia |
| 2. Brasnorte | 6. Porto Estrela |
| 3. Campo Novo do Parecis | 7. Santo Afonso |
| 4. Denise | 8. Tangará da Serra |

Região de Planejamento IX Centro-Oeste de Diamantino

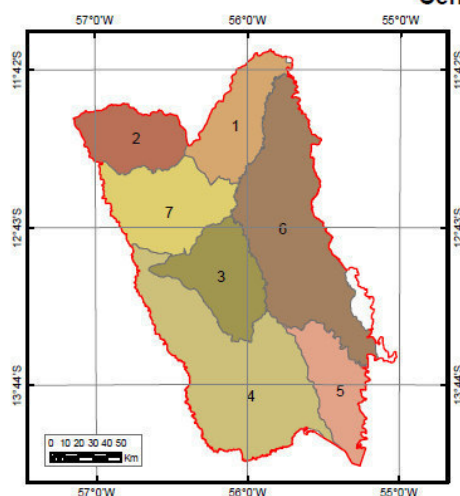


Legenda

Cidade Polo: Diamantino

- | | |
|------------------|--------------------------|
| 1. Alto Paraguai | 4. Nortelândia |
| 2. Arenópolis | 5. Nova Marilândia |
| 3. Diamantino | 6. Nova Maringá |
| | 7. São José do Rio Claro |

Região de Planejamento X Centro de Sorriso

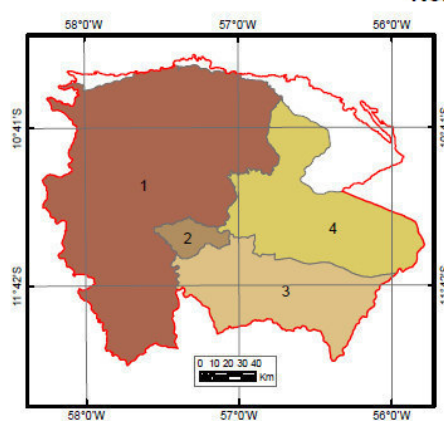


Legenda

Cidade Polo: Sorriso

1. Ipiranga do Norte	4. Nova Mutum
2. Itanhangá	5. Santa Rita do Trivelato
3. Lucas do Rio Verde	6. Sorriso
	7. Tapurah

Região de Planejamento XI Nordeste de Juara

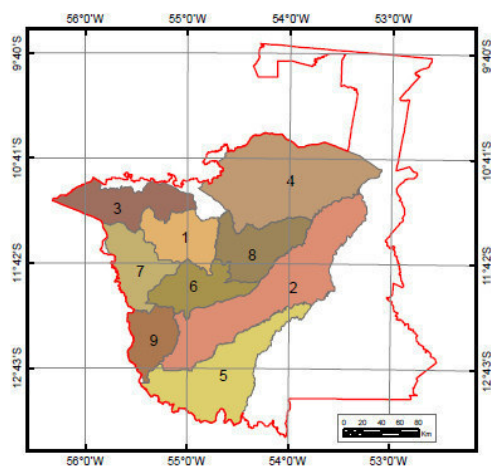


Legenda

Cidade Polo: Juara

1. Juara	3. Porto dos Gaúchos
2. Novo Horizonte do Norte	4. Tabaporã

Região de Planejamento XII Sinop



Legenda

Cidade Polo: Sinop

1. Cláudia	5. Nova Ubiratã
2. Feliz Natal	6. Santa Carmen
3. Itaúba	7. Sinop
4. Marcelândia	8. União do Sul
	9. Vera

PPA

2016 - 2019

TRANSFORMA
M A T O G R O S S O

SEPLAN
SECRETARIA DE
ESTADO DE
PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO